

UNIVERSIDADE ABERTA

MESTRADO EM ESTUDOS PORTUGUESES MULTIDISCIPLINARES

2010-2012

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

AS PUPILAS DO SENHOR REITOR

UM RETRATO DAS MULHERES NA SOCIEDADE PORTUGUESA

DO INÍCIO DA 2ª METADE DO SÉCULO XIX

ORIENTADORA

PROFESSORA DOUTORA ANA PAULA AVELAR

MARIA DE JESUS ANTUNES PEREIRA
UAb 802593

NOVEMBRO DE 2012

ÍNDICE	
RESUMO	3
ABSTRACT	4
INTRODUÇÃO	5
CAPÍTULO I - EM TORNO DE UM ESTUDO DE CASO: AS PUPILAS DO SENHOR REITOR	8
1 - Enquadramento teórico e fundamentação metodológico	9
1.1 - Definição do objeto de estudo	10
1.2 - Opções metodológicas	14
1.3 - O romance na literatura e na sociedade do século XIX	20
CAPÍTULO II - CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE POLÍTICO, ECONÓMICO, SOCIAL E CULTURAL DO INÍCIO DA 2ª METADE DO SÉCULO XIX	26
2.1 - A situação política, económica e social na Regeneração	27
2.2 - A Regeneração e o desenvolvimento do ensino primário	37
2.3 - A permanência da tradição e a construção da modernidade no Portugal rural	40
2.4 - A vida portuense no tempo de Júlio Dinis	44
CAPÍTULO III - JÚLIO DINIS E AS PUPILAS DO SENHOR REITOR	51
3.1 - Júlio Dinis: percurso de um portuense, médico e escritor	52
3.2 - Júlio Dinis, a paixão da escrita	62
3.3 - As Pupilas do Senhor Reitor	77
CAPÍTULO IV - AS PUPILAS DO SENHOR REITOR - UM RETRATO DAS MULHERES NA SOCIEDADE PORTUGUESA DO INÍCIO DA 2ª METADE DO SÉCULO XIX	86
4.1 - As relações sociais na aldeia – a construção de uma identidade coletiva	88
4.2 – O universo feminino na aldeia	96
4.3 - A presença da tradição e da modernidade naquela sociedade rural	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
BIBLIOGRAFIA	127
ANEXOS	135

ÍNDICE DE ANEXOS

ANEXO 1 - Cronologia: Vida e Obra de Júlio Dinis	135
ANEXO 2 - Poesia de Júlio Dinis	138
- História de uns beijos	138
- O despertar da virgem	139
- Desesperança	139
- Melancolia	140
- As mulheres (recordações de um velho)	141
ANEXO 3 – Cronologia: A Regeneração	144
- 1852-1868 – Aspetos da vida política, cultural e social do reino	144
- 1852-1868 - A vida económica do reino	154
- 1852 – 1868 - As mudanças nos transportes e nas comunicações	158

RESUMO

Às mulheres, ao longo dos tempos, foram atribuídos papéis, funções e características que ainda hoje contribuem fortemente para definir e identificar mentalidades e modos de vida, seguindo um padrão social tradicional de distinção do feminino e do masculino. Neste trabalho de investigação e reflexão, através do olhar e da escrita de Júlio Dinis, procuramos identificar retratos de mulheres portuguesas da segunda metade do século XIX, num contexto rural e de elevado índice de analfabetismo.

Em *As Pupilas do Senhor Reitor*, Júlio Dinis, um escritor politicamente e culturalmente comprometido com o seu tempo, isto é, com os ideais e os valores do liberalismo e da burguesia em ascensão, apresenta-nos uma aldeia, em plena Regeneração, com as suas contradições e expectativas. Numa sociedade em mudança, Júlio Dinis reflete sobre o amor e papel da mulher na sociedade e na família e defende a instrução e o trabalho como meios primordiais para obter a ascensão social e económica, sem ruturas sociais.

Para além de Margarida, a protagonista, e apesar da ausência da mulher mãe, as mulheres são figuras centrais no romance dinisiano. Mas, o velho senhor reitor, clérigo liberal convicto, e o octogenário João Semana, o clínico que não adere facilmente às novidades da medicina moderna, são personagens ímpares e fundamentais à intriga e à vida daquela comunidade, pelos valores que defendem e pela sua ação junto dos pobres e dos órfãos.

Nesta aldeia, dia após dia, homens e mulheres vão desempenhando papéis socialmente importantes e necessários ao equilíbrio social e à defesa dos interesses individuais e coletivos e alguns vão provocando a mudança que permite sonhar com um futuro diferente. Assim, sendo possível obter informação relevante para o estudo das sociedades através da literatura, em *As Pupilas do Senhor Reitor*, pretendo conhecer a realidade de algumas mulheres portuguesas da segunda metade do século XIX, numa sociedade em mudança, em que cada história de vida e cada olhar representam apenas uma parte de uma dada realidade social.

Palavras-chave: Cultura, História, Literatura, Modernidade, Mulheres, Sociedade, Tradição

ABSTRAT

Throughout times, women have been given roles, functions and characteristics that still contribute strongly to define and identify mentalities and ways of life today according to a traditional social pattern of male and female distinction. In this research project, through the eyes and writing of Júlio Dinis, we look to identify portraits of portuguese middle 19th century women, in a context of rurality and a high index of analphabetism.

In "As pupilas do senhor reitor", Júlio Dinis, a writer who was politically and culturally engaged with his own era, the ideals and the values of a rising liberal burguesy, introduces us to a village of *Regeneração*, with its own contradictions and expectations. In a changing society, Júlio Dinis ponders about love and the role of women in society and family. He defends education and labour as the primordial means to obtain social and economic ascension without social ruptures. Beyond Margarida, the main character, women are central pieces of the dinisian romance. However, the old *reitor*, a strong minded liberal cleric and the 80 year old João Semana, a doctor who does not easily adhere to novelties in medicine, are odd characters who are fundamental to the plot and the life of that community, for the values they defend and through the support they provide to the poor and the orphan.

In this village man and women play roles that are socially important, necessary to the social balance and the protection of individual and collective interests. Some cause changes that allow dreaming with a different future.

Keywords: Culture, History, Literature, Modernity, Women, Society, Tradition

INTRODUÇÃO

O tema do presente projeto de trabalho corresponde a um interesse pessoal pelo estudo da sociedade portuguesa e dos papéis e funções sociais das mulheres, hoje e no passado, em especial no século XIX, época em que os valores tradicionais e uma dada forma de ser religioso, muito visível nos comportamentos e nas opções de vida, estavam intimamente ligados, para a manutenção de uma sociedade fechada, muito resistente à mudança, especialmente ao nível da população rural.

Essa era uma época de grande predomínio da vida rural e do analfabetismo, bem como do poder da Igreja, em Portugal - o Portugal rural pós-revolução liberal, correspondendo também ao período do desenvolvimento da vida urbana, do capitalismo, do proletariado, bem como da burguesia e dos valores da vida burguesa, de que Eça de Queirós traça um outro retrato nos seus romances, no último quartel do século.

No início da segunda metade do século XIX, a Regeneração, com o desenvolvimento das vias e dos meios de comunicação, vai propiciar condições para a mudança social e cultural que, no entanto, vai tardar em chegar ao mundo rural, do qual ainda hoje há sinais na memória coletiva na nossa sociedade, através da persistência de costumes tradições e da diferenciação de papéis e funções, bem como de estereótipos sociais e sexuais. Portugal era então um país de grandes contrastes, sendo que às mulheres era entregue a educação dos filhos mas não era reconhecido o direito, nem a capacidade, de participação ativa na vida cultural e social.

Sendo a literatura um meio de transmissão e afirmação de atitudes, comportamentos e valores, no século XIX, os romances e os jornais com os seus folhetins, tiveram um papel ativo seja para a construção da mudança, seja para a manutenção de tradições seculares e são documentos importantes para o estudo da nossa sociedade e da vida das mulheres portuguesas. A cultura portuguesa está presente na nossa literatura. Seguindo o pensamento de E. Taylor, Cecília Barreira, escreve que *«cultura pode definir-se como "um conjunto complexo que inclui os conhecimentos, as crenças, a arte, a lei, a moral, os costumes e todas as outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro de uma sociedade". (...) uma cultura é simultaneamente global, partilhada, transmissível e evolutiva. Global porque nos surge como englobando um conjunto de comportamentos distintivos, desde o modo como falamos, ao modo como escrevemos, amamos ou vestimos. (...) a cultura surge no quadro onde se inscrevem*

as interações dos indivíduos que a compõem».¹ Assim, considero que a obra literária, através do seu autor e dos seus leitores, contribui para a formação dos indivíduos e das sociedades e que o seu estudo é um vetor fundamental para a construção do saber sobre a vida cultural e social dos indivíduos e das sociedades. Sem enveredar pelo campo da Literatura, nem pela História, privilegiando a reflexão na área de estudos da cultura portuguesa, É este o meu objetivo primordial: estudar a sociedade portuguesa do início da 2ª metade de Oitocentos.

Entre os autores que se interessaram pelo autor de *As Pupilas do Senhor Reitor*, saliento o muito citado médico e professor Egas Moniz², estudioso que descobriu manuscritos e documentação importante para o estudo e compreensão da vida e obra de Júlio Dinis e alguns trabalhos de análise, dos anos setenta e oitenta do século passado, como o de Maria Lúcia Lepecki.³ Mas, quer o escritor Júlio Dinis, quer este seu primeiro romance, têm sido alvo de poucos trabalhos académicos, sendo de referir duas teses de doutoramento, na área da Literatura, recentemente publicadas por Carmen Abreu,⁴ na Universidade do Porto e por Joaquim Carvalho, na Universidade de Coimbra.⁵ Já na fase de revisão deste trabalho, foi publicada uma outra tese de doutoramento, na Universidade de Aveiro, também na área da Literatura, da autoria de Fernanda Monteiro Vicente.⁶ A investigação e a produção de conhecimento estão em permanente movimento e mudança e a sua divulgação permitirá que outros investigadores se interessem pelo tema e outros trabalhos venham trazer mais informação, alterando o estado da arte.

Para o estudo do pensamento do autor, da sua poesia e da sua correspondência literária e particular foi utilizado o volume II de *Obras de Júlio Dinis*, edição sem data, de Lello e Irmão Editores.⁷ A versão de *As Pupilas do Senhor Reitor*, utilizada para a elaboração deste projeto, numa edição de 2008,⁸ corresponde ao texto da única edição do romance publicada pelo autor, em 1867.⁹

Neste trabalho, são diversas as fontes de informação utilizadas, incluindo livros impressos e livros ou textos em suporte digital, consultados na internet, sendo importante referir que, como critério para a sua identificação e localização, subdividi a bibliografia em três setores – bibliografia

¹ Cecília Barreira, *A Cultura Portuguesa*, s/d, disponível em <http://www.triplov.org>

² Egas Moniz, *Júlio Dinis e a sua Obra*, 2 vol. Lisboa, 1924, citado por Ana Rita Navarro, em *Júlio Dinis revisitado: uma homenagem de Egas Moniz*, Lisboa, 2005, disponível em <https://repositorioaberto.uab.pt>

³ Maria Lúcia Lepecki, *Romantismo e realismo na obra de Júlio Dinis*, 1979, disponível em <http://cvc.instituto-camoes.pt>,

⁴ Carmen Abreu, *Júlio Dinis - Representações romanescas do corpo psicológico e social: influência e interferência da literatura inglesa*, Porto, 2010, disponível em repositorio-aberto.up.pt

⁵ Joaquim Jorge Silva Carvalho, *Acção, Cenas e Personagens na Narrativa Dinisiana: As Pupilas do Senhor Escritor*, Coimbra, 2010, disponível em <http://estudogeral.sib.uc.pt>

⁶ Fernanda Monteiro Vicente, *O Locus Amoenus na produção narrativa de Júlio Dinis*, Aveiro, 2011

⁷ Cf *Obras de Júlio Dinis*, vol II, Porto, s/d

⁸ Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor (Crónica da aldeia)*, Estarreja, 2008

⁹ Cf *Obras de Júlio Dinis*, vol II, Porto, s/d, p. 527

geral, bibliografia específica e webgrafia. Ao longo do texto, todas as citações, referências bibliográficas e demais informações consideradas necessárias, estão devidamente identificadas em nota de rodapé, de forma a facilitar a sua leitura.

Neste meu projeto de trabalho procuro alargar o campo de estudo desta obra, uma vez que não encontrei trabalhos publicados referentes a este vetor de análise, em que tenho como objetivo o estudo do romance, do ponto de vista da sua inserção no contexto histórico, social e cultural em que surgiu e que nos apresenta, através das suas personagens, dos seus espaços e modos de vida. Para a sua concretização, foi necessário começar por ler e reler o romance e delinear um percurso de investigação e reflexão que teve várias etapas. Desde logo, tornou-se evidente que para a consecução deste projeto era fundamental estudar o pensamento, a poesia e a correspondência de Júlio Dinis, bem como proceder à recolha e seleção de informação para conhecer o ponto da situação quanto ao estado da arte. Assim, recorrendo a bibliotecas e à internet, foi possível encontrar informação pertinente para alicerçar o meu trabalho e para a evolução do meu pensamento e do meu conhecimento sobre Júlio Dinis e *As Pupilas do Senhor Reitor*. Elaborado o calendário de trabalho e selecionada a literatura científica de referência para o estudo e contextualização da obra, prossegui a minha investigação, procurando situar-me no romance e junto das suas personagens, sempre com a preocupação de reduzir, na minha análise, o olhar e a avaliação que advém da minha formação, das minhas vivências e das minhas opções pessoais.

Como afirma Boaventura Sousa Santos, «*Vivemos num tempo atónito que ao debruçar-se sobre si próprio descobre que os seus pés são um cruzamento de sombras, sombras que vêm do passado que ora pensamos já não sermos, ora pensamos não termos ainda deixado de ser, sombras que vêm do futuro que ora pensamos já sermos, ora pensamos nunca virmos a ser.*»¹⁰ Considero que realidade e ficção, herança e mudança, nos modos de vida e nas mentalidades, são elementos presentes na identidade de povos, nações, sociedades e indivíduos e que o nosso tempo é aquele em que agimos e nos queremos situar e onde encontramos a persistência de traços tradicionais e as mais diversas formas de adesão à modernidade, na sua constante conjugação e confronto. Com a escolha da obra *As Pupilas do Senhor Reitor*, de Júlio Dinis, para este projeto de investigação e reflexão, na área de estudo da cultura portuguesa, espero encontrar algumas respostas que me permitam identificar pontos de referência e alargar o conhecimento e a compreensão da realidade e da problemática social e cultural da sua época, num projeto pessoal mais vasto de contínua reflexão e aprofundamento das questões relacionadas com a relação entre realidade e ficção, literatura e Ciências Sociais, formação e informação, passado e presente.

¹⁰ B. Sousa Santos, *Um Discurso sobre as Ciências*, Porto, 1995, p. 5, disponível em pt.scribd.com

CAPÍTULO I - EM TORNO DE UM ESTUDO DE CASO: AS PUPILAS DO SENHOR REITOR

O século XIX português tem em si as condições para a mudança, política, social e cultural para a modernidade e que, na sua íntima relação com a tradição e a mentalidade dominante, construiu e definiu o quadro de referência que conduziu aos acontecimentos que ilustram e marcam a sociedade portuguesa do século XX e aos valores e opções sociais e culturais da sociedade portuguesa atual.

Sendo *As Pupilas do Senhor Reitor* o primeiro romance publicado por Júlio Dinis, esta crónica da aldeia revela-se interessante como fonte de descoberta, análise e estudo da vida das mulheres na sociedade portuguesa, na sua íntima relação com a vida rural, predominante na sociedade portuguesa de Oitocentos, no início da 2ª metade do século XIX, após o conturbado período de guerra civil. Ainda que estando no domínio da ficção, as suas personagens retratam mentalidades, figuras e vivências que a História e as outras Ciências Sociais procuram conhecer – Júlio Dinis apresenta-nos Portugal e os portugueses de Oitocentos, ficcionando as suas vivências.

Júlio Dinis, considerado por todos os estudiosos da sua obra, um escritor precursor do realismo e do naturalismo, escreveu sobre o quotidiano de indivíduos e de grupos que conheceu, ou não, mas que formam o retrato de uma sociedade. É a relação entre Literatura, Sociedade e História que está no centro deste projeto: Em que medida o autor, se projeta na sua obra, a si mesmo e à sociedade portuguesa do seu tempo, com a sua mentalidade, os seus interesses, os seus valores e comportamentos? Em que medida, através das suas personagens femininas, podemos traçar o perfil de algumas mulheres portuguesas desta época e das pequenas comunidades rurais? Em que medida é possível, numa sociedade em que o analfabetismo prevalece, encontrar em Margarida um exemplo de ascensão social, obtida através do prestígio social da leitura, do poder e da sabedoria que daí lhe advêm?

Mas, se Margarida, a pobre órfã pobre, era por todos respeitada, porque sabia ler, sabia falar, sabia ouvir e dar opiniões, também tinha conquistado esse respeito porque, em casa, e pelo trabalho, ao contrário das outras mulheres da aldeia, tinha aspirado a ser independente. E, porque sabia abdicar de si mesma e estar disponível para servir os outros, era respeitada pelos afetos, pois tanto se dedicava à irmã, como às crianças que ensinava, como ao seu tutor ou ao seu mestre doente. Margarida é a mulher que, atenta, virtuosa e abnegada, está sempre ao serviço dos outros, zelando continuamente, na aldeia, pelo bom comportamento e pelo bom nome da irmã Clara, preservando o seu noivado e o seu estatuto social.

Numa sociedade em que o poder, na vida pública, estava destinado aos homens, o reitor, por todos respeitado, embora nem sempre obedecido, ouvia a sua pupila e Júlio Dinis constrói para Margarida um final feliz. Ela ama Daniel desde a infância e, depois de dez anos de estudos no Porto, ele regressa à aldeia, rico e belo, jovem e médico. Inesperadamente, ainda que não sendo bela segundo os padrões da moda, a sua condição de mulher “letrada” e de bom coração, que cuida dos seus semelhantes, que é capaz de fazer “sacrifícios” para obter o bem estar e a felicidade dos outros, que se dá aos outros, abdicando de si mesma,¹¹ permitiu que se tornasse a esposa do novo clínico da aldeia e uma das mulheres da família de José das Dornas.

Neste romance, a aldeia surge-nos como uma comunidade cujos elementos constituintes, através de atitudes ou atos, de silêncios, de críticas ou de apoios, contribuem efetivamente para a formação de mentalidades e asseguram a preservação de valores e o bem-estar geral. A aldeia, da mercearia à taberna, do campo ao rio onde as mulheres lavam a roupa, é um lugar onde nos deparamos com figuras singulares que nos transportam a uma realidade, compõem uma sociedade concreta, recheada de interações em que cada um procura afirmar os seus valores e os seus interesses – do reitor, ao médico, do pai de família aos jovens, todos contribuem para a permanente reconstrução daquele núcleo social, que acompanhamos em momento crucial, face à presença da juventude e do namoro que representam o futuro.

Neste trabalho, com o objetivo de obter um retrato da sociedade portuguesa de Oitocentos através do romance *As Pupilas do Senhor Reitor*, viso conhecer e compreender as suas personagens e, através delas as faces sociais ficcionadas por Júlio Dinis, o escritor que ficou conhecido pelo pseudónimo que utilizou nos seus romances, mas que desde cedo se dedicara à literatura, escrevendo peças de teatro que assinou com o seu nome próprio, Joaquim Guilherme Gomes Coelho.

1. Enquadramento teórico e fundamentação metodológica

Já são muitos os trabalhos académicos publicados nas últimas três décadas em que as Ciências Sociais têm procurado conhecer a realidade da situação das mulheres na sociedade portuguesa dos séculos XIX e XX, tão complexa e tão diversa, na sua aparente homogeneidade. É disto exemplo a obra de Ana Vicente, Irene Vaquinhas, Maria Antónia Lopes, Teresa Joaquim. Maria Antónia Lopes afirma que, «(...) são as histórias parcelares (...) que sem cessar obrigam a modificar a traça de um edifício inacabado e que nunca será definitivo. Se o fosse, a história teria morrido, significaria estarem esgotadas todas as perguntas, não mais existirem «novos problemas», «novas abordagens» e «novos objectos» que permanentemente obrigam a repensar

¹¹ Cf Maria Lúcia Lepecki, ob. cit., p.18

o *passado humano.*»¹² No presente projeto, procuro evidenciar o resultado da leitura e redescoberta de Júlio Dinis, de *As Pupilas do Senhor Reitor* e do levantamento bibliográfico realizado, bem como as questões e a reflexão que foram acompanhando esta pesquisa, consolidando a percepção pessoal do interesse desta problemática para trabalhos de índole científica e académica, isto é, como objeto de estudo, no âmbito das Ciências Sociais, da História à Sociologia e, especificamente, no vetor de análise cultural e social, no âmbito do Mestrado Em Estudos Portugueses Multidisciplinares.

1.1 - Definição do objeto de estudo

O escritor é, ele próprio, como todos nós, fruto da sua própria vivência pessoal, da sua socialização primária, na família e na escola, do(s) contexto(s) em que viveu e se fez homem. É portador de uma dada mentalidade - os seus ideais e opções - refletem-se na sua escrita, nas suas personagens. Assim, o seu tempo, a sua identidade, os seus objetivos e motivações, tal como a sua arte, transpostos para a sua obra de ficção, permitir-nos-ão conhecer melhor a sociedade portuguesa nos alvares da 2ª metade do século XIX, da qual alguns traços persistem hoje, ainda que alterados pelo convívio com a modernidade, num constante movimento de adaptação e reconstrução de valores e práticas, quase sempre impercetíveis aos seus contemporâneos.

Todos os indivíduos, para além da sua informação/identidade genética, são uma construção social – a nossa identidade pessoal é tecida segundo uma complexa teia de imagens e relacionamentos que se inicia com a socialização primária, na família e na escola, em que as relações sociais se desenrolam na presença de estereótipos sociais e de género. Os estereótipos são o produto da cultura no nosso processo cognitivo e de representações sociais e permitem ao indivíduo proteger e preservar os seus valores, conceções e ideologias, bem como a manutenção do seu sistema de valores.¹³ Por seu lado, os estereótipos de género podem ser considerados como o conjunto estruturado de crenças partilhadas dentro de uma cultura, sobre os atributos ou características dos homens e das mulheres desde os traços psicológicos aos papéis e atividades tidas como próprios de cada grupo.¹⁴ Nas relações sociais, os estereótipos de género surgem automaticamente, nas dimensões da sociabilidade e da competência: a mulher é considerada expressiva, carinhosa, compreensiva, o homem é considerado mais racional, eficaz e inconstante.

¹² Maria Antónia Lopes, *Notas para o estudo do papel social da mãe, Representações e Normas no Teatro De Manoel de Figueiredo*, s/d, p. 72, disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt>

¹³ Cf Rosa Cabecinhas, *Processos cognitivos, cultura e estereótipos sociais*, Covilhã, 2004

¹⁴ Cf Patrícia Miranda, *A construção social das identidades de género nas crianças: um estudo intensivo em Viseu*, Lisboa, 2008

Assim, os estereótipos sociais e de género produzem atitudes e comportamentos, que vão no sentido oposto ao da mudança de mentalidade, pois procuram preservar o sistema de valores que os indivíduos e as sociedades conhecem e pretendem manter. Considerando que a literatura está na sociedade e a sociedade está na literatura, e que os escritores são produtores de cultura e, simultaneamente, produtos da cultura e da sociedade em que vivem, é através das suas obras e dos seus protagonistas, que contribuem para a mudança cultural e social, ou para a preservação de valores e tradições, muitas vezes construindo ou colaborando na construção de heróis e memórias que se tornam de todos nós.

As mulheres, ao longo dos tempos, nas sociedades europeias, e não só, foram consideradas inferiores e tratadas como tal - a inferioridade feminina parecia ser um dado adquirido e elas interiorizaram-no e transmitiram-no. Como educadoras, têm contribuído para a permanência de estereótipos sociais e sexuais e diferenciação de papéis sociais. Por outro lado, a presença da religião foi uma constante na sociedade portuguesa de Oitocentos e às mulheres, mães-educadoras-cuidadoras, a sociedade atribuiu o papel de guardiãs das tradições e transmissoras da fé na família.

Só no século XIX, e de forma muito desigual, em Portugal, e no resto do mundo, as mulheres despertaram para as questões da cidadania, da igualdade e do respeito pela diferença. Sendo que a informação e o saber permitem o acesso ao poder e, como afirma Ana Vicente,¹⁵ eram poucas as mulheres que sabiam ler e que tinham acesso aos livros – livros que os homens escreviam, eles que detinham o poder e a informação. É ainda em Ana Vicente que encontramos as interessantes palavras de Frei Jerónimo Feijó, que, já no século XVII, escrevia sobre os escritos que insistiam na inferioridade das mulheres: «*Estes discursos contra as mulheres são feitos por homens superficiais.*»¹⁶ Resumindo, a situação das mulheres ao longo dos séculos tem sido alvo de reflexões que ora justificam a realidade das sociedades, ora a questionam e procuram abrir o caminho para a mudança de mentalidade. Os homens, detentores do poder público e do poder de decidir sobre a vida das mulheres e as mulheres, circunscritas à vida familiar, à gestão da vida doméstica e à educação dos filhos.

Júlio Dinis apresenta-nos a situação da educação da mulher portuguesa e parece defender novos padrões educacionais, valorizando a necessidade da sua educação, de acordo com o estatuto do marido e com a sua ação educativa junto dos filhos, como verificamos ao longo da sua poesia, da sua correspondência particular e nas cartas que *O Jornal do Porto* publica, assinadas como Diana de Avelada, que escreve à sua amiga Cecília.¹⁷ Na literatura, como nas sociedades, o controlo e o poder sobre as mulheres exercia-se pelos progenitores, pelo marido,

¹⁵ Ana Vicente, *Os poderes das mulheres. Os poderes dos homens*, Lisboa, 1998, p. 111

¹⁶ Idem, p. 21

¹⁷ Cf. *Obras de Júlio Dinis*, vol II, Porto, s/d

pelo pároco, pelas outras mulheres e pela sociedade em geral. No último quartel do século XIX, também Eça de Queirós, nos seus romances, se debruçará claramente sobre esta questão. Hoje, na sociedade portuguesa e no sistema de ensino, do ensino básico ao ensino superior, contrariamente ao que acontece com Júlio Dinis, Eça de Queirós é um autor presente e que faz parte das referências literárias e culturais que são transmitidas aos nossos jovens. Tendo em consideração a tradição de análise literária e a opção cultural que nas últimas décadas contrapôs a figura de Eça à de Júlio Dinis, ao longo deste trabalho, vou referir-me algumas vezes à sua obra e ao seu pensamento, não só no que respeita à educação das mulheres e à forma como as retrata nos seus romances, mas também quanto à sua opinião sobre a obra de Júlio Dinis.

Em Júlio Dinis, ao longo deste seu romance, como em toda a sua obra, é preponderante a presença da figura feminina, envolvida nas atividades do seu quotidiano e dos seus objetivos de vida: o casamento, a casa, os filhos, a vida familiar, o sustento dos filhos, as vivências religiosas, as tarefas rurais, isto é, a sua participação na economia informal, representada pela unidade familiar, mas, salientando-se a diferença que assumidamente envolve Margarida, a primogénita do Meadas, bem como a jovem Morgadinha dos Canaviais.¹⁸ Na sociedade oitocentista, o homem é a figura que representa e exerce o poder na esfera pública e à mulher era reservada a esfera privada, a vida familiar.¹⁹ Irene Vaquinhas refere que as próprias mulheres contribuíram para esta situação, dado terem interiorizado a sua situação de inferioridade e os valores da época, como o pudor e a descrição.²⁰ Outros estudos sobre a obra de Júlio Dinis, apesar de incidirem sobre vetores de análise de âmbito literário,²¹ salientam a forte presença da mulher e do amor romântico, mas também a ação de figuras masculinas como o reitor, defensor das pupilas, o pai dos jovens das Dornas, João Semana, João da Esquina, o pai da jovem Francisca, a par da autoridade representada pelo conselheiro, o pai da Morgadinha dos Canaviais.²² Cabe aqui referir que os estudos sobre a vida e a obra de Júlio Dinis, seja nos vetores de análise literária, sociológica ou histórica, não têm surgido na quantidade e no ritmo por mim considerados desejados e necessários, perante um escritor oitocentista que afirmou reconhecer a importância dos seus romances, e dos romances em geral, para a elaboração de um retrato da realidade que o rodeia e da sociedade do seu tempo,²³ bem como para afirmar valores e tentar contribuir para a formação dos seus leitores.²⁴ Júlio Dinis procurava intervir no presente e deixar informação aos vindouros, como acabámos de verificar pelo que escreveu no Funchal, em 1870.

¹⁸ Cf Maria Lúcia Lepecki, ob. cit.

¹⁹ Cf Irene Vaquinhas, *Linhas de investigação para a história das mulheres nos séculos XIX e XX. Breve esboço*, Porto, 2002, disponível em <http://ler.letras.up.pt>

²⁰ Idem, p. 210

²¹ Cf Carmen Abreu, ob. cit. e J. Carvalho, ob.cit.

²² Cf *Obras de Júlio Dinis*, vol I, Porto, s/d

²³ Idem, p. 552/553

²⁴ Ibidem, p. 536

Neste romance, encontramos esta realidade social e cultural, com a valorização da mulher-mãe-educadora, que vemos nas várias formas de afirmação da presença e do poder das mulheres na vida doméstica, na figura da criada Joana, da mãe de Francisca e das irmãs Meadas. Também está muito presente a problemática da ausência da mulher-mãe, nas famílias Dornas e Meadas. Afirmando a riqueza sociológica dos romances de Júlio Dinis, Maria Lúcia Lepecki defende que: «À primeira vista parecendo que não (pois se centra na problemática amorosa quase sempre vista na perspectiva da mulher), o romance de Júlio Dinis organiza-se fundamentalmente dentro de valores masculinos.»²⁵ A autora considera que:

«De excepcional craveira moral, de bondade fora do vulgar tanto podem ser, no romance dinisiano, as personagens masculinas como as femininas. O carácter de excepção pode estar em qualquer idade, em qualquer classe social, em qualquer espaço geográfico. É exemplar Cristina, como o é sua velha mãe; é excepcional Manuel Quintino, o contabilista, como o é Mr. Whitestone, o grande comerciante. De extrema bondade é Jenny, a cidadina, ou Margarida, a rural. Uma ficção da bondade e da esperança, sem dúvida, a de Júlio Dinis.»²⁶

Na obra dinisiana, e muito em particular no romance em análise, encontramos também, de forma explícita, a descrição pormenorizada, preocupada e denunciadora dos problemas sociais e da pobreza, e bem como o respeito pelos mais velhos, através de personagens como o reitor, o médico e José das Dornas, o pai de Pedro e Daniel. Saliento, por isso, a atitude de compromisso do escritor em transmitir uma dada realidade, a realidade da vida no mundo rural e uma identidade coletiva que perpassa por toda a sua obra, podendo a estrutura dos seus romances ser classificada como precursora do realismo-naturalismo,²⁷ em que Eça de Queirós, escrevendo ao mesmo tempo e imediatamente a seguir, é um dos expoentes da nossa literatura da 2ª metade do século XIX.

Júlio Dinis, em *As Pupilas do Senhor Reitor*, apresenta-nos um romance, a que dá o subtítulo de *Crónica da aldeia*, que se centra em três grandes figuras da vida rural - o padre, o médico e a família:

1) o reitor, o bom reitor, que nunca vemos na realização de ritos religiosos, mas que se dedica aos pobres e está atento ao desenrolar de toda a vida social na aldeia, tomando parte na resolução dos problemas, sem esperar nada em troca, plasmando-se em prosa o que Júlio Dinis retratou poeticamente, sob o pseudónimo Diana de Aveleda, no poema *O Bom Reitor*,²⁸

2) o médico de aldeia, João Semana, incansável, fiel à tradição, piedoso, devotado à sua profissão e aos seus doentes, mas prestes a ser substituído pelo jovem médico, portador da nova medicina;

²⁵ Maria Lúcia Lepecki, ob. cit., p. 29

²⁶ Idem, p. 20

²⁷ Cf Isabel Pires de Lima, ob. cit.

²⁸ Cf *Obras de Júlio Dinis*, vol II, Porto, s/d, p. 330

3) a família, em que, tal como na vida de Júlio Dinis, a figura da mulher-mãe está ausente, seja na casa de José das Dornas, seja na casa de Clara e Margarida, que assumem o papel de mulher-enfermeira para com o mestre Álvaro.

O criador das figuras de Clara e Margarida, de Pedro e de Daniel, a propósito das mulheres, em Março de 1870, no Funchal, escreveu:

«Há uma idade em que a mulher gosta mais de ser namorada do que amada. Entre um amor recatado e reverente e um galanteio indiscreto e ostensivo, não hesita; prefere o segundo. O que lhe enche o coração não é o amor; é a vaidade. Lisonjeia-a o culto que recebe e quer que as outras mulheres a vejam triunfante. O mais puro e dedicado amor que lhe tributassem não a satisfaria, se fosse ignorado pelo mundo. (...).»²⁹

Portanto, para compreender a sua obra é importante identificar o seu pensamento e o seu comprometimento ideológico, político, cultural, científico e literário. Para o conhecer e situar no seu tempo é indispensável a leitura e o confronto de poemas, correspondência e notas do autor, para aí procurar identificar as suas opções, a sua ligação à tradição, bem como a sua preocupação com a construção da modernidade, a educação em geral e da mulher, em particular. Interessante, e muito importante, seria, noutro momento, poder avaliar os ecos e a influência deste seu romance não só sobre os seus amigos, mas também sobre os seus leitores e sobre a sociedade urbana portuense e lisboeta.

Com este projeto, com este trabalho de investigação e reflexão, pretendo estudar a vida quotidiana, os papéis tradicionais femininos, a situação social das mulheres e dos homens e as suas relações na sociedade e na cultura do Portugal Oitocentista, procurando reconhecer e identificar o lugar das mulheres naquela sociedade, as suas experiências, as suas histórias da vida e as suas aspirações. Sem esquecer que o romance *As Pupilas do Senhor Reitor* é uma fonte literária, uma situação particular, uma visão obrigatoriamente parcelar de uma dada realidade, situada no tempo e no espaço e irrepetível e que se trata de uma abordagem criada e apresentada por um homem, Júlio Dinis, médico e escritor.

1.2 - Opções metodológicas

Do ponto de vista metodológico, e como se pode ler nos trabalhos de orientação da investigação publicados pelos professores Hermano Carmo e Manuela Malheiro Ferreira,³⁰ Carla Alexandra Gonçalves³¹ e Fernando Catroga,³² na investigação em Ciências Sociais é importante

²⁹ Idem, p. 553

³⁰ Hermano Carmo e Manuela Malheiro Ferreira, *Metodologia da investigação – Guia para auto-aprendizagem*, Lisboa, 2008

³¹ Carla Alexandra Gonçalves, *Metodologia do trabalho científico*, Lisboa, 2010

salientar a importância dos métodos qualitativos, narrativos, descritivos e de análise textual, de situações, intervenções e discursos, questionando as fontes e usando os cuidados metodológicos necessários.

O levantamento bibliográfico realizado e a análise do seu conteúdo e da sua estrutura orientou a reflexão sobre a metodologia de trabalho mais adequada para o desenvolvimento desta investigação. Assim, terei como referência a metodologia adotada nestas publicações e em dissertações sobre a obra dinisiana e a obra queirosiana, bem como os trabalhos de outros autores especializados no estudo das questões culturais e sociais relativos aos estudos sobre as mulheres, tendo sempre como orientação que o «*historiador interpreta o documento para tirar dele a vida que ele esconde (...)*».³³

Os cuidados metodológicos do investigador em Ciências Sociais, face às suas fontes, neste caso, Júlio Dinis e a sua obra, para o estudo da sociedade portuguesa oitocentista, são os que devem estar sempre presentes perante todos os problemas e fontes: pesquisar, observar, ler, seleccionar, analisar, procurar interesses particulares, verificar a fiabilidade, contextualizar, comparar e confirmar, estabelecer hipóteses e interpretações, a fim de poder produzir saber.

Sem esquecer que o escritor para além de produtor de cultura, também é produto da cultura da sua época, a especificidade do presente trabalho de investigação, reside no facto de se partir do estudo e análise de uma obra de ficção, para encontrar a presença da permanência e da mudança social, a tradição e a modernidade na sociedade. A análise e interpretação do romance permite-nos descobrir aspetos relevantes da vida das mulheres e dos homens e da sociedade aí representada, a nível económico, político, social, religioso e cultural, para tal é necessário dar atenção aos modelos de exposição da tradição e da novidade em ficção e as estratégias discursivas usadas.

Esta é assim a análise e estudo de um caso particular, de uma dada realidade concreta, ficcionada, situada num dado espaço e num tempo concreto, procurando conhecê-la e, se possível, enquadrá-la no contexto mais geral da sociedade portuguesa, ao nível das mentalidades e da realidade cultural, social e económica. Trata-se de um trabalho de investigação inter e transdisciplinar, isto é, em que a par dos aspetos históricos e culturais, a obra dinisiana poderá ser questionada a nível sociológico, psicológico (comportamento e atitudes individuais das suas personagens), literário e linguístico.

Tendo em atenção a representação do feminino, podemos afirmar, com Fernanda Henriques, que «*ter sentido histórico*» obriga a reconhecer o legado cultural que recebemos, mas, ao mesmo tempo, re-avaliá-lo e re-interpretá-lo, de tal forma que possamos re-configurar, cada

³² Fernando Catroga, *Memória, História e Historiografia*, Coimbra, 2001

³³ Carla Alexandra Gonçalves, op. cit., p. 41

vez com maior equidade, a herança cultural que queremos deixar depois de nós.»³⁴ Por outro lado, Fernando Catroga³⁵ alerta-nos para o poder e as responsabilidades dos historiadores perante as sociedades, pois que podem tornar-se “fazedores de opinião” e colaborar ativamente na construção da memória individual, da memória social e coletiva dos povos e das sociedades, ao lado dos poderes políticos constituídos. Como este autor defende, importa igualmente visar a necessidade de vigilância sobre os testemunhos, fazendo-os «passar pelo crivo das exigências críticas da operação historiográfica»,³⁶ afirmando que: «a historiografia também funciona como fonte produtora (e legitimadora) de memórias e tradições, chegando mesmo a fornecer credibilidade cientificista a novos mitos de (re)fundação de grupos e da própria nação (...)».³⁷

O poder dos escritores também é importante sobre as sociedades em que se inserem e sobre as gerações que através deles recebem o passado, ajudando na construção da memória e do seu próprio presente. Qual o papel de Júlio Dinis para a manutenção da tradição e para a construção da modernidade no Portugal Oitocentista? E para a mudança na situação da mulher, na família e na sociedade, no Portugal liberal? Qual a importância do seu pensamento e das suas palavras para a definição de métodos de ensino? Recorde-se que o próprio Júlio Dinis, em *Ideias que me ocorrem*, afirmou que «(...) há livros que são monumentos e livros que são instrumentos, (...) para andarem nas mãos de todos, para educarem, civilizarem e doutrinares as massas. (...) o livro instrumento precisa de ser popular, escrito na linguagem do dia, ao alcance das inteligências da época, de fácil trato, em suma.»³⁸

Podemos concluir que a problemática a que vou dedicar-me neste projeto é complexa e plural, pelo que a metodologia a adotar implica a constante e estreita relação entre disciplinas e técnicas de trabalho e de estudo, no âmbito das metodologias qualitativas, narrativas e descritivas, analisando e questionando as fontes - as personagens e o autor, bem como as visões dos vários autores selecionados, na procura de respostas.

Fundamental é a análise da subjetividade, do pensamento e das vivências do autor, bem como do contexto político, cultural, económico e social sua época - o seu contexto epocal, para conseguir elaborar e enquadrar o perfil social e cultural das suas personagens, como representantes das mulheres e dos homens da sociedade portuguesa de oitocentos, porque todos nós, hoje e ontem,

«(...) enquanto seres pertencentes a uma cultura, estamos condenados a ter uma consciência histórica, ou seja, a darmos conta de nós dentro do desenrolar de um processo que nos contextualiza e, de alguma maneira, nos forma. (...) pertencermos a um tempo e a uma cultura

³⁴ Fernanda Henriques, *Concepções Filosóficas e Representações do Feminino*, Braga, 2005, p.2, disponível em <http://home.uevora.pt>

³⁵ Fernando Catroga, ob. cit.

³⁶ Idem, p. 45

³⁷ Ibidem, p. 50

³⁸ Cf *Obras de Júlio Dinis*, vol II, Porto, s/d, p. 552/553

significa possuímos uma herança, constituída por um conjunto de recursos de interpretação, com a qual nos orientamos como humanos.»³⁹

No entanto, para o questionamento da obra de Júlio Dinis não basta a preparação para a investigação, ao nível da seleção da metodologia e das técnicas de pesquisa, sendo também fundamental a autorreflexão do investigador, enquanto cidadão: as minhas opções ideológicas, a minha vivência social, política e cultural, a minha formação académica e profissional estarão presentes. Neste trabalho de investigação, estão em análise os espaços e os vários tempos do tempo de Júlio Dinis, sob o olhar do investigador, que não sendo neutro, deve controlar a intervenção da sua personalidade e das suas opções e aspirações, de forma a credibilizar o resultado da investigação, pois que, como afirma Carla Alexandra Gonçalves, «*o homem é um fruto da história e é o produtor da própria história, por isso há que encontrar métodos e limites que se conformem com essa realidade tão miscigenada*».⁴⁰ Tal como a autora, considero que o «*conhecimento histórico deve partir sempre de um caso que o investigador pretende resolver*»,⁴¹ porque o «*historiador interpreta o documento para tirar dele a vida que ele esconde*»,⁴² porque é «*lendo as representações que o homem fez que se chega ao núcleo da vida que esse homem viveu, ao seu funcionamento, às suas aspirações, às suas instituições, às suas cadeias de valores, ao seu micro e macrocosmo, às suas relações com os outros homens, ao seu horizonte de expectativas*».⁴³ Assim, considero necessário e importante salientar que a seleção deste tema e desta obra não resulta exclusivamente de uma necessidade ou opção académica, mas sim de um especial e permanente interesse pessoal pela realidade social e pelas três áreas que aqui surgem interligadas: a importância da obra literária de Júlio Dinis, a nível histórico e sociológico, apresentando hábitos, vivências e expectativas do quotidiano de homens e mulheres do Portugal Oitocentista, a presença da tradição e a construção da modernidade na 2ª metade do século XIX, as questões relativas à realidade da sociedade portuguesa atual e os estudos sobre as mulheres.

O ponto de partida para a reflexão que conduziu à definição da metodologia a adotar neste trabalho de investigação, foi sugerido pela leitura dos manuais de metodologia dos autores acima indicados e de trabalhos académicos, como, por exemplo, a tese de Paulo Silvestre, subordinada ao título *Vivências do feminino no final de oitocentos: representação da mulher em alguns romances e periódicos da época*.⁴⁴ Foram encontrados vários autores e vasta bibliografia especializada no estudo das mulheres na sociedade portuguesa, em especial sobre a 2ª metade

³⁹ Fernanda Henriques, ob. cit., p. 1

⁴⁰ Ibidem, p. 39

⁴¹ Carla Alexandra Gonçalves, ob. cit., p. 38

⁴² Idem, p. 41

⁴³ Ibidem, p. 42

⁴⁴ Paulo Silvestre, *Vivências do feminino no final de oitocentos: representação da mulher em alguns romances e periódicos da época*, Lisboa, 2009

do século XIX e sobre o século XX. São muitos títulos sobre a vida das mulheres em sociedade e na literatura, como personagens e como autoras, desde a Idade Média até aos nossos dias.

Após a pesquisa realizada, considero que é notória a ausência de trabalhos académicos, como dissertações e teses, que se debrucem sobre a obra de Júlio Dinis, seja do ponto de vista literário, seja do ponto de vista histórico e sociológico, de análise social e cultural. No entanto, verificamos que nas últimas décadas surgiram muitos trabalhos sobre a obra de Eça de Queirós, revelando interesse pela obra e pela temática do escritor, explorando a vertente de análise e crítica política e social e contribuindo para clarificar, ou dar a conhecer, alguns aspetos da sociedade portuguesa, na sequência da atividade cívica, política e literária da “Geração de 70”. Sobre o período imediatamente anterior, o período correspondente ao da obra dinisiana, não tem sido desenvolvida muita atividade de investigação histórica, sociológica ou literária que tenha este autor no centro da problematização e dos estudos científico-académicos. Isto é, entre o Romantismo de Garrett,⁴⁵ a “Geração de 70” e o Realismo-Naturalismo⁴⁶ de Eça de Queirós, surge-nos Júlio Dinis, que, muito jovem, escreveu na década de 1860/70 e não tem sido alvo sistemático do interesse dos investigadores sociais, desde a Pedagogia à Linguística, passando pela Sociologia ou pela História. Contudo, o recente aparecimento de alguns trabalhos académicos indicia que se está a desenvolver o interesse pela obra dinisiana. Recentemente, já em 2011, foram publicados dois trabalhos de investigação, na área da literatura, centrados em Júlio Dinis: duas teses de doutoramento, uma na Universidade do Porto, da autoria de Carmen Abreu,⁴⁷ e outra na Universidade de Coimbra, da autoria de Joaquim Carvalho⁴⁸ – demonstrando a constante e rápida atualização do estado da arte. Datados de 2010, estas teses ficaram disponíveis no repositório aberto das universidades portuguesas já em finais de 2011, confirmando que, se o trabalho em rede pode produzir importantes frutos, nenhum investigador pode considerar-se pioneiro, nem deixar de procurar pontes, pois que, sem ter qualquer ligação com estes especialistas e a sua área de trabalho, tal como eles e no mesmo momento, procuro conhecer melhor este autor português, a sua obra e a sua época.

Outros autores e trabalhos sobre Júlio Dinis foram sendo descobertos como, por exemplo, Fernanda Henriques,⁴⁹ encontrada através da pesquisa suscitada pela leitura da obra *O amor incerto*, de Elisabeth Badinter,⁵⁰ e outros autores que, nas décadas de 70, 80 e 90 do século XX, se debruçaram sobre a obra dinisiana: Irwin Stern,⁵¹ Maria Lívia Diana de Araújo Marchon,⁵²

⁴⁵ Cf Maria Helena Santana, Almeida Garrett, 2010, disponível em cvc.instituto-camoes.pt

⁴⁶ Cf Carlos Reis, *Eça de Queirós*, 2010, disponível em <http://cvc.instituto-camoes.pt>

⁴⁷ Carmen Abreu, ob. cit.

⁴⁸ Joaquim Carvalho, ob. cit.

⁴⁹ Fernanda Henriques, *Elisabeth Badinter: Racionalismo, Igualdade E Feminismo*, Lisboa, 2005, disponível em <http://home.uevora.pt>

⁵⁰ Elisabeth BADINTER, *L'amour en plus – “O amor incerto”*, tradução portuguesa, Lisboa, s/d,

⁵¹ Irwin Stern, *Júlio Dinis e o romance português: 1860-1870*, Porto, 1972

⁵² Maria Lívia Diana de Araújo Marchon, *A arte de contar em Júlio Dinis: alguns aspectos da sua técnica narrativa*, Coimbra, 1980

Marina de Almeida Ribeiro,⁵³ Maria Adelaide Godinho Arala Chaves,⁵⁴ Maria Alda Loya Soares Silva.⁵⁵

Em *Um amor incerto*, Elisabeth Badinter apresenta-nos uma história do amor maternal, entre os séculos XVII e XX – tema muito presente em *As Pupilas do Senhor Reitor*. Fernanda Henriques considera que «*Elisabeth Badinter demonstra que não há nenhum processo ligado à vida humana que seja puramente natural ou inerente à própria natureza das coisas, sejam elas o sentir, o viver ou o pensar*»⁵⁶ - tal como o amor maternal, um amor que vemos ausente, mas tão desejado junto dos protagonistas de Júlio Dinis. A este propósito, Fernanda Henriques, refere-se

«*ao papel das concepções filosóficas e das representações do feminino na emergência da idade moderna*», defende que «*á se forjam os alicerces da nossa sociedade, tal como ainda hoje a vivemos*» e que se «*transformaram em pensamento dominante aquelas que eram mais desfavoráveis às mulheres e ao feminino, contribuindo, decisivamente, para a sua exclusão da figura da cidadania como um direito usufruído em plenitude*».⁵⁷

Ana Rita Navarro⁵⁸ apresenta-nos uma reflexão a propósito do trabalho do professor Egas Moniz sobre o escritor e Maria Ivone Fedeli,⁵⁹ no seu trabalho subordinado ao tema *A mão que balança o berço, Funções do feminino em Júlio Dinis*, anuncia que pretende demonstrar que «*no universo narrativo do autor, são sempre as figuras femininas, figuras de síntese entre o tradicional e o novo, a determinar a direção dos eventos narrativos, (...)*»⁶⁰ e que «*São elas que detêm o saber e o poder que devem transformar o mundo.*»⁶¹ Por outro lado, a exploração da Revista Colóquio/Letras da F. C. Gulbenkian, fonte de informação e de reflexão, permite o contacto com artigos de análise e crítica literária, como, por exemplo, o texto de Liberto Cruz, *Júlio Dinis e o sentido social da sua obra*,⁶² onde refere que considera perfeita a caracterização das personagens masculinas do Reitor, de João Semana, José das Dornas, e João da Esquina.⁶³

Para além destes trabalhos, outros se foram constituindo como parte integrante deste projeto, pois que a seleção bibliográfica de cada autor foi conduzindo a minha pesquisa para outras fontes. O recurso essencial e primordial foi e é a obra de Júlio Dinis. É pela sua obra, e apenas pela sua obra, incluindo a correspondência publicada, que podemos chegar a entender a

⁵³ Marina de Almeida Ribeiro, *O simbolismo da casa em Júlio Dinis*, Lisboa, 1990

⁵⁴ Maria Adelaide Godinho Arala Chaves, *Júlio Dinis: um diário em Ovar: 1863-1866*, Porto, 1998

⁵⁵ Maria Alda Silva, *Para uma leitura de Uma família inglesa de Júlio Dinis: romance de costumes ou livro-instrumento*, Lisboa, 1999

⁵⁶ Fernanda Henriques, ob. cit., p. 5

⁵⁷ Idem, p. 1

⁵⁸ Ana Rita Navarro, *Júlio Dinis revisitado: uma homenagem de Egas Moniz*, Lisboa, 2005, in <http://repositorioaberto.univ-ab.pt>

⁵⁹ Maria Ivone Miranda Fedeli, *A mão que balança o berço, Funções do feminino em Júlio Dinis*, S. Paulo, 2007, disponível em www.teses.usp.br

⁶⁰ Idem, p. 5

⁶¹ Ibidem, p. 8

⁶² Liberto Cruz, "Júlio Dinis e o sentido social da sua obra", Lisboa, 1972

⁶³ Idem, p. 33

sua mensagem, os seus objetivos e o seu contexto e poderemos reconhecer a realidade social e cultural que retrata.

No âmbito dos estudos da História de Portugal na 2ª metade do século XIX são muitas as obras publicadas e de referência. Alguns estudiosos desta época da nossa História, serão citados ao longo deste trabalho, como Irene Vaquinhas, Maria Antónia Lopes ou J. Sardica. No entanto, é importante referir que a abordagem histórica ao período em estudo, tem apenas como objetivo a contextualização da vida e da obra de Júlio Dinis, visto que este projeto visa, não o estudo do liberalismo, mas sim a identificação e a compreensão da realidade social e cultural da população portuguesa, durante as décadas de 60/70 do século XIX, especialmente no que diz respeito às vivências, às dificuldades e às aspirações das mulheres portuguesas.

1.3 - O romance na literatura e na sociedade do século XIX

A ficção assume sempre um papel importante para o estudo das sociedades, pois que os seus autores são eles próprios sujeitos intervenientes na construção da realidade que pretendem representar, transportando consigo os seus ideais, as suas vivências e as suas opções, que chegam aos seus leitores e assim contribuem para a constante reconstrução da identidade individual e coletiva dentro da sociedade em que se inscrevem.

Jacinto Prado Coelho, ao tratar a relação entre sociedade e literatura, classifica-a como «*uma relação dialéctica*», perguntando-se se «*a literatura de um país espelha fielmente a realidade nacional, uma sociedade, uma cultura*», se será um «*mero reflexo, emanção ou produto*», ou «*uma prática paralela, dotada de certa autonomia*».⁶⁴ A realidade e a sua imagem confundem-se certamente em momentos em que podemos encontrar a ficção ao lado de elementos autobiográficos, didáticos ou pedagógicos ou de análise e/ou crítica social. Como afirmava Júlio Dinis, através do seu pseudónimo Diana de Avelada, em carta *A Cecília*, publicada em 11 de janeiro de 1865, no *Jornal do Porto*: «*Acaso terá uma carta mais fundadas pretensões a imortalidade do que um diálogo? As palavras voam, os escritos ficam. Histórias! Se os escritos ficassem todos, em pouco tempo o mundo seria uma papeleira. Só fica o que merece ficar.*»⁶⁵

Recordando Eça de Queirós com o seu retrato da sociedade portuguesa do último quartel do século XIX, Camões com a epopeia nacional, Gil Vicente com a sua crítica social ou outros autores portugueses que, no século XVI, nos trouxeram uma dada imagem dos quatro cantos do mundo, ou ainda os escritores nossos contemporâneos, podemos concluir que ao longo dos

⁶⁴ Jacinto do Prado Coelho, *Originalidade da Literatura Portuguesa*, 1992, p.63, disponível em <http://cvc.instituto-camoes.pt>

⁶⁵ Cf *Obras de Júlio Dinis*, vol II, Porto, s/d, p.733

tempos, se o escritor escreve com um dado objetivo e para um dado leitor, também este o lê com algum propósito e assim se constrói uma relação de proximidade e de cumplicidade que é interessante reconhecer e procurar identificar, para se poder avaliar da sua ação e da sua função na construção da realidade social.

O escritor, lido no seu tempo, e ao longo dos tempos, pode ser um veículo privilegiado de valores e de estereótipos que se conjugam na educação e na socialização primária de cada indivíduo e para a definição de uma mentalidade e de um padrão de comportamentos socialmente reconhecidos e valorizados. E julgo ser pertinente salientar a importância da literatura na construção dos programas e dos manuais escolares: a seleção e a forma de abordagem de autores e temas nunca são isentas de opções políticas, sociais e culturais, quer do decisor político, quer do professor.

Júlio Dinis foi um autor lido e reconhecido no seu tempo, na época em que os romances, de estética romântica, escritos por homens, como Camilo Castelo Branco, eram apresentados em folhetim nos jornais, sendo apresentados como leitura para senhoras. No entanto, a representação de *As Pupilas do Senhor Reitor*, em Lisboa, por Ernesto Biester, no Teatro da Trindade, foi um acontecimento social que mereceu grande aplauso entre os apreciadores de teatro e destaque na imprensa, como podemos ler em carta escrita por Júlio Dinis, em Lisboa, a C. Passos, em 25 de março de 1868.⁶⁶ Recordemos também que Júlio Dinis, aquando da sua primeira viagem ao Funchal, numa carta que escreveu a 5 de abril de 1869, ao seu primo José Joaquim Pinto Coelho, dizia-lhe que a notícia da sua chegada se espalhou rapidamente, significando que também no arquipélago da Madeira se lia os seus romances. À semelhança do que acontecia noutros lugares da Europa, o público leitor português estava recetivo ao romance e a divulgação da sua obra era facilitada pela sua publicação na imprensa escrita, em folhetim.

Como se criou a imagem da mulher leitora de romances? Como se afastou o homem deste tipo de leitura? Os preconceitos e os estereótipos sociais podem ser definidos como crenças e representações sociais não fundamentadas e que funcionam como um critério de seleção e de organização social. F. Neto define-os como um conjunto de crenças que se associam a grupos sociais, geralmente simples, excessivamente generalizadas, frequentemente erradas, mas não necessariamente diferentes de outras generalizações.⁶⁷ Podemos considerar que estas representações da realidade e das relações sociais guiam o indivíduo, ajudando-o a lidar com a informação complexa, mas também a defender valores, interesses e ideologias, em consonância com as suas redes de relações sociais. Elas contribuem para a manutenção da tradição, da rotina, do estatuto de cada membro da sociedade. As representações sociais não são neutras, nem são o espelho da realidade, mas sendo versões hipersimplificadas da realidade, fazem esquecer a diversidade e a individualidade dos membros dos outros grupos, conseguindo-se assim perpetuar

⁶⁶ Idem, p. 863

⁶⁷ F. Neto, *Psicologia Intercultural*, Lisboa, 2002

a imagem dos outros, a visão de que são todos iguais, indiferenciados.⁶⁸ São uma forma de entender e organizar a realidade.

Dentro da nossa sociedade coexistem várias formas de viver no masculino e no feminino e verificamos a capacidade de persistência de valores e costumes, como demonstram inúmeros trabalhos. Os preconceitos e os estereótipos sociais são o produto da cultura, adquiridos no processo cognitivo e de socialização primária, tendo o papel de defesa e manutenção do sistema de valores dos indivíduos - o que vai no sentido oposto ao da mudança de mentalidade, de comportamentos e ações e, conseqüentemente, prolonga a desigualdade e a discriminação. Os homens podem ser negativamente discriminados nas suas relações afetivas e sociais devido ao estereótipo do homem mais competente, mais eficaz e menos afetivo. Os estereótipos sociais são claros indicadores da situação de homens e mulheres na sociedade em que se inserem.⁶⁹

Júlio Dinis, em 1863, ano em que escreveu *As Pupilas do Senhor Reitor*, através do seu heterónimo feminino, Diana de Aveleda, (que surge, em cartas e poesia, pelo menos entre 1863 e 1867, e de que é também exemplo, o poema *O Bom Reitor*,⁷⁰ publicado no *Jornal do Porto*, em 1864, fazendo parte de *Impressões do Campo*; e *Amas, mestras e maridos*,⁷¹ carta *A Cecília*, publicada em 1867), envolve-se em polémica com Ramalho Ortigão, no *Jornal do Porto*, trocando correspondência nomeadamente sobre o que é ser mulher. Diz-nos Diana de Aveleda, num artigo publicado no *Jornal do Porto* em 25 de fevereiro de 1863, que filosofia e mulher são duas palavras que «quase nunca se juntam sem prejuízo recíproco para as ideias que designam (...)»⁷² e que «Receei que analisando meia dúzia de mulheres, se apressasse a generalizar, arvorando a excepção em regra e caindo no mesmo defeito dos filósofos que combatia e que me parece terem pecado por analíticos de mais.»⁷³ Portanto, em 1863, Júlio Dinis tem pensamento próprio sobre as mulheres e apresenta-as neste seu romance, talvez à imagem e semelhança do que Diana de Aveleda afirma: «(...) muitas das suas observações, meu caro senhor, as quais são igualmente aplicáveis aos homens e, desde então, impróprias de uma fisiologia especial do sexo amável».⁷⁴ E conclui: «É assim que eu compreendo a mulher, pois é assim que eu sou formada, eu e as minhas amigas todas. Ora é exactamente o contrário disto que os senhores nos fazem. Quer para bem, quer para mal, nunca os poetas, romancistas e filósofos, nos pintam tais como somos. É vulgar chamarem-nos anjos e demónios, raríssimo que nos chamem simplesmente mulheres.»⁷⁵ Assim, reconhecendo a importância dos escritores e da sua obra como fazedores de opinião, como criadores e apresentadores de um retrato da realidade social, consideremos a

⁶⁸ Rosa Cabecinhas, *Processos cognitivos, cultura e estereótipos sociais*, Covilhã, 2004

⁶⁹ Idem

⁷⁰ Cf *Obras de Júlio Dinis*, vol II, Porto, s/d, p. 328/330

⁷¹ Idem, p. 752/759

⁷² Ibidem, p. 675

⁷³ Ibidem, p. 678

⁷⁴ Ibidem, p. 679

⁷⁵ Ibidem, p. 676

literatura como um instrumento privilegiado para o conhecimento e estudo das mentalidades e das sociedades, na sua função política, cultural e social.

A atenção de Júlio Dinis à vida política e social da sua época, visitada desde logo no conto *Justiça de Sua Majestade*,⁷⁶ escrito em 1858 e publicado em 1870, leva-nos até aos valores tradicionais, aos estereótipos sociais, sexuais, culturais e morais, às questões da riqueza, do amor, do casamento, da ascensão social e da importância da educação da mulher - presentes neste conto, bem como no conto *As apreensões de uma mãe*, que permitem concluir que Júlio Dinis transpôs para a sua obra algumas das realidades e preocupações do seu tempo – sem esquecer, a presença, no conto *Justiça de Sua Majestade* e no poema *As Mulheres (recordações de um velho)*, da personagem estereotipada do brasileiro,⁷⁷ alvo contínuo da literatura portuguesa do século XIX.

Dos romances de Júlio Dinis, Vitorino Nemésio afirma que «*Apesar da candura com que traça os esquemas dos seus romances e com que formula neles os problemas humanos do seu tempo e da sua terra, Júlio Dinis move-se no seu mundo cor-de-rosa com uma bonomia admirável, um instinto psicológico subtil e seguro, e sobretudo com um gosto de viver que enche de saúde os seus livros.*»⁷⁸ Relativamente à forma como compôs as suas personagens, considera que o «*recato de poeta com que trata as mulheres e a gente nova, o respeito de que cerca os velhos, a fé que põe na vida, fazem dele um moralista sincero e tónico.*»⁷⁹ Para Vitorino Nemésio, o escritor funciona com modelos diferentes dos Camilo Castelo Branco, que «*opõe a um mundo de amorosos fatais e de mulheres angelizadas um meio de burgueses sistematicamente sórdidos e ridículos*», enquanto que Júlio Dinis atribui às suas personagens «*uma verosimilhança amável, uma naturalidade suave e proba*».⁸⁰ Isto é, Júlio Dinis procura transmitir aos leitores valores, a honradez, o bem, pugnando pela defesa da moral e dos bons costumes.

Júlio Dinis, à semelhança do que também encontramos em Eça de Queirós, procura ser pedagógico e chegar ao seu público leitor. Ambos o afirmam. O autor realista, com as suas estratégias discursivas específicas, pretende retratar a vida trivial, o comportamento humano, o quotidiano do seu herói, das suas personagens, numa análise minuciosa da vida, na busca do real, distinguindo-se por se preocupar com o género de vida que representa, mas também com a forma como o faz, nesse projeto que sabemos ser de imitação da realidade.⁸¹ Mas, esta representação da realidade, sempre parcelar, sempre incompleta, não deixa de ser uma visão, entre todas as outras de que dispomos para o estudo da realidade social, contribuindo para

⁷⁶ Cf *Obras de Júlio Dinis*, vol II, Porto, s/d

⁷⁷ Idem

⁷⁸ Vitorino Nemésio, 1978, p. 131

⁷⁹ Idem, p. 131

⁸⁰ Ibidem, p. 130

⁸¹ WATT, Ian, “*Realismo e forma romanesca*” in *Literatura e realidade*, G. Genette e T. Todorov, (Orgs.), Lisboa, Dom Quixote, 1984, p.16

alargar o campo de estudo e assim dar aos estudiosos a possibilidade de um mais completo conhecimento do quotidiano dos portugueses da sua época, da época que o autor realista retrata.

A opção pela referência à obra e à figura de Eça de Queirós neste projeto de investigação, e não a outros autores oitocentistas, deve-se ao facto de estes autores constituírem uma referência de leitura de diversas gerações dos séculos XX e XXI e de ambos se debruçarem sobre a vida rural, sobre a política, os costumes, os amores e a educação das mulheres. Eça de Queirós continua a ser um autor de referência nos programas do ensino secundário, nomeadamente com a sua obra *Os Maias*. Júlio Dinis, tal como Eça de Queirós, assume os objetivos do discurso do realismo-naturalismo: a necessidade de informar, de fazer pedagogia, de contribuir para a mudança social, de mentalidade e de valores, de procurar o efeito do real, de o representar, em especial através da casa burguesa e dos valores tradicionais da sociedade portuguesa, assumindo os protagonistas uma especial relevância. Mas, ao contrário de Eça, Júlio Dinis, considerado um precursor do romance realista, utiliza a «*intriga serena, verosímil, onde o estudo da sociedade, do coração e da mente humanas dominam*», conforme podemos ler em Maria Alda Silva.⁸² A autora considera que «*a sua obra como romancista constitui um documento sociológico sobre Portugal novo nascido das transformações políticas e económicas do regime liberal*».⁸³

Numa interessante nota de reflexão literária, já atrás indicada, escrita, no Funchal, em Março de 1870, Júlio Dinis afirma a sua opinião quanto ao papel do romance, para o estudo de uma época:

*«Os romances de costumes, bem compreendidos, pintando a maneira de viver e o pensar comum dos povos, sobre serem de irresistível interesse para a actualidade e os que mais prontamente adquirem os tão disputados foros de popularidade, são mina preciosa para o estudo da época fornecida aos vindouros. Se as idades passadas da nossa literatura cultivassem o género, importante subsídio colheriam nele os historiadores, que tanto se queixam da aridez das crónicas e dos escritos literários desses tempos.»*⁸⁴

Revelando aqui pensamento próprio sobre o que é o romance, como realidade literária, cultural e social do seu tempo, na verdade, alguns meses antes, em novembro de 1869, também no Funchal, já tinha escrito:

*«O romance é um género de literatura essencialmente popular. É necessário que na leitura dele as inteligências menos cultas encontrem atractivos, instrução e conselho e que, ao mesmo tempo, os espíritos cultivados lhe descubram alguns dotes literários para que se possa dizer que ele satisfaz à sua missão.»*⁸⁵

⁸² Maria Alda Silva, ob. cit., p. 9

⁸³ Idem, p. 13

⁸⁴ Cf *Obras de Júlio Dinis*, vol II, Porto, s/d, p. 536

⁸⁵ Idem, p. 544

Nestas frases, fica bem documentada a profundidade da sua reflexão sobre o seu ofício de escritor e sobre o género literário que o tornou um escritor conhecido e lido pelos seus contemporâneos e que o projetou para além da sua vida.

Para Maria Lúcia Lepecki,⁸⁶ Júlio Dinis apresenta-nos intrigas amorosas convencionais, capazes de atrair leitores e em que, para além de trabalhar sobre um quadro de valores morais e tendo um cunho pedagógico, também perpassa o seu comprometimento político, na representação da harmonia universal que o liberalismo prometia. O liberalismo e os ideais burgueses comportam a possibilidade de ascensão social e a anulação das desigualdades. Júlio Dinis apresenta e promove pares amorosos economicamente e socialmente desiguais, mas que ao longo do romance alcançam a felicidade, permitida ou aceite pela sociedade que lhes reconhece o direito à felicidade e dá a possibilidade de ascensão social de um dos membros do par amoroso.

Neste romance, encontramos a família honrada e a sua importância, a gente trabalhadora, o amor, o rapaz estouvado e inconstante que se corrige, a força social e moral da educação, a mulher idealizada do romantismo, a mulher anjo, a mulher serena, a irmã exemplar, a mulher fada do lar, que o século XIX europeu procurou e promoveu. Encontramos também o tema da perda – a orfandade que Júlio Dinis conhece e que é um tema recorrente neste autor e na estética do romantismo. *As Pupilas do Senhor Reitor* e o conto *Justiça de Sua Majestade*, escritos na mesma fase literário de Júlio Dinis revelam-se-nos um retrato do seu pensamento, pois parecem fortemente comprometidos com questões de ordem moral, social, cultural e emocional/afetiva na relação homem-mulher.

Estamos perante um romancista que, relativamente à sua época e na obra em estudo constrói um dado retrato da sociedade, uma sociedade particular, rural, sua contemporânea, situada no início da década de 50 do século XIX e registada pela sua pena uma década depois.

⁸⁶ Maria Lúcia Lepecki, ob. cit.

CAPÍTULO II - CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE POLÍTICO, ECONÓMICO, SOCIAL E CULTURAL DO INÍCIO DA 2ª METADE DO SÉCULO XIX

Neste capítulo não tenho como objetivo apresentar a história do Liberalismo ou da Regeneração em Portugal, temas hoje muito estudados, desde o ponto de vista historiográfico ao literário. Pretendo somente fazer aqui uma breve caracterização da situação política, económica e social do país em que Júlio Dinis cresceu, viveu e escreveu. Sabendo que era um homem dos ideais do liberalismo e portador dos valores burgueses, é importante referir o ambiente político, o desenvolvimento técnico e a mudança legislativa que anunciava ao país a intenção e a necessidade da mudança: «*O processo político português, que até meados de Oitocentos viveu um percurso de intermitentes oscilações e de tensos conflitos sociais, experimenta, a partir de 1851, alguma estabilidade, com a aplicação e prática de regras de acção política. O equilíbrio do sistema consolidar-se-á, porém, mediante o funcionamento regular das instituições.*»⁸⁷

A vida artística e literária de Júlio Dinis desenvolve-se em plena época da Regeneração, como afirma Isabel Pires de Lima:

«[em] clima de acalmia política e ideológica, subsequente aos trinta anos de instabilidade e de confrontações que haviam impedido o desenvolvimento do capitalismo em Portugal ao ritmo europeu, um momento, pois, em que a burguesia portuguesa havia finalmente tomado consciência da urgência de encontrar uma plataforma conciliadora dos interesses das várias classes detentoras do poder económico e uma forma de governo capaz de ser estável, de modo a viabilizar um projecto expansionista da economia nacional que permitisse o fomento material necessário ao próprio avanço do capitalismo.»⁸⁸

É a época em que o caminho de ferro e tantas outras novidades entram em Portugal, trazendo mudanças, mas cimentando a forte dependência e interdependência de Portugal em relação ao resto da Europa, especialmente ao triângulo Espanha-França-Inglaterra. Todo o material utilizado era importado, o capital necessário era importado. O caminho de ferro avança pelo reino, mas o resultado da sua exploração é deficitário, desiludindo as expectativas de investidores e governantes. O mercado nacional vai surgindo e vai-se consolidando, mas de forma muito lenta e assente na produção agrícola, estando o papel do Estado sempre presente, perante uma burguesia nascente mas não suficientemente audaz, especialmente na área industrial.

⁸⁷ Maria Manuela Tavares Ribeiro, *A Regeneração e o seu significado*, in *História de Portugal*, direcção de José Mattoso, 5º vol, coordenação de Reis Torgal e João Roque, Círculo de Leitores, 1993, p. 121

⁸⁸ Isabel Pires de Lima, *Júlio Dinis e a antecipação do romance realista*, in *História da Literatura Portuguesa*, Direcção de Carlos Reis, vol 4, Lisboa, Ed. Alfa, 2001, p. 107

2.1 - A situação política, económica e social na Regeneração

A sociedade liberal e burguesa com os seus valores, conhecida e defendida por Júlio Dinis, apostada na construção da modernidade, tardava nas nossas aldeias, no mundo rural e, como sabemos, também na cidade, onde a industrialização era lenta e a sociedade ainda pouco preparada para a vivência dos ideais burgueses. Tardava a modernidade, para além da fronteira da capital do reino. Júlio Dinis revelou-nos essa realidade, escrevendo:

«É que há muito as reformas manifestam-se em Lisboa por ampliações nos quadros dos funcionários, aumento da despesa pública, elevação das cifras de vencimentos, criação de sinecuras, com que a proverbial indolência dos nossos compatriotas do sul se pressente lisonjeada. Para nós, porém, os que vivemos longe do sol, aquele belo e fomentador sol da capital, diversa e quase antinómica aceção tem a palavra, (...), Lisboa para lá dos seus muros, esquece que existe o País e procura só por si absorver tudo.»⁸⁹

É a preocupação do escritor com a distância política, cultural e social entre Lisboa e o país e que poderemos constatar também no enredo de *A Morgadinha dos Canaviais*, romance que Júlio Dinis publicou em 1868 e que constitui mais um romance que retrata o mundo rural português de Oitocentos. Sobre o seu tempo, Júlio Dinis, pela pena de Diana de Aveleda, numa carta *A Cecília*, publicada em 21 de agosto de 1864, no *Jornal do Porto*, dá-nos ainda uma outra imagem do ambiente social e político da época, dizendo que a *«sociedade para tudo faz regulamentos, é a sua mania; em tudo quer as aparências salvas. Decreta que o órfão seja inconsolável durante seis meses, (...) outros seis meses quer que os empregue a consolar-se, (...) passado o ano, deve considerar-se consolado, e permite-lhe esquecer completamente os pais falecidos. Para irmãos reduz apenas a metade estas manifestações de saudade.»⁹⁰*

A apresentação neste capítulo de alguns factos, numa cronologia necessariamente incompleta, pretende ser um complemento para a abordagem e a compreensão da obra de Júlio Dinis, situando-a num tempo real, o tempo em que o seu autor viveu. Este é o Portugal do início da 2ª metade do século XIX, o reino pacificado, em acelerada mudança política e ao nível dos transportes, das comunicações e da legislação de carácter social e económico, mas com muitos problemas para ultrapassar na caminhada para a industrialização, a mecanização da agricultura, o desenvolvimento do ensino e da vida cívica. Procuramos o contexto e as motivações épocas de Júlio Dinis, num período em que Fontes Pereira de Melo, com a sua ação regeneradora personifica a possibilidade de paz política, a conciliação nacional, a estabilidade social e política,

⁸⁹ Cf *Obras de Júlio Dinis*, vol II, Porto, s/d, p. 530/531

⁹⁰ Idem, p. 730

que tardam em estabelecer-se.⁹¹ Foram utilizadas várias fontes, desde a *História de Portugal*, de José Mattoso,⁹² a vários e interessantes website,⁹³ como os da Fundação da Portugal Telecom, da CP, da Fundação Museu Nacional Ferroviário, da REFER, do Portal da História, da Universidade do Minho, entre outras fontes presentes neste trabalho.

Pretende-se situar a ação do romance na sua época e na vida do reino, de forma muito sucinta, e sem procurar justificação para quaisquer opções ou considerações de ordem política ou outra, mas indo do importante aspeto das inovações técnicas, até ao nível social, cultural, económico, político e científico, para que seja possível compreender o perfil das personagens tipo, o que representam com as suas vivências e as suas aspirações. Se são personagens representativas de uma dada realidade rural, conhecida e apresentada pelo autor, como viviam, que contributo poderiam dar para o desenvolvimento do reino e como é que o progresso e a monarquia constitucional chegavam aos cidadãos.

O intervalo considerado de 1852 a 1868, na seleção agora apresentada, a partir dos quadros do anexo 1, pretende dar-nos uma imagem de uma época, isto é, uma imagem da vivência social, económica, cultural e política de Júlio Dinis, desde os seus treze anos, pois que cedo manifestou interesse pela palavra, pela poesia e pelo texto dramático. Só em 1863-1864, já doente, decorreu o período de concepção de *As Pupilas do Senhor Reitor*, cuja publicação aconteceu em 1867-68, primeiro em folhetim e depois em livro. E assim pretendemos acompanhar o caminho que a Regeneração percorreu, de 1862 a 1868, para encontrar a estabilidade política decisiva para o equilíbrio necessário para a realização das reformas económicas e sociais de que o reino necessitava urgentemente. Encontrar o autor, as suas personagens e a vida na aldeia em *As Pupilas do Senhor Reitor*, é pois o propósito deste projeto.

⁹¹ Isabel Pires de Lima, ob. cit., p. 107

⁹² José Mattoso, ob. cit.

⁹³ Cf Webgrafia, p. 120/121

Quadro 1 – 1862 a 1868, atos eleitorais e vida parlamentar

Eleições e atividade parlamentar	
1852 – 1868	
1852	<p>Julho, 24 - Dissolução parlamentar (Eleições em Novembro de 1851).</p> <p>Setembro, 30 – decreto eleitoral que fixa o número de deputados em 156, com 48 círculos, situação que vai manter-se durante sete anos.</p> <p>Dezembro 12 – Eleições. Vitória dos candidatos governamentais.</p>
1856	<p>Setembro, 29 – O número de deputados é aumentado, passando de 156 para 162.</p> <p>Novembro, 9 – Realizam-se eleições, com a vitória dos <i>progressistas históricos</i>, no Governo, que venceram os <i>progressistas regeneradores</i>, de Rodrigues Sampaio, José Estevão e Fontes Pereira de Melo, entre outros, e o pouco numeroso <i>partido cabralista</i>.</p>
1858	<p>Março, 26 - A Câmara dos Deputados é dissolvida.</p> <p>Maió, 2 – Eleições. O <i>partido histórico</i>, que apoia o governo, ganha as eleições.</p>
1859	<p>Março, 14 – O governo de Loulé pede a demissão.</p> <p>Março, 16 – O duque da Terceira forma governo.</p> <p>Novembro, 23 - As câmaras são dissolvidas. Aprovada uma nova Lei Eleitoral, influenciada por Oliveira Marreca e José Estevão. São criados os círculos uninominais. Aumenta o número de eleitores.</p> <p>Novembro, 28 - Marcação de eleições para 1 de Janeiro de 1860.</p>
1860	<p>Janeiro, 1 – Eleições. O <i>Partido Regenerador</i>, o partido que apoiava o governo, integrando os <i>cabralistas</i>, ganha as eleições. Os <i>históricos</i> só elegem 15 deputados, sendo eleitos 2 deputados miguelistas. Os deputados foram eleitos por meio de círculos eleitorais uninominais.</p> <p>Janeiro, 26 – Abertura das Cortes.</p> <p>Julho - O governo regenerador de Aguiar, enfraquecido desde a morte do duque da Terceira (26 de abril), pede a demissão no seguimento do debate sobre o crédito predial, ou hipotecário.</p> <p>Julho, 4 – O duque de Loulé é incumbido de formar o governo.</p>
1861	<p>Março, 27 – Dissolução da Câmara dos Deputados, com marcação de eleições em 22 de Abril.</p> <p>Abril, 22 – Eleições. Vitória dos <i>históricos</i>, apoiantes do governo, mas com cerca de 50 deputados oposicionistas.</p> <p>Maió, 17 – São nomeados 17 novos pares, para permitirem uma maioria <i>histórica</i> na Câmara dos Pares.</p> <p>Dezembro, 25 – Tumultos em Lisboa levam à queda do governo.</p>
1862	<p>Fevereiro, 21 – O duque de Loulé forma novo governo.</p>
1864	<p>Setembro, 11 – Eleições. Os <i>históricos</i>, no Governo, vencem elegendo cerca de 100 deputados em 177.</p>
1865	<p>Abril, 17 – Formação de um ministério presidido por Sá da Bandeira, que se manterá em funções até Setembro.</p> <p>Maió, 15 – A Câmara dos Deputados é dissolvido.</p> <p>Julho, 9 – Eleições. Uma união de <i>históricos</i> e <i>regeneradores</i>, vence as eleições, por pequena margem.</p> <p>Julho, 30 – Reabertura do Parlamento.</p>
1868	<p>Janeiro, 4 – Queda do governo da Fusão e constituição de um governo da direita reformista sobre o poder para dar satisfação ao movimento da <i>Janeirinha</i>.</p> <p>Março, 22 – Eleições. O governo ganha as eleições.</p>

Com este quadro, obtemos uma imagem da vida eleitoral do reino: debates parlamentares muito intensos e sete atos eleitorais em dezasseis anos, verificando-se sempre a vitória do partido no poder. De 1860 a 1868, houve eleições seis vezes, sendo que, no Natal de 1861, a população de Lisboa provoca a queda do governo, devido às suspeitas sobre as causas da morte de D. Pedro V e de seu irmão, D. Fernando.

Quadro 2 - 1852-1868, Aspetos da vida política, cultural e social no reino

A Regeneração - Mudança política, cultural e social	
1852-1868	
1852	Setembro, 1 - Criação do Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria, integrando os serviços de Correios e Postas do Reino. Fontes Pereira de Melo é nomeado ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria.
1853	Novembro, 16 – Após a morte de D. Maria II, D. Fernando II é jurado Regente perante o Conselho de Estado.
1854	Fevereiro, 26 - Tumultos entre estudantes e populares em Coimbra, durante o Carnaval.
1855	Outubro - A epidemia de cólera-morbo recrudescer em Portugal, atacando sobretudo no Centro, no Sul e na Madeira.
1856	Setembro, 15 - A abertura da Universidade é adiada para 1 de Novembro, devido à epidemia de cólera-morbo.
1857	Agosto - Epidemia de febre amarela em Lisboa.
1858	Setembro, 2 - É proibido às Irmãs da Caridade o ensino literário e religioso nos estabelecimentos de beneficência.
1859	Junho - Criação do Curso Superior de Letras. - Criação da Direcção-Geral de Instrução, no ministério do Reino, por iniciativa de Fontes Pereira de Melo.
1860	- Reforma do ensino secundário, sob a égide de Fontes Pereira de Melo.
1861	Maior, 24 - Fundação da Associação 1.ª de Dezembro de 1640
1862	Maior, 1 - Tumultos no Minho. Agosto, 16 - Tumultos populares em Aveiro e Braga, que têm como origem o aumento dos impostos. - As congregações religiosas são proibidas em Portugal.
1863	Maior, 19 - Abolição dos Morgados, com a excepção dos pertencentes à casa de Bragança. Dezembro, 31 - Primeiro recenseamento nominal simultâneo de toda a população do país.
1864	Setembro, 29 - Forma-se em Inglaterra a 1.ª Internacional.
1865	Setembro, 27 - Início da «Questão Coimbrã» ou «Questão Bom Senso e Bom Gosto».
1866	- Desamortização dos bens das câmaras, irmandades, hospitais, misericórdias e outras instituições pias.
1867	- Extinção das rodas de enjeitados e sua substituição por hospícios destinados a admitir crianças abandonadas. - É abolida a pena de morte para os crimes civis.
1868	Janeiro, 1 - <i>Janeirinha</i> : Tumultos no Porto e em Lisboa.

Em 1852, Fontes Pereira de Melo é nomeado ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria, o recém criado ministério que fica ligado ao movimento de regeneração do reino. Os morgadios são extintos em 1863 e a nível internacional salienta-se a formação da 1ª Internacional, em Inglaterra e a Guerra Civil dos Estados Unidos da América. A vida política e social é sucessivamente agitada por tumultos, do Minho a Lisboa e na cena cultural do reino assiste-se aos episódios da Questão Coimbrã, envolvendo personalidades como Antero de Quental e Ramalho Ortigão que se bateram em duelo, no Porto, em fevereiro de 1866.

Quadro 3 - 1852-1868 – Aspetos da vida económica no reino

Aspetos da vida económica no reino	
1852-1868	
1852	Dezembro, 30 - Fontes Pereira de Melo cria o Instituto Industrial de Lisboa e a Escola Industrial do Porto.
1853	Março, 23 - Medidas de fomento florestal, com distribuição gratuita de sementes. Novembro, 26 - Nomeação de uma comissão para redigir um Código Florestal, e em que participa Morais Soares.
1854	Agosto, 2 e 7 - A produção cerealífera foi fraca, tendo sido dada autorização de importação de milho estrangeiro .
1855	Fevereiro - Falta de cereais no Porto obriga a baixar o preço de venda do pão.
1856	Junho, 12 - Devido ao mau ano agrícola, é autorizada a importação de cereais em grão ou farinha, e mais tarde, em 6 de Agosto, de bolachas e massas para sopa. Agosto, 8 / 10 - Revolta das subsistências. Devido ao mau ano agrícola, realizam-se manifestações em Lisboa contra o aumento do custo de vida, com tumultos e assaltos a lojas. - Introdução da debulhadora em Portugal.
1857	Fevereiro, 20 - As Cortes, ocupam-se das questões do vinho do Douro e da importação de cereais. Julho, 12 a 14 - Exposição Agrícola no Porto.
1858	Setembro, 10 - Autorizada novamente a livre importação de cereais.
1859	Junho - As vinhas portuguesas são afetadas pelo <i>oidium</i> . Junho, 30 - Decretada a importação livre de milho em Portugal.
1860	- Dezembro - Exposição agrícola no Porto.
1861	Agosto, 20 - Foi autorizada a fundação do Banco União, o quarto banco português.
1862	Junho - Morais Soares defende no <i>Archivo Rural</i> que o latifúndio trava o desenvolvimento agrícola. Setembro - Trabalhadores rurais boicotam o uso de uma máquina de debulhar na Quinta da Cartuxa.
1863	Outubro, 16 - Exposição agrícola e industrial de Braga. - Autorização do 5.º banco português, o Banco Aliança.
1864	Janeiro - Governo consegue um empréstimo de 5 milhões de libras. Maio, 16 - É dada autorização para a fundação do Banco Nacional Ultramarino, que se estabelece em Luanda.
1865	Setembro, 15 - Abertura da Exposição Internacional do Porto, no Palácio de Cristal. Dezembro, 7 - Autorizada a livre exportação de vinhos pelo Douro.
1866	- Desamortização dos bens das câmaras, irmandades, hospitais, misericórdias e outras instituições pias.
1867	Agosto, 8 - Criação de uma comissão, para propor reformas para melhorar as condições económicas do país.
1868	- Adoção da unificação de pesos e medidas.

Na perspetiva económica, o reino atravessava tempos de mudança e de consolidação dos valores da burguesia, com o aparecimento de bancos e o desenvolvimento do setor industrial, o que acontece a par de importantes questões agrícolas e de crises de cereais, que provocam acesos debates parlamentares e a necessidade de legislar sobre a importação de cereais.

Quadro 4 - 1852 – 1868, mudanças nos transportes e nas comunicações

Mudanças nos transportes e nas comunicações	
1852 – 1868	
1852	Abril, 4 - Primeiras experiências de utilização do telégrafo elétrico em Portugal.
1853	Junho, 1 - O selo postal é introduzido em Portugal. - início da publicação de <i>O Jornal do Commercio</i> .
1854	Julho, 8 - Primeira experiência de caminho de ferro em Portugal, entre Sacavém e Vila Franca de Xira. - Aparecem os jornais <i>O Comércio do Porto</i> e <i>O Conimbricense</i> .
1855	Setembro, 19 - Inauguração da rede telegráfica elétrica.
1856	Outubro, 28 - Inauguração do primeiro troço de linha férrea, fazendo ligação entre Lisboa e o Carregado.
1857	Julho, 12 - 1ª Convenção Telegráfica entre Portugal e Espanha.
1858	- A Companhia União Mercantil estabelece as primeiras carreiras regulares, a vapor, de Portugal para Angola. - A linha férrea do Norte chega à Ponte de Asseca. - Abertura ao público do primeiro telégrafo, em Lisboa.
1859	- Constituição da Companhia Real dos Caminhos de Ferro. - Inauguração da ligação telegráfica Valença-Tuy.
1860	A rede telegráfica nacional atinge 2064 quilómetros, ligando 56 estações.
1861	- Linha férrea do Barreiro a Vendas Novas e de Pinhal Novo a Setúbal. - Novas linhas telegráficas: Braga-Guimarães; Mirandela-Moncorvo, Atalaia-Aldeia Galega.
1862	- Linha Telegráfica: Paço das Necessidades-Lumiar.
1863	Abertura da linha férrea até Badajoz, concluindo-se a linha do Leste, e chegada a Évora da linha do Sul.
1864	- Conclusão da linha férrea do Norte até Gaia e da do Sul até Beja. Abertura do caminho de ferro até Vilar Formoso. - Começo da publicação do <i>Diário de Notícias</i> , em Lisboa.
1865	Maio, 1 - Inauguração da estação principal de Caminho de Ferro de Leste e Norte (Lisboa, Stª Apolónia). - 1ª linha telegráfica entre Lisboa e Sintra, numa distância de 32 Kms e 4 estações.
1866	- Hans C. Andersen visita Portugal – viaja de malaposta de Madrid a Mérida e chega a Lisboa de comboio.
1867	Agosto, 13 - Contrato para o estabelecimento de uma linha telegráfica submarina entre Falmouth (Inglaterra) e Peniche.
1868	Abril, 1 - É inaugurado o serviço direto de Lisboa a Madrid, para passageiros de primeira classe - Aparece no Porto o jornal <i>O Primeiro de Janeiro</i> .

A Regeneração tem também como programa a necessidade de criar facilidades na ligação do reino ao estrangeiro e uma rede nacional de comunicações e transportes. Do serviço de comboio direto, de Lisboa a Madrid, ao estabelecimento de uma linha telegráfica nacional e de uma rede de caminhos de ferro, passando pelo uso do selo postal, Portugal procurava acompanhar o desenvolvimento do setor na Europa. O aparecimento de uma rede de comunicações tornava-se essencial ao desenvolvimento económico e cultural em Portugal.

Sendo as eleições parte constituinte da evolução política da monarquia constitucional, desde 1820 elas «constituem uma prática regular do exercício da cidadania, que se foi reformulando (...) sobretudo a partir da Regeneração, exerciam uma função de legitimação do poder político, muitas vezes, porém, de aparente legalidade. (...) desempenhavam três funções: legitimação do Poder, controle social, selecção e rotativismo das elites. (...) A consolidação da nova ordem liberal é indissociável da prática eleitoral.»⁹⁴ No entanto, como sabemos, o cidadão eleitor está permanentemente sob pressão e aliciamento da elite política, social e económica, sendo que a corrupção e o clientelismo, ora servindo abertamente os interesses do poder político, ora os das elites locais, levaram a que a separação de poderes nunca fosse uma realidade, no Portugal oitocentista que associava à nova situação política, social e económica uma elevadíssima taxa de analfabetismo e de dificuldade e desinteresse na obtenção da informação.

É também neste período que muitos escritores são chamados para a administração pública, embaixadas e parlamento, numa «sociedade burguesa pacificada e desenvolvimentista que ainda não encontrara um romancista que lhe desse expressão literária»,⁹⁵ passando a ser «uma espécie de porta-vozes do poder e autores de uma literatura ao seu serviço (...)»⁹⁶ e em que, na ficção, o romance histórico e a novela dominam a cena portuguesa. Isabel Pires de Lima considera que Camilo e Júlio Dinis contribuirão para alterar a situação, tornando-se escritores defensores dos valores dominantes.⁹⁷

É importante salientar que não nos é possível ver a vida política e partidária de então à luz das estruturas políticas do século XX, em especial as mais próximas de nós, no pós 25 de abril de 1974. Como afirma José Miguel Sardica, os partidos políticos da Regeneração eram

«estruturas organizativas bastante informais, construídas a partir de cima e prioritariamente vocacionadas para a luta eleitoral e para a formação de blocos de apoio ou de oposição aos governos no interior do parlamento. Nessa condição, tratava-se de agrupamentos que reforçavam o «isolamento» relativo do mundo da política face ao geral do país, por não apostarem numa implantação social e geográfica mais alargada e por não se afirmarem como verdadeiros instrumentos de modelação e representação da opinião pública. Este como que autofechamento estava de acordo com uma deliberada atitude característica dos políticos do tempo, que confiavam mais nos círculos chegados de parentesco, amizade e influência do que em organizações partidárias formais e «extensivas» para manterem as suas margens de poder.»⁹⁸

⁹⁴ Isabel Nobre Vargues e Maria Manuela Tavares Ribeiro, *Estruturas política: parlamentos, eleições, partidos políticos e maçonarias*, in *História de Portugal*, Direção de José Mattoso, 5º vol, coordenação de Reis Torgal e João Roque, Círculo de Leitores, 1993, p.191

⁹⁵ Isabel Pires de Lima, ob. cit., p.108

⁹⁶ Idem, p.108

⁹⁷ Ibidem, p.108

⁹⁸ SARDICA, J. Miguel (1997), *A vida partidária portuguesa nos primeiros anos da Regeneração*, in *Análise Social*, vol. XXXII (143-144),1997, 4.º-5.º, 747-777, p.749

Assim, e tendo em atenção a importância da persistência da elevada taxa de analfabetismo, o autor, refere ainda que «a persistência dos localismos políticos e da «economia» clientelar de troca — de benesses, de favores, de amizades — sabotou toda e qualquer esperança (se é que ela existiu) de conferir aos partidos uma maior homogeneidade e carácter inovador, tanto no plano organizativo como no plano programático.»⁹⁹ Para o cidadão, «o anónimo e colectivo zé-povinho, a política e os partidos estavam ao largo, porque o Estado só lhe batia à porta na figura do juiz, do imposto ou da chamada para o serviço militar».¹⁰⁰

Os valores relativos à vida eleitoral e parlamentar portuguesa¹⁰¹ apresentados no quadro que se segue, são bem representativos da situação da vida política portuguesa, muito centrada em elites e grupos com dinâmica e ativismo político, sem grande expressão nacional, localizados principalmente nas cidades de Lisboa e Porto. A percentagem de eleitores e de população votante não pode ser considerada representativa da população portuguesa e aponta para o nível de informação e de escolarização, bem como para o grau de politização geral.

Quadro 5 - Aspetos da Vida Eleitoral e Parlamentar Portuguesa

Eleições em Portugal						
1860 – 1869						
Ano	População total	Eleitores	% Eleitores	Total Votantes	Eleitores votantes %	População Votante %
1860	-----	310 494	-----	-----	-----	-----
1861	3 693 362	302 169	8,2	194 818	64,5	5,3
1864	4 188 410	350 145	8,4	238 462	68,1	5,7
1865	-----	331 921	-----	239 060	72,0	-----
1868	-----	366 448	-----	266 018	72,6	-----
1869	3 942 281	368 237	9,3	222 055	60,3	5,6

Também podemos reconhecer alguns destes aspetos da vida política nacional nas palavras de Júlio Dinis. Numa carta escrita em Felgueiras ao seu amigo Custódio Passos, em 9 de julho de 1865, refere-se ao ato eleitoral para o Parlamento a decorrer nessa data:

⁹⁹ Idem, p. 749

¹⁰⁰ Ibidem, p. 750

¹⁰¹ *Materiais para a História Eleitoral e Parlamentar Portuguesa*, (2006) BNP, Lisboa, disponível em <http://purl.pt>

«Neste momento estão caminhando os eleitores para a urna, sem grande consciência da importância da sua missão. (...) não há soberano mais modesto e despido de soberbas e orgulhos do que o povo soberano. (...) As freguesias chegavam aos magotes, capitaneadas por um caudilho que pisava o terreno com certos ares de general, marchando à frente de um exército. Que figuras! Quando me lembrava que cada uma daqueles eleitores trazia no bolso uma lista com o nome de Roque Joaquim Fernandes Tomás, e me punha a comparar aquelas individualidades, a do eleitor e a do eleito, quando via a distância que os separava, a completa ignorância em que estava um das qualidades e até da existência do outro, não podia deixar de fazer as minhas reflexões sobre o muito que distava ainda da ideia constitucional à realidade.»¹⁰²

A este propósito, em 1869, no Funchal, a 5 de maio, Júlio Dinis escreve ao seu amigo Custódio Passos sobre a humanidade e o estado da nação, afirmando que a humanidade é «a coisa mais monótona que há»¹⁰³ e que, na Madeira, encontrou «os mesmos cavacos políticos nas praças, as mesmas cerimónias nas salas de partidas, as mesmas bisbilhotices nas lojas, onde se reúne a elite funchalense. É o Porto sem tirar nem pôr, com a única diferença de se entrar ainda mais pelo íntimo das casas para assoalhar o que por lá vai. (...) Os morgados andam por cá a rodo. (...) As informações distribuem-se aqui às horas do leite e do pão quente.»¹⁰⁴

Poderíamos continuar a refletir sobre a vida política portuguesa da 2ª metade do século XIX, nomeadamente recorrendo a dados como os relativos à vida eleitoral, para os anos de 1860 a 1869. Efetivamente, a percentagem de população que é considerada para definir quem são os eleitores é demasiado diminuta para ser representativa dos portugueses e da sua vontade ou opinião política. Entre os eleitores, o número de votantes também revela que uma grande franja de cidadãos não vota, seja por desinteresse pessoal ou por dificuldade de comunicação/informação entre eleitos e eleitores. Se, em 1861, eram eleitores apenas 8,2% da população total e em 1869, essa percentagem subiu para 9,3%, o número de votantes, passou de 64,5%, em 1861, para 60,3%, em 1869, mas atingindo os 72%, em 1865 e 1868, obtendo-se uma média de 67,5% de eleitores votantes, nos cinco atos eleitorais, entre 1861 e 1869.

Segundo Maria Antonieta Cruz, os processos eleitorais são importantes fontes para o estudo do liberalismo e da vida social portuguesa e que, com a Regeneração, Portugal atinge uma fase de maturidade e as «eleições jamais deixarão de ser directas, alargando-se ou retraindo-se o sufrágio em função dos objectivos e opções doutrinárias das elites políticas que dominavam o corpo legislativo».¹⁰⁵ Neste seu artigo, a investigadora, informa que:

«A data de universalização do voto foi muito variável. Em França o sufrágio universal masculino ficou consignado pela primeira vez em 1848, no mesmo ano em que a Suíça o fez, mas muitos

¹⁰² Cf *Obras de Júlio Dinis*, vol. II, Porto, s/d, p. 858

¹⁰³ *Idem*, p. 881

¹⁰⁴ *Ibidem*, p. 881

¹⁰⁵ Maria Antonieta Cruz, *Os recenseamentos eleitorais como fonte para o estudo das elites no decurso da Monarquia Constitucional: da Regeneração à República*, Porto, 2009, p.161

outros países apenas o introduziram no século XX. Do conjunto de países menos liberais na concessão de direito de voto fazem parte: a Noruega, que apenas adoptou um sufrágio mais alargado depois de 1897; a Suécia, que seguiu um regime censitário muito restritivo até 1907; a Holanda, que só alargará o eleitorado, através da introdução de medidas capacitárias ao lado das censitárias, a partir de 1896; a Bélgica, que manteve até 1892 um grupo de possuidores de direito de voto de cerca de 2% da sua população, quando em Portugal, na mesma data, os eleitores atingiam 18% a 19% dos portugueses.¹⁰⁶

Por outro lado, refere que os debates parlamentares são elucidativos da importância da vida eleitoral e dos recenseamentos, para a formação do corpo eleitoral, mas não deixa de estabelecer a comparação com a realidade política nacional com a de outras nações europeias:

«os índices de participação eleitoral dos “cidadãos activos” era elevado no nosso, como em outros países do mundo liberal. Melvin Edelstein, por exemplo, estudou as eleições de 1790 no departamento (província) de Landes, muito longe de Paris, e verificou que 61% dos “cidadãos activos” participaram no processo. Este conjunto, de acordo com o autor, inclui grupos sociais muito diversificados “nomeadamente minorias de cultivadores”. Em Portugal, na segunda metade do século XIX, a percentagem de votantes ultrapassou sempre os 50% de eleitores. De assinalar que a participação foi maior na cidade do Porto que na de Lisboa. Nesta as percentagens ficavam aquém da média nacional, de acordo com os dados coligidos por Pedro Tavares de Almeida.»¹⁰⁷

Júlio Dinis escolheu não trazer para *As Pupilas do Senhor Reitor* personagens ou episódios que contribuíssem para a caracterização política da sociedade portuguesa, no entanto, na sua ficção, esta realidade surge explicitamente retratada no seu outro romance rural, *A Morgadinha dos Canaviais*. Segundo Fernanda Monteiro Vicente, o autor «não concebe o romance como um género onde a verdade não tem lugar. Os princípios teóricos que defende, e dos quais procura não se afastar, concebem a verdade como elemento fundamental e integrante do romance-instrumento que pretende criar. A verdade que envolve não apenas as personagens, mas igualmente o meio, o mundo em que se encontram integradas, (...)»¹⁰⁸

A imprensa da época, como fonte, permitirá uma leitura aprofundada da realidade política do reino, pois que entre «1851 e 1861 o universo dos jornais político-partidários mais influentes totalizava cerca de 80 títulos (...)».¹⁰⁹ Se os jornais e revistas publicados, e em elevado número, tinham vida efémera, podemos no entanto concluir que, em Portugal, a política, a imprensa, a filosofia e a literatura, apesar de concentradas em Lisboa e Porto, tiveram uma atividade importante, fundamental para a definição do rumo do liberalismo em Portugal, na 2ª metade do século XIX, pois que entre a classe política dirigente, a elite cultural e a burguesia em Portugal, se estabeleceram os debates e os confrontos que se foram refletindo no ambiente parlamentar e na necessidade de repetidamente se realizarem atos eleitorais para legitimação dos partidos no

¹⁰⁶ Idem, p. 162, nota de rodapé nº9

¹⁰⁷ Ibidem, p. 163

¹⁰⁸ Fernanda Monteiro Vicente, *O locus amoenus na narrativa de Júlio Dinis*, Aveiro, 2011, p. 458

¹⁰⁹ J. Miguel Sardica, ob. cit., p. 767

governo. O escritor Júlio Dinis era um portuense que se mantinha informado sobre a vida política e cultural da sua cidade e do reino, bem como da Europa e escrevia para os jornais, colaborando assim na dinamização do debate cultural e literário local.¹¹⁰

2.2 - A Regeneração e o desenvolvimento do ensino primário

Com a Regeneração, em 1852, inicia-se um período de 40 anos, em que, a par do progresso material, se procura que a sociedade se liberte da estrutura tradicional e criar a lógica capitalista nas relações de produção. Decorreram obras públicas, abriram-se vias de comunicação necessárias para o desenvolvimento do comércio interno, alargou-se o crédito, foram extintos os morgadios e ocorreu o fomento agrícola, para além do aparecimento de inúmeros periódicos e de jornais diários,¹¹¹ inovações que se associaram ao comboio, ao telefone e ao telégrafo para fazer a revolução que tardava. E divulgou-se o ensino público, cuja expansão foi revelando fragilidades e dificuldades, como verificámos nos dados disponíveis sobre a evolução do analfabetismo e do número de escolas em funcionamento (ver quadro 6). O ensino primário em Portugal havia recebido um primeiro contributo na 2ª metade do século XVIII, com o Marquês de Pombal que procurou que nas escolas elementares, para além do catecismo se aprendesse a «*ler, escrever e contar, rudimentos gramaticais da língua materna, as quatro “espécies” (operações) de aritmética e regras de civilidade.*»¹¹² Em 1779, aquando do afastamento de Pombal, há 720 escolas, das quais muitas são encerradas e outras são entregues ao clero. Com o liberalismo, o ensino primário parece tornar-se um tema urgente e de suprema importância, como escreveu Alexandre Herculano: «*o cidadão deve tomar o lugar do súbdito e ser habilitado a intervir no sufrágio, nas sentenças judiciais (jurados), no debate público da imprensa e das assembleias; “a instrução é um arroteamento”(...).*»¹¹³ Mas, a tarefa é muito grande, do ensino primário ao superior está quase tudo por fazer e os resultados não se fazem sentir. Assim, «*nos meios urbanos, a pequena burguesia, o operariado artesanal e fabril, com as suas associações mutualistas dão algum impulso ao ensino primário e abrem cursos noturnos de primeiras letras*»,¹¹⁴ assumindo o seu desenvolvimento.

Em 1859, Fontes Pereira de Melo cria a Direcção-Geral de Instrução no Ministério do Reino e inicia-se uma nova fase para o ensino primário e «*a partir do anos 60 acentua-se o*

¹¹⁰ Cf *Obras de Júlio Dinis*, vol. II, Porto, s/d

¹¹¹ Maria Manuela Meireles Pereira, *Jornais, Editores e tipografias do Porto (1866-1898)*, Porto, s/d disponível em <http://ler.letras.up.pt>

¹¹² Rui Grácio, *Ensino primário e analfabetismo*, in *Dicionário de História de Portugal*, direcção de Joel Serrão, vol II, Lisboa, 1971, p. 49

¹¹³ Idem, p. 50

¹¹⁴ Ibidem, p. 50

movimento associativo em prol da instrução popular, nascido por vezes dos meios operários: Sociedade Promotora da educação popular, Voz do Operário, que, no fim do século, mantinha ou subsidiava escolas primárias com frequência de 2200 crianças.»¹¹⁵ Quebra-se assim o monopólio da Universidade de Coimbra nos assunto do ensino em Portugal.

Para além do ensino público e laico, no sentido de os professores não serem religiosos, há que considerar o ensino privado e religioso, que ocorreu após a reinstalação das ordens religiosas no reino, como é o caso das francesas, Irmãs da Caridade, em 1857. O liberalismo, e em especial o projeto educativo da regeneração de Fontes Pereira de Melo, ao procurar elevar o nível de escolarização, tinha objetivos muito precisos: «Ao levar o esclarecimento à população, ao prepará-la para a vida profissional e ao formar o cidadão liberal a escola pública revelava-se um elemento essencial no movimento de estruturação do Estado-nação».¹¹⁶

Apesar do esforço desenvolvido e muito devido ao aumento substancial da população, o analfabetismo mantém-se muito alto e, em 1867,¹¹⁷ a maioria dos alunos das escolas primárias apesar de uma proveniência heterogénea, eram filhos de famílias abastadas e urbanas, pois que muitos pais fugiam à lei e não mandavam os filhos à escola, obrigando-os a trabalhar. Como podemos ver no quadro que se segue, se a escolarização foi paulatinamente aumentando, a presença feminina na escola continua diminuta.

Este atraso distanciava-nos cada vez mais de outros países europeus, sendo impossível tentar estabelecer comparação com a situação em Espanha, Bélgica, França, Inglaterra, Suécia, Prússia, Holanda, Baviera ou com os Estados Unidos, como é referido no Relatório do decreto de 16 de agosto de 1870 da responsabilidade de D. António da Costa, citado por Marques Alves:

«(...) Portugal tem apenas 2300 escolas oficiais, e destas só 350 do sexo feminino. Para estarmos, não diremos na situação que recomendavam as necessidades da população e do ensino, mas apenas na situação em que se acha a Espanha, deveríamos ter 7.000 escolas oficiais; 8.000 em relação à França, Bélgica e Baviera; 10.000 a 12.000 para correspondermos proporcionalmente à Inglaterra, Holanda, Suécia e Prússia; 21.000 para houbrearmos com os Estados Unidos. (...) O número total dos alunos (das escolas oficiais e das livres) no ano de 1867 era de 132.000. De 757.000 crianças de 7 a 15 anos de idade, 600.000 não frequentavam as escolas, o que é um facto lamentável, não o sendo menos que desse mesmo diminuto número de frequentadores a maior parte o era tão irregularmente, que tornava as próprias escolas existentes menos produtivas do que indicaria o seu número (...)».¹¹⁸

¹¹⁵ Ibidem, p. 52

¹¹⁶ Vítor Neto, *O Estado e a Igreja*, in *História de Portugal*, Direção de José Mattoso, 5º vol, coordenação de Reis Torgal e João Roque, Círculo de Leitores, 1993, p. 274

¹¹⁷ Luís Reis Torgal, *A Instrução Primária*, in *História de Portugal*, Direção de José Mattoso, 5º vol, coordenação de Reis Torgal e João Roque, Círculo de Leitores, 1993, p. 619

¹¹⁸ Luís Alberto Marques Alves, *O ensino da segunda metade do século XIX*, in *Revista da Faculdade de Letras*, Porto, 2001, p 62, disponível em <http://ler.letras.up.pt>

Quadro 6 – 1850 -1869: Evolução do ensino primário

Número de escolas primárias		
Anos	Escolas de rapazes	Escolas de raparigas
1854	1046	53
1862	1429	153
1868-69	1997	362

No quadro 6, relativo à evolução do ensino primário em Portugal,¹¹⁹ constatamos a dificuldade de implementação do ensino primário em Portugal, bem como a grande diferença de atitude social e familiar quanto à educação dos rapazes e das raparigas. Na verdade, sociedade e famílias pareciam valorizar mais o trabalho da criança do que a aprendizagem da leitura e da escrita. A todas estas dificuldades e problemas de ordem económica, política, social, cultural e de mentalidades, podemos acrescentar um outro muito importante: a falta de formação de professores, sendo que o número de professores foi sempre insuficiente para as necessidades na luta contra o analfabetismo.

Professor e cidadão atento à vida política e cultural do reino, Júlio Dinis acompanhava, com preocupação, as tentativas de implementação de reformas no ensino, como lemos nos seus manuscritos: «*Prepara-se pois uma reforma radical na instrução pública do País; desde a instrução primária, a tão descurada sempre dos nossos governos, até á instrução superior, tão longe ainda entre nós do que devia ser.(...) faremos votos para que não seja apenas uma aurora boreal, como a que aparece aos navegadores dos mares do norte para, momentos depois, se resolver em trevas.*»¹²⁰ Os métodos de estudo e a pedagogia são outra das preocupações do escritor, que encontramos evidenciada em *As Pupilas do Senhor Reitor*, quando nos permite acompanhar os estudos de Daniel: «*E Daniel principiava a repetir as lições, acompanhado das gargalhadas de José das Domas, que, sem o saber, ia demonstrando com o exemplo um grande preceito de instrução, tantas vezes recomendado: - o de vencer, pelo estímulo do agradável, o fastio que acompanha o estudo.*»¹²¹

¹¹⁹ Idem, p. 63

¹²⁰ Cf *Obras de Júlio Dinis*, vol. II, Porto, s/d, p. 530

¹²¹ Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, Estarreja, 2008, p. 15

2.3 - A permanência da tradição e a construção da modernidade no Portugal rural

Entre 1863 e 1864, a população portuguesa contava já entre os 3.693.362 e os 4.188.410 de habitantes, segundo podemos ver nos números atrás apresentados sobre a população total e o número de eleitores nesses dois anos.¹²² Se o século XIX traz a Portugal um forte aumento demográfico, ele é sentido em primeiro lugar no mundo rural, provocando um enorme aumento da emigração na população largamente excedentária no campo e que não é absorvida pela atividade industrial nascente. A situação da estrutura agrária «*retardou, de certa forma, a aceleração industrial e a própria dinâmica capitalista*»¹²³ e, face à pressão demográfica e sem capacidade de resposta da indústria nacional, de 1855 a 1865, há um acentuado fluxo migratório e é o Brasil quem recebe 87,28% dos portugueses que saem em busca de melhor vida. É deste português emigrante que Camilo Castelo Branco, Júlio Dinis e Eça de Queirós, bem como Luís de Magalhães, com a figura do Brasileiro Soares, nos falam nas suas obras, ora valorizando a sua experiência, ora ridicularizando-os. Júlio Dinis, no poema *As Mulheres*,¹²⁴ cria a figura do brasileiro rico que cativa as mulheres e, em *As Pupilas do Senhor Reitor*, apresenta o Brasil como uma terra de oportunidades, onde é fácil fazer fortuna e para onde o pai José das Dornas pondera enviar o filho Daniel.¹²⁵

Sobre os emigrantes do século XIX, convém recordar que não se sabe se enviaram muitas remessas para o reino, nem qual o seu peso no desenvolvimento nacional. Para além do seu papel na transformação da paisagem e da vida social e política na sua terra natal e na sua região, seja pela construção de casas ou palacetes, seja para aquisição de terras ou pelo seu papel na administração local, apenas se conhecem algumas participações em investimentos, como na construção do caminho de ferro. É o caso da Linha do Sul, entre o Barreiro e Vendas Novas e de Pinhal Novo a Setúbal, inaugurada em 1861, construída pela Companhia Nacional de Caminhos de Ferro ao Sul do Tejo, que é mais conhecida por Companhia dos Brasileiros,¹²⁶ já que algum do seu capital pertencia a acionistas ditos brasileiros,¹²⁷ que construíram fortuna como emigrantes

¹²² Materiais para a História Eleitoral e Parlamentar Portuguesa, Lisboa, BNP, 2006, disponível em <http://purl.pt>

¹²³ Maria Manuela Tavares Ribeiro, *A Regeneração e o seu significado*, in *História de Portugal*, Dir. de José Mattoso, 5º vol., coordenação de Reis Torgal e João Roque, Círculo de Leitores, 1993, p. 129

¹²⁴ Cf anexo 2

¹²⁵ Cf Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, Estarreja, 2008, p. 308

¹²⁶ CP – *150 anos de História*, disponível a 09/07/2012, em <http://www.cp.pt/cp>

¹²⁷ Magda de Avelar Pinheiro, *Investimentos estrangeiros, política financeira e caminhos-de-ferro em Portugal na segunda metade do século XIX*, in *Análise Social*, vol. XV (58), 1979, p 273, disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt>

no Brasil. A este propósito, o trabalho de Maria da Conceição Meireles Pereira, revela-nos o interessante percurso de alguns homens do norte e noroeste de Portugal entre Portugal e o Brasil e a sua ação económica, política e social no reino,¹²⁸ enquanto que Jorge Fernandes Alves nos informa sobre alguns outros aspetos da emigração para o Brasil, numa época em que a população do Porto e da região envolvente forneciam grande parte do contingente de jovens que rumavam ao Brasil.¹²⁹

A abundância de mão de obra barata permite que a burguesia rural se atrase na mecanização e nos processos de produção. Apesar do aparecimento de vias de comunicação capazes de fazer o escoamento de produtos, é tardia a inserção no mercado capitalista de produtos agrícolas. E, quando acontece o aparecimento de máquinas que levam à falta de trabalho, a população reage e protesta. Assim, os processos tradicionais de cultivo persistem, as condições de vida não se alteram, apesar do comboio, da estrada de macadame, do telégrafo, do telefone e dos inúmeros periódicos que a imprensa escrita portuguesa oferece ao público leitor, numa população essencialmente rural e com um elevadíssimo índice de analfabetismo.

À dificuldade no acesso à cidade, junta-se a dificuldade no acesso a novas profissões, porque não surgem oportunidades ou porque a população não aspira à mudança. Assim, vemos as nossas aldeias com uma população analfabeta e dependente de soluções tradicionais para sobreviver, com uma economia de quase autossubsistência, com deficientes condições no acesso à saúde e à educação. Mesmo os tumultos que, um pouco por toda a parte, vão acontecendo, deixam a população rural esquecida. Os livros, os artistas, os escritores, os jornais e revistas não chegam com o correio mas, quando chegam, uma maioria significativa da população não pode usufruir do seu contributo para a construção da modernidade, pelo que o peso da tradição se mantém, sem estímulo para a mudança.

A educação era uma prioridade liberal, mas tardou em chegar ao mundo rural. Júlio Dinis mostra-nos que a população dava valor ao saber ler, escrever e contar. Nas suas cartas, conta como era vivida a chegada do correio e como era feita a leitura das cartas. No seu primeiro romance, João da Esquina pagou para que a sua menina soubesse ler, escrever e contar, para poder fazer um bom casamento; Margarida tem uma experiência de trabalho, em casa, ensinando as meninas a ler, depois de ter aprendido a ler sem ir à escola. José das Dornas, homem de sessenta anos, sabia ler e leu a tese de Daniel. Na aldeia não há letrados, para além do Senhor Reitor, de João Semana e do velho e doente professor que veio da cidade e trouxe consigo alguns livros.

Mas, se a educação em geral era uma das preocupações de Júlio Dinis, também a moda, a cultura portuguesa em geral e particularmente a educação das meninas o preocupavam, como

¹²⁸ Cf Maria da Conceição Meireles Pereira, *Os brasileiros notáveis e... os outros*, Lisboa, 2000, disponível em <http://repositorio-aberto.up.pt>

¹²⁹ Jorge Fernandes Alves, *Variações sobre o "brasileiro" – Tensões na emigração e no retorno do Brasil*, Coimbra, 1999, p. 7

vemos quando Diana de Avelada, em *Carta a Cecília*, publicada no *Jornal do Porto*, a 11 janeiro de 1865, com poucas palavras, se refere à moda e à influência da literatura na moda e nas modas que apareciam na sociedade elegante da grande cidade: «*Eu tenho vontade de promover uma revolução proclamando neste sentido: - Senhores folhetinistas, é necessário convencer as nossas elegantes que não é de mau gosto cantar em música portuguesa poesia portuguesa; (...) A moda é um potentado. Para a combater é preciso uma aliança poderosa, poderosíssima.*»¹³⁰ Podemos concluir que Portugal, como país europeu periférico, se mantinha como importador de modas e de hábitos, da culinária, ao vestuário ou à música, da política, à filosofia e à literatura.

No Antigo Regime, a Igreja tinha um poder claro e aceite sobre as mentalidades, uma clara hegemonia ideológica sobre a população, que se reflete na sua atitude imobilista e fechada aos valores da modernidade. É assim que, maioritariamente, nos alvares do liberalismo, o clero se identifica com o miguelismo, envolvendo-se em atividades políticas e na agitação social e ideológica. A influência do clero sobre as populações conduz a grande resistência à aplicação de algumas leis e ao fechamento das comunidades, com o reforço do peso da tradição. Muitos párocos usavam o confessionário e o púlpito para fazer apelo ao voto no seu candidato. Sendo grande o analfabetismo, nem o poder da imprensa, nem o da escola pública, faziam chegar as novas ideias ao país profundo, especialmente a norte do Mondego, onde o clero era uma verdadeira elite local.¹³¹

No início da 2ª metade do século XIX, a vida rural girava à volta da produção de vinho, de trigo e de milho, bem como da batata, que começava a substituir a castanha e os nabos, estando a cultura do arroz envolta em polémicas, devido aos problemas de saúde (paludismo) criados pelo seu cultivo, e exigindo dos governantes legislação auxiliar e facilitadora. Sendo a alimentação da população baseada no consumo de cereais, os maus anos agrícolas causavam alterações de preços e da qualidade da alimentação, o que se foi revelando um problema de grande sensibilidade social. Os grandes arroteamentos permitiram grande aumento da área cultivada com cereais e o conseqüente aumento da produção.

No entanto, mostra-se mais rentável a plantação de vinha e a produção de vinho é absorvida internamente e também exportada, devido ao aumento da procura. Até a criação de gado para a produção de carne e laticínios era mais rentável que a produção de cereais que, no entanto, continuavam a ocupar muitos camponeses e muito território. Foi feita propaganda e exposições agrícolas para a divulgação de instrumentos e técnicas agrícolas, mas as explorações agrícolas portuguesas eram pequenas, e isso impedia a aquisição de máquinas agrícolas, inicialmente de grande porte e muito pesadas.

¹³⁰ Cf *Obras de Júlio Dinis*, vol II, Porto, s/d, p. 738

¹³¹ Cf Irene Vaquinhas, *O Campesinato*, in *História de Portugal*, Dir. de José Mattoso, 5º vol, coord. de Reis Torgal e João Roque, Círculo de Leitores, 1993

É o aumento demográfico e o aumento da procura que se conjugam com as inovações técnicas agrícolas para conduzir ao interesse pelo aumento da produção, em que serão sucessivamente introduzidas algumas mudanças importantes, por exemplo, nos métodos de cultivo. A legislação produzida, a alteração de proprietários, a extinção de vínculos ancestrais, a organização do crédito rural e a nova rede de transportes vieram facilitar o desenvolvimento da agricultura mas, como afirma Oliveira Marques, foi necessário «*algum tempo para estas e outras medidas de carácter mais limitado exercerem os seus efeitos plenos na agricultura*». ¹³² Afirma também este historiador que, em 1819, dois terços do solo estavam por cultivar, mas que cinquenta anos depois a situação tinha evoluído e tinham sido feitas muitas arroteias alargando muito a área cultivada.

Aumentar a produção e a produtividade tornou-se um objetivo prioritário da Regeneração. A sociedade portuguesa assentara durante séculos num complexo regime de propriedade que assegurava a posse da produção agrícola pelos grupos sociais tradicionais e alguns setores da burguesia. Era necessário criar condições para a produção para o mercado interno e externo, mas muita agricultura de subsistência foi permanecendo, baseada na pequena propriedade, na policultura e com instrumentos rudimentares. A falta de capitais e o seu preço alto na banca foi outro problema para o setor agrícola.

A mão de obra era abundante. Homens e mulheres, cujo trabalho manual era mal pago e para quem não havia qualquer segurança no trabalho, nem assistência na doença, nos acidentes ou na velhice, mal ganhavam para garantir a subsistência da família.

A população rural vivia pobremente e, relativamente ao Norte do país, esta realidade acaba por ser registada pela pena de Júlio Dinis. Nesta sua crónica da aldeia, vemos o reitor rua abaixo, a distribuir dinheiro pelas casas da gente pobre. E vemos João Semana a fazer o mesmo, de forma muito discreta, ajudando na compra de medicamentos e de comida. No entanto, Júlio Dinis não refere a falta de trabalho, apesar de a taberna estar cheia de homens ociosos, a beber e a jogar, gastando, segundo o Reitor, o dinheiro que faz falta em casa, para alimentar os filhos. Segundo Irene Vaquinhas,

«O mundo camponês caracteriza-se por uma evolução muito lenta, a ritmos diferentes, conforme as regiões, e por uma grande heterogeneidade em termos sociais. A posse da terra e a sua forma de exploração são o principal critério que determina o lugar de cada um na hierarquia social, sendo também fundamento da sociedade. (...) Na sociedade rural, a propriedade, e em particular a propriedade fundiária, não representava apenas um instrumento de produção e um investimento seguro, mas era condição de acesso a um estatuto social e a uma posição prestigiada no seio da comunidade rural. Para muitos era mesmo condição de independência económica.» ¹³³

¹³² A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*, vol. II, Lisboa, 1976, p. 5

¹³³ Irene Vaquinhas, *O Campesinato*, in *História de Portugal*, Dir. de José Mattoso, 5º vol, coord. de Reis Torgal e João Roque, Círculo de Leitores, 1993, p. 481

Num contexto nacional em que a população era maioritariamente rural, é na aldeia que se sente mais cedo o aumento da população e a melhoria da alimentação e, em consequência, o êxodo rural e a emigração. Simultaneamente, é aí mais forte o aumento do consumo de vinho, em resultado do aumento da viticultura. Multiplicam-se as tabernas, que se tornam um dos principais locais da sociabilidade masculina, onde se joga às cartas e se gasta o dinheiro que de si já é pouco para o sustento da família, como afirma o Senhor Reitor, de Júlio Dinis. Para as mulheres, a casa, onde cozinham, lavam, limpam, costuram e cuidam dos filhos continua a ser o seu espaço, tendo apenas como tempo e espaço público de convívio o campo onde trabalham e o rio onde, em grupo, vão lavar a roupa.

Júlio Dinis, o romancista, apresenta-nos na sua obra um retrato da vida da sociedade da sua época, numa sociedade que conheceu, especialmente no Porto e arredores, onde passou a infância e a juventude, onde estudou e se iniciou na atividade literária.

2.4 A vida portuense no tempo de Júlio Dinis

Júlio Dinis nasceu e cresceu no Porto, conhecendo bem a sociedade burguesa da sua cidade. Aquela cidade era o seu lar, mas também o seu infortúnio. Lá tinha a família e os amigos, mas o seu clima obrigou-o a estar permanentemente longe, e em viagem, nos seus últimos anos de vida. Em 1870, no Funchal, a 19 de janeiro, em carta a C. Passos, Júlio Dinis escreve:

*«Tenho diante de mim três ou quatro meses mais, para me saturar bem da monotonia deste viver e habilitar-me até a achar o Porto divertido, qualidade que há muito não tenho o gosto de conhecer-lhe. Por enquanto tenho saudades dos parentes e dos amigos mas não as tenho do Porto. Se me fosse dado escolher, preferia trazer para aqui as pessoas que me são caras a ir eu para aí viver com elas. Que me perdoe o berço de muralhas este desapego de filho.»*¹³⁴

Este seu permanente estado de melancolia, com a constante viagem em busca da saúde, afastou-o do Porto mas, por outro lado, parece não haver razões para ter saudades da cidade e da sua vida pública. Tem saudades dos amigos, mas não da cidade. Em *Portugal, a Terra e o Homem*, Vitorino Nemésio apresenta-nos Ramalho Ortigão com o texto *O Porto em 1850*,¹³⁵ prefácio da 9ª edição de *Amor de Perdição*, de Camilo Castelo Branco, publicada entre 1895 e 1899. Este texto revela-nos a cidade do Porto de Camilo, em 1850, revisitada por Ramalho Ortigão, que aí nasceu em 1836, três anos antes de Júlio Dinis.

¹³⁴ Cf *Obras de Júlio Dinis*, vol. II, Porto, s/d, p. 889

¹³⁵ Cf Vitorino Nemésio, *Portugal, a Terra e o Homem*, F.C. Gulbenkian, 1978, p. 61

Sabemos que esta é uma representação, uma visão parcelar, da complexa realidade que a cidade comporta, naquele tempo de mudança, mas é um olhar que nos faz viajar até ao ambiente em que Júlio Dinis cresceu e no qual, escrevendo na década seguinte, situou a ação de *Justiça de Sua Majestade* e de *As Pupilas do Senhor Reitor*. O próprio Ramalho Ortigão avisa que: «*Para quem não souber o que era há quarenta anos a cidade do Porto será hoje difícil a análise sociológica dos romances de Camilo Castelo Branco. E é sobre essa análise que tem de basear-se, com relação aos livros deste escritor, o estudo dos personagens, dos costumes e do cenário, bem como o da escolha do assunto (...)*».¹³⁶

De Lisboa, sabia-se no Porto apenas o que contavam alguns homens que iam à capital – falavam dos bailes, do teatro, da «*ladroeira dos Cabrais e das cumplicidades da Rainha, a quem o Conde de Tomar dava de jantar em pratos de ouro, arrancados ao suor do povo em geral, mas principalmente aos da cidade do Porto, sempre a primeira em tudo, até em suar para concussionários e prevaricadores!*»¹³⁷ É visível o confronto entre o norte e o sul que alimentará discursos e polémicas, em que Júlio Dinis também participa, como vemos, por exemplo, quando afirma que «*Lisboa para lá dos seus muros, esquece que existe o País e procura só por si absorver tudo.*»¹³⁸

A cidade do Porto, em 1850, diz-nos Ramalho Ortigão, «*parecia-se mais com o estreito e cavo burgo medieval que Garrett descreve no Arco de Santana do que com a cidade comercial, civilizadamente cosmopolita, incaracterística e banal, que hoje é.*»¹³⁹ E começa a descrever as ruas da cidade, da Banharia dos Latoeiros, à Reboleira, à Rua dos Hortas, que «*lembrava um trecho de bairro antigo de Tânger ou de Marrocos, coberta com os seus largos toldos de linhagem branca, cheia de cães de caça, semi-selvagens, podengos e galgos, que dormiam estiraçados a toda a largura e a toda a extensão da rua, por entre os feixes de verga de ferro e os balotes de linho em rama.*»¹⁴⁰

É muito sugestiva a sua descrição dos mercados e dos seus mercadores que viviam de memórias e não estavam a par das novidades da política nacional e dos políticos que designavam por ladroagem.¹⁴¹ Segundo Ramalho Ortigão, muitos dos «*bons mercadores dos Clérigos, da Rua Nova dos Ingleses e da Rua das Flores (...) antigos soldados dos batalhões da Carta ou dos Voluntários da rainha durante o Cerco, ex-oficiais da Guarda Nacional sob o governo da Junta no tempo da Patuleia*»,¹⁴² eram homens que tinham estado ao lado do

«*Imperador contra as tropas de D. Miguel; eles os que de baioneta à ilharga, patrona nos rins e escopeta ao ombro, tinham dado à Nação as instituições modernas, e à senhora D. Maria II o trono dos*

¹³⁶ Idem, p. 65

¹³⁷ Ibidem, p. 70

¹³⁸ Cf *Obras de Júlio Dinis*, vol. II, Porto, s/d, p. 530/531

¹³⁹ Cf Vitorino Nemésio, ob. cit., p. 65

¹⁴⁰ Idem, p. 66

¹⁴¹ Ibidem, p. 67

¹⁴² Ibidem, p. 66

seus avós; eles os que guardavam, com uma das vísceras de D. Pedro IV, a chave do bem conhecido baluarte das liberdades pátrias e das arrojadas iniciativas (...).¹⁴³

Os comerciantes portuenses, Ramalho Ortigão classifica-os como homens ordeiros, pacíficos, devotos, que frequentavam a igreja. E compara-os aos ingleses: «comerciantes de vinho, que apareciam na praça de chapéu branco e calças de xadrez, como o Forrester, o Miller, o Smith, o Stewr, o Allen, constituíam salpicos assarapantados, de uma garridice exótica e herética, sobre a grande massa ortodoxa e sombria da população grave».¹⁴⁴ Para o autor, o burguês portuense obtinha informações sobre a vida política e económica da capital por Passos José, um burguês portuense que frequentava a capital, homem tão hostil às altas classes dirigentes como às classes aristocráticas, um

«verdadeiro representative-man da burguesia nacional, de cara rapada, grande gravata de seda preta à Directório, barrigudo, de chapéu alto arrojado para a nuca, longa sobrecasaca aberta e voejante, calças de alçapão muito curtas de pernas (...), através das suas «narrativas sibilinas, atabalhoadas, contraditórias, sempre confidenciais, desse agitador ingénuo».¹⁴⁵

Depois de caracterizar os comerciantes locais e os ingleses, também fala da colónia brasileira, «humildes e operosos Minhotos, que vinte ou trinta anos antes haviam partido barra fora, de carapuça encarnada na cabeça, chinelas de couro cru, jaqueta e calças de cotim, com uma chave pendente do pescoço por um cordel, pálidos, engoiados, confrangidos de incerteza e de saudado no tombadilho da galera Castro ou do brigue Carolina, entre uma pequena caixa de pinho e um estreito colchão de embarque.»¹⁴⁶ Os navios partiam cheios, mas de muitos não havia mais notícias, embora outros voltassem ricos, usassem calças brancas, chapéu do Chile, bengala de unicórnio em punho, alfinete de brilhantes no peito. Mas, estes eram tão poucos que «enchiam apenas um banco de jardim, ou dois, na Praça Nova, na Alameda das Fontainhas ou no Jardim de São Lázaro».¹⁴⁷

Jorge Fernandes Alves, atrás referido a propósito do seu trabalho *Variações sobre o “brasileiro” – Tensões na emigração e no retorno do Brasil*,¹⁴⁸ apresenta-nos em *Lógicas migratórias no Porto Oitocentista*,¹⁴⁹ uma clara situação de criação de redes familiares migratórias na região do Porto, envolvendo decisão e investimento familiar para enviar os seus jovens para o Brasil:

« Na realidade, a emigração é fenómeno antigo e enraizado em toda a região do Noroeste português. Zona de minifúndio, há quase sempre excedente de mão-de-obra nas unidades familiares (...). Num contexto regional de grande mobilidade geográfica, a emigração para fora

¹⁴³ Idem

¹⁴⁴ Ibidem, p. 68

¹⁴⁵ Ibidem, p. 67

¹⁴⁶ Ibidem, p. 68

¹⁴⁷ Ibidem, p. 69

¹⁴⁸ Jorge Fernandes Alves, ob. cit.

¹⁴⁹ Jorge Fernandes Alves, *Lógicas migratórias no Porto Oitocentista*, Algés, 1993

do Reino emerge, assim, como uma nova oportunidade, (...)Se analisarmos os testamentos da época e nos detivermos naqueles em que há notícias de familiares emigrados, torna-se claramente perceptível a política de exclusão seguida pelos agregados domésticos, através da colocação dos filhos masculinos no Brasil. O verbo "impor" é, nesta situação, muito utilizado para expressar a decisão paternal de conduzir os filhos à emigração (...)»¹⁵⁰

Por outro lado, a tradicional ligação comercial ao Brasil vai contribuir para que alguns alcancem o desejado sucesso na área comercial:

«a via brasileira quase só estava ao alcance de elementos de famílias com algumas posses, capazes de suportarem os custos da viagem e, frequentemente, de algum tirocínio profissional ou de alfabetização, ou com possibilidades de inserção nas redes comerciais que, com base na cidade do Porto, alimentavam um tráfico intenso, embora decrescente. O envio de caixeiros para o Brasil pelas casas de comércio do Porto, como forma de alargar as respectivas relações, através da consignação de produtos, era um processo habitual que propulsionava muitos deles ao estabelecimento e à riqueza. O mais usual, porém, era a simples carta de recomendação dos seus caixeiros para amigos e conhecidos do Brasil, cartas que assumiam uma carácter mágico no imaginário da emigração (...)».¹⁵¹

O Brasil era o destino de muitos jovens rapazes da região e da cidade. Mas, o Porto era também palco de festas e divertimentos, que não mereceram muitas linhas a Ramalho Ortigão pois que para além do baile anual da Feitoria Inglesa, reduz a animação à sociedade filarmónica, aos santos populares, com os *três Sanjoões, da Lapa, do Bonfim e de Cedofeita* e às *procissões e das romagens suburbanas a Paranhos, à Ramada Alta, a Matosinhos e a S. Cosme*.¹⁵²

No entanto, para além dos passeios no rio, no verão, ao domingo depois da missa, havia as festas particulares,¹⁵³ de *convívio selecto e fino trato*, onde havia sempre a *magnânima surpresa de algum chá (...), pão com manteiga e doçuras variegadas*, os homens «*pitadeavam-se com estrépito das caixas uns dos outros* e as senhoras jogavam o loto, até que acabava a festa, quando, às dez horas chegavam os *moços com os lampeões e com os sacos dos xales das senhoras Simoas, das senhoras Ambrósias e das senhoras Ineses*.

Para ir ao Teatro de S. João, aos bailes e às romarias, o meio de transporte para as famílias portuenses era «*o famoso carroção, veículo de quatro rodas, da forma de um prédio, com duas fachadas laterais de cinco janelas cada uma, e porta ao fundo, a que o passageiro subia por quatro degraus de escada guarnecida de um corrimão*»,¹⁵⁴ puxado por *uma junta de alentados bois do Barroso*.

Ramalho Ortigão, nesta sua apresentação da cidade, não esquece as livrarias e os autores que então estavam na moda: na livraria Moré, na Praça Nova e na livraria do Cruz Coutinho, nos

¹⁵⁰ Idem, p. 79

¹⁵¹ Ibidem, p. 80

¹⁵² Cf Vitorino Nemésio, ob. cit., p. 69

¹⁵³ Idem, p. 69

¹⁵⁴ Ibidem, p. 72

Caldeireiros, os portuenses podiam encontrar folhinhas e folhetos populares, romances estrangeiros traduzidos, de Vitor Hugo e Balzac a Alexandre Dumas, Eugene Sue e Paulo de Kock. Mas, avisa que os livros andavam de família em família, pelo que «o consumo de livros não dava para sustentar estes dois estabelecimentos»,¹⁵⁵ e Moré ao negócio das letras juntava o da quinquilharia e da perfumaria e Cruz Coutinho era também editor.

João Teixeira Lopes,¹⁵⁶ num texto intitulado *Do Porto romântico à cidade do centros comerciais*, apresenta-nos o Porto desses tempos, introduzindo alguns dados importantes para este trabalho e para a caracterização da vida na cidade do Porto na década de 50 do século XIX. Resumidamente, apresenta-nos os valores e os modos de vida da burguesia triunfante, essencialmente ligada ao comércio e à finança, proprietária, mas só tardiamente ligada à indústria. Afirma que a burguesia da cidade se caracterizava pela sua variedade interna, com uma notória falta de instrução, visível, por exemplo nos inventários de bens, pois só 9% dos comerciantes portuenses possuem livros; por outro lado, procurava aproximar-se da classe dominante e afastar-se das classes populares, com um quadro de valores e práticas sociais em que imitava a aristocracia. Muitos burgueses chegam ao poder e entre eles muitos brasileiros.

Ramalho Ortigão, em relação aos muitos homens de letras do Porto salienta que muitos deles «tinham pegado em armas no tempo da Patuleia, já alistados nos batalhões académicos ou na Guarda Nacional, já como ajudantes-de-ordens ou ajudantes-de-campo dos generais guerrilheiros»¹⁵⁷ e que em 1850 andavam na rua com o *casse-tête* e pistolas de algibeira. Acrescenta que, quarenta anos depois, as «proezas desta geração de estouvados, hoje inteiramente extinta, ficaram memoráveis nos fastos da sociedade portuense».¹⁵⁸

Não deixa de se referir às controvérsias jornalísticas e de contar um episódio que poderá ser paradigmático daquilo que era a alta sociedade burguesa portuense, em 1850:

«De uma vez, tendo a autoridade proibido que se entrasse com bengala, na plateia do Teatro de S. João, viu-se, no intervalo do primeiro ao segundo acto, surgirem na sala e agitarem-se brandidos no espaço inúmeros cabos de vassoura trazidos a ocultas do café e da hospedaria da Águia de Ouro.(...) O pau de vassoura de um dos meus amigos tinha, inscrita à pena, esta legenda: “desencabaste-me com gana, encaba-me com galhardia.”(...) teve de ficar o teatro fechado por três dias para o fim de se proceder a obras de ensamblador e de carpinteiro.»¹⁵⁹

O teatro fazia parte da vida de Júlio Dinis e a ida à ópera era então no Porto um acontecimento social, como nos descreve em *Uma Família Inglesa*, sem deixar de aí retratar a ocorrência de tumultos e peripécias que perturbavam os espetáculos, como aconteceu na ida de

¹⁵⁵ Ibidem, p. 72

¹⁵⁶ João Teixeira Lopes, *Do Porto romântico à cidade do centros comerciais*, 1999, disponível em <http://ler.lettras.up.pt>

¹⁵⁷ Cf Vitorino Nemésio, ob. cit., p. 73

¹⁵⁸ Idem, p. 74

¹⁵⁹ Ibidem, p. 75

Mr Whitestone e Manuel Quintino a um espetáculo de música de compositores ingleses, no teatro do Porto.¹⁶⁰

Segundo Ramalho Ortigão, namorava-se na rua, na missa, por carta «*clandestina com erros de ortografia*».¹⁶¹ O amor era para estes jovens uma coisa sagrada, a mulher um ídolo para cada imaginação. A estes jovens junta o nome de Júlio Dinis, no grupo dos que morreram tísicos, com tuberculose.

Tratando-se de um prefácio para a 9ª edição de *Amor de Perdição*, de Camilo Castelo Branco, Ramalho Ortigão, neste texto sobre o Porto em 1850, refere-se também aos leitores e à obra de Camilo. Considera-a «*provincial, delimitadamente portuense, fundamentalmente lírica*»,¹⁶² não poupando os seus leitores: «*Quem está na piolhice do negócio – quer seja descontando letras como na Rua dos Ingleses, quer seja vendendo arrecadas às lavradeiras incautas como na Rua das Flores, (...) enfardando linho e emolhando ferro como nas Hortas, embarrilando vinho como em Vila Nova, ou ensacando farinha como na Feira do Pão – em coisas de arte não pensa, não compara, não raciocina. Nem sequer se lhe dá licença de que se comova!*»¹⁶³

Este é o Porto dos jovens e literatos portuenses de 1850, apresentado por Ramalho Ortigão, quarenta anos depois. Júlio Dinis tinha 14 anos. E, dez anos depois, na década de sessenta, vai situar a ação de *Justiça de Sua Majestade* e de *As Pupilas do Senhor Reitor* neste período da nossa história e da vida do Porto e do Norte de Portugal.

Por sua vez, Carmen Abreu cita António José Saraiva, para caracterizar a população da cidade do Porto que Júlio Dinis conhecia:

«*No meio destes homens azafamados salientam-se, pela riqueza, alguns ingleses, que mantêm meticolosamente os seus hábitos nacionais, que vivem no seu bairro especial, em casas muito resguardadas de gradeamentos, jardins e cortinados, que se orgulham de falar mal a língua do país cujo vinho vendem. (...). Júlio Dinis conheceu por dentro estes lares ingleses, onde há o conforto permitido pelo próspero negócio da exportação (...). Mas conheceu também o lar mais modesto do guarda-livros já em começo de prosperidade. (...)*».¹⁶⁴

Segundo João Teixeira Lopes, o ensino primário tornou-se obrigatório no Porto, em 1844, mas, segundo os censos de 1874, o analfabetismo rondava então os 64%, à semelhança do que acontecia noutras cidades, dentro do dramático contexto nacional de 84,4% de analfabetos.¹⁶⁵ A cidade, em meados de oitocentos, tinha crescido muito, com o elevado contingente de habitantes vindos das zonas rurais, sendo que cerca de 1/3 dos que abandonavam as aldeias

¹⁶⁰ Cf *Obras de Júlio Dinis*, vol I, Porto, s/d, p. 718/723

¹⁶¹ Cf Vitorino Nemésio, ob. cit., p. 78

¹⁶² Idem, p. 79

¹⁶³ Ibidem, p. 79

¹⁶⁴ António José Saraiva, *Júlio Dinis e a sua Época*, in Carmen Abreu, 2010, p. 104, nota de rodapé

¹⁶⁵ João Teixeira Lopes, ob. cit., p. 31

em busca do sonho da cidade viviam nas ilhas. Se a cidade tinha transportes públicos, iluminação a gás, jardins e teatros, cafés e botequins, tabernas e tascas com a sua gastronomia típica,¹⁶⁶ nas aldeias, persistem os carros de bois e o sino da igreja marca o ritmo da vida quotidiana.

Surgem escolas de música, museus, bibliotecas, teatros, acontecem exposições industriais e agrícolas e surge o palácio de cristal que é motivo de orgulho. Esta é a burguesia que vai procurar o capital cultural, para associar ao seu capital financeiro. Na 2ª metade do século XIX, a burguesia preocupa-se com a moda, a decoração do interior e do exterior das suas casas e com a sua forma de apresentação em público, tentando imitar a nobreza e faz chegar ao Porto uma intensa atividade social e cultural, com bailes de máscaras no carnaval, saraus, bailes, festas, bandas, fogo de artifício. É também neste período, concretamente na década de 70, que surgem as primeiras greves.

A burguesia portuguesa em ascensão defendia que qualquer indivíduo, pelo mérito, pelo trabalho, pelo esforço, podia ascender social e economicamente e, em defesa dessa ética burguesa do trabalho e destes seus valores, procura formar uma nova mentalidade. Muitos burgueses, ao mesmo tempo que assumiam novos papéis sociais e novas condutas, viam-se em posições importantes na sociedade e desenvolviam esforço para entrar no mundo que até então fora exclusivo da aristocracia.

¹⁶⁶ Idem, p. 33

CAPÍTULO III - JÚLIO DINIS E AS PUPILAS DO SENHOR REITOR

Joaquim Guilherme Gomes Coelho - Júlio Dinis - nasceu a 14 de novembro de 1839, no Porto, onde faleceu a 12 de setembro de 1871. Nasceu «*na Rua do Reguinho, nº 24, actual Rua Nova da Alfândega, espaço que se inseria na área fronteiriça ao rio Douro e, também pela proximidade da Alfândega do Porto, incluía-se ainda na zona da dinâmica comercial portuense*». ¹⁶⁷

O seu pai, José Joaquim Gomes Coelho, médico cirurgião no Porto, no Hospital da Ordem de S. Francisco, era oriundo de uma família de Ovar e a mãe, Ana Constança Potter Pereira Lopes, de ascendência inglesa e irlandesa, filha, já nascida no Porto, de pai inglês e mãe irlandesa, radicados no Porto, devido ao comércio do vinho do Porto e fazendo parte da burguesia local. Quando a mãe morre, Joaquim Coelho tem apenas quatro anos. Ele é o oitavo filho e assiste à morte de todos os irmãos: Guilherme, Roberto, Livínia (nascida em 1832 e cujo registo de óbito não foi encontrado, mas nunca é referida na correspondência do escritor), Amélia, José Joaquim, Alcina, um nado-morto e Joaquim Guilherme. ¹⁶⁸ Todos morrem vítimas do bacilo de Koch, como ele. Seu pai, o médico Gomes Coelho, natural de Ovar, viu estes seus filhos morrerem precocemente, antes dos 30 anos. Só Júlio Dinis ultrapassou os 30 anos, morrendo com quase 32 anos. ¹⁶⁹

Formou-se em medicina, em 1861, tendo o seu desempenho e o seu percurso profissional sido muito prejudicados pela sua doença e pela sua fragilidade física, bem como pela sua intensa atividade literária, para a qual a sua formação académica e profissional teve forte repercussão na linguagem, no estilo, no universo temático da sua narrativa e na construção de personagens como João Semana e Daniel. Nalgumas cartas particulares, vemos Júlio Dinis a lamentar que a sua doença não lhe permita exercer a sua função profissional, mas não é possível verificar no seu discurso se se sentia verdadeiramente vocacionado e atraído pelo exercício e pelo ensino da medicina, na Escola Médico-Cirúrgica do Porto, para onde havia concorrido. Em 1865, no dia 24 de julho, em Felgueiras, escreveu a seu pai para lhe comunicar que havia sido despachada a sua nomeação: «*A estas horas é provável que já saiba que estou despachado. (...) Nesta ocasião em que o meu futuro se fixou, não posso deixar de me recordar do muito que devo ao Papá pelos*

¹⁶⁷ Abreu, Carmen, ob. cit., p. 29

¹⁶⁸ Idem, p. 29

¹⁶⁹ Cf Anexo1, *Cronologia - vida e obra de Júlio Dinis*

*sacrifícios feitos por mim.»*¹⁷⁰ Resta pois a questão: Joaquim Guilherme Gomes Coelho, com o passar do tempo, estaria realmente feliz, teria encontrado alguma felicidade neste futuro que procurara e acabava de obter? No Funchal, a 19 de janeiro de 1870, naquela que é uma das suas últimas fugas ao inverno e à humidade do Porto, em busca da saúde perdida, refere também em carta a C. Passos:

*«Uma outra coisa pela qual sinto ter esfriado muito em mim o entusiasmo, é o professorado. A augusta missão oferece-me poucos atractivos, desde que a minha saúde não me permite entregar-me a ela como deve ser. Professor para traduzir compêndios e marcar lições a dedo, não tenho vontade de ser. Confesso-te que, se nessas viravoltas de serviço público e reformas que por aí vão, eu pudesse aproveitar ensejo para dizer adeus ao Porto e à toga, não o deixava fugir.»*¹⁷¹

Assim, concluo que, na sua curta carreira de professor, a doença não lhe permitiu descobrir ou pelo menos realizar, a paixão pelo ensino, bem como pelo exercício da medicina. Joaquim Guilherme Gomes Coelho esboça aqui uma breve distinção entre o professor tradicional que traduz compêndios e o professor que ele parece ter querido ser.

3.1 - Joaquim Guilherme Gomes Coelho: o percurso de um portuense, médico e escritor

Muito jovem, ainda estudante, Joaquim Guilherme Gomes Coelho iniciou a sua vida literária ligado ao teatro, como ator e como escritor. Pouco sabemos desses tempos e dos amigos que lhe ficaram, mas esse percurso influenciará a sua escrita enquanto romancista, levando-o a organizar a sua escrita de forma a captar e manter a atenção do seu espectador/leitor. Começou a sua carreira literária com o teatro e a poesia, tendo feito parte do grupo *O Cenáculo*, e apresentado a sua poesia na *Grinalda*. Em 1856, com dezassete anos, ainda antes de adotar o pseudónimo de Júlio Dinis, escreveu duas peças: *O Bolo Quente*, de que só é conhecido o segundo ato, e a comédia *O Casamento da Condessa de Amieira*. É com o nome de batismo, Joaquim Guilherme Gomes Coelho, que, entre 1856 e 1860, virá a assinar toda a sua obra teatral: *O Casamento da Condessa de Amieira* (1856), *O Último Baile do Sr. José da Cunha* (1857), *Os Anéis ou Inconvenientes de Amar às Escuras* (1857), *As Duas Cartas* (1857), *Smília Smilibus* (1858), *Um Rei Popular*, (1858), *Um Segredo de Família* (1860), *A Educanda de Odivelas* (1860). Estas peças foram publicadas em 1946-47, em três volumes, prefaciados por Egas Moniz. Aos 19 anos escreveu a sua primeira novela completa, *Justiça de Sua Majestade*.

¹⁷⁰ Cf *Obras de Júlio Dinis*, vol. II, Porto, s/d, p. 777

¹⁷¹ *Idem*, p. 889

De si mesmo afirmou, conforme nos mostra Carmen Abreu, citando manuscritos incompletos do autor, publicados em 1910:

*«Os primeiros factos da minha existencia litteraria remontam aos 11 annos. Não os recordo porque pretenda persuadir-te que effectivamente de algum valor eram já essas façanhas de creança, mas tão sómente para me darem ensejo de fazer algumas reflexões sobre os motivos principaes que podem actuar sobre a inspiração nascente e crear o gosto das letras; assim como, mais tarde, apreciar as causas que podem educal-o em melhor. (...)».*¹⁷²

E, sobre a sua poesia, em 1857, em nota a propósito do poema *Sonho ou Realidade?* afirma com convicção a ingenuidade e a pureza de sentimentos com que o escreveu:

*«Estes noventa e tantos versos foram os primeiros que me saíram da pena com pretensões a poesia. Por isso os transcrevo. O assunto é digno da idade em que os escrevi. Quem aos 17 anos não tenha sentido alguma coisa de semelhante e experimentado o desejo de a exprimir, melhor do que eu o pode fazer, é homem de cujas afeições e sentimentos permitir-me-ão duvidar.»*¹⁷³

Em 1869, no Funchal, refere-se à popularidade de que já gozava no país e que já tinha chegado à Madeira. A 5 de abril, em carta a seu primo Pinto Coelho, escreve:

*«O Funchal ainda não é a localidade mais própria para eu fugir às apreciações officiosas dos meus escritos. Aqui lera-se já as Pupilas e meia hora depois que desembarquei corria na cidade a notícia da minha chegada. Não te pareça o facto extraordinário: aqui os dias da chegada dos vapores de Portugal [i.e., do continente] são dias solenes. // Enquanto se não sabe tudo que de novo dizem os jornais e a gente que chegou, não acalma a febre que corre a população. Ora o Damião Moreira, lendo a lista dos passageiros e conhecendo o nome, disse na alfândega que tinha chegado o autor das Pupilas. // Meia hora depois de eu entrar em casa, veio um rapaz daqui, de propósito, dar a notícia às minhas patroas, que já conheciam o livro. Depois houve quem, não tendo ainda lido o livro, sentisse desejos de o ler por verem o autor. Isto tem dado lugar a cumprimentos na rua (felizmente não me têm obrigado a visitas) que eu dispensava porque ainda não aprendi a responder-lhes.»*¹⁷⁴

Manifestamente, Joaquim Guilherme Gomes Coelho não estava interessado em estabelecer relações de amizade ou de convívio no Funchal. Vêmo-lo entregue à sua correspondência, à sua doença e à escrita.

Sabendo que a vivência familiar é um pilar na socialização primária dos indivíduos, na construção do eu e na forma como vemos os outros, para conhecer melhor Júlio Dinis, procurei informação sobre os motivos da vinda da família Potter para Portugal. Uma vez que o Vinho do Porto era motivo para a fixação de muitas famílias de origem anglo-saxónica no Porto, e na região do Douro, a família Potter pode ter sido mais uma dessas famílias cujos negócios se desenvolviam no Porto, mas Carmen Abreu inclui a questão religiosa entre as causas possíveis:

¹⁷² Cf Carmen Abreu, ob. cit., p. 27

¹⁷³ Cf *Obras de Júlio Dinis*, vol. II, Porto, s/d, p. 453

¹⁷⁴ Idem, p. 794

«Teria sido na busca de melhores condições de vida? Teria sido para fugir às disputas de credos religiosos? Ou porque simplesmente se integraram numa onda de emigração para benefício familiar de exploração comercial? Tudo é possível, tudo é incerto, e tudo são conjecturas. Mas, finalmente, cremos que não se duvidará do facto de os ascendentes do escritor terem trazido na bagagem, e muito particularmente na da bisavó materna, recordações culturais da Irlanda.»¹⁷⁵

Trata-se de uma interrogação para a qual não foi encontrada resposta, mas insistindo na questão religiosa, continua a autora, citando Liberto Cruz:

"Poder-se-á alvitrar que os bisavós maternos teriam vindo por causa da religião que praticavam. O seu catolicismo talvez tivesse sido um incómodo num país fortemente protestante. A verdade é que as razões da sua chegada a Portugal nos escapam completamente. Apesar de aturadas pesquisas, não conseguimos encontrar qualquer explicação que se possa aceitar como válida.»¹⁷⁶

Joaquim Guilherme Gomes Coelho afirmava-se católico. Órfão de mãe, esteve entregue, durante boa parte da sua infância e adolescência, aos seus avós maternos (avô inglês e avó irlandesa) e, a este propósito, Carmen Abreu salienta que nas suas obras há muito poucas crianças e que *«a orfandade originou no escritor a necessidade de criar um mundo paralelo, um mundo próximo do virtual, mas no qual se ia recolhendo (...) e não obstante os mais variados obstáculos que sempre têm que ultrapassar, os órfãos são personagens que na obra dinisiana se caracterizam pela enorme vontade de vencer e superar as diversidades.»¹⁷⁷*

O facto de o escritor frequentar diferentes espaços e ambientes sociais e culturais, especialmente no mundo das letras, é enriquecedor para a sua personalidade e para a sua visão do mundo. Defendia as tradições e a cultura portuguesa, tal como defendia as mulheres portuguesas, que, segundo ele saíam vencedoras na comparação com as mulheres estrangeiras.¹⁷⁸ É um escritor cujos romances têm uma forte componente social, representando a sua realidade, isto é, a realidade do seu tempo, aquela que os seus olhos veem, com o seu pensamento social, político e cultural, procurando dar ao leitor a verdade, a sua verdade, muito tolerante, harmoniosa e crente no futuro.

Relativamente aos traços culturais portugueses presentes na sua obra, refira-se as particularidades da cozinha portuguesa. É habitual dedicarmos atenção à cozinha queirosiana, mas também Júlio Dinis nos deleita com os prazeres da mesa, descrevendo os gostos e a mesa do octogenário João Semana: *«A cozinha de João Semana era de um carácter portuguesíssimo, e eu, ainda que me valha a confissão os desagradados de alguma leitora elegante, francamente declaro aqui que, para mim, a cozinha portuguesa é das melhores cozinhas do mundo.»¹⁷⁹* E

¹⁷⁵ Carmen Abreu, ob. cit., p. 659

¹⁷⁶ Idem, p. 659

¹⁷⁷ Ibidem, p. 31

¹⁷⁸ Ibidem, p. 18

¹⁷⁹ Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, ed. cit., p. 128

exemplifica: «*João Semana, nas raras vezes que vinha ao Porto, era freguês certo nas mesas do Rainha, as únicas que mantêm, sem mescla de estrangeirices, as velhas tradições nacionais.*»¹⁸⁰ E era vê-lo deliciar-se com a comida da criada Joana, o «*caldo de abóbora (...) uma porção de rosbife, não revendo sangue sob a faca, à moda inglesa, mas portuguesmente assado (...) acompanhado de excelente vinho palhete (...)*», para além de que, a cada prato que degustava, lembrava-se de «*uma reflexão crítica, um discurso laudatório, ou uma anedota, que fazia rebentar de riso a Sra Joana.*»¹⁸¹

É comum entre os estudiosos da vida e obra de Joaquim Guilherme Gomes Coelho, considerá-lo um homem reservado, pouco falador, como o próprio deixa transparecer nas suas cartas. E, na verdade, Júlio Dinis refere frequentemente aos amigos que se sente aborrecido por ter de aceitar convites ou receber visitas. Mas, a verdade é que parece ter amigos, alguns amigos, aqueles com quem mantém correspondência nas suas saídas prolongadas do Porto, por exemplo, João Pedro Basto, Custódio Passos, Júlio Castilho, ou o seu primo José (José Joaquim Pinto Coelho). Parece estar bem informado sobre a vida literária e cultural do Porto, pois nas suas cartas particulares, e nas literárias, aparecem referências a outros nomes conhecidos, maioritariamente do mundo das letras, como António Feliciano de Castilho, Júlio de Castilho, Latino Coelho, Alexandre Herculano, Augusto Soromenho, Eugénio Luso, Alfredo Cardoso, Nogueira Lima, Teixeira Pinto, Saraiva de Carvalho, Mendes Leal, Tomás de Carvalho ou Ramalho Ortigão.¹⁸²

Numa das suas muitas cartas ao amigo C. Passos, dá-nos conta de um encontro inesperado em Lisboa, com Camilo Castelo Branco. Encontraram-se a 17 de fevereiro de 1869, no Chiado e no dia seguinte, 18 de fevereiro, em carta a C. Passos, Joaquim Guilherme Gomes Coelho escreve assim:

«Ontem descendo o Chiado, esbarrei cara a cara com não menor personagem do que Camilo Castelo Branco. Se fosse no Porto, saudar-nos-íamos muito cerimoniatamente e passaríamos. Aqui foi outra coisa. O amável romancista dirigiu-se-me com maneiras tão afáveis, que dir-se-ia sentir um real prazer em me encontrar. Queixou-se-me por miúdo dos seus males físicos, que o tinham obrigado também a vir a Lisboa; das suas apreensões a respeito de uma suposta doença de espinha medular (e alguns fundamentos tem para a suposição), das canseiras que lhe tinha dado a doença de um filho, obrigando-o isso a dias de continuada vigília; informou-se dos meus padecimentos, deu-me conselhos, sentiu do coração que a minha doença me não deixasse escrever; e terminou oferecendo-me a sua casa. Separámo-nos como grandes amigos, depois de um tête-à-tête de um quarto de hora. // O

¹⁸⁰ Idem, p.128

¹⁸¹ Ibidem, p.129

¹⁸² Cf *Obras de Júlio Dinis*, vol. II, s/d

*homem está realmente muito escavacado. Ele diz que morre saciado — porque soube viver muito em 42 anos.»*¹⁸³

Através das suas cartas, podemos continuar a acompanhar Joaquim Guilherme Gomes Coelho em Lisboa e a sua descrição dos seus encontros inesperados com outros escritores. Em carta de 14 de outubro de 1869, ao seu amigo Passos, escreve:

*«Vi o Ramalho Ortigão na Biblioteca da Academia. Correu para mim com os braços abertos e com uma expansão de me deixar sensibilizado. Achei-o adoentado; mais magro e sem cor. Leu diante de mim e do Soromenho o original de um folhetim sobre o Fr. Caetano Brandão, em que dá no Gaio de uma maneira desapiedada e naquele estilo irritante com que ele costuma escrever as suas descomposturas literárias. Se o folhetim se publicar temos provavelmente polémica literária, como a do D. Jaime.»*¹⁸⁴

Se a doença o levou a frequentes viagens, em tempos de difíceis condições de deslocação e acomodação, também o obrigou a uma vida calma: *«A doença avisou-o quando tinha dezassete anos e, teimando ferozmente, nunca mais o abandonou. E assim foi obrigado a uma vida compulsivamente calma, com a qual se esforçou por se identificar (...)»*.¹⁸⁵ Numa outra carta a Soares dos Passos, escrita no Funchal a 19 de dezembro de 1869, refere que *«Nos hábitos monótonos da minha vida actual encontro certo prazer, porque não me tentam já as emoções das vidas agitadas. Esta separação em que estou do mundo quadra-se bem com as exigências do meu espírito.»*¹⁸⁶ E, um mês depois, 19 de janeiro de 1870, numa clara expressão de desabafo escreveu-lhe:

*«Deixa-me dizer-te que tenho escrito alguma coisa. Disse há pouco, em uma carta que escrevi ao Nogueira de Lima, que era esse o único vício que tinha. E é assim. Há poucos momentos de mais felicidade para mim hoje do que aqueles em que me absorve a atenção a composição dum romance. Consigo às vezes ver tão distintos os personagens que criei, que parece-me chegar quase a convencer-me de que eles existem. E com essa gente dou-me tão bem!»*¹⁸⁷

As suas cartas particulares mostram-nos, por vezes, um homem solitário, desiludido, melancólico, que procura o isolamento. Na sua correspondência com Júlio Castilho, em 1869, partir do Funchal, escreve, a 10 de abril: *«Mas, ó meu caro Júlio, o meu estado de espírito actual torna-se inteiramente insensível aos encantos do elogio e aos amargos da censura. Os críticos mais atrabiliários podem dar sem comiseração, que dão num homem, senão morto, pelo menos profundamente anestesiado.»*¹⁸⁸

Em abril de 1871, Joaquim Guilherme Gomes Coelho, o filho do médico Gomes Coelho e de Ana Potter, depois de muitas lutas e de muitas viagens, resistindo à doença, vivendo os seus

¹⁸³ Idem, p. 873

¹⁸⁴ Ibidem, p. 885

¹⁸⁵ Carmen Abreu, ob. cit., p. 27

¹⁸⁶ Cf *Obras de Júlio Dinis*, vol. II, Porto, s/d, p. 888

¹⁸⁷ Idem, p. 890

¹⁸⁸ Ibidem, p. 818

últimos anos de vida longe da família e dos amigos, está prestes a sucumbir, como confessa a C. Passos, em carta datada de 19 de abril de 1871:

«O meu estado de saúde ia cada vez pior; sentia-me desfalecer de dia para dia e já não tinha coragem para me mirar a um espelho. A ideia da dissolução orgânica aterra-me. Fiz um esforço; abracei uma das únicas medidas que me têm salvado. Mudei de residência. Deixei o centro do Funchal, procurei um quarto em um hotel inglês nos subúrbios desta cidade e onde é mais fácil passear e gozar das vantagens do campo.

Principiei a comer melhor, deitei-me ao vinho fraco e forte, à cerveja, aos ovos e ao leite e consegui cor e mais força (que em parte também é febre). (...) A tosse e expectoração continuam, porém; os intestinos estão caprichosos e de noite o calor e suor não me deixam. Respiro pior do que respirava e canso às subidas.»¹⁸⁹

Alguns dias mais tarde, a 24 de maio, ao chegar a Lisboa, regressado da Madeira, e parecendo desistir de lutar, Joaquim Guilherme Gomes Coelho refere noutra carta ao amigo Custódio Passos: *«Vou pior do que vim mas melhor do que estive. De mal com o universo inteiro como nunca estive e resolvido a não lutar mais tempo contra a força das coisas. Vou procurar um buraco onde me meta a esperar pelo que Deus quiser que venha.»¹⁹⁰*

Refugiando-se por fim em casa de um primo, na Rua Costa Cabral, no Porto, ao fim de quatro meses, Joaquim Guilherme Gomes Coelho falece, em 12 de Setembro de 1871, com trinta e dois anos.

Podemos considerar que Joaquim Guilherme Gomes Coelho, na sua breve e produtiva carreira de escritor, conseguiu transmitir-nos, serenamente, o saber que adquiriu no seu percurso pessoal, da infância à juventude, no teatro e na vida académica e social e conseguiu ser portador dos valores da sua época e da sua geração, misturando influências culturais e literárias britânicas com uma profunda adesão ao viver português. Como afirma J. Carvalho,¹⁹¹ tudo o que fez parte da vida de Júlio Dinis, chegou até nós através do seu modo de escrever e de retratar os lugares e as suas personagens dos seus romances. O seu interesse pelo teatro e a sua experiência como ator e dramaturgo terá influenciado a sua escrita; os seus amigos de *O Cenáculo* e *A Grinalda*, a ciência médica, a família e a doença, a que não conseguia fugir, estão presentes nos motivos e temas e nos recursos estilísticos que usa para manter o leitor atento e cumprir o seu objetivo pedagógico de homem empenhado na sua opção de adesão sincera aos valores do liberalismo burguês.

Não conhecemos relações amorosas ao nosso autor, mas vemo-lo a escrever carinhosamente a sua sobrinha, demonstrando-lhe que acompanhava os seus estudos e a sua formação. Por outro lado, registre-se a sua opção por temas como a orfandade, a visão idealizada da mulher, importância da família, a dimensão rural dos cenários, das personagens e da intriga e

¹⁸⁹ Ibidem, p. 904

¹⁹⁰ Ibidem, p. 905

¹⁹¹ J. Carvalho, ob. cit, p. 44

a crença na possibilidade de construção de uma sociedade mais igualitária e num mundo mais justo e harmonioso. É assim que, em *Margarida* encontramos uma mulher que reúne os dotes da mulher ideal, conjugando-os com os valores da modernidade - ela quer aprender, ela aprendeu, ela sonhou, ela soube adaptar-se à sua condição de mulher órfã e sem recursos económicos que, pelo trabalho e pelo serviço aos que a rodeavam, na comunidade local, procurou a sua independência, a sua autonomia afetiva e económica, pois não queria ser um fardo para a irmã e o seu futuro marido. Foi a mestra das meninas da aldeia a quem ensinava a bordar e a ler, na Bíblia, conforme recomendou o bom reitor.

Em *As Pupilas do Senhor Reitor*, sente-se a presença das questões da assistência na doença e na pobreza e da ciência médica, com Daniel, o jovem médico e João Semana, o médico octogenário, tendo ao seu lado o barbeiro, o portador do saber tradicional. Este parece ser um retrato possível de um país em que o usufruto dos cuidados médicos ainda não era uma realidade na nossa sociedade, e muito menos no meio rural, e em que a confiança no saber médico não fazia esquecer as mezinhas e os ancestrais segredos nos cuidados de saúde. Pessoalmente, Júlio Dinis, entre a confiança e a desilusão, sente, tem a certeza, de que a medicina, a sua ciência e os seus colegas médicos, não estão a conseguir ajudá-lo a vencer a doença.

O escritor expõe neste romance a sua realidade e a realidade dos portugueses, tal como o vemos fazer nalgumas das suas cartas particulares. Por outro lado, na época, o clero, o político e o médico constituíam personagens públicas, de grande interesse e exposição social, e sobre quem convergiam todos os olhares. A representação da figura do médico como personagem-tipo foi explorada pela literatura realista, como Eça de Queirós também fará, usando o seu saber e a sua autoridade científica para ajudar ao desenrolar da ação. Júlio Dinis foi inovador porque usou a figura do médico como personagem fundamental na intriga, isto é, na sociedade como um todo.

Alexandre Herculano apreciava a sua obra e considerou-o o maior talento da geração moderna,¹⁹² opinião de que o próprio Júlio Dinis teve conhecimento e que agradece, em carta a Herculano, escrita no Porto, a 7 de abril de 1867.¹⁹³ Nessa carta revela-lhe o desejo de lhe dedicar o romance *As Pupilas do Senhor Reitor* e de lhe enviar um exemplar para Vale de Lobos; afirma que Alexandre Herculano era para ele uma inspiração e que, desde os doze anos, já havia lido várias vezes o *Pároco de Aldeia*, em quem afirma ter baseado a figura do senhor reitor, que segue «a passo incerto, as fundas pisadas que o inimitável tipo criado por V. Exa deixou na sua passagem».¹⁹⁴

A Júlio Dinis, tal como a Soares de Passos e António Nobre, a doença do século atingiu-os em plena juventude. Os 32 anos de vida de Júlio Dinis foram recheados de sonhos e planos.

¹⁹² Cf Maria Ivone Miranda Fedeli, *A mão que balança o berço. Funções do feminino em Júlio Dinis*, São Paulo, 2007, p. 55, disponível em www.teses.usp.br

¹⁹³ Cf *Obras de Júlio Dinis*, vol. II, Porto, s/d, p. 812/813

¹⁹⁴ Idem, p. 812

Sonhou e viveu com o teatro, com a poesia, o romance e a medicina. Criou amizades. Foi professor na escola médica onde estudou. Foi um escritor que se interessou pelo teatro, pela poesia e pelo romance. Escreveu muito e viajou muito, mas, para ele, as viagens foram uma necessidade. Como escreveu em carta a um amigo, em março de 1870, no Funchal, ele entendia as viagens como uma «(...) *amarga proscricção, sempre que as empreendemos, forçados por uma triste necessidade e partimos levando o espírito assombrado por uma ideia, ou antes, por um pressentimento doloroso.*»¹⁹⁵

Portanto, quando o seu estado de saúde se agrava, inicia a sua vida errática, deixando o Porto por largos períodos de tempo – depois de Ovar, passa por Lisboa, Fânzeres, Gondomar, Grijó, Vila Nova de Famalicão, Felgueiras, Aveiro e Ilha da Madeira, «*sempre à procura de um espaço menos contaminado e que o resguardasse ainda das agressividades do frio e do calor.*»¹⁹⁶

De 1863 a 1871, passou largas temporadas fora do Porto:

1863 — Ovar

1864 — Felgueiras, Amarante, Leiria, Alcobaça, Batalha, Nazaré, Aveiro, Ovar

1865 — Felgueiras

1866 — 1867 — Aveiro, Ovar, Vila do Conde, Póvoa

1868 — Matosinhos, Leça, Lisboa

1869 — Lisboa, Funchal, Coimbra, Fânzeres

1869 -1870 —Lisboa, Funchal

1870 -1871 – Funchal, Lisboa; morre, no Porto, a 12 de setembro

Esta circunstância vai ser verdadeiramente essencial para a sua obra literária, como afirma J. Carvalho, que reconhece: «(...) *a nuclear importância que a doença assumiu na vida do romancista, obrigando-o a viagens e estadias que capitalizará literariamente (pela articulação da sua experiência com a sistemática e lúcida observação de atmosferas e tipos romanescamente valiosos)*».¹⁹⁷

Estas viagens a que Joaquim Guilherme Gomes Coelho se viu obrigado, afastando-o dos amigos, da família e do Porto, foram por ele retratadas ao longo das suas inúmeras cartas particulares. São de assinalável clareza algumas das suas referências a viagens e ao isolamento a que elas o obrigavam: Em Ovar, a 16 de maio de 1863, em carta para Custódio Passos, confidencia: «*Entre as poucas distrações que esta vila oferece aos seus visitantes, nenhuma tanto do meu gosto como a chegada do correio. Todos os dias me levanto mais cedo para estar às nove horas na loja em que se distribuem as cartas.*»¹⁹⁸ Com a Regeneração, as comunicações em Portugal entraram em fase de desenvolvimento, mas a sua capacidade de resposta às necessidades dos portugueses era ainda muito limitada, entre o continente e as ilhas, como

¹⁹⁵ Ibidem, p. 768

¹⁹⁶ Carmen Abreu, ob. cit., p. 30

¹⁹⁷ J. Carvalho, ob. cit., p. 44

¹⁹⁸ Cf *Obras de Júlio Dinis*, vol. II, Porto, s/d, p, 842

podemos perceber pela carta que escreve ao mesmo amigo, a 18 de abril de 1869, a partir do Funchal:

*«Dizes-me tu na tua carta, que se esta ilha pertencesse aos Ingleses, os meios de comunicação com a metrópole não seriam tão escassos como os que nós temos daqui para Portugal; sabe pois que os nossos caros aliados não esperaram que lhes pertencesse a ilha para multiplicarem o número de vasos que a frequentam. Em quanto nós, os Portugueses, só sabemos notícias dos nossos duas vezes no mês, a colónia inglesa daqui tem-nas de Inglaterra quase de oito em oito dias, e, às vezes, com intervalos mais curtos. A cada momento fundeiam na baía do Funchal vapores ingleses, ou de guerra ou mercantes, que andam na carreira de África e vão para o Cabo da Boa Esperança, ou de lá voltam. Causam-me inveja aqueles diabos, que a cada momento me aparecem nas ruas a lerem a correspondência que receberam.»*¹⁹⁹

A 11 de agosto 1870, no Porto, antes de iniciar mais uma viagem em busca da saúde, ou tão somente de algum bem-estar, em carta a José Pedro da Costa Basto, afirma, em tom que não se poderá considerar melancólico, mas sim cansado e sem ilusões: *«O pior é que se vai aproximando o tempo de emigrar e esta vida de ave de arribação principia a bulir-me com os nervos.»*²⁰⁰

Em oito anos, doente, Joaquim Guilherme Gomes Coelho viajou entre o norte e Lisboa, e resistiu aos ares do Algarve, apesar da vantagem da distância, em relação ao Funchal, mas confessa que não confia nas comodidades das cidades algarvias e justifica-se também acrescentado que *«presentemente, a epidemia anda por aquelas paragens e eu respeito muito a ilustre viajante.»*²⁰¹ Assim, apesar do incómodo da viagem por mar, opta pelo Funchal, onde encontrou muitos outros doentes e cheias as casas alugadas e as hospedarias. Considerou tratar-se de uma cidade que, por vezes, parece *«uma verdadeira città dolente na qual pesa uma nuvem de melancolia, que se não evita.»*²⁰² Mas, se a conversa é sempre a mesma, sempre o peito e a tosse, diz estar grato ao Funchal, porque *«este clima, que, se me não curou de todo, deu-me mais vigor e mais resolução.»*²⁰³

Julgo poder inferir que a cidade do Porto foi para o escritor um lugar de prazer e de infelicidade, bem como um lugar de passagem, entre os vinte e quatro e os trinta e dois anos. Com todas as dificuldades que na época as viagens ofereciam, não terá conhecido na idade adulta momentos de felicidade no seio da sua cidade natal, nem noutros espaços, citadinos ou rurais, onde lutava contra as condições climáticas que o iam vitimando. Numa carta que escreveu em 1869 a Custódio José de Passos, publicada em 1941, na revista *Seara Nova*, lê-se: *«Ficou-me desta doença um ódio ao Pôrto, que te não explico. Odeio-o debaixo do ponto de vista*

¹⁹⁹ Idem, p. 878

²⁰⁰ Ibidem, p. 823

²⁰¹ Ibidem, p. 824

²⁰² Ibidem, p. 825

²⁰³ Ibidem, p. 882

*meteorológico, topográfico, político, artístico, literário e patriótico, sob todos os quais estou persuadido que não presta para nada a nossa cidade natal. E se tiver ocasião de a abandonar, sem grande prejuízo de interesses, com tôda a vontade o faria. Veremos.»*²⁰⁴

Em Julho de 1870, estando no Porto, escreveu ao seu amigo João Pedro Basto: "*Conto brevemente retirar-me para o campo para aí passar o resto do Verão. Em princípios de Outubro, se as coisas no País o permitirem, seguirei mais uma vez a estrada do exílio a que a minha doença me condena. Por essa ocasião espero vê-lo e abraçá-lo em Lisboa.»*²⁰⁵

Em toda a Europa, o século XIX é o momento em que se desenvolve o valor social da viagem. Com o aumento das facilidades de deslocação e das comodidades de que eram rodeados os viajantes, a viagem adquiriu um significado social muito importante. Para uns, viagem de lazer e de convívio, para outros, viagem em busca da cura, em lugares com melhores ares ou águas termais. Como exemplo desta duplicidade de objetivos, assistimos ao movimento anual de saída das famílias abastadas da cidade para o campo e ao desenvolvimento das estâncias termais e de cidades termais, como as Caldas da Rainha. É neste contexto que a *«primeira instituição hospitalar destinada a tuberculosos foi criada no Funchal, em 1853. As condições climatéricas da ilha da Madeira criaram a ideia de constituir um local ideal para o tratamento da doença, convertendo-a num local de excelência para o turismo terapêutico, por onde passaram figuras de relevo da intelectualidade e da política, nacional e internacional.»*²⁰⁶

O escritor faz a sua viagem, a sua peregrinação, cheia de sacrifícios, tais como o desconforto da viagem por mar para o Funchal, as longas distâncias, a solidão ou as despesas, mas com fé, procurando para si o milagre que a mudança de ares já tinha proporcionado a outros.



Monumento a Júlio Dinis, no Porto
(1926)

Largo do Prof. Abel Salazar,
em frente à Faculdade de Medicina

autor: João da Silva

Fonte: <http://www.panoramio.com>

²⁰⁴ Cf Carmen Abreu, ob. cit., p. 29

²⁰⁵ Idem, p. 30

²⁰⁶ Irene Vaquinhas, *Paixões funestas e prazeres proibidos*, in *História da Vida Privada em Portugal, A Época Contemporânea*, coord. de Irene Vaquinhas, dir. de José Mattoso, Círculo de Leitores, 2011, p. 374

3.2 - Júlio Dinis, a paixão da escrita

Joaquim Guilherme Gomes Coelho deixou-nos na sua correspondência e em *Ideias que me ocorrem* muita informação sobre a sua vida, os seus anseios e o seu pensamento. A propósito da sua paixão pela escrita, mias uma vez podemos citar o próprio autor que, no inverno de 1870, em janeiro, escreveu:

*«Para o público foi escrito o livro; o dia em que ao público se entrega é pois um dia de vitória. Porém, ao mesmo tempo uma certa melancolia, uma quase saudade nos punge nesse momento solene. Toda aquela gente que vivia só para nós, vai ser o alvo da observação de milhares de pessoas. O mundo onde só os nossos olhares penetravam, vai ser devassado por olhares curiosos; cessa de alguma maneira o império absoluto da nossa vontade no destino daquelas criaturas. Daí em diante já não são exclusivamente nossas. Emanciparam-se.»*²⁰⁷

Também 1870, a 19 de abril, numa carta dirigida a Ritinha, ao falar dos seus livros, escreveu que *«Estes meus filhos têm a vantagem de só chorarem quando eu quero e nas ocasiões que lhes são por mim impostas. Penso como pai no destino que lhes devo dar; mas tenho nisso mais directa e segura intervenção do que os verdadeiros pais a têm em relação a seus filhos. Enfim vou-me contentando com esta meia paternidade (...)»*.²⁰⁸

Esta é uma forma muito pessoal de o escritor sentir a emancipação destes seus filhos, a sua entrada no mundo, onde vão interagir com os leitores, levando-lhes emoções, vivências, valores, pois que Júlio Dinis assumia a sua função social de formador e de pedagogo. Não posso deixar de considerar que estas ideias assim expressas pelo autor, na sua correspondência e nos seus escritos pessoais, se podem classificar como apontamentos autobiográficos.

Júlio Dinis foi um escritor muito apreciado e lido, pelos seus contemporâneos, por exemplo, no Porto, quando os seus romances começaram a sair em folhetim, na década de sessenta do século XIX. A sua escrita e a sua mensagem chegavam a uma pequena elite cultural e eram tema de conversa nos cafés: chegavam aos homens e a algumas mulheres, apesar de o escritor, sistematicamente, ao longo do seu romance *As Pupilas do Senhor Reitor*, se dirigir às suas leitoras - *«(...) pergunto eu às leitoras bonitas?»*,²⁰⁹ *«(...) sob o risco de indispor o ânimo das leitoras contra uma das principais personagens (...)»*.²¹⁰

²⁰⁷ Cf *Obras de Júlio Dinis*, vol. II, Porto, s/d, p. 552

²⁰⁸ Idem, p. 810

²⁰⁹ Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, ed. cit., p. 111

²¹⁰ Idem, p.101

Para o estudo da obra de Júlio Dinis, é importante ter em atenção o trabalho de Lúcia Lepecki²¹¹ que, em *Romantismo e Realismo na Obra de Júlio Dinis* (1979), abordou a sua obra do ponto de vista das suas personagens, procurando entender a mensagem fundamental da obra e fazer uma descrição da problemática ideológica em Júlio Dinis, reconhecendo que a sua escrita é tributária de dois tipos de sensibilidade, a romântica e a realista.²¹² Relativamente às suas personagens femininas, Lúcia Lepecki refere que a sua «idealização em mãe/filha/irmã/esposa é o elemento básico da deserotização da mulher no romance dinisiano. Antes de ser pessoa, a mulher é aqui uma função social, de largas componentes morais e moralizantes.»²¹³

Sobre a figura feminina representada por Margarida, Lepecki afirma:

«Em *As Pupilas do Senhor Reitor*, Margarida também é uma função social. Desde pequena trabalhou, pelo trabalho “merecendo” viver na casa da madrasta. Mais tarde, substituiu para Clara a mãe desaparecida além de em dimensão social mais ampla garantir, na cena dramática do encontro no quintal, o bom nome da irmã. Para além disto, ela é, ainda, uma função moral: figura, ao lado do velho Reitor, as virtudes cristãs da Prudência, da Fortaleza, da Esperança e da Humildade. Enquanto funções morais e sociais, em romance de doutrinação também moral e social, as mulheres excepcionais em Júlio Dinis são fontes irradiadoras das energias susceptíveis de harmonizar o cosmos, de solucionar, em bem, os conflitos.»²¹⁴

Por seu turno, Maria Alda Silva, na sua leitura de *Uma família Inglesa*, cita Jacinto Prado Coelho que considera Júlio Dinis um escritor com «pendor de romancista-psicólogo»²¹⁵ e afirma que o autor «pretende demonstrar a eficácia social e económica dos valores burgueses e da nova ordem jurídica ao mesmo tempo que dá uma visão idílica do mundo rural português e denuncia a frivolidade, o ócio e o cepticismo como os grandes males da cidade».²¹⁶

A influência de outros escritores românticos, como Paganino e Alexandre Herculano, sobre Júlio Dinis, ecoa na construção da figura do reitor. Contemporâneo de Camilo e da Questão Coimbrã, e atento à realidade da vida portuguesa, foi criticado por escritores e intelectuais do seu tempo, de Camilo a Ramalho Ortigão. Como o próprio deixa perceber, em carta ao seu amigo Passos, escrita em Lisboa, a 10 de fevereiro de 1869, não havia proximidade nas suas relações com Camilo, nem com Ramalho Ortigão.²¹⁷ Mas, uns dias depois, numa outra carta, relata ao amigo um encontro amistoso em Lisboa com Camilo. Falaram da saúde e dos padecimentos de ambos e separaram-se como amigos. Júlio Dinis afirma que «Se fosse no Porto, saudar-nos-íamos muito cerimoniaicamente e passaríamos. Aqui foi outra coisa.»²¹⁸

²¹¹ Maria Lúcia Lepecki, ob. cit., p.11

²¹² Idem, p. 11

²¹³ Ibidem, p. 22

²¹⁴ Ibidem, p. 23

²¹⁵ Maria Alda Silva, ob. cit., p. 10

²¹⁶ Idem, p.13

²¹⁷ Cf *Obras de Júlio Dinis*, vol. II, Porto, s/d, p. 872

²¹⁸ Idem, p. 873

Por outro lado, Lúcia Lepecki, considerando Júlio Dinis um defensor e divulgador dos ideais burgueses, afirma:

«Todos os romances de Júlio Dinis contam e propõem a construção de um mundo renovado: suficientemente novo para aceitar realidades diferentes, suficientemente conservador para manter traços — e não despiciendos — do que já existia. A ideia de “revolução”, mais de uma vez aludida em Os Fidalgos da Casa Mourisca, corresponde, de facto, e com a mais cristalina clareza, ao conceito de regeneração. De onde decorre a necessidade de personagens excepcionais nas duas classes sociais cujo encontro vivificador de todo o corpo social os romances retratam e “receitam”.»²¹⁹

A sua vida literária desenvolve-se em plena época da Regeneração, como afirma Isabel Pires de Lima, em *«clima de acalmia política e ideológica, subsequente aos trinta anos de instabilidade e de confrontações que haviam impedido o desenvolvimento do capitalismo em Portugal ao ritmo europeu, um momento, pois, em que a burguesia portuguesa havia finalmente tomado consciência da urgência de encontrar uma plataforma conciliadora dos interesses das várias classes detentoras do poder económico e uma forma de governo capaz de ser estável, de modo a viabilizar um projecto expansionista da economia nacional que permitisse o fomento material necessário ao próprio avanço do capitalismo.»²²⁰*

Júlio Dinis foi um escritor da transição do romantismo de Garrett e Camilo Castelo Branco para o realismo/naturalismo de Eça de Queirós. A este propósito, J. Carvalho escreve:

«O cunho realista da narrativa, em Dinis, passa também pelo contributo do autor na renovação da linguagem literária: vocábulos e expressões do mundo da ciência e da técnica, do mundo da medicina, do mundo do trabalho, do mundo da economia, do mundo da política, do mundo da justiça — entram no discurso literário, afastando o enunciado da esfera mais idílica, artificial e abstracta do romantismo.»²²¹

Em Júlio Dinis, a linguagem de cada personagem adequa-se ao seu estatuto social e cultural, tornando a sua ficção mais próxima do real, como se de um retrato social e cultural se tratasse. A sua vivência pessoal, familiar, social, académica e cultural deram-lhe a experiência que lhe permitiu trazer para os seus romances quadros da vida real. Também na sua poesia podemos acompanhar o seu pensamento e o seu percurso pessoal; vemo-lo discorrer sobre a tristeza, o amor, as mulheres, a esperança, a amizade, a orfandade, pressentindo os seus estados de alma. Em anexo, apresento alguns excertos da sua poesia, datada de 1857 a 1859. São palavras que ajudam a desenhar o perfil psicológico do escritor, pois aí encontramos a expressão do seu pensamento e o seu sentir, ao longo desta fase da sua existência literária. A este propósito cito Manuel Clemente, que, refletindo sobre Portugal e os portugueses, e a expressão literária da sua identidade, pela poesia e pela prosa, escreveu:

²¹⁹ Maria Lúcia Lepecki, ob. cit., p. 28

²²⁰ Isabel Pires de Lima, ob. cit, p. 107

²²¹ J. Carvalho, ob. cit., p. 248

«(...) a melhor ideia que temos de nós próprios provém da poesia e não da prosa. Desta última guardamos sobretudo o que nos distancia de nós próprios, entre a ironia e o sarcasmo. Pensamo-nos mais altamente à maneira de Camões do que à maneira de Eça. Ou, deste último, recolhemos as páginas mais «poéticas» que nos dedicou n'A Cidade e as Serras».²²²

Sobre a sua poesia, Júlio Dinis, em 1859, em *Uma explicação prévia*, diz-nos que, com ela, se propõe guardar impressões de momentos: «Escrevi-o [livro de poesia] só para mim. Queria-o para um museu das minhas impressões que me recordasse no futuro esses devaneios e fulgentes fantasias, que constituem a mais apreciável riqueza da juventude, segundo dizem os que já estão fora dessa quadra da vida. (...) Não me custaram muitas vigílias; impressões de momento, quase de momento foram escritos.»²²³ O museu, lugar repositório de impressões e memórias, para serem recordadas e revisitadas no futuro, assume aqui, para Júlio Dinis, a função que era social e culturalmente aceite na época, das coleções particulares aos museus públicos: criação e preservação de memória, individual e coletiva, para deleite e para educação. Refletindo sobre a sua escrita em prosa e em poesia, escreveu a seu primo José Joaquim Pinto Coelho, em 20 de outubro de 1867: «Desde que esta caprichosa [a poesia] me viu um pouco inclinado para a prosa, sua rival, deu em fazer pouco caso de mim e vingou-se não me ajudando em ocasiões de apertos.(...) Eu ponderei-lhe que, se me dou melhor com a prosa, é porque esta é mais condescendente, mais pronta em correr, quando eu a chamo e que, se não faço dela tudo quanto quero, é certo que a muitas coisas ela se presta a que a musa se não sujeitaria.»²²⁴

A poesia de Júlio Dinis é extensa e atravessa a sua vida literária e pessoal, pois algumas fazem parte de cartas a amigos e familiares, assinada pelo escritor, Joaquim Guilherme Gomes Coelho ou pelos seus pseudónimos. Alguns dos seus poemas poderão ser estudados como parte de uma reflexão profunda sobre ideais ou princípios filosóficos, mas outros são certamente fruto de experiências de vida e de estados de alma, como *Desesperança*,²²⁵ *O Despertar Da Virgem*,²²⁶ *Melancolia*,²²⁷ *Hino Da Amizade*.²²⁸ Em anexo, apresento excertos de alguns poemas, salientando-se *As mulheres (recordações de um velho)*,²²⁹ poema extenso, de 1859, onde defendo que se plasma alguma tensão na sua apreciação da atitude feminina e masculina no amor. Em nota explicativa sobre este poema, o autor, então com vinte anos, talvez para se justificar perante o seu público feminino, talvez porque realmente assim não pensasse, sente necessidade de escrever:

«Desta poesia eu sou apenas uma espécie de editor, mas não sou responsável. É um velho que fala, e eu não afirmo, pela minha parte, que penso exactamente como ele neste

²²² Manuel Clemente, *Portugal e os portugueses*, Lisboa, 2008, s/p, in <http://www.snpcultura.org>,

²²³ Cf *Obras de Júlio Dinis*, vol. II, Porto, s/d, p. 449

²²⁴ Idem, p. 792

²²⁵ ibidem, p. 307/310

²²⁶ Ibidem, p. 324/325

²²⁷ Ibidem, p. 466/468

²²⁸ Ibidem, p. 294/298

²²⁹ Ibidem, p. 478/487

assunto. O sexo feminino me perdoe portanto estas sextilhas. Estou pronto a contradizer a ilação que delas se pretendeu tirar. // Debaixo do ponto de vista em que o nosso octogenário encara as mulheres, eu devo confessar que não tenho motivos para lhes querer mal nenhum. Ele julgou-as severamente, mas é certo que também não valia mais do que elas. As feridas do coração cicatrizavam-lhe com uma rapidez espantosa e, em quanto a mim, estes corações são no amor uma calamidade e não merecem sorte melhor que a que ele teve.//Já vêem que sou imparcial.»²³⁰

Por outro lado, neste poema, para além de nos revelar a expressão de uma certa forma de um octogenário recordar e sentir as mulheres e os amores que teve ao longo da vida, na infância, na juventude, na idade adulta e aos oitenta anos, Júlio Dinis introduz a personagem tipo do brasileiro rico, que surge e logo vence no amor, como venceu na vida, como vemos nas estrofes que se seguem:

*«Foi o caso que num dia
Chegou, vindo da Baía,
E lhe lançou o anzol,
Um ricaço brasileiro,
Que cheirando-lhe a dinheiro,
Casou ele e pôs-me ao sol.*

*Causou-me um vivo desgosto
Ver-me assim, sem mais, deposto
Por este sensaborão...
Mas então? Tinha dinheiro,
Em breve o vi Conselheiro
E pouco depois Barão.»²³¹*

O brasileiro está presente na obra de Júlio Dinis, desde a poesia ao conto e ao romance. Este era um português representativo do emigrante bem sucedido que regressava e desenvolvia atividade social e económica, ascendia socialmente, casava rico e envolvendo-se na política local e nacional. Vimo-lo em *Justiça de Sua Majestade*, na figura do honrado homem de negócios de Braga, vemo-lo neste poema, como o burguês com pretensão à aristocracia e, em *As Pupilas do Senhor Reitor*, vemos José das Dornas a ponderar enviar Daniel para o Brasil, para o afastar das raparigas da aldeia e zelar pelo bom nome da família, mas também porque o Brasil é conhecido como um lugar com futuro, onde é fácil fazer fortuna.

Desde cedo, a escrita foi para Júlio Dinis uma forma de expressão que notoriamente privilegiou. Do teatro, à poesia e ao romance, este jovem intelectual portuense escolheu a escrita

²³⁰ Ibidem, p. 487

²³¹ Ibidem, p. 485

como forma de expressão artística: como numa pintura, nela, e com ela, exprimiui as suas emoções, as suas frustrações e a sua esperança no futuro de um Portugal liberal renovado. Escrever fazia parte do seu quotidiano, do que também é exemplo a abundante correspondência que lhe conhecemos, com a família e com os amigos.

Júlio Dinis deixou registo das suas reflexões pessoais sobre o romance que se produzia entre nós e como ele o pensava. Estas reflexões críticas permitem-nos confirmá-lo como um autor precursor do romance moderno e conhecedor do romance que se produzia na Europa, em especial em França e na Inglaterra. Deixou-nos também muita correspondência que poderá permitir um estudo mais aprofundado das suas ideias e da génese da sua obra.

Isabel Pires de Lima²³² indica-nos que Júlio Dinis leu Richardson, Jane Austen, Goldsmith, Fielding, tal como Balzac, vendo «*clara reminiscência balzaquiana dos subtítulos “Cenas da vida do Porto”, “Crónica da Aldeia”*», sendo que a sua formação literária e a sua formação científica o levam a interessar-se pela observação do real, aderindo às tendências literárias realistas. Para além de Augusto Comte, Claude Bernard também foi importante para a sua formação e a sua visão da realidade.

Joaquim Guilherme Gomes Coelho não escreveu apenas como Júlio Dinis. Assinou as suas peças de teatro com o seu nome próprio e criou um outro pseudónimo, feminino, que usou na sua correspondência com um amiga imaginária, publicada no Jornal do Porto: Diana de Aveleda, que dá vida a uma mulher exemplar, informada, culta, esposa, mãe e educadora, que escreve à sua amiga Cecília e se envolve numa curiosa e importante troca de ideias com Ramalho Ortigão. É interessante notar que Júlio Dinis, através de Diana de Aveleda, realça a importância do estudo da correspondência dos escritores no contexto de uma apreciação rigorosa e séria das respetivas personalidades literárias. Pergunta Júlio Dinis, no Funchal, a 3 de janeiro de 1869, em *Ideias que me Ocorrem*: «*Quem há, por exemplo, que se tenha lembrado de coligir as cartas particulares de Garrett, que por tantos motivos deviam ser um elemento poderoso para a apreciação daquele vulto literário e para a história da literatura moderna em Portugal, de que ele foi o principal instituidor? Devíamos aprender com os estrangeiros a dar o devido valor a estas origens preciosas de informação para a crítica e para a história.*»²³³

Segundo J. Carvalho, podemos procurar explicação para o uso do pseudónimo *Júlio Dinis* como uma forma de autodefesa perante os críticos e a sociedade portuense e talvez por não acreditar na qualidade do seu próprio trabalho literário:

«*Um dos críticos que aventou esta possibilidade foi José Maria de Andrade Ferreira, na Gazeta Literária do Porto, em 1868 (Cf. Egas Moniz, ob. cit., p. 151.). Alguma verdade haverá nesta tese, sobretudo se considerarmos o facto de se tratar de um muito jovem debutante nesse feroz mundo literário do século XIX português. A título de curiosidade, refira-se o modo*

²³² Isabel Pires de Lima, ob.cit., p. 109

²³³ Cf *Obras de Júlio Dinis*, vol. II, Porto, s/d, p. 548

(narrado por Moniz) como se descobriu que ao pseudónimo Júlio Dinis correspondia a pessoa de Joaquim Guilherme Gomes Coelho. Aconteceu que o êxito do folhetim publicado nas páginas do *Jornal do Porto*, *As Pupilas do Senhor Reitor*, levou a que houvesse uma grande curiosidade à volta do seu (misterioso) autor. Até em casa do romancista, ao que se julga, a questão terá sido objecto de conversas e interrogações. E foi o pai de Dinis que, um dia, encontrou em cima de uma mesa algumas provas do tão célebre folhetim. A notícia acabaria por se espalhar pela cidade do Porto e, depois, pelo país.»²³⁴

Carlos Reis diz que Júlio Dinis «fazia do pseudónimo um autêntico disfarce público».²³⁵

Considerando também o uso do pseudónimo na figura feminina de Diana de Aveleda, podemos aceitar como explicação simples, que Joaquim Gomes Coelho se tenha enquadrado na prática da época, pois no século XIX é frequente o recurso ao pseudónimo, não só em Portugal como na literatura inglesa, que o autor conhecia muito bem. Por outro lado, pode ser que o autor tenha querido separar a sua imagem de escritor da do professor e médico, filho de médico ou, muito simplesmente, duvidasse do seu talento e manifestasse assim a humildade que diminuiria a sua exposição pública. Se pensarmos no facto de seu pai descobrir casualmente que seu filho Joaquim Guilherme era o tão falado autor de *As Pupilas do Senhor Reitor*, podemos então optar por considerar plausível qualquer uma das explicações: o pseudónimo era uma prática na época e o nosso autor sentia-se humildemente sem valor literário. Como Diana de Aveleda escreveu para o *Jornal do Porto* vários textos em que, fala sobre as mulheres e, do ponto de vista teórico, sobre literatura²³⁶ e o seu papel na sociedade, junto dos seus leitores.

Podemos procurar uma identificação do autor com a sua obra? Pode a sua obra ser uma projecção, ou uma tentativa de autoafastamento, das suas experiências, dos seus sonhos e do seu sofrimento? Júlio Dinis faz na sua obra a apologia da família e do amor, apresenta-nos pais dedicados, mas a sua relação com seu pai era aparentemente pouco carinhosa, algo cerimoniosa, e o autor não casou, nem se lhe conhecem amores de juventude. A literatura foi o seu grande amor? As suas personagens jovens e enamoradas podem ser a imagem do seu sonho? Ele não nos apresenta em *As Pupilas do Senhor Reitor* casais constituídos, pois que nem a família Meadas, nem a família Dornas têm a presença de pai e de mãe, e João Semana apenas conta com a dedicação de Joana; apenas João da Esquina nos dá um quadro completo de pai, mãe e filha – um quadro também pouco frequente de uma família com uma única filha para a qual revelam dificuldade em encontrar o noivo certo, pois que sabe ler e isso os fez acreditar num casamento rico. Júlio Dinis apresenta-nos o retrato de homens sós, jovens órfãos, mas também amores possíveis e finais felizes, desviando-se do cenário de amores impossíveis e dramáticos da estética romântica, da 1ª metade do século XIX.

²³⁴ J. Carvalho, ob. cit., p. 127

²³⁵ Cf Carmen Abreu, ob. cit., p. 49

²³⁶ Cf Maria Ivone Miranda Fedeli, ob. cit., p. 25

O seu estado de saúde teve certamente consequências na sua obra literária, como afirma J. Carvalho, porque «o impede de trabalhar como médico e professor, proporcionando-lhe mais tempo para a escrita»²³⁷ e «porque a doença potencia nele apuradas capacidades sensoriais».²³⁸ E cita Tarracha Ferreira:

*«Outro aspecto da biografia convém ainda evidenciar: a tuberculose. // De facto, a doença não o isolou apenas do mundo, permitindo-lhe uma entrega total à obra, que se tornou a sua única razão de viver. Aumentou-lhe também a afectividade e apurou-lhe a percepção, facultando uma acuidade sensorial e uma perspicácia invulgares num escritor tão jovem, e que os diálogos das novelas e romances evidenciam.»*²³⁹

A leitura das suas cartas e das suas reflexões permite-nos sentir a presença da doença, do sentimento de frustração, de derrota, de desilusão com a medicina; nalgumas cartas podemos suspeitar de um estado de espírito depressivo, dizendo-se ele por vezes melancólico. Por exemplo, a 20 de fevereiro de 1870, no Funchal, em carta ao seu amigo Passos afirma que

*«Um dos meus companheiros de casa, que partira do Porto no mesmo dia em que eu, e no mesmo dia aqui chegara, hospedando-se na mesma casa, faleceu na madrugada do dia 12, depois de, por muitos dias, nos apresentar o triste quadro de uma lenta destruição. Como deves imaginar, esse acontecimento não pôde ser impunemente presenciado por quem, como eu, tem a imaginação naquela grande susceptibilidade que lhe dá a doença.»*²⁴⁰

Noutra carta escrita no Funchal a este seu amigo, nesse inverno, a 19 de janeiro de 1871, refere-se à morte de sua tia:

*«Custa-me imenso esta perda. Desde a idade de quatro anos que fiquei sem mãe e nesta minha tia, única que foi mãe também, encontrei os mesmos extremos que tinha pelos seus próprios filhos. // No intervalo de um ano morreram as minhas desveladas enfermeiras. Quem sabe se os cuidados que tiveram comigo concorreriam para mais depressa sucumbirem! Tu deves imaginar o efeito que produzem em meu espírito estes sucessos. Sem esperança de um longo futuro, assusta-me a ideia de sair desta vida tão desprendido de afectos.»*²⁴¹

Numa carta escrita, em 20 de janeiro de 1869, no Funchal, ao seu amigo José Pedro da Costa Basto, mostrando-se simultaneamente irónico e desanimado, Júlio Dinis escreve: «Tenho vontade de seguir os conselhos que me dá relativos a trabalhos literários porque hoje a única maneira de minorar os sintomas morais da minha doença, é andar com a cabeça pelos mundos da imaginação. E, se puder, hei-de fazê-lo, mais para distracção do que para glória minha e muito menos do País. (Esta foi a frase mais maliciosa da sua carta).»²⁴² Demos também atenção ao que escreveu ao seu amigo Passos, a partir de Lisboa, a 18 de fevereiro de 1869: «A solidão

²³⁷ J. Carvalho, ob. cit., p.114

²³⁸ Idem, p.114

²³⁹ Ibidem, p. 114

²⁴⁰ Cf *Obras de Júlio Dinis*, vol. II, Porto, s/d, p. 891

²⁴¹ Idem, p. 902

²⁴² Cf *Obras de Júlio Dinis*, vol. II, Porto, s/d, p. 821

*longe dos homens é para mim uma coisa agradável; a solidão no meio deles, reconheço agora, que é uma tortura sui generis que desconsoa e impacienta.»*²⁴³

Efetivamente, ao ler a correspondência de Júlio Dinis, verificamos que a doença e a solidão são os temas mais presentes, bem como as viagens e as experiências que faz para vencer a contínua falta de energia e de forças. Recebe conselhos e receitas e chega mesmo a manifestar dúvidas quanto às escolhas dos seus colegas médicos na busca da sua saúde.

É médico, mas não se lhe apresentam soluções. Contudo, não se furta a esforços: viaja atrás dos bons ares, vive sozinho, afastado da família e manifesta a alegria que sente com a chegada de cartas, bem como a tristeza que o inunda quando o correio não lhe traz qualquer notícia do Porto, da família e dos amigos, a quem escreve muito. Como claramente afirma em carta ao seu amigo Passos, no Funchal, em 18 de abril de 1869: «(..) o momento de maior prazer que experimento aqui é quando recebo cartas de Portugal».²⁴⁴ Ou nesta outra, para Júlio Castilho, também em abril de 1869, mas uns dias antes, no dia 10: "Recebi com inexprimível prazer a sua carta. Na monótona vida que passo nesta ilha, é a chegada dos vapores de Portugal o acontecimento que mais me alvoroça o coração. Nunca tinha experimentado o que é passar quinze dias em absoluta ignorância do que vai nas casas por onde deixámos os mais íntimos e sagrados afectos da alma. É desesperador!"²⁴⁵ E continua: «Imagine pois com que ânsia rasgo os sobrescritos das cartas que recebo e vou ao fim da página procurar o nome do amigo. Desta vez li, entre outros, o seu, e saudei-o como uma visita bem-vinda à minha solidão.»²⁴⁶ Continuando a observar o ânimo do escritor através das suas cartas pessoais, mais uma vez, podemos perceber o que lhe vai na alma, um mês antes, a 5 de março de 1869, antes de partir de Lisboa para o Funchal, pois escreveu ao seu amigo Passos: «Não é amor ao Porto o que me prende. A minha família é cada vez mais limitada. Se não fosse meu pai, talvez me resolvesse a dar um golpe de estado desses que me atrairiam dos homens sensatos o epíteto de pateta. Meu pai, porém, está hoje mais isolado que nunca.(...) Como lhe custaria se a minha ausência fosse permanente!»²⁴⁷

Sempre que a morte surge perto de si, Júlio Dinis fica triste, lamenta-se e sente necessidade de falar no assunto, narrando as situações e os sentimentos que o entristecem. Fala dos companheiros de peregrinação e dos seus familiares com ternura e tristeza. Na sua vida, a morte é uma presença contínua, bem como a solidão, sempre mitigada pelas imensas cartas que recebe, tendo em conta as inúmeras referências que faz a amigos que lhe escrevem e às muitas cartas de resposta que envia.

Em janeiro de 1871, no ano em que morre, no seu tom melancólico, a partir do Funchal, desabafa mais uma vez em carta ao seu amigo Passos. Diz-lhe que a esperança o está a

²⁴³ Idem, p. 872

²⁴⁴ Ibidem, p. 878

²⁴⁵ Ibidem, p. 817

²⁴⁶ Ibidem, p. 818

²⁴⁷ Ibidem, p. 876

abandonar e que fala da importância dos afetos e da sua ausência, especialmente para quem morre longe dos amigos e da família:

*«Sem esperança dum longo futuro, assusta-me a ideia de sair desta vida tão desprendido de afectos. Aqui na Madeira tenho sido testemunha desse doloroso espectáculo de um homem que morre longe de parentes e de amigos e tendo à cabeceira uma pessoa estranha e indiferente. Deve ser desesperador. E cada vez estou mais convencido de que essa sorte me está reservada. Desejava azedar o espírito até ao ponto de essa ideia me ser indiferente. Ainda não o consegui.»*²⁴⁸

Escrever foi certamente um prazer. A escrita parece ter assumido importância vital, pois era a única forma que o escritor encontrava para fugir à sua realidade, uma vez que a doença o ia impedindo de exercer a sua profissão e de estar junto da família, para além de o forçar a viagens consecutivas em busca de bons ares. Júlio Dinis leu autores ingleses,²⁴⁹ como Fielding, Dickens Tackeray, Richardson, Goldsmith, Jane Austen, leu romances em inglês e traduziu autores ingleses, o que, a par da sua ascendência britânica, bem como da vida que viveu junto de seus avós maternos e de seu pai, manifestamente contribuiu para a sua formação e as suas opções políticas, culturais e literárias. A sua formação académica e profissional também são notáveis para a época: médico e professor da escola onde estudou medicina. Este conjunto de vivências marcou a sua visão do mundo, que se apresenta como uma visão otimista, que não deixou de o ser mesmo perante as adversidades familiares e pessoais que a doença lhe trouxe. Em *Uma Família Inglesa*, no capítulo XV, intitulado *Vida inglesa*,²⁵⁰ temos referências a Fielding, como um autor da preferência de Mr Richard, o pai de Carlos e Jenny.

Júlio Dinis reflete na sua obra a vida política do seu tempo: Em *Justiça de Sua Majestade* e *As Pupilas do Senhor Reitor* vemos retratada a década de cinquenta do século XIX, no momento em que a paz e os novos ideais da Regeneração permitiam alguma modernização na sociedade portuguesa e o alargamento de horizontes a nível social. Eram sentidas ainda as memórias do desembarque no Mindelo, do cerco do Porto, da convenção de Évora Monte, dos alvoroços da Patuleia, mas os velhos costumes e privilégios iam-se despedindo e cedendo lugar ao cumprimento da normatividade imposta pela legislação liberal, as obras públicas e a mecanização.

Segundo Maria Alda da Silva, Júlio Dinis pretende «*demonstrar a eficácia social e económica dos valores burgueses e da nova ordem jurídica ao mesmo tempo que dá uma visão idílica do mundo rural português e denuncia a frivolidade, o ócio e o cepticismo como os grandes males da cidade*».²⁵¹ Para esta autora, na obra de Júlio Dinis, encontramos uma «*intriga serena, verosímil, onde o estudo da sociedade, do coração e da mente humanas dominam*».²⁵² Jacinto

²⁴⁸ Cf *Obras de Júlio Dinis*, vol. II, Porto, s/d, p. 902

²⁴⁹ Cf Carmen Abreu, ob. cit.; J. Carvalho, ob. cit.; Maria Ivone Miranda Fedeli, ob. cit.

²⁵⁰ Cf *Obras de Júlio Dinis*, Vol. I, Porto, s/d, p. 709/718

²⁵¹ Maria Alda Silva, ob.cit., p. 13

²⁵² Idem, p. 9

Prado Coelho designou-o como um escritor com «pendor de romancista-psicólogo»²⁵³ e Vitorino Nemésio diz-nos que «*Ninguém melhor que Júlio Dinis compreendeu a mediania portuguesa, a província bucólica e pacata, a aldeia das quatro estações. Os seus livros lisonjeiam a sensibilidade portuguesa porque a reflectem.*»²⁵⁴

Sendo um autor de transição entre o romantismo e o realismo, Júlio Dinis, como mais tarde Eça de Queirós, pretende fazer pedagogia, e intervir na sociedade. E não é só através dos seus romances: o seu primeiro pseudónimo foi no feminino – Diana de Avelada, que se rodeou de uma rede familiar e social, com marido, filhas e amigas. Como Diana de Avelada, o escritor Júlio Dinis - Joaquim Guilherme Gomes Coelho - escreveu cartas a uma destinatária inventada ou desconhecida, onde encontramos espaços de crítica de arte, de filosofia, de moral e onde predomina o tom pedagógico, de que é exemplo o texto em que fala sobre como ensinar as crianças a ler, não através de Camões ou Tomás Ribeiro, mas com a obra de Rodrigo Paganino,²⁵⁵ de quem Júlio Dinis se afirma admirador. Recordemos também o texto da carta a Cecília, publicada a 10 de julho de 1867, no semanário *Mocidade*, intitulada *Amas mestras e maridos*, em que fala do papel das mães na educação das crianças.²⁵⁶

Isabel Pires de Lima afirma que, numa aproximação aos pressupostos do realismo, a Júlio Dinis não interessa a rapidez da ação, preferindo a lentidão da narrativa, para a valorização do comum, para contar com fidelidade a verdade averiguada, para chegar a um fim moralizador,²⁵⁷ mantendo o seu objetivo pedagógico. Sendo homem de grande cultura, pelo seu percurso pessoal e profissional e pela leituras que fez, como leitor e, quiçá, como estudante, foi um escritor do seu tempo, cruzando na sua obra conhecimentos, vivências e influências. Também a sua formação académica se faz sentir no confronto de Daniel com João Semana, o octogenário que duvida da ciência moderna e não recusa a presença do barbeiro nos assuntos da medicina. Enquanto que Eça de Queirós irá representar o mundo burguês em decadência, Júlio Dinis pretende fazer a apologia da mentalidade burguesa que permite a ascensão social, que valoriza o trabalho. Para Vitorino Nemésio: «*Ninguém melhor do que Júlio Dinis compreendeu a mediania portuguesa, a província bucólica e pacata, a aldeia das quatro estações. Os seus livros lisonjeiam a sensibilidade portuguesa porque a reflectem. Daí as suas tiragens sucessivas, o seu êxito no cinema e na opereta.*»²⁵⁸

Se o leitor quer saber, quer conhecer as particularidades do caso, da intriga, as estratégias discursivas do autor procuram a legibilidade e a legitimidade da mensagem. Vitorino Nemésio considera «*o romance de Júlio Dinis (...) como uma longa narrativa seroadada, lenta e sem*

²⁵³ Cf Maria Alda Silva, ob. cit., p. 10

²⁵⁴ Idem, p. 10

²⁵⁵ Cf *Obras de Júlio Dinis*, vol. II, Porto, s/d, p. 710

²⁵⁶ Idem, p. 752/759

²⁵⁷ Isabel Pires de Lima, ob. cit., p. 111

²⁵⁸ Vitorino, Nemésio, ob. cit., p. 131

sobressaltos, que vai desde os amores bucólicos das duas *Pupilas do Senhor* com os filhos do José das Dornas, ao idílio do estouvado filho de Uma família Inglesa com a angélica filha dos eu velho e castiço guarda-livros.»²⁵⁹ E acrescenta que Júlio Dinis na sua obra «documenta uma concepção idílica e burguesa da vida. Romântico pela época e pelos materiais com que é feito, o romance de Júlio Dinis é, sob o aspecto moral, um antídoto contra o romantismo.»²⁶⁰ Tal como temos vindo a observar, também este autor considera que Júlio Dinis escolhe finais felizes, mas é «real na pintura do quotidiano, na motivação do pormenor, em certa coerência interna do círculo de relações entre as personagens».²⁶¹

Como já referimos, muito jovem, ainda estudante, Júlio Dinis, iniciou a sua vida literária ligado ao teatro, como ator e como escritor. Pouco sabemos desses tempos e dos amigos que lhe ficaram, mas esse percurso influenciará a sua escrita enquanto romancista, por exemplo, quando procurar organizar a sua escrita de forma a captar e manter a atenção do espectador/leitor, como se estivesse num palco. Vemo-lo a dirigir-se aos seus leitores, especialmente às suas leitoras, de forma cúmplice, talvez sedutora, ciente de que os jornais eram lidos por toda a família.

Sempre atento ao que o rodeava e preocupado com o Norte, Júlio Dinis, homem defensor do liberalismo e politicamente comprometido, em *Justiça de Sua Majestade, em 1858*, escreveu: «As províncias do norte, que muitos anos havia não tinham visto um monarca, preparavam-se para receber e saudar a virtuosa filha do valente Soldado, (...) o Porto e o Norte do reino assistira a muitas revoluções, passara por muitos sacrifícios, defendera a todo o transe o estandarte da liberdade (...) O geral do povo fazia dos emblemas da majestade uma ideia fabulosa.»²⁶² E assim nos mostra quanto estava atento à vida social, económica e política do seu tempo e às dificuldades sentidas pelo norte face à política dos gabinetes da capital. No entanto, em *As Pupilas do Senhor Reitor* não vemos a política como interesse maior na vida das personagens, para além da referência feita por Daniel a Joana sobre o facto de ter a intenção de se tornar regedor na aldeia, ou das breves conversas do Reitor e de João Semana, em que, de forma mais ou menos explícita, falam dos políticos e da política nacional.

Erwin Stern, autor norte americano que, nos anos 70 do século XX, se debruçou sobre a obra de Júlio Dinis e colaborou na revista *Colóquio/Letras*, defende que a literatura inglesa exerceu forte influência sobre a figura e a obra de Júlio Dinis, dando o exemplo dos romances e da vida de Jane Austen,²⁶³ cujas semelhanças, como o gosto pelo tema da mulher, pela vida privada e a falta de interesse pelas viagens, «indicam parentesco de espírito»²⁶⁴ entre ambos. Curiosamente, ou não, por questões de saúde ou por opção, o nosso escritor nunca saiu do país –

²⁵⁹ Idem, p. 129

²⁶⁰ Ibidem, p. 130

²⁶¹ Ibidem, p. 130

²⁶² Cf *Obras de Júlio Dinis*, vol. II, Porto, s/d, p. 11/12

²⁶³ Irwin Stern, *Jane Austen e Júlio Dinis*, in: *Revista Colóquio/Letras*, Ensaio, n.º 30, Mar. 1976, p. 61-68, disponível em <http://coloquio.gulbenkian.pt>

²⁶⁴ Idem, p. 63

ao contrário de Eça de Queirós que escreve sobre a sociedade portuguesa, mas vivendo no estrangeiro.

Por seu lado, Isabel Pires de Lima²⁶⁵ salienta que Júlio Dinis ainda jovem escritor portuense já dava expressão ao naturalismo-realismo, considerando-o o precursor do romance realista português devido à ascendência inglesa e ao conhecimento da literatura novelística inglesa, embora também devido à sua formação literária, mas também à sua formação científica positivista. A autora, especialmente dedicada ao estudo da obra de Eça de Queirós, noutro texto, de 2001, recorda-nos a amizade de Júlio Dinis com os românticos, como, por exemplo, com o poeta ultra romântico Soares dos Passos, mas defende que os seus quatro romances, para além dos elementos românticos, apresentam forte componente realista: «*colhe a sua temática na sociedade contemporânea, valoriza a descrição de espaços exteriores e interiores, privilegia a narrativa morosa que propicia a descoberta dos mecanismos psicológicos das personagens, prefere o recurso à personagem-tipo, propõe-se atingir um objectivo moralizador, pedagógico e populista, articulando-o, todavia com a fidelidade à verdade como atributo essencial do romance*».²⁶⁶ Conclui que, em Júlio Dinis «*os quadros de costumes estão ao serviço de uma crítica contundente e de uma doutrinação ideológica e social muito específica*»,²⁶⁷ e que os seus romances têm um «*cunho vincadamente social*» e que na sua obra há «*verdade humana*».²⁶⁸

Na leitura deste romance, escolhido pelo autor para ser o primeiro a ser publicado, descobre-se o encontro de Júlio Dinis com a vida familiar, social e cultural do mundo português da sua época, a época da Regeneração, em que a estrada de macadame atravessa a povoação, mas a vida ainda se desenrola segundo o ritmo das sementeiras e das colheitas, da tenda e da taberna, e a cidade não é ainda um polo de atração naquela aldeia – só um jovem da aldeia por lá anda a aprender um ofício numa fábrica.²⁶⁹ Esta é uma vida pacata que contrasta com a vida agitada da burguesa cidade do Porto, que Júlio Dinis bem conhecia e onde se tornara homem.

Descobre-se o elo de ligação e os elementos que nos permitem falar de permanência e de mudança social e cultural na sociedade portuguesa, especialmente na situação familiar, social, económica e cultural das mulheres, bem como na sua vida afetiva e nos seus amores, na sua relação com os homens.

Para estudar Júlio Dinis, devemos refletir sobre as palavras de Vitorino Nemésio, escritas na Introdução da edição de *As Pupilas do Senhor Reitor*, da Livraria Bertrand, de 1959:

«*Na nossa cidade romanesca, a rua de Camilo é amarga, um pouco lóbrega: fachadas de conventos, um quinteiro minhoto, ruas escusas do Porto e, num muro beirão, a argola a que o ferrador João da Cruz amarra os machos... A rua de Eça – que é a maior, quase uma avenida*

²⁶⁵ Isabel Pires de Lima, *Trajectos: O Porto na memória naturalista* – Antologia, Lisboa, 1989

²⁶⁶ Isabel Pires de Lima, *Júlio Dinis e a antecipação do romance realista*, in *História da Literatura Portuguesa*, Direção de Carlos Reis, vol 4, Lisboa, Ed. Alfa, 2001, p. 107

²⁶⁷ Idem, p.107

²⁶⁸ Ibidem, p.107

²⁶⁹ Júlio Dinis, *As Pupilas de Senhor Reitor*, ed. cit., p. 84

– apresenta a frente dos prédios um pouco suja, um cunhal com um candeeiro em Leiria, um bocado de azulejo de quinta rica, e muita gente ridícula que passa, muita cortina e muito saia... À esquina, o Paula dos Móveis. De maneira que a ruazinha de Júlio Dinis ainda é talvez a mais concorrida pelas pessoas que, não tendo os grandes bairros fictos de sofrimento e de amor para passear – o casario humano e profundo dos Balzac, dos Tolstoi, dos Dostoievsky, dos Dickens –, se contentam com uma travessazinha portuguesa limpa e curta, de onde se vê o campo, onde umas velhotas falam de cousas ingénuas e antiquadas, mas com marmelada à janela, e onde mora uma família inglesa (...).»²⁷⁰

Isto é, o nosso autor é um homem do seu tempo, o tempo da regeneração política e económica do reino, integrado no seu contexto, familiar, social, político e cultural, português e europeu, transmite-nos a sua maneira de o ver e de o sentir, o que também é verdade no que respeita às suas opções literárias, num ambiente de transição do romantismo para o realismo em Portugal, entre as ilustres figuras de Camilo Castelo Branco e de Eça de Queirós.

Num artigo publicado no *Jornal do Porto*, em 25 de fevereiro de 1863, usando o pensamento e as palavras de Diana de Aveleda, o seu heterónimo feminino, Júlio Dinis, demonstra ser um europeu informado, um intelectual, produzindo reflexão de ordem filosófica e escrevendo sobre o debate de ideias que decorre pela Europa: «*Meu marido possui um livro de um tal Geoffroy de Saint-Hilaire, que trata de todas as monstruosidades humanas: é horrível! Pois as suas fisiologias da mulher, meus caros senhores, fazem-me lembrar este livro.*»²⁷¹ Esta carta surge em resposta a um artigo de Ramalho Ortigão em que ele escreve sobre a condição de ser mulher; Diana de Aveleda diz-lhe que lhe responde por ter sido instigada por «*algumas amigas, igualmente escandalizadas como eu com a falsa fisiologia da mulher, exposta por V.S.*»²⁷² Discorrendo sobre o assunto e demonstrando reflexão e informação, afirma que filosofia e mulher duas palavras que *quase nunca se juntam sem prejuízo recíproco para as ideias que designam*²⁷³ e apresenta o seu pensamento sobre o que é ser mulher:

«*É assim que eu compreendo a mulher, pois é assim que eu sou formada, eu e as minhas amigas todas. Ora é exactamente o contrário disto que os senhores nos fazem. Quer para bem, quer para mal, nunca os poetas, romancistas e filósofos, nos pintam tais como somos. É vulgar chamarem-nos anjos e demónios, raríssimo que nos chamem simplesmente mulheres.*»²⁷⁴

Concluindo a elegante e decidida apresentação do seu pensamento, Diana de Aveleda argumenta, criticando o autor e todos os que defendem que homens e mulheres têm uma fisiologia diferente:

²⁷⁰ Vitorino Nemésio, in *As Pupilas do Senhor Reitor: crónica da aldeia*, de Júlio Dinis, Lisboa, Ed Bertrand, 1959, p.11-12, disponível em <http://purl.pt>

²⁷¹ Cf *Obras de Júlio Dinis*, vol. II, Porto, s/d, p. 678

²⁷² Idem, p. 679

²⁷³ Ibidem, p. 675

²⁷⁴ Ibidem, p. 676

«(...) muitas das suas observações, meu caro senhor, as quais são igualmente aplicáveis aos homens e, desde então, impróprias de uma fisiologia especial do sexo amável. (...) ou a mulher não é uma entidade moralmente distinta do homem e então para que tentar presentear-nos com as honras de uma fisiologia especial? Ou o é e cumpre nesse caso que as descobertas fisiológicas que nos disserem respeito, nos sejam exclusivas, capazes de caracterizar o sexo, de lhe fazer perder o aspecto nebuloso, de que alguns teimam em revesti-lo chamando à mulher um mito e ficando muito satisfeitos de si, como se tivessem dito alguma coisa de jeito.»²⁷⁵

Estamos em 1863, ano da sua primeira viagem em busca da saúde e é nesse período, em Ovar, que escreve *As Pupilas do Senhor Reitor*. O português, médico e escritor, Joaquim Guilherme Gomes Coelho parece usar Diana de Aveleda, o seu heterónimo feminino, como parte integrante, direi mesmo fundamental, do processo de criação das personagens femininas do romance. E, num discurso elegante, incisivo e, pelo menos aparentemente, convicto, procurando que Diana de Aveleda seja convincente, Júlio Dinis atribui-lhe a condição de mulher mãe e continua na defesa da sua ideia de mulher, educada e ilustrada:

«Estou suspeitando que V. S. há-de ter já feito reparo em me ver tanto em dia com os escritos da Boémia literária de Paris, e terá feito suas considerações, repletas de bom senso, sobre a inconveniência de tais leituras para uma senhora. (...) Por agora, deixe-me observar-lhe que sou mãe, que também creio, como o senhor, «que um mau livro é mais perigoso do que geralmente se julga» e é esse talvez o único ponto em que estamos de acordo, por ser uma verdade antiga e quase uma banalidade — e que por isso preciso conhecê-los, esses maus livros, para os arredar do quarto de minhas filhas.(...). Eu tenho duas filhas, Ernestina e Luísa. Ernestina é de uma sisudez de carácter, de uma constância nos afectos, de uma perseverança nos sentimentos bons, que a mim e a todos que a conhecem, impõe, apesar dos seus quinze anos apenas, uma certa veneração. Luísa é boa também, mas afectada de leviandade, que cedo principiou a inquietar ...».²⁷⁶

Diana de Aveleda apresenta-se a Ramalho Ortigão como mulher letrada, que lê autores estrangeiros, está a par das novidades académicas e filosóficas, e das discussões entre intelectuais, mas que conhece e contesta o lugar que o autor atribui à mulher na sociedade e na cultura e a forma como ajuíza sobre as suas capacidades e competências: «(...) uma vez que é de opinião que «um livro escondido no estojo de costura ou aberto na gaveta do toucador, pode fazer ajuizar de como pensa nesse dia a dona do toucador e do estojo.»

Nas suas cartas no *Jornal do Porto*, Diana de Aveleda escreve sobre o que é ser mulher – não a mulher tradicional, que entregava a educação das crianças às suas amas, mas a nova mulher, aquela que se preocupa com a educação dos seus filhos e das suas filhas. A mulher burguesa, a mulher portadora dos novos valores e sua fiel depositária, para educar a nova geração de cidadãos, contribuindo para a formação do novo cidadão.

²⁷⁵ Ibidem, p. 679

²⁷⁶ Ibidem, p. 682

Nos seus romances, Júlio Dinis conta-nos a história do homem comum. As suas personagens são velhos conhecidos de cada um dos seus leitores. Era essa a sua intenção, um dos objetivos da sua escrita. Recordemos o que escreveu, em *Ideias que me ocorrem*, em 1870, no Funchal: «*Há livros que são instrumentos (...) para andarem nas mãos de todos, para educarem, civilizarem e doutrinarem as massas. (...) O livro instrumento precisa se ser popular, escrito na linguagem do dia, ao alcance das inteligências da época, de fácil trato, em suma.*»²⁷⁷

Os romances de Júlio Dinis têm valor como objeto de estudo sociológico, pois que nos transportam aos ideais da burguesia liberal nascente, representando-a no seu quotidiano e trazendo ao seu leitor as questões que constituem o cerne da mudança de mentalidade.

3.3 - As Pupilas do Senhor Reitor

Diz-nos Júlio Dinis: «*PRINCIPIEI a escrever as “Pupilas” em Ovar (1863) durante os meses de Julho e Agosto. Terminei-as no Porto em Setembro ou Outubro. Ficaram-me na gaveta até ao ano de 1866 em que resolvi publicá-las. Alterei bastante o romance e ampliei-o introduzindo-lhe personagens e capítulos novos. Publicou-se em 1866 de Março a Julho. Publicou-se em volume em Outubro de 1867.*»²⁷⁸

As Pupilas do Senhor Reitor, um romance em que Júlio Dinis quer representar a vida rural portuguesa de uma aldeia do norte, um retrato de uma realidade campesina, de uma comunidade rural ainda fechada sobre si mesma, nalguns aspetos semelhante à que encontrou em Ovar, onde permaneceu algum tempo, em busca de bem estar, naquele que foi o primeiro momento em que a sua frágil saúde lhe exigiu que saísse do Porto. O Porto, a cidade onde nasceu e cresceu e que teria à data uma viva dinâmica social e económica e onde o nosso escritor desde cedo participara ativamente na vida académica, social e cultural. Maria Adelaide Godinho Arala Chaves,²⁷⁹ em *Júlio Dinis: um diário em Ovar: 1863-1866*, em defesa do protagonismo de Ovar nesta obra do autor, procura descrever a vida e os convívios de Júlio Dinis naquele espaço e fornecer ao leitor os elementos de identificação que permitam fazer deste romance um retrato de um dado momento da vida social de Ovar. Para Margarida encontra certas semelhanças com uma jovem local: «*parece pelo menos em parte inspirada em Ana Simões; (...)*»²⁸⁰ sobre João Semana, afirma que «*é visivelmente inspirado pelo Dr João José da Silveira, com as suas anedotas antifradesças;*» e sobre João da Esquina, o merceeiro que recebeu o apelido da esquina

²⁷⁷ Idem, p. 552/553

²⁷⁸ Cf *Obras de Júlio Dinis*, vol. II, Porto, s/d, p. 527

²⁷⁹ Maria Adelaide Godinho Arala Chaves, *Júlio Dinis: um diário em Ovar: 1863-1866*, Porto, 1998

²⁸⁰ Idem, p. 17

em que se encontrava o seu estabelecimento, afirma: «o inesquecível merceeiro João da Esquina tem a sua origem em António Baptista de Almeida Pereira, conhecido como o Dâcunha».²⁸¹

Porém, *As Pupilas do Senhor Reitor* também teriam sido, em grande medida, inspiradas pela obra *O Pároco da Aldeia*, de Alexandre Herculano, que leu o romance e o elogiou, considerando-o o primeiro romance português; depois de conhecer esse elogio, Júlio Dinis dirige-se assim a Alexandre Herculano:

«Recebi ontem uma carta do meu amigo A. Soromenho, na qual ele teve a bondade de me comunicar a opinião, em extremo lisonjeira, que V. Ex^a formava de uma produção literária minha – *As Pupilas do Senhor Reitor* – que eu lhe pedira para sujeitar à valiosa apreciação de V. Ex^a. // Quando o alvoroço, em que notícia me deixou – alvoroço a que neste caso, não sei de espírito que fosse superior – me permitiu, serenando, conceber um pensamento, foi o primeiro o de agradecer do coração a benevolência de tal júizo, tanto mais para apreciar, quanto, vindo da origem que vem, é além duma grande recompensa a um pequeno trabalho, um grande estímulo para trabalhos novos. Peço pois a V. Ex^a que se digne aceitar por isso a minha profunda gratidão.»²⁸²

Nesta carta que Júlio Dinis escreve a Alexandre Herculano, retirado em Vale de Lobos, vemos o escritor a exprimir o seu apreço pela opinião de Herculano e a identificar nele uma das suas fontes de inspiração:

«Mas o primeiro obséquio recebido anima-me a rogar mais um. É que me seja permitido, quando publique em volume o meu romance, fazê-lo aparecer, dedicando-o a V. Ex^a, sob a égide de um nome tão justa e unanimemente respeitado. Nisto há uma espécie de restituição também. Este romance das *Pupilas* é a realização dum pensamento filho das impressões que, desde a idade de doze anos, tenho recebido das sucessivas leituras d'«*O Pároco de Aldeia*». O meu reitor não fez mais do que seguir, a passo incerto, as fundas pisadas que o inimitável tipo criado por V. Ex^a deixou à sua passagem. Mais duma razão milita a favor do meu pedido; tenho fé que me não será recusado. Além de que, estas minhas pobres *Pupilas* não podiam encontrar asilo mais do seu gosto, do que na solidão de Vale de Lobos. Seria crueldade cerrar-lho. Ser-me-á dado encaminhá-las para lá? // De V. Ex^a // O mais obscuro e mais obrigado discípulo // Joaquim Guilherme Gomes Coelho. // Porto, 7 de Abril de 1867.»²⁸³

Segundo nos é dito também por Augusto Pinto, na nota biográfica da edição em uso para leitura e estudo deste romance, para escrever *As Pupilas do Senhor Reitor*, durante e após uma estadia prolongada em Ovar, Júlio Dinis observou a realidade da comunidade que o recebeu e aí «se inspirou para descrever a realidade humana que se vivia no ambiente camponês, onde mostra singelamente os usos, os costumes, as alegrias e os problemas da população rural (...)».²⁸⁴

²⁸¹ Ibidem, p. 18

²⁸² Cf Carmen Abreu, ob. cit., p. 53, nota de rodapé 128

²⁸³ Idem

²⁸⁴ Cf Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, ed. cit., p. 5

Sendo um romance escrito em Ovar, terra de gente ligada ao mar, não há qualquer referência às gentes e à faina do mar e é comum entre os estudiosos do autor situar toda a ação no norte de Portugal, não na região do Porto, mas no Minho, de que Júlio Dinis parecia gostar particularmente. Em *Justiça de Sua Majestade* já Júlio Dinis nos apresenta o norte do país, identificando lugares e percursos, sob o reinado da rainha D. Maria II, dando-nos uma intriga amorosa, com sofrimento, surpresa e felicidade, mas também um amplo retrato da região e das suas gentes, homens e mulheres. Neste conto, tal como no romance, a par da mentalidade dominante, também vemos os mais velhos a colaborar ativamente na construção do futuro: entre os foguetes e a vistosa inauguração da diligência, mostra-nos o entusiasmo das multidões, a juventude militar e a sensatez dos mais velhos, os gostos gastronómicos de uns e de outros, por exemplo, com a presença da cerveja, a bebida de flamengos e ingleses,²⁸⁵ ao lado do queijo londrino e do vinho do Porto. Em *As Pupilas do Senhor Reitor* encontramos também espaço para a defesa da gastronomia portuguesa, a alegria da juventude na esfolhada, a presença dos mais velhos ao lado dos jovens garantindo a passagem de valores e a construção do futuro com solidez e harmonia.

Que realidade rural, social e cultural nos apresenta realmente Júlio Dinis? A sociedade que aí encontrou, a aldeia do norte, ou a sociedade portuguesa em geral, em que a tradição, tranquilamente, parece ir resistindo à novidade e à mudança? Na falta de possibilidade de confirmação destas hipóteses, julgo que é legítimo considerar a presença de figuras e retratos de Ovar no romance, mas que o escritor já o vinha projetando há algum tempo, sendo aquele o tempo certo para o escrever. Tempo, silêncio, isolamento e disponibilidade que esta viagem não desejada lhe deu. O seu percurso literário anterior e posterior revela-nos um homem com imaginação, arte, inspiração, motivação, objetivos e necessidade de escrever que estariam para além da vivência temporária em Ovar. Assim, as suas personagens serão personagens tipo, representando indivíduos e grupos sociais portugueses. Traça um quadro nacional, sob a observação atenta daquela realidade concreta.

Interessante é o facto de Júlio Dinis, logo no início do romance, numa clara alusão às questões da política agrícola, se referir ao lavrador José das Dornas como alguém que «*Em negócios de lavoura dava, como se costuma dizer, sota e às ao mais pintado. Até o Sr Moraes Soares teria que aprender com ele.*»²⁸⁶ Recorde-se que Moraes Soares foi um político empenhado nas questões da agricultura e da floresta, sendo parte importante da reflexão política sobre questões agrícolas no Portugal liberal das décadas de cinquenta e sessenta tendo, por exemplo, em Junho de 1862, defendido no *Archivo Rural* que o latifúndio travava o desenvolvimento agrícola. Esta referência a Moraes Soares revela que Júlio Dinis estava informado sobre a questão agrícola, a situação política e os debates que se produziam no parlamento e na imprensa,

²⁸⁵ Cf *Obras de Júlio Dinis*, vol. II, Porto, s/d, p. 20

²⁸⁶ Cf Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, ed. cit., p. 9

embora não tendo interesses pessoais ou familiares na política agrícola. A propósito das suas opções políticas, recorde-se que escreve no *Jornal do Porto*, jornal com orientação político-partidária progressista.

Carmen Abreu afirma que se percebe «no romancista, uma espécie de prudência desconfiada relativamente ao encontro das suas obras com o público. Júlio Dinis era um espírito reservado e sensível e não custa a crer que temia profundamente a reacção de escritores e críticos seus contemporâneos».²⁸⁷ O próprio Júlio Dinis confessa em carta a seu primo José Joaquim que não gosta de estar em Lisboa, nem no Porto, no momento da publicação dos seus romances, para não ouvir os comentários, pois que *As Pupilas do Senhor Reitor* foram bem recebidas pelos críticos, mas os romances seguintes já não beneficiariam dessa complacência: «Não calculo a sensação que produzirá o livro e quase estimo estar longe de Lisboa e Porto para me ver livre, pelo menos, dos comentários orais. Os críticos, prevejo o que dirão. A complacência com que foram acolhidas as *Pupilas* há-de ser descontada em todas as publicações que eu fizer».²⁸⁸ No entanto, numa carta dirigida ao seu amigo Custódio Passos, a partir de Lisboa, Júlio Dinis transcreve em nota um excerto do *Diário Popular da véspera*, dia 24 de Março de 1868, no qual se noticia a representação de *As Pupilas do Senhor Reitor* e onde se verifica que Júlio Dinis, apesar de ter ido assistir, procurou passar despercebido:

«A plateia levantou-se para aplaudir o Sr. Biester e o Sr. Gomes Coelho, que se recusou a subir ao palco. Veio buscá-lo à plateia o Sr. Biester e mal apareceram ambos no palco, o entusiasmo do público chegou ao delírio. A todos comovia a modéstia dos dois escritores; um escondendo-se na plateia e furtando-se aos aplausos, outro pretendendo que toda a glória coubesse ao Sr. Gomes Coelho. Os actores que ainda estavam em cena abraçaram o Sr. Gomes Coelho, que, profundamente comovido, mal podia proferir uma palavra.»²⁸⁹

A felicidade do escritor é indisfarçável. Vitorino Nemésio, na sua reflexão sobre Júlio Dinis e *As Pupilas do Senhor Reitor*, em *Portugal, a Terra e o Homem* define este romance como a obra prima do escritor e como uma narrativa em que

«à parte o pequeno prodígio do duplo casamento dos filhos do lavrador abastado com as órfãs do Meadas, toda a intriga se desenvolve solidamente, com uma tipificação abundante e bem distribuída: o Reitor generoso e desvelado; José das Dornas, pacato e suspicaz; a admirável figura de João semana, o médico de aldeia; os caracteres bem marcados de Daniel e de Pedro, de Clara e Margarida; a comparsaria concentrada na casa e na tenda do João da Esquina.»²⁹⁰

Daniel representa a vida boémia de estudante com dinheiro no Porto – Júlio Dinis conhece bem essa vida de estudante. Vimo-lo no grupo d'O *Cenáculo*, como ator e como escritor, vimo-lo a escrever poesia n'A *Grinalda* – Júlio Dinis terá acompanhado os seus colegas nessa vida de estudante boémio? Ou terá desde cedo canalizado os seus tempos livres e os seus interesses

²⁸⁷ Carmen Abreu, ob. cit., p. 52

²⁸⁸ Cf Carmen Abreu, ob. cit., p. 53, nota de rodapé 129

²⁸⁹ Cf *Obras de Júlio Dinis*, vol. II, Porto, s/d, p. 863

²⁹⁰ Vitorino Nemésio, ob. cit., p. 130

para o teatro, a escrita e a literatura? Sendo que a doença se manifestou cedo, certamente as suas opções de vida foram condicionadas pelas restrições a que a doença obrigava. A família terá tentado desde cedo que levasse um modo de vida diferente do que viviam os outros jovens da sua idade?

Assim, é interessante considerar que Júlio Dinis tenha tido como opção literária e político-cultural mostrar as desigualdades sociais, a pobreza, e as questões prementes da sociedade portuguesa, mas sem delas fazer uso para a trama central dos seus romances. Júlio Dinis, mostrou-nos um país em que os projetos de vida individuais e coletivos tinham, como referências morais e como ideal a atingir, o sucesso e a realização pessoal pelo trabalho, a vida em família e a religião renovada, uma religiosidade de serviço.

A ausência da mulher como mãe surge no romance, como na vida de Gomes Coelho: também o pai de Daniel, José das Dornas, é viúvo, como o pai do escritor. Relativamente a Daniel, mostrou-nos um jovem boémio, fruto da vida desregrada e inconsequente da cidade, mas que se regenera e repõe o equilíbrio na comunidade e na família. Como refere J. Carvalho²⁹¹ citando o escritor, em carta dirigida ao seu amigo J. Pedro Basto, a 20 de abril de 1870, a partir do Funchal, «*promiscuidade entre autor e personagens aparece até, num tom de graça triste, em desabafo do escritor a propósito da medicação moderna que é obrigado a tomar: “Agora estou reduzido à sorte de uma personagem das Pupilas e obrigado a tomar arsénico. O João da Esquina está vingado”.*»²⁹²

Eça de Queirós, em setembro de 1871, após a morte de Júlio Dinis, escreve que ele «*viveu de leve, escreveu de leve, morreu de leve*»;²⁹³ esta frase foi interpretada por alguns estudiosos como crítica à sua vida e obra, no entanto, julgo que podemos considerar que Eça pretendeu tão somente realçar a sua forma otimista e harmoniosa de analisar a sociedade e os indivíduos. Citando, de novo, Eça de Queirós, vejamos o contexto desta sua frase:

«*Tréguas por um instante nesta áspera fuzilaria! Numa página à parte, tranquila e meiga, pomos a lembrança de Júlio Dinis. Que as pessoas delicadas se recolham um momento, pensem nele, na sua obra gentil e fácil, que deu tanto encanto, e que merece algum amor. [...] Júlio Dinis viveu de leve, escreveu de leve, morreu de leve.*»²⁹⁴

O próprio Eça de Queirós, no último quartel do século XIX, ao escrever *A Cidade e as Serras*, distanciou-se do seu estilo de dura crítica social realista/naturalista e colocou na sua obra e no seu pensamento alguma da harmonia e do otimismo que vemos de forma consistente em Júlio Dinis, alguns anos antes. As suas personagens femininas, Margarida, Clara, Joana, Teresa de Jesus e sua filha representam algumas das mulheres de muitas aldeias de Portugal de Oitocentos. Mas, também José das Dornas e João da Esquina, Padre António e João Semana,

²⁹¹ J. Carvalho, ob. cit., p. 49

²⁹² Cf *Obras de Júlio Dinis*, vol. II, Porto, s/d, p. 832

²⁹³ Eça de Queirós, *As Farpas*, 1871, s/p, disponível em <http://purl.pt>

²⁹⁴ Idem

Daniel e Pedro são representações dos vários tipos de homens portugueses de então. José das Dornas, o lavrador, o abastado proprietário rural que, viúvo há muitos anos, se concentrou na educação dos dois rapazes, no trabalho e na gestão da sua produção agrícola e não procurou dar madrasta aos filhos, ao contrário do Meadas que deu madrasta a Margarida, a qual «*não desmentia, pela sua parte, a fama que de ordinário acompanha este pouco simpático nome*». ²⁹⁵

Padre António é o exemplo vivo do clero comprometido com a mudança. Júlio Dinis, tal como Alexandre Herculano, apresenta-nos esse clero necessário ao regime, como protagonista e parte integrante do processo para a mudança de mentalidades. Sabemos que o pároco da aldeia é um tema recorrente na literatura europeia. Mas, Alexandre Herculano e Júlio Dinis, introduzem-no na sua obra, num momento crucial da vida da Igreja em Portugal, após a queda do absolutismo e a questão dos bens da Igreja e das ordens religiosas. Posteriormente, encontramos em Eça de Queirós um outro olhar sobre a religiosidade popular e o clero em Portugal.

Em julho de 1864, já depois de concluído este seu romance rural, que designa como crónica de aldeia, o escritor escreve o poema *O bom reitor*, publicado no *Jornal do Porto*, assinado por Diana Aveleda, dirigido a Cecília:

«*Sabem a história triste
Do bom reitor?
(...)
Fez quanto bem podia,
Mas ... afinal
Morre, e na pobre campa
Nem um sinal.
(...)
Há nesta vida amarga
Sortes assim:
Vive-se num martírio
Morre-se enfim. (...)*» ²⁹⁶

Mas, ao lado do reitor, está João Semana, na sua digna função de médico – ambos são os amigos dos pobres, o seu protetor, quem discretamente lhes dá algumas moedas para pagar a conta na farmácia ou comprar comida. João Semana, para além da sua missão de médico naquela aldeia e arredores, de que não tirará grandes proventos, é também um grande proprietário na região.

João da Esquina é outra personagem interessante: leva o seu negócio em frente, com a ajuda da mulher e ambos procuram encontrar noivo para a sua filha única – situação que na

²⁹⁵ Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, ed. cit., p. 42

²⁹⁶ Cf *Obras de Júlio Dinis*, vol. II, Porto, s/d, p. 328

época não se apresenta frequente. O mesmo acontece com as outras famílias centrais no romance: nos Dornas encontramos dois rapazes e as Meadas são apenas duas raparigas. Mas, sabemos que o costume da época era bem diferente. O próprio Júlio Dinis tinha uma família muito numerosa.

Estamos então perante um romance em que a imagem de família que o autor deliberadamente procura apresentar é uma família em mudança – rumo aos valores burgueses, em que os filhos não são apenas mão de obra, sinónimo de pobreza ou de trabalho, não surgem porque surgem, são crianças em cuja educação se vai investir. A mercearia de João da Esquina é um ponto fundamental na aldeia: é aí que as novidades se espalham e que a vida de cada um é avaliada. Em *As Pupilas do Senhor Reitor*, Júlio Dinis compôs a aldeia como uma personagem coletiva que exerce controlo moral sobre os seus membros.

A educação das raparigas preocupa Júlio Dinis que, certamente, acompanha as discussões no Parlamento e na imprensa sobre a educação e usa o seu primeiro romance para falar desta importante causa nacional: a educação das raparigas. Ele que tem no seu heterónimo Diana de Aveleda, uma mulher letrada, uma mulher informada, uma mulher intelectualmente interessante e interessada na filosofia e na arte, que vai ao teatro e lê as últimas novidades que vêm da Europa. Nas suas cartas à sobrinha, Júlio Dinis mostra-se muito interessado em saber sobre a sua educação e vai-lhe pedindo que o mantenha atualizado quanto à sua formação. O seu pensamento é claro: o país precisa de cidadãos educados e informados e todos devem participar desse esforço.

O escritor que, cedo, na sua vida literária pública usou o pseudónimo de Diana de Aveleda, e que neste romance se dirige várias vezes às *suas leitoras*, parece escrever para um público feminino. Qual seria a dimensão desse público feminino? E o público masculino? Júlio Dinis teria o seu próprio público masculino. Note-se que, ao terminar o romance, não se dirige às suas leitoras, como noutros momentos, diz apenas: «*O leitor concordará por certo em que devemos fechar por aqui a narração. As suaves alegrias das núpcias imaginem-nas, pelo que sentiram os felizes que na vida as gozaram já; os outros fantasiem-nas, pelo que tantas vezes sonham, ao pensarem no futuro.*»²⁹⁷

A ação do romance *As Pupilas do Senhor Reitor* situa-se em 1853/55, quando tinha o seu autor 14/17 anos, embora saibamos que o escreveu em 1863, com 24 anos. Apesar de *As Pupilas do Senhor Reitor* não nos apresentar um enredo com carácter político e de as suas personagens, talvez aparentemente, se encontrarem distantes da política nacional e local, é significativo o facto de o autor procurar que o leitor claramente se situe no início dos anos

²⁹⁷ Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, ed. cit., p.336

cinquenta do século XIX, pois que ao referir a idade de Francisca, o pai afirma que ela «*nasceu logo depois do cerco*». ²⁹⁸

O autor usa a sua escrita para fazer a apologia dos valores do liberalismo e da burguesia nascente, da monarquia constitucional e da rainha, parece querer fazer um retrato sociológico em que a sociedade portuguesa se pacifica, a mentalidade muda e a comunicação entre grupos sociais se torna possível, tal como o amor que nasce entre jovens de diferentes estatutos sociais é legitimado pela ascensão social ou estatuto económico ou cultural de um dos jovens apaixonados. Júlio Dinis introduz no romance alguns dos seus poemas, como o da cabreira e o da trigueira, mostrando uma interessante forma de ligar a obra nascente com a sua produção literária anterior. Claramente quer manifestar apoio aos amores juvenis e às novas famílias que daí surgem.

Ainda em setembro de 1871, pouco depois da morte do escritor, Eça de Queirós, em *Uma Campanha Alegre*, escreve:

«Um só livro seu, um romance, fez palpar fortemente as curiosidades simpáticas – As Pupilas do Sr. Reitor. Esse livro fresco, quase idílico, aberto sobre largos fundos de verdura, habitado por criações delicadas e vivas – surpreendeu. Era um livro real, aparecendo no meio de uma literatura artificial, com uma simplicidade verdadeira, como uma paisagem de Cláudio Loreno entre grossas telas mitológicas. Era um livro onde se ia respirar.» ²⁹⁹

Continuando a sua abordagem à vida e obra de Júlio Dinis, Eça de Queirós escreve que o escritor amava a realidade e que isso, «*é a feição viril e valiosa do seu espírito. Copiava finamente com um cuidado de miniaturista, as suas figuras ternas e joviais, e os planos esbatidos das suas paisagens.*» ³⁰⁰ Procura caracterizar sua escrita, distanciando-se do seu estilo, dizendo que:

O seu espírito, porém, nunca se desprende de uma certa contemplação sentimental, idealista: não se atrevia a pôr, nas páginas gentis, os severos, os crus aspectos da realidade: de modo que copiava de longe, com receio, retocando os contornos duros, dando o pálido desbotado do sentimento sobre as cores fortes e salientes. As suas aldeias são verdadeiras; mas são poéticas: parece que ele as vê e as desenha, quando a névoa outonal idealiza, azula, esfuma as perspectivas.» ³⁰¹

Estas palavras de Eça de Queirós, tal como já vimos nas referências às palavras de Alexandre Herculano, e de Vitorino Nemésio, sugerem que Júlio Dinis tem lugar entre os maiores da literatura portuguesa. Na atualidade, faltam estudos sobre o autor e a sua obra, bem como estudos sobre a pertinência da sua valorização no sistema de ensino português, levando-o aos jovens, como aconteceu nas gerações até aos anos setenta do século XX, pois a escrita de Júlio

²⁹⁸ Idem, p. 154

²⁹⁹ Cf J. Carvalho, ob. cit., p. 54

³⁰⁰ Idem, p.54

³⁰¹ Ibidem, p.54

Dinis permite-nos um outro olhar, mais um olhar, sobre a sociedade liberal do século XIX, os seus preconceitos e estereótipos sociais e sexuais, as suas expetativas.

Acompanhando o pensamento de F. Catroga, que salienta que «a *historiografia, com as suas escolhas, valorizações e esquecimentos*» contribui «para a *refundação, socialização e interiorização de novas memórias*»³⁰² e continuando a refletir sobre a importância de estudos académicos sobre a presença da leitura orientada da obra de Júlio Dinis no sistema de ensino português, junto de tantos outros nomes sugeridos para leitura, recordo que a tese de J. Carvalho, apresentada à Universidade de Coimbra, em 2010, se debruça sobre esta questão. O autor contribui para o questionamento e o aprofundamento do estudo da obra dinisiana, e saliento que, todos os trabalhos de investigação são importantes elementos para criar novos pontos de abordagem e de reflexão, alterando o estado da arte e permitindo levar estas abordagens para fora do meio académico. O autor afirma que, com a obra de Júlio Dinis, o sistema de ensino poderia contribuir para promover hábitos de leitura³⁰³ ao mesmo tempo que divulgaria uma «(..) *literatura que ostensivamente veicula princípios e valores humanistas*».³⁰⁴ Esta tese assume-se como uma proposta e é apresentada com base em pressupostos que o autor defende como valores, metas e objetivos para o sistema de ensino português e que não constituem tema deste meu projeto. Como sabemos, qualquer opção implica sempre a escolha e, como afirma Fernando Catroga, «as escolhas são sempre acompanhadas pelo que se olvida, pois, quer se queira quer não, escolher é também esquecer, silenciar e excluir».³⁰⁵ Os sistemas de ensino refletem sempre opções, de carácter político e cultural, para a construção do saber e da memória coletiva de um povo ou de uma nação. Considero que a nível académico são necessários mais contributos para o estudo da obra de Júlio Dinis e para o papel que teve, e o papel que, eventualmente, pode vir a ter, no sistema de ensino português, para o estudo da sua época, como o próprio escritor afirmou e desejou para a sua obra, especialmente para os seus romances, que classificou como *romances de costumes*.³⁰⁶

³⁰² Fernando Catroga, ob. cit., p. 57

³⁰³ J. Carvalho, ob. cit., p. 444

³⁰⁴ Idem, p. v

³⁰⁵ Fernando Catroga, ob. cit., p. 26

³⁰⁶ Cf. *Obras de Júlio Dinis*, vol II, Porto, s/d, p. 536

CAPÍTULO IV - AS PUPILAS DO SENHOR REITOR - UM RETRATO DAS MULHERES NA SOCIEDADE PORTUGUESA DO INÍCIO DA 2ª METADE DO SÉCULO XIX

Júlio Dinis é um escritor em diálogo com a sua realidade social, histórica e cultural, com os seus contemporâneos e com os seus conterrâneos. A sua obra torna-se essencial para o estudo do Portugal Oitocentista, pois apresenta quadros sociais em que estão representados tipos sociais que refletem a realidade e as mudanças em curso, na 2ª metade do século XIX. Com a obra de Júlio Dinis podemos analisar o discurso sobre as mulheres e o lugar das mulheres na sociedade, bem como as representações do feminino, representações que, no entanto, nos chegam através do olhar masculino. E, porque vêm do olhar masculino, verifica-se que este, tal como outros discursos, nos ensinam mais sobre os homens do que sobre as mulheres e que não é possível fazer a história separada dos papéis masculinos e femininos. Assim ao estudar a construção dos papéis sociais femininos também encontramos os papéis sociais masculinos e a história da dominação das mulheres pelos homens.³⁰⁷ A vida, as aspirações e os problemas das mulheres oitocentistas são tema recorrente em toda a obra de Júlio Dinis, atravessando os contos e os romances, desde *Justiça de Sua Majestade*. Este é um tema sobre o qual o pensamento de Júlio Dinis tem, certamente, aspetos resultantes da sua vivência pessoal, familiar e social, da sua formação científica, das suas leituras e de reflexão pessoal.

Michelle Perrot³⁰⁸ refere-se aos romances do século XIX como enredos e dramas da vida privada e familiar e afirma a impossibilidade de atingir ou ultrapassar o não-dito, o desconhecido, de chegar a fazer a história dos indivíduos, mas a literatura pode contribuir para a descoberta e a elaboração de retratos de indivíduos, de grupos e de comunidades.

Para nos conduzir a uma dada ideia de sociedade, de família, de amor e de mulher, o escritor criou e inseriu neste romance estratégias narrativas que podemos considerar os seus próprios recursos destinados a fazer chegar a sua mensagem aos seus leitores: os amores, os encontros e desencontros, a descrição da vida de pobreza, a alegria dos grupos de camponeses e das lavadeiras, o jogo na taberna, a maledicência na mercearia, a ingenuidade de Clara, a prudência de Margarida, a defesa da honra das famílias e das duas raparigas, a respeitável

³⁰⁷ Georges Duby, e Michelle Perrot, *As mulheres e a história*, Lisboa, 1995, p. 27

³⁰⁸ Michelle Perrot, in *História da vida privada, Da revolução à Grande Guerra*, vol 4, Direção de Philippe Ariès e Georges DUBY, Círculo de Leitores, 1990, p. 13

presença de Joana, as transgressões, o confronto entre o saber do barbeiro e dos médicos da aldeia.

Os leitores de Júlio Dinis também liam Camilo Castelo Branco, com os seus romances cheios de mártires, de paixão e sofrimento, mas Júlio Dinis representa aqui uma sociedade apaziguada e expectante, onde a ordem e a tradição são respeitadas, onde vimos as mulheres, atentas e zelosas dos bons costumes, criticarem José das Dornas por dar diferentes oportunidades e educação desigual aos filhos e criticarem Margarida por não ser como elas. A ascensão social de Margarida, pelo casamento com Daniel e a entrada na família de José das Dornas, representa a presença de um quadro de valores que vai estar presente em toda a obra do autor, dos contos aos romances. Em todos os seus romances, desde *Uma Família Inglesa*, passando por *A Morgadinha dos Canaviais* e finalmente por *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, e também nalguns dos seus contos, como *Justiça de Sua Majestade* ou *As apreensões de uma mãe*, encontramos os valores burgueses, do trabalho e da ascensão social, seja pela educação e pela instrução, seja pelo trabalho, pela lealdade ou pela honestidade, sempre em busca da harmonia social e do progresso que a Regeneração prometia, na fase política nacional do pós guerra civil.

Em *As Pupilas do Senhor Reitor*, cumprindo a sua vocação pedagógica, Júlio Dinis procura promover o gosto pela leitura, apesar de, curiosamente, não falar de autores, nem dos títulos dos livros que o mestre Álvaro traz para a aldeia e que constituem a base do crescimento intelectual de Margarida. Neste romance não se aprofundam as questões políticas, só o reitor e João Semana dialogam brevemente sobre política, mostrando-se informados sobre a política nacional. Daniel, numa conversa com Joana, refere, de passagem, que poderá querer ser o regedor da aldeia³⁰⁹ porém, não volta a mostrar interesse, nem sequer aptidão, para a política local e na intriga do romance não foi criado espaço, nem tempo, para falar de jogos de influência, de arranjos eleitorais, nem de nenhum ato eleitoral, como vemos de forma muito clara ao longo de *A Morgadinha dos Canaviais*. Cada um dos seus romances constitui-se como uma unidade e, entre si, parecem organizar-se para se completarem, mostrando quadros sociais que, reunidos, nos dão um retrato da sociedade portuguesa da época.

Não encontramos referências aos jornais políticos, nem à chegada do correio, mas, através da sua correspondência particular, assim como em *A Morgadinha dos Canaviais*,³¹⁰ confirmamos que a chegada do correio é um momento muito especial para o próprio escritor, quando se encontra longe da família e dos amigos, e para a população portuguesa que aguarda notícias dos seus familiares ausentes. Assim, a ausência de referências, faz parecer que a estrada nova não trouxe a diligência nem o correio à aldeia de *As Pupilas do Senhor Reitor*. Talvez a aldeia não

³⁰⁹ Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, ed. cit., p. 135

³¹⁰ Cf. *Obras de Júlio Dinis*, vol. I, Porto, s/d, p. 266/267

tivesse os seus filhos ausentes, talvez a emigração não tivesse atingido a aldeia, uma comunidade aparentemente autossuficiente, que ia conseguindo dar trabalho a todos os seus habitantes, sem máquinas e com o cultivo intenso das terras. A aldeia seria então um microcosmos, um espaço fechado no contexto nacional em que as comunicações se modernizaram e a emigração se tornou uma opção para muitos jovens, especialmente para o Brasil.

Quanto ao posicionamento ideológico, político, social, cultural e literário de Júlio Dinis no Portugal de então, a leitura da sua poesia e das suas cartas literárias e particulares permitiu fundamentar uma abordagem mais profunda da sua obra e uma mais consistente leitura, compreensão e contextualização cultural, social e psicológica das personagens de *As Pupilas do Senhor Reitor*.

4.1 - As relações sociais na aldeia – a construção de uma identidade coletiva

Esta crónica de aldeia revela-nos uma aldeia portuguesa, em que a rotina e a pobreza estão muito presentes e não deixam espaço para a exibição de riqueza, nem para a festa: o convívio dos homens na taberna, entre vinho e jogo, é considerado pecado e eles próprios assumem esse peso social. Ao longo do romance, João Semana, o Reitor e José das Dornas não são encontrados em amena conversa de amigos, à volta dos prazeres da mesa, de um bom jantar, de um bom vinho ou de um bom Porto. Só João Semana revela e exhibe o seu prazer pela comida portuguesa³¹¹ e tem em Joana a fiel defensora deste seu prazer. O casamento de Pedro e Clara é entendido como uma oportunidade de festa na aldeia e todos estão curiosos e ansiosos. Uma grande festa, de cujos preparativos Júlio Dinis evita falar, deixando o bom reitor sem respostas concretas sempre que interroga José das Dornas sobre a data da boda e sobre a sua preparação.³¹² Mas, com a aproximação de festa em casa do lavrador abastado e para a qual todos certamente seriam convidados, a aldeia vibra e tece conjeturas, pois que todos acreditam que o pai proporcionará uma festa memorável ao seu filho mais velho, isto é, a «*ansiedade na aldeia era imensa, porque todos conjecturavam já quanto teriam de memoráveis umas bodas em casa do abastado e liberal lavrador.*»³¹³ Mas, o leitor não saberá como foi preparada, nem assistirá à festa.

E Júlio Dinis, apesar da busca constante da harmonia e da correção das desigualdades que o liberalismo prometia, não deixa de nos mostrar a presença da mentira e do segredo: Pedro

³¹¹ Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, ed. cit., capítulo XVIII, p. 124/132

³¹² *Idem*, p. 198

³¹³ *Ibidem*, p. 198

nunca saberá o que aconteceu e o que poderia ter acontecido no jogo de sedução entre Clara e Daniel.³¹⁴ A aldeia e Pedro nunca suspeitarão. Convictos, Margarida e o reitor defenderam a honra de Clara e de Pedro perante a aldeia e criaram a mentira, argumentando sobre a sua necessidade, face à realidade da vida na aldeia e tendo em vista o futuro de Clara e o relacionamento entre os dois irmãos.

Esta aldeia representa o Portugal tradicional, onde as novidades tardam em chegar e onde os costumes procuram manter-se, sem ruturas e sem a ambição e a busca da mobilidade. Só Margarida parece destinada a encarnar o sonho e a possibilidade de ascensão social. Não encontramos o sonho ou ambição nos jovens da aldeia. Como já referimos anteriormente, a figura do *brasileiro* era importante, na sociedade e na ficção, mas não temos na aldeia nenhum jovem a partir para o Brasil, nem nenhum *brasileiro* a exhibir a sua riqueza, a procurar esposa ou a construir algum palacete. Não temos o apelo da cidade grande que é insinuada como um lugar distante e a evitar, onde Daniel esteve dez anos e de que Pedro e José das Dornas não falam. Nem os familiares do Porto visitam a aldeia, introduzindo alguma novidade.

O romance apresenta uma povoação muito fechada – tão fechada à novidade, que Daniel ao regressar está só e só pode adaptar-se, converter-se, não havendo lugar para o seu estilo de vida da cidade, nem qualquer cedência local às novidades de que é portador. Mas, na verdade, Daniel não parece querer voltar a sair da aldeia, rumo à cidade, pelo menos não desencadeia qualquer ação nesse sentido.

Júlio Dinis, enquanto intelectual e escritor, produziu retratos de mulheres e homens, retratos de um dado contexto, de uma certa realidade, embora parcial e irrepetível. Maria Alda Silva afirma que Júlio Dinis ao longo dos seus romances insiste em opor as mulheres portuguesas às mulheres estrangeiras, cuja beleza a literatura da época exaltava, descrevendo e elogiando a beleza da mulher portuguesa e aproveitando «*para criticar a mentalidade portuguesa que despreza o que é nacional*».³¹⁵

Ao permitir que o namoro de Pedro e Clara comece quando ele trabalha no campo e ela lava no rio, acompanhada pelas outras mulheres, Júlio Dinis, evoca um saber milenar que associa a mulher à água, à lavagem, à limpeza, à purificação, como acontece no ritual do batismo. O autor trouxe para o seu romance as mulheres que lavam no rio. Junto à água onde lavam a roupa, em grupo, as mulheres comentam entre elas a vida da aldeia. No lavadouro da aldeia lava-se a roupa, mas também a vida de cada um, a vida da aldeia, as mudanças e as resistências às mudanças, dizem-se calúnias, fala-se das misérias, das aventuras. Ali, longe dos homens, as mulheres falam entre si, com pormenor, da dor, das dores, das suas experiências, das alegrias, transmitem entre si tabus, poderes e fraquezas. Para além de local de trabalho, o lavadouro é também um local de socialização, onde as mais novas aprendem a vida, onde se fala de rapazes e onde se transmitem

³¹⁴ Ibidem, capítulos XXXIV e XXXV, p. 246/261

³¹⁵ Maria Alda Silva, ob. cit., p. 48

preconceitos e estereótipos. Foi no rio, que Clara se enamorou e aprendeu a linguagem do amor, enquanto lavava a roupa, perante as outras mulheres.³¹⁶ Locais de reunião são também o balcão da mercearia e as mesas da taberna, onde as amizades, os interesses, os problemas e os conflitos se manifestam nas informações que circulam. José das Dornas vai à mercearia e espera uma oportunidade para ficar a sós com João da Esquina, para partilhar com ele a sua alegria pelo regresso de Daniel e para lhe confidenciar as descobertas científicas do jovem médico;³¹⁷ na mesa de jogo do taberneiro, o bom reitor admoesta os homens que, ociosos, se entregam ao vício do jogo e do vinho e que, irresponsáveis, deixam as mulheres e as crianças sem sustento; ao balcão da mercearia de João de Esquina, toda a vida é passada em revista e é aí que a governanta de João Semana defende os seus amigos e as suas convicções, procurando ser a voz da razão entre tantas outras vozes, que mal a ouvem, porque buscam o escândalo, porque criticam, mas não se autocriticam.

É a aldeia quem procura controlar a mudança, mas são as mulheres da aldeia quem claramente assume esse papel social de controlo e preservação dos costumes, para a manutenção dos equilíbrios existentes. A aldeia apresenta-se como um lugar com vida, em que se sente e se ouve o ritmo da vida rural, as canseiras da vida de camponês, a pobreza das famílias, a alegria das lavadeiras, que em «*bando de lavadeiras molhava, batia, ensaboava, esfregava e torcia a roupa, ao som de alegres cantigas, interrompidas às vezes por estrepidosas gargalhadas*».³¹⁸

Esta aldeia é uma comunidade, um lugar com personalidade, onde cada personagem desempenha um papel, como num gigantesco palco, povoado de gente que realmente sentimos atarefada com os seus afazeres. E lá temos também a velha tia Tomásia, que à porta conversa com outra aldeã, uma velha que «*fiava, rezava padre-nossos e cabeceava com sono*», mostrando como a aldeia censura a diferença e a novidade: «*o pequeno do José das Dornas anda agora nos estudos? (...) «mais anda quem tem bom vento, do que quem muito rema (...) Pedro, que se mata com trabalho, há-de ter sempre vida de galés, sem nunca levantar a cabeça; e o pelém do irmão é que há-de pincar de senhor e dar as leis em casa.*»³¹⁹

A casa é em Júlio Dinis o lugar que protege e permite sonhar. Ela é espaço seguro e feliz, onde se pode viver longe do perigo, onde se pode viver em harmonia. Este espaço dinisiano é predominantemente feminino e o centro da família e de todos os valores morais e sentimentais a ela ligados. Em *Justiça de Sua Majestade* e em *As Pupilas do Senhor Reitor* vemos o jovem herói a entrar em casa da jovem e a encontrá-la em harmonia com a natureza e as tarefas domésticas, regando ou lavando e, no caso de Margarida, ensinando as meninas da aldeia.

³¹⁶ Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, ed. cit., p. 48

³¹⁷ Idem, capítulo XI, p. 72/81

³¹⁸ Ibidem, p. 47

³¹⁹ Ibidem, p. 14

Na rua, no espaço público, não acontece nenhum dos momentos essenciais do romance. Na rua andam o reitor e o médico, sendo que, dentro de casa, vemos apenas João Semana que aí descansa das suas canseiras profissionais e se delicia com os cozinhados de Joana - ela ouve-o, cuida dele, zela pelo seu descanso e bem estar. Em casa, Daniel, sem nada para fazer, refugia-se no seu quarto e observa-o, com ansiedade e o nervosismo de quem não sabe como estar ali. Por seu lado, Teresa de Jesus não precisa sair de casa para saber as novidades, as bisbilhotices, as calúnias, pois tudo se conversa ao balcão da mercearia de João da Esquina. Em casa, Margarida, protegida de si mesma e do olhar dos outros, lê e trabalha e, pela janela, observa e pensa o mundo.

O nosso autor escreve sobre o amor, os amores proibidos, o amor paternal e sobre as desigualdades sociais, a par da ascensão social, dispensando-se, mais uma vez, de mostrar de forma intensa ou mordaz as desigualdades, a miséria, a pobreza, a doença, a distância entre o poder e os cidadãos, entre os governantes e os governados das aldeias distantes, do Portugal profundo, representado nesta crónica de aldeia. Construiu um romance em que apresenta uma comunidade rural, com todos os elementos físicos e humanos indispensáveis para desenharmos o perfil psicológico das suas personagens e o perfil sociológico da aldeia. Nesta crónica de aldeia Júlio Dinis demonstra que conhece a realidade social e cultural sobre a qual escreve e na qual quer intervir. Neste romance, o Porto é a cidade grande, de que Daniel começa por ter saudades, mas acaba rendido à natureza e às origens, sem voltar a falar do teatro, da vida noturna, das tertúlias, das mulheres e dos amigos.

Sobre *As Pupilas do Senhor Reitor*, uma intriga simples, de fácil leitura, harmoniosa e otimista, podemos questionar-nos sobre alguns aspetos surpreendentes em Júlio Dinis: Como pode o reitor ser omnipresente? Como se transforma no guardião da virtude, sem o vemos a chamar a sua gente para a igreja? No seu regresso à aldeia, como é que o jovem e inteligente Daniel não reconheceu as intenções de Francisca, João da Esquina e de Teresa de Jesus? Que teria acontecido naquela noite entre Pedro e Daniel,³²⁰ se Margarida não aparecesse no pátio? E, como permite Júlio Dinis que a mentira proteja Clara e deixe Pedro na ignorância? Eça de Queirós, certamente daria outro desfecho a este episódio e a estas personagens, uma vez que para o escritor realista a ficção devia ser fiel à realidade humana e Eça assumia querer denunciar e destruir a sociedade podre, como afirmou em 1878, a partir de Newcastle, em carta a Rodrigues de Freitas e já havia afirmado, em 1871, nas Conferências Democráticas do Casino Lisbonense: «*O que queremos nós com o Realismo? Fazer o quadro do mundo moderno, nas feições em que ele é mau, por persistir em se educar segundo o passado; queremos fazer a fotografia, ia quase dizer a caricatura do velho mundo burguês (...) – preparar a sua ruína.*»³²¹

³²⁰ Ibidem, p. 251

³²¹ Eça de Queirós, 1878, s/p, in <http://www.instituto-camoes.pt>

Júlio Dinis, tal como encontramos nos romances de Eça de Queirós, privilegia e exhibe a individualidade e a identidade pessoal, por exemplo, através da atribuição de nome próprio e apelido às suas personagens, porque a ausência de nome retira a ilusão realista. E, ao situá-las num dado contexto, num tempo e num espaço concreto, numa aldeia, numa cidade, numa família concreta, com vivências próprias, permite individualizá-las e torná-las aos olhos do leitor como personagens reais, com identidade e experiências específicas. O romance adquire assim a aparência de autenticidade e as suas personagens, com a sua linguagem, o seu pensar e o seu agir, tornam-se um veículo privilegiado para o conhecimento da realidade sociocultural oitocentista em que atuam. Em *As Pupilas do Senhor Reitor*, a protagonista é a criança que ficou órfã de mãe aos cinco anos, que guarda o rebanho, que se torna melancólica, como Júlio Dinis, cuja mãe morreu de tuberculose. E a mãe de Margarida? Não sabemos, mas pode ter morrido como muitas outras mulheres morreram na época: de tuberculose, de febres, na gravidez ou no parto. E o pai de Margarida? Viveu trabalhando muito e não mandou Margarida aprender a ler, «*pois que de pequenina teve de a ocupar no trabalho*». ³²² Casou segunda vez, com mulher com dote e com terras, deixou a vida de carpinteiro e dedicou-se à administração dos bens da esposa, tal como acontecia na vida real: no século XIX o casamento por conveniência era uma realidade, embora progressivamente substituído pelo casamento por amor. O Meadas, com o segundo casamento, mudou de estatuto económico e deixou à mulher, madrastra, a educação da sua filha mais velha, quase desaparecendo da sua vida, para se dedicar à esposa e a Clara, a filha de ambos. Júlio Dinis, permitiu a morte do pai de Margarida, quando esta era ainda criança, mas traz-nos a presença de homens idosos, como o reitor e o médico da aldeia, ou o velho mestre Álvaro.

A longevidade de algumas mulheres da aldeia, do reitor e do médico, bem como de José das Dornas, a par da energia saudável de Pedro, um «*vivo exemplar do Hércules escultural*», ³²³ contrasta com aquela que é a realidade de Júlio Dinis e da maioria das famílias portuguesas de Oitocentos, que convivem de perto com a morte prematura. José das Dornas, de sessenta anos, que «*desafiava em robustez e actividade qualquer rapaz de vinte*», ³²⁴ sabe ler e podemos vê-lo a apresentar e discutir a tese de curso de Daniel, com João da Esquina mas, curiosamente, não com o Reitor ou João Semana. Ao longo do romance não voltamos a vê-lo a ler ou a conversar sobre política ou a atualidade, ou a discutir questões de medicina com Daniel, sempre concentrado, como Pedro, no cultivo dos campos e na gestão do pessoal. Dez anos antes, preocupava-se com Daniel, porque tinha personalidade e condições físicas pouco adequadas para um homem do campo. Agora, com o seu regresso, vai preocupar-se com a sua atração pela poesia e pelas raparigas da aldeia.

³²² Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, ed. cit., p.51

³²³ *Idem*, p.10

³²⁴ *Ibidem*, p. 9

Julgo que podemos considerar a possibilidade de haver alguma relação entre o papel de pai desempenhado por José das Dornas, com o papel de pai que o escritor reconhece na figura do seu próprio pai, homem talvez distante, mas atento, talvez amoroso, mas pouco expressivo na sua relação afetiva com o filho, correspondendo ao perfil de homem racional, distante, que não demonstra afetos. Atento, José das Dornas, o lavrador abastado, viúvo e pai de Pedro e Daniel, preocupava-se com a educação e o futuro dos filhos e acompanhava com preocupação o crescimento de Daniel pois que considerava que ele não tinha robustez necessária para o trabalho duro do campo.³²⁵

Margarida e Clara vivem sozinhas. Sob a proteção do bom reitor. A mãe de Clara, a madrasta má, que antes de morrer pede perdão a Margarida pela vida amarga que passou a seu lado, solicita-lhe que proteja Clara.³²⁶ E Margarida assume o papel de irmã e mãe, como era função dos filhos mais velhos nas famílias em que a mãe morria prematuramente. Entretanto, proteger a honra das meninas Meadas, de quem ficou tutor,³²⁷ tornou-se um dos objetivos de vida para o bom reitor, o homem do clero que vive na aldeia, interage com todos e a todos procura ajudar e proteger, indo para além da sua função religiosa e desempenhando um papel providencial, socorrendo os mais fracos, tal como João Semana.

Com elas vive uma exposta, Maria, de quem só se fala uma vez³²⁸ e cuja presença em casa não é notada ao longo do romance, nem se percebe que tarefas desempenha, uma vez que é Clara quem vai ao rio lavar a roupa, com o grupo de mulheres que, alegremente, lava, conversa, canta e aprende a vida. A vida que se aprende com as outras mulheres, num espaço de socialização feminino, no qual a presença dos homens não é aceite, nem desejada.

Sabemos que desde o século XVI, o socorro aos expostos/enjeitados foi sendo assegurado pela coroa e pelas misericórdias e que, com o liberalismo, essa obrigação passou para os municípios, que as entregam a amas e que, com essa responsabilidade, despendiam elevadas verbas, apesar de ser muito grande a mortalidade neste grupo de crianças. Na década de 1860, as rodas são extintas. Maria Antónia Lopes informa que em 1862-63 foram expostas 16.294 crianças e no ano seguinte 15.536, o que significa que em cada 8 nascimentos 1 criança era exposta, havendo 1 exposto por cada 109 habitantes.³²⁹ A «*ilegitimidade era elevada, rondando os 12% entre 1880 e 1890, mas com fortes assimetrias regionais. (...) abandono de recém-nascidos, em 1866 atingia os 12,5% dos nascimentos, representando os expostos 3,7‰ da população (em França eram apenas 0,4‰ dos habitantes)*».³³⁰ A par do grupo dos

³²⁵ Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, ed. cit., p. 12

³²⁶ Idem, p. 59

³²⁷ Ibidem, p. 60

³²⁸ Ibidem, p. 196

³²⁹ Maria Antónia Lopes, *Os pobres e a assistência pública*, in *História de Portugal*, Dir. de José Mattoso, 5º vol. coordenação de Reis Torgal e João Roque, Círculo de Leitores, 1993, p. 505

³³⁰ Maria Antónia Lopes, *As grandes datas da existência: Momentos privados e rituais públicos*, ob. cit., p. 154

enjeitados/expostos, muitos milhares de órfãos eram recebidos pelas instituições da Igreja e para muitas raparigas órfãs e pobres era encontrado marido a quem se dava um dote, para lhes proporcionar proteção, uma vez que não tinham a do pai.

Não nos é dito como é que Clara e Margarida administram os seus bens e exploram as suas terras. Embora pareça ser consensual na aldeia que Pedro e Clara têm estatuto económico relativamente semelhante, a falta de um homem na família faz diminuir a visibilidade da herdeira. Com a criação desta situação, o autor faz notar ao leitor a ausência do chefe de família e a importância da presença do reitor, mas também o papel de Margarida, a irmã mais velha, discreta, ponderada, sensível, letrada e responsável pela casa, espaço privado e casa agrícola.

Em 1864, Júlio Dinis, na sua contenda com Ramalho Ortigão, no *Jornal do Porto*, como Diana de Aveleda, sublinha o caráter social das diferenças entre homens e mulheres, uma dicotomia que vem da divisão de poder e da pressão da comunidade, porque só se existe em contexto, o contexto micro da casa, da família e do bairro. Os outros exercem censura e controlo sobre o homem e a mulher, no que respeita aos papéis que desempenham, mesmo no espaço privado, pelo que se diz e pelo que não se diz, pelo que se faz e pelo que não se faz. Continuando na sua defesa de uma nova imagem de mulher e falando sobre a educação que seus pais lhe deram, Diana de Aveleda, escreve a Cecília, em carta publicada no *Jornal do Porto*, a 11 de janeiro de 1865:

*«Meus pais entenderam que me seria mais útil uma educação que me tornasse prestável, quando os anos da juventude me não garantissem já um bill de indemnidade para a minha inaptidão, do que rodear-me desses mil dotes que até aos vinte anos nos servem de alguma coisa, mas que, depois de certa idade, infalivelmente nos abandonam, deixando-nos então mais desacompanhadas e indefesas que nunca.»*³³¹

Depois, nessa mesma carta, deixa-nos antever a mudança que está a decorrer na educação das mulheres da família burguesa, no Portugal Oitocentista, afirmando que está longe de ser uma mulher da moda:

*«Sabes que estou muito longe de ser uma mulher da moda. Sou uma mulher do antigo sistema e nada mais. (...) Reconheço-me, em desenvolvimento intelectual, muito á quem de todas as mulheres da geração nova, que falam francês com uma acentuação de parisiense pur sang; copiam a dois crayons cabeças de Julien e discutem Meyerbeer, Rossini com um desplante admirável. Últimamente parece que até se filiam nas lojas maçónicas – pelo menos assim mo afirmaram.»*³³²

Por outro lado, mais cedo, em 1859, no seu poema *As mulheres (recordações de um velho)*,³³³ o autor apresenta as mulheres como caprichosas e difíceis de compreender, apesar de, em nota que escreveu no próprio poema, pedir perdão ao sexo feminino e esclarecer o leitor que

³³¹ Cf *Obras de Júlio Dinis*, vol. II, Porto, s/d, p. 732

³³² Idem, p. 478/487

³³³ Cf Anexo 2

se trata da opinião de um velho octogenário. Afirma nessa nota que ele próprio nada tem contra as mulheres, sendo «*apenas uma espécie de editor, mas não responsável*»,³³⁴ pelas palavras do octogenário. E acrescenta: «*Ele julgou-as severamente, mas é certo que também não valia mais do que elas.*»³³⁵ Neste poema, o retrato das mulheres que Júlio Dinis nos apresenta, quatro anos antes de escrever *As Pupilas do Senhor Reitor*, não está em conformidade com o retrato da jovem Margarida, a protagonista. No poema, o octogenário relata as suas experiências amorosas e as suas desilusões, a partir dos dez anos, e conta como foi sendo abandonado pelas mulheres por quem se apaixonou ao longo da vida. A necessidade de escrever uma nota explicativa, no final do poema, dizendo que não é responsável pelas ideias aí expressas, que assumiu apenas o papel de editor³³⁶ e que está pronto a contradizer aquele octogenário, parece indicar que a inspiração do escritor lhe veio do exterior, que não se trata de uma ideia que vá desenvolver daí em diante. Nos seus romances, as suas protagonistas encarnam a figura da mulher digna, amorosa, sensata, apaixonada e leal. Papel mais próximo deste retrato parecem desempenhar alguns dos homens dos seus romances, nomeadamente Daniel, que é inconstante, inconsequente, como o próprio confessa.³³⁷

As mulheres do romance não procuram interferir no mundo masculino mas exercem atividade e poder no espaço privado, no cuidar dos filhos, ou no cuidado dispensado aos doentes, no governo da casa, como Joana em casa de João Semana. O cuidado que as duas irmãs têm para com o mestre Álvaro, encanta Daniel e leva o narrador a afirmar que «*nunca é tão cheia de atractivos a mulher, como a velar solícita por o doente que estima. Às mais levianas revela-se-lhes então a grandeza e sublimidade da sua missão na Terra.*».³³⁸ Mas, as mulheres também trabalham no campo, garantindo o complemento necessário ao sustento dos filhos. e, em grupo, riem e cantam, ao anoitecer,³³⁹ quando regressam a casa, tal como acontece quando vão lavar a roupa ao rio. E vão à esfolhada,³⁴⁰ apesar do padre António advertir o lavrador sobre as transgressões sociais e de valores³⁴¹ habituais desta festa e Margarida aconselhar a irmã a não ir, para proteger a sua imagem de noiva de Pedro. José das Dornas, alegremente prepara-a, gosta que seja o acontecimento social e de convívio do verão, numa noite de luar,³⁴² onde tudo ou quase tudo é permitido, onde começam namoros e se acendem paixões: Daniel e Clara tiveram a sorte de encontrar uma espiga de milho vermelho, o *milho-rei*, e logo aí estremeceram aqueles dois corações. Daniel deixou-se dominar pela sua irreprimível imaginação,³⁴³ enquanto

³³⁴ Cf *Obras de Júlio Dinis*, vol. II, Porto, s/d, p. 487, nota de rodapé.

³³⁵ Idem

³³⁶ Ibidem

³³⁷ Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, ed. cit., p. 245

³³⁸ Idem, p. 141

³³⁹ Ibidem, p. 104

³⁴⁰ Ibidem, capítulo XXIX, p. 204/217

³⁴¹ Ibidem, p. 201

³⁴² Ibidem, p. 213

³⁴³ Ibidem, p. 214

que ela deixava «*imprudentemente estabelecer-se entre ambos certa cumplicidade, que estimulava Daniel*»,³⁴⁴ dando razão a Margarida, a irmã mais velha, que procurava proteger Clara de si mesma e dos outros, pedindo-lhe que não fosse à esfolhada, por ser a noiva de Pedro. As personagens dinisianas, a sua linguagem, o seu pensar e o seu agir, são para os estudiosos um veículo privilegiado para o conhecimento da realidade sociocultural oitocentista, nesta relação privilegiada entre vivências do quotidiano, Literatura, Sociedade e História.

4.2 - O universo feminino na aldeia

Em Júlio Dinis há a ausência da figura materna, do doce olhar da mãe, dos cuidados da mãe pelos quais o autor anseia para as suas personagens, como para si mesmo: «*Ai, um olhar de mãe deve ser para a gente quase como um raio de sol para as flores.*»³⁴⁵ Em *As Pupilas do Senhor Reitor*, Margarida e Clara, Daniel e Pedro são órfãos, tal como Cecília, Carlos e Jenny, em *Uma Família Inglesa*, ou Maria Clementina, a Micas de *Justiça de Sua Majestade*, obras escritas na mesma fase literária de Júlio Dinis.

Em *As Pupilas do Senhor Reitor* são duas as famílias em que a mulher, mãe e esposa, está ausente: em casa de José das Dornas e na família do Meadas. São três mulheres, mães e esposas, que desapareceram cedo, deixando os filhos desamparados e sem o carinho e a educação de mãe: a mãe de Margarida, a mãe de Clara e a mãe de Pedro e Daniel. A imagem de mulher que José das Dornas nos dá da sua falecida esposa não passa despercebida: loira, pele branca, saúde vacilante; a mulher doce e frágil. Nada mais nos é dito sobre a mãe de Pedro e Daniel, mas o pai afirma que este tem sinais do sangue materno, pois não parece um aldeão e possui «*uma constituição quase de mulher (...) alvo e louro, de voz efeminada, mãos estreitas e saúde vacilante.*»³⁴⁶ Ao descrever o seu filho Daniel, mostra-se preocupado, pois estes traços não são adequados para um lavrador, porque a vida dura do campo exige que o homem seja forte e saudável. Pedro, sim, é forte, é atlético. Na família Meadas, Margarida cresce sem a sua mãe e sua madrasta, a mãe de Clara, também não vive o suficiente para acompanhar as duas jovens, na sua educação e na vida, até ao casamento.

A única família completa é a do tendeiro João da Esquina, em que marido e mulher, mas especialmente a mulher, Teresa de Jesus, assumem claramente a tarefa de procurar noivo rico para Chica, a sua filha, que haviam mandado aprender a ler, a escrever e a contar. Apesar da

³⁴⁴ Ibidem, p. 215

³⁴⁵ Ibidem, p.195

³⁴⁶ Ibidem, p.10

ingenuidade do artifício usado para atrair Daniel, este casal surge no enredo para mostrar ao leitor como são os amores sinceros, por oposição à tradicional forma de encontrar marido, apresentando uma estratégia que é considerada interesseira e desonesta, para encontrar noivo rico para filha. Teresa de Jesus já tinha imaginado o brasão que poderiam obter com a união da sua família com a de José das Dornas. Aliás, esta parece-nos ser uma estratégia recorrente, pois padre António e José das Dornas, homens experientes, deixam João da Esquina a falar sozinho e, de imediato, em conformidade com a mentalidade tradicional, muito mais severa com as mulheres do que com os homens, ilibam o jovem poeta e doutor de qualquer intenção de casar com a filha do tendeiro.

Júlio Dinis transmite-nos a imagem estereotipada de homem e mulher do seu tempo. Certamente, tal como Daniel, ele próprio seria um homem frágil, magro, sem a força de um herói do Olimpo. Tal como ele, Daniel era dado à poesia. Francisca era a trigueira e Clara a jovem alegre e irrefletida. Pedro, o homem forte, o caçador, trabalhador e responsável, o construtor do futuro. E Margarida, a jovem mulher de grande sensatez, a mulher modelo para quem o amor é muito mais do que a possibilidade de ascensão social ou económica. É a imagem da mulher moderna, da mulher do futuro, pura, quase à imagem e semelhança de Maria, a Imaculada Conceição, cujo dogma havia sido proclamado em 1854, a 8 de dezembro, pelo papa Pio IX, na Bula *Ineffabilis Deus*, declarando «a santidade da Virgem Santa Maria desde o primeiro momento da sua existência, desde a sua Conceição, ou seja, que ela foi preservada desde sempre da mácula do pecado original».³⁴⁷

Preconceitos e estereótipos sociais são uma constante no romance, sentindo Margarida uma intensa necessidade de se eximir a uns e de se submeter à autoridade de outros, ora procurando agir, e levar Clara a agir, em conformidade com o sentir e as regras sociais tradicionais estabelecidas na aldeia, ora refugiando-se em casa, na leitura e no trabalho, evitando associar-se a atividades e conversas que não lhe interessavam. Devido a esta sua atitude, ao balcão do tendeiro, depois da cena que reuniu Pedro e Daniel no pátio da casa das irmãs Meadas, criticam-na por só ir à igreja ao domingo e não querer pertencer à *Confraria do Sagrado Coração*.³⁴⁸

Sendo poucos os casais constituídos e poucas as referências ao interior da casa e à sua decoração, bem como à presença e à educação das crianças, poderemos inferir que esta é uma opção de Júlio Dinis, em conformidade com a sua vivência pessoal: cresceu sem mãe, sentiu a falta dos seus mimos e a falta da alegria que ele reconhece ser criada numa família completa, apesar de pelas suas cartas vermos que guarda grande carinho pelas suas tias que o criaram e dele cuidaram. Na sua obra, as alegrias familiares estão sempre em construção.

³⁴⁷ Cf Agência Eclésia, disponível em <http://www.agencia.ecclesia.pt>

³⁴⁸ Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, ed. cit., p. 294

Neste romance, não surge a figura da ama, que alimenta e cuida do bebé. A ama é a mulher a quem, como escreveu Diana de Avelada, em 1867, em carta a Cecília, publicada a 10 de julho, no semanário *Mocidade*, «*muitas vezes a miséria obriga a recusar o seio ao próprio filho para o oferecer ao de outra mulher, que, quase sempre, voluntariamente o nega ao seu.(...) e ela, a pobre, a rude mulher, chega a persuadir-se que um milagre de Deus permitiu que o espírito de seu filho viesse animar este corpo débil, (...)*».³⁴⁹

Na literatura europeia, a mulher era então alvo de muita atenção: a mulher mãe, educadora e esposa, a mulher aristocrata e burguesa que vai ao teatro e à ópera, a mulher que vive com e para a moda, a mulher que trabalha na fábrica ou no campo. Os preconceitos e os estereótipos sociais vão permanecendo, a desigualdade de oportunidades também. Um pouco mais tarde, Eça de Queirós também se debruça sobre esta problemática, retratando e distinguindo o homem e a mulher da capital e da província, afirmando que quer criticar os costumes e agir sobre a sociedade que considera podre e corrompida, como vemos nos seus romances *O Crime do Padre Amaro*, de 1875, e em *O Primo Basílio*, de 1878. Eça de Queirós, na sua vocação realista, apresenta-nos os males da sociedade e, com a sua escrita, procura agir para provocar a mudança, enquanto que Júlio Dinis, num tom pedagógico, procura apresentar a mulher modelo, bem como o clero modelo, necessários à construção da sociedade moderna. Com Júlio Dinis, o bem vence, a harmonia consegue-se, pois que os jovens protagonistas alcançam o amor e a felicidade. A Júlio Dinis e Eça de Queirós, separa-os um curto período de tempo na sua escrita, e na História de Portugal, mas separa-os também diferentes formações e percursos pessoais e diferentes opções literárias, de vida e de pensamento.

Às mulheres, tradicionalmente, as sociedades confiaram a função social de esposas, mães, educadoras e cuidadoras, depositárias e transmissoras de cultura, de costumes, tradições e de saberes que se vão perpetuando e, simultaneamente, atualizando, de geração em geração. Ao longo dos séculos, as mulheres foram assumindo esse poder na esfera privada e familiar, submetendo-se à sua condição de elemento familiar complementar ao homem, sem educação e sem poder ou autonomia económica. A sua religiosidade, tradicionalmente encarada como mais profunda que a dos homens, foi fazendo das mulheres as defensoras da lei, dos preceitos e das tradições religiosas, pelo que, como afirma Maria Lúcia Brito Moura:

«[*embora*] nem sempre esse estatuto seja reconhecido, as mulheres têm sido a alma da Igreja Católica, desempenhando as mais diversas funções, desde a limpeza e o alindamento dos templos e das alfaias cultuais, ao arranjo de altares e à confecção de roupas para os mais necessitados. Os trabalhos realizados em conjunto constituíam oportunidades de convívio e, para algumas, de promoção social.»³⁵⁰

³⁴⁹ Cf *Obras de Júlio Dinis*, vol. II, Porto, s/d, p. 753

³⁵⁰ Maria Lúcia de Brito Moura, ob. cit., p. 295

Diana de Aveleda, apresentando-se como portuense, como Júlio Dinis, não só tece considerações sobre a natureza de homens e mulheres e sobre as suas especificidades, como fala da educação dos filhos, centrando nas mães essa missão. As suas cartas foram publicadas e seria muito interessante conhecer a real dimensão do seu público leitor. Muitos seriam homens e cada vez mais mulheres se lhes juntavam, mas sempre dentro de um bem delimitado estrato social – essencialmente a burguesia, que procurava cultivar o espírito e obter a educação e a cultura que lhe faltava, para juntar à riqueza económica já adquirida. Sem esquecer que em Diana de Aveleda temos o olhar observador do homem, do médico e escritor, Joaquim Guilherme Gomes Coelho, vemo-la a criticar as mulheres da sociedade urbana, citadina, por entregarem os seus filhos a amas, a mestras e a colégios, numa carta dirigida a Cecília, publicada em 10 de junho de 1867, no semanário *Mocidade*, subordinada ao tema *Amas, mestras e maridos*:

«Depois vem a época da educação e esta exige cuidados e atenções (...) é a criança entregue aos cuidados de uma mestra. (...) É um tipo exótico e de procedência britânica principalmente, que eu do coração detesto. (...) Malfadadas mães, que estais por vossas próprias mãos rasgando a alva túnica da pureza, o véu mágico da poesia com que o nosso amor vos revestira! Já vos não víamos junto dos berços e ainda agora vos não encontramos a presidir aos jogos, a dirigir as primeiras preces, a formar o coração dessas pequenas mulheres, que um dia em sua consciência vos julgarão e condenarão por lhes terdes privado assim a infância de afectos e com o exemplo.»³⁵¹

Encontramos aqui grande preocupação com a educação das crianças. Perante a ausência de nascimentos e de jovens mulheres educando os seus filhos, em *As Pupilas do Senhor Reitor*, não podemos situar na ficção o pensamento de Diana de Aveleda, pseudónimo feminino do autor, usado em simultâneo com o pseudónimo de Júlio Dinis. Mas, na década de cinquenta do século XIX, a educação das crianças era uma preocupação dos políticos, da sociedade e das famílias, pois que consideravam que a falta de educação prejudicava toda a sociedade e que a instrução para além de um direito era também um dever.³⁵² Mais cedo, ainda nos anos trinta, como afirma João B. Rodrigues, já Alexandre Herculano *«defensor acérrimo da instrução popular, concebeu-se a si como um educador do povo, servindo-lhe O Panorama de manual e de órgão de difusão.»³⁵³* Em 1837, Alexandre Herculano escreve, na revista *O Panorama*, a propósito do papel das mães na educação dos filhos que, quando *«a criança começa a falar, novos deveres recrescem à mãe, e então se torna importante a sua missão de mestra; porque dessa primeira educação, que lhe vai dar, depende a sorte futura do discípulo [...].»³⁵⁴* Aí afirma também que é

³⁵¹ Cf *Obras de Júlio Dinis*, vol. II, Porto, s/d, p. 754/755

³⁵² Cf João Bartolomeu Rodrigues, *A Educação na Revista O PANORAMA*, Vila Real, 2008, p. 131

³⁵³ Idem, p. 172

³⁵⁴ Ibidem, p.169

«necessário que bem cedo as mães lancem no espírito dos filhos sementes de sã moral»³⁵⁵ e justifica o seu pensamento, usando argumentos de Plutarco e Platão:

*«é preciso, diz Plutarco, tornear-lhes e afeiçoar-lhes os costumes, visto que esta idade tenra está apta para receber toda a casta de impressões: e que lhes estamparemos facilmente nos corações tudo o que nos aprouver. Por este motivo, Platão judiciosamente adverte às amas que não contem a esmo às crianças toda a sorte de fábulas, porque isso lhes recheará as almas de desvarios e erradas opiniões. Todo o apreço que se fizer destes prudentes conselhos será ainda pouco».*³⁵⁶

A mulher, mãe e educadora, é um ser sensível, afetivo e insubstituível, cujo papel o homem, mais racional, não consegue desempenhar. É também este o pensamento da geração de liberais românticos que influencia Júlio Dinis. Irene Vaquinhas explica que a separação de espaços e a divisão de tarefas e funções era considerado natural, perante a condição de inferioridade atribuída à mulher, mas que a ela era entregue a responsabilidade pela educação dos filhos,

*«sendo o espaço público considerado o lugar por excelência do sexo masculino e o privado, ou doméstico, do sexo feminino, partilhando-se da convicção que a “domesticidade” era condição “natural” da mulher, ou seja inerente à sua própria natureza. O discurso oitocentista insiste nas qualidades e aptidões específicas de cada sexo, (...) aos homens, o cérebro, a inteligência, a capacidade de decisão; às mulheres, o coração, a sensibilidade, os sentimentos».*³⁵⁷

Às mulheres, a sociedade e os poderes instituídos não davam nem reconheciam capacidades e condições para o exercício do poder e eram-lhes atribuídas funções sociais que envolviam a casa e a educação das crianças, na esfera privada. No entanto, Maria Antónia Lopes defende que os testemunhos que nos chegaram, registados na perspetiva feminina e dos seus observadores, conseguem esconder «as actividades femininas fora do lar e a intimidade vivida e sentida no masculino»,³⁵⁸ considerando que não se circunscrevem as vidas femininas à esfera privada, como também as vidas dos homens não se cingem à sua existência pública.

As questões relativas à condição das mulheres, ao seu papel, na família e na comunidade, e à sua educação, estão sempre presentes em Júlio Dinis, como irão estar em Eça de Queirós. Em *As Pupilas do Senhor Reitor*, a paixão, de Daniel e Clara, e a defesa da honra, de Clara e do noivo, evitando que ela seja julgada pelo povo, ou antes, pelas outras mulheres, é um tema recorrente em Júlio Dinis, pois que em *Justiça de Sua Majestade*, Maria Clementina vivia retirada na propriedade do tio, para fugir à voz popular que a tinha condenado e excluído.³⁵⁹ Pedro

³⁵⁵ Idem

³⁵⁶ Ibidem

³⁵⁷ Irene Vaquinhas, *História da Vida Privada em Portugal, A Época Contemporânea*, coord. de Irene Vaquinhas, dir. de José Mattoso, Círculo de Leitores, 2011, p. 12

³⁵⁸ Maria Antónia Lopes, *As grandes datas da existência: Momentos privados e rituais públicos*, in *História da Vida Privada em Portugal*, ob. cit., p. 192

³⁵⁹ Cf *Obras de Júlio Dinis*, vol II, Porto, s/d, p. 74

encantara-se com Clara, cantaram à desgarrada, apaixonaram-se. Nasceram na aldeia, sempre aí viveram e partilham do mesmo ambiente social e cultural – a aldeia e a vida rural. Quanto a Daniel, numa conversa com Joana, depois do seu regresso do Porto, ficamos a saber da sua ambição política, isto é, o desejo de vir a ser regedor da aldeia,³⁶⁰ e de outro projeto de futuro: o casamento. Pensa encontrar uma mulher com fortuna e bonita. A sua visão sobre o casamento e a sua ambição quanto à mulher que desposará levam Joana a afirmar-lhe que assim não encontrará mulher na região. Diz-lhe ele: «mulher com menos de quarenta contos, Joana, não me serve, (...) se a não encontrar cá, trago mulher da cidade. Olhe que são mais bonitas. Uma senhora que saiba tocar piano, que saiba cantar, que ande à moda. (...) vestido de seda a arrastar pelo chão (...) pé muito pequenino; eu gosto dos pés muito pequeninos (...) uma vizinha que mal se perceba».³⁶¹ É a mulher angelical e o casamento por conveniência, um assunto de família, uma ideia que Daniel irá abandonar, escolhendo desposar Margarida. Mas, mais tarde, em conversa com o reitor, Daniel expressa outra forma de pensar:

*«Se um dia me vir casado, suponha que encontrei uma mulher por quem sinto alguma coisa mais além do amor, por quem sinto o respeito e a confiança que se devem a uma mãe de família. Não tenho sido muito escrupuloso em contrair certa ordem de ligações, é verdade; porém nunca me lembrei de fazer dessas mulheres que amei, nem quando a paixão me cegava mais, os anjos familiares a quem entregamos o nosso futuro inteiro. Neste sentido tem-me espantado o arrojo de muitos. E não é isto tenção formada em mim contra o casamento; mas é que acho muito grave a missão de esposa e de mãe, para a entregar assim levianamente em quaisquer bonitas mãos, só porque são bonitas».*³⁶²

E assim, Júlio Dinis vai preparando as leitoras e os leitores para o final, com a vitória do amor sincero, para o casamento por amor, a que também o século XIX vai assistir, quebrando com a tradição, com o poder paternal para escolha do cônjuge, e afirmando o primado da modernidade, com o casamento por amor e o reforço da autonomia dos jovens.

Aos jovens, a aldeia parece querer reservar como herança cultural e económica a continuidade de costumes e tradições ancestrais. A ligação ao exterior parece ainda distante. O futuro que os casais Pedro e Clara ou Daniel e Margarida vão construir, poderá ter no seu seio o germe da modernização? O autor não nos deixa antever essa possibilidade, deixando-se ficar pelas alegrias das núpcias, e a aldeia não parece ansiar pela mudança. As famílias Dornas e Meadas poderão construir uma unidade de produção moderna, virada para o exterior? Terão poder de atração de investimentos para a aldeia? A estrada de macadame e o comboio levarão os jovens à cidade? A emigração chamará alguns dos seus jovens? As exposições agrícolas e as novas máquinas e técnicas agrícolas farão daquela aldeia uma nova aldeia? A Regeneração cumprirá ali o seu objetivo primordial? Estas são algumas questões a que o autor não responde,

³⁶⁰ Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, ed. cit., p.135

³⁶¹ *Idem*, p. 135/136

³⁶² *Ibidem*, p. 184

em 1863 quando escreveu o romance, nem em 1867 quando o alterou e ampliou para ser publicado.

Este é também o século da pedagogia, em que se discutem métodos de estudo e se procura ligar a melhoria da qualidade de vida individual e a riqueza do país e das famílias ao ensino ou à instrução, em sentido mais restrito, mas são muitas as dificuldades, porque muitas famílias não mandam os filhos à escola e porque as escolas femininas são muito poucas. Júlio Dinis faz a apologia da educação e da instrução, tal como Fontes Pereira de Melo, desde a década de cinquenta.³⁶³ Era preciso aprender a ler, a escrever e a contar, mas também a pensar e a intervir. Mas, o analfabetismo continuava muito profundo na nossa sociedade e era longo o caminho, pois que as questões da literacia, tal como hoje, não se resumiam a aprender a ler, a escrever e a contar e prolongar-se-ia no tempo a resistência popular à mudança de mentalidade.

Em 1870, João de Deus inicia a construção de um método de aprendizagem da leitura e da escrita, publicando a Cartilha Maternal, em 1877, e em cujo prefácio escreve:

«(...) Às mães, que do coração professam a religião da adorável inocência, e até por instinto sabem que em cérebros tão tenros e mimosos todo o cansaço e violência pode deixar vestígios indeléveis, oferecemos, neste sistema profundamente prático, o meio de evitar a seus filhos o flagelo da cartilha tradicional. (...)».³⁶⁴

Antes, em 1847, já António Feliciano de Castilho aplicou um método utilizado em França, que ficou conhecido como o *método Castilho*.³⁶⁵ Esta experiência revelava a vitalidade da discussão sobre os métodos de aprendizagem e sobre a formação de professores.

Através do seu pseudónimo Diana de Aveleda, em 1864, Júlio Dinis, em carta, denominada *acerca de várias coisas*, dirigida ao redator do *Jornal do Porto*, publicada em 28 de maio de 1864, apresenta o seu pensamento sobre as questões da educação em Portugal. Relativamente ao ensino primário, à leitura e à formação dos jovens, esclarece-nos quanto à discussão que ocorre a nível nacional:

«Pouco tempo antes, discutia-se primazias entre os *Lusíadas* e o poema do Sr. Tomás Ribeiro; tratava-se de tirar a limpo qual dos dois seria preferível como livro para leitura nas aulas de instrução primária. (...) Quem se podia convencer seriamente de que qualquer daqueles excelentes livros fosse próprio para as inteligências infantis dos pequenos leitores? Um com o seu sabor clássico e épico e suas comparações mitológicas, o outro com o seu pronunciadíssimo carácter de lirismo e suas imagens românticas e arrojadas, e ambos a suscitarem fundamentadas apreensões aos mestres, (...)».³⁶⁶

³⁶³ Luís Reis Torgal, ob. cit.

³⁶⁴ João de Deus, *Cartilha Maternal*, 1877, disponível em <http://www.joaodeus.com>

³⁶⁵ Cf Luís Reis Torgal, ob. cit., p. 619

³⁶⁶ Cf *Obras de Júlio Dinis*, vol. II, Porto, s/d, p. 709

E, expondo o seu pensamento sobre pedagogia e a preocupação com a escolha das leituras adequadas para prender a atenção dos alunos e lhes dar orientação moral, Diana de Aveleda defende a obra de Paganino como a mais adequada:

«Ora quando eu li o livro de Paganino pareceu-me encontrar nele justamente tudo o que debalde os críticos procuravam nos outros. Aquele, sim, era um livro verdadeiramente escrito para o povo e para as crianças! livro em que a atenção se prende pela verdade, em que o gosto se educa pelo estilo, em que o sentimento se cultiva por uma moral sem liga, porque é a moral do decálogo e do evangelho (...).»³⁶⁷

É este o pensamento de Júlio Dinis e a estrutura moral que imprime às suas obras. Na sua obra procura usar a linguagem adequada a cada personagem, com o objetivo de contribuir para a educação dos seus leitores e para a divulgação dos ideais que defende. Em *As Pupilas do Senhor Reitor*, Júlio Dinis, professor e homem interessado nas novas pedagogias, consegue dar-nos de José das Dornas a imagem do pai moderno, atento, que acompanha os estudos do filho: *«Diz lá rapaz, diz lá. (...) E Daniel principiava a repetir as lições, acompanhado das gargalhadas de José das Dornas, que, sem o saber, ia demonstrando com o exemplo um grande preceito de instrução, tantas vezes recomendado: - o de vencer, pelo estímulo do agradável, o fastio que acompanha o estudo.»³⁶⁸* E, quanto às pupilas da mestra Margarida, conseguimos perceber que a sua formação se faz também segundo os novos padrões educacionais, pois que a jovem mestra estimula a aprendizagem, organiza a aula e mantém as meninas motivadas: *«(...) tendo à volta de si uma turba de rapariguinhas, ocupadas em diversos trabalhos de costura. Em pé junto dela, dava uma destas lição de leitura.»³⁶⁹*

O reitor, em conversa de amigo e conselheiro com José das Dornas, explica-lhe o seu pensamento quanto à educação dos filhos e às verdadeiras desigualdades entre irmãos, concluindo que, se Daniel não tem compleição para o trabalho do campo, que vá estudar: *«Acaso não terás alguns centos de mil-réis ao canto da caixa para pôr o rapaz nos estudos? Não podes fazer dele um lavrador? Fá-lo padre, letrado ou médico, que não ficarás pobre com a despesa.»³⁷⁰* Só o futuro deste filho tirava ao lavrador o seu ar feliz, risonho e bem disposto, mas tinha receio de dar educação desigual aos filhos. O reitor, homem de fé, responde-lhe: *«Homem de Deus, não há desigualdade verdadeira, senão a que separa o homem honrado do criminoso e mau.(...) E no sentido mundano, julgas tu que fazes mais feliz Daniel, por o elevares a uma classe social acima da tua! (...) «Manda-me o rapaz lá a casa que eu lhe irei ensinando o pouco que sei do latim.»³⁷¹* Ter um filho padre era uma honra e um motivo de orgulho, especialmente nos meios mais modestos, possibilitando educação e prestígio. O padre tinha influência social e política,

«possuía um enorme ascendente sobre as camadas populares e as próprias elites, desempenhando um papel de intermediário e de conciliador. O serviço a Deus e aos homens

³⁶⁷ Idem, p. 710

³⁶⁸ Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, ed. cit., p. 15

³⁶⁹ Idem, p. 266

³⁷⁰ Ibidem, p. 12

³⁷¹ Ibidem, p. 13

fazia da vida eclesiástica um exemplo e, em especial, um mecanismo privilegiado de ascensão social.»³⁷²

Na sociedade burguesa era valorizada a presença de membros do clero e também das profissões liberais, nas famílias, em função da organização social tripartida. Daí que, os dois homens, preocupados com o futuro de Daniel, o destinem a padre, letrado ou médico. Nesta conversa, o reitor também reflete sobre as dificuldades e as preocupações que tem um pai com as suas filhas porque, diz ele, um rapaz em qualquer lugar se pode criar, mas uma menina não: às meninas o pai deve cuidar de as encaminhar, de lhes encontrar o noivo e o sustento. Afirma ter pena dos pais que têm em casa várias filhas:

«os pobres que vejo por aí com um rancho de raparigas, coitadinhas, que ficam mesmo ao desamparo de todo, se a sorte lhes roubar o pai (...) um homem é outra coisa, que não é uma mulher; onde quer se arranja; toda a terra é sua; em toda a parte encontra que fazer, e qualquer trabalho lhe está bem.»³⁷³

E, para demonstrar e justificar o seu pensamento, o reitor conta que um tio seu nunca permitiu que as filhas aprendessem a ler, *«como se pela leitura se perdesse mais gente do que pela ignorância»*.³⁷⁴ Entretanto, no romance, ao sabermos pormenores sobre a educação de Margarida, verificamos que o ensino das meninas, para além de quase inexistente a nível nacional, não parece ser preocupação na aldeia, pois que:

«Margarida tinha uma educação pouco vulgar para a sua condição. Várias circunstâncias haviam concorrido para lha aperfeiçoar. Daniel fora, como sabemos, o seu primeiro mestre (...). Seguir-se a Daniel o reitor, conforme ao que prometera ao discípulo. Vendo o padre a inclinação da sua pupila para a leitura, trazia-lhe, de quando em quando, alguns presentes de livros, depois de os passar pela crítica dos seus rígidos princípios morais, e julgá-los salutareos.»³⁷⁵

Mas, Margarida revelava interesse pela leitura e pela reflexão, embora não houvesse em seu redor como corresponder a esse desejo, por falta de livros:

Margarida lia-os com ardor e, pouco a pouco, acostumou-se a lê-los com reflexão também. Não sendo muito abundantes as bibliotecas da terra, era obrigada a reler, mais do que uma vez, os mesmos livros – o que é sempre uma vantagem para a instrução colhida neles. (...)»³⁷⁶

A falta de bibliotecas, de jornais e de comunicações com o exterior, foi compensada com a vinda de mestre Álvaro, que se acolheu à aldeia, na miséria, depois de tempos de riqueza e honras:

³⁷² Susana Serpa Silva, *Sonhos e ideais de vida. Sonhos privados/sonhos globais*, in *História da Vida Privada em Portugal, A Época Contemporânea*, coord. de Irene Vaquinhas, dir. de José Mattoso, Círculo de Leitores, 2011, p. 410

³⁷³ Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, ed. cit., p. 12

³⁷⁴ *Idem*, p. 13

³⁷⁵ *Ibidem*, p. 60

³⁷⁶ *Ibidem*, p. 60

«Um dia, acolheu-se à aldeia, a viver vida de privações e de miséria, um destes desgraçados, a quem as ondas do mundo arrojaram náufragos e quebrantados à praia. (...) Dos amigos que tivera, só lhe restavam quatro; e esses lhe valeram. Eram quatro livros... (...) Foi nestes livros que Margarida encontrou novos alimentos para a leitura. Não sei bem ao certo quais eram eles.

Estas leituras, dirigidas agora pela crítica esclarecida e o são juízo do pobre velho, valeram imenso a Margarida que, dentro em pouco, chegou a uma cultura intelectual a que nunca tinha aspirado.»³⁷⁷

Este excerto do primeiro romance rural de Júlio Dinis, estabelece na educação de Margarida a condição de exceção. Aprender a ler, a escrever e a contar era um privilégio de algumas, no romance e na vida real da época. Margarida não tinha aprendido a ler e a escrever, como a irmã ou Francisca, a filha do João da Esquina, mas estava destinada a ser a mestra das meninas da aldeia. Aprendeu sem escola – aprendeu a ler, primeiro com Daniel e depois com o reitor e leu com o mestre Álvaro. Leu muito. Quanto à escola da aldeia, não sabemos onde fica, nem sabemos se há escola, tal como não sabemos se a diligência atravessa a rua, na nova estrada de macadame. Mas, sabemos que os rapazes de José das Dornas sabem ler – é o pequeno Daniel quem ensina Margarida a ler. E sabemos que Clara e Francisca sabem ler. Como aprenderam? Há escola para rapazes? As meninas aprendiam com um mestre ou uma mestra? Apenas sabemos que, quando Margarida decide ser uma mulher independente e viver do seu trabalho, se propõe ser a mestra que dá instrução e educação às meninas da aldeia, ensinando-as a ler e iniciando-as na arte da costura e do bordado. É pela instrução e pelo trabalho que ela atingirá a possibilidade de sonhar com a prosperidade e o respeito da aldeia. Respeito esse que, no entanto, fica imediatamente comprometido com a notícia do seu encontro noturno com Daniel. Apesar de ter a sala cheia de crianças, não sabemos se daí lhe vem rendimento suficiente, nem se todas as famílias pagam para a instrução e educação das suas crianças. Apenas sabemos que perante o boato, as mães proibiram as raparigas de ir às suas lições e de lhe falar.

O acesso ao mercado de trabalho foi uma capacidade e uma possibilidade que as mulheres foram adquirindo, progressivamente, à medida que iam conseguindo obter capital escolar, como Margarida. A sua educação, no século XIX, começou por ser entendida como uma necessidade para poderem desempenhar o papel de educadoras. Eram formadas para serem boas mães e esposas, na esfera doméstica, privada mas, progressivamente, irão entrar no mesmo mundo que os jovens do sexo masculino. O capital escolar irá ser usado para conseguir vantagem no campo matrimonial mas, progressivamente, será também usado para o mercado de trabalho. Mas, como já vimos, a maioria os pais não valorizava a instrução e grande parte das jovens portuguesas em idade escolar não frequentava a escola, contrariando o objetivo burguês e liberal de promover a escolarização feminina, contribuindo para a modernização da sociedade portuguesa.

³⁷⁷ Ibidem, p. 62

Em *As Pupilas do Senhor Reitor*, a presença das crianças é muito reduzida: parece que são muitas, estão em casa de Margarida, mas não se ouvem, estão na rua, mas não as vemos. No entanto, sabemos que a aldeia atribui às suas crianças a responsabilidade de cuidar dos doentes: é com elas que o Reitor e João Semana partilham a preocupação pelos doentes. Os mais novos cuidam dos mais velhos, as crianças cuidam dos que não podem trabalhar. Todos os outros trabalham. No século XIX, a morte infantil era um problema muito presente nas famílias e um drama familiar e social³⁷⁸ mas, nesta crónica da vida na aldeia, Júlio Dinis não nos apresenta as situações de doença ou de morte de crianças. Prefere o papel da criança sofredora às mãos da madrasta malvada, ou do pai pouco responsável, que passa o tempo na taberna, a beber e a jogar, em vez de trabalhar, para garantir o sustento e o bem estar da família.

Relativamente à mortalidade em Portugal, Maria Antónia Lopes escreve que, entre 1860 e 1890, com causas endógenas, mas também devida a fatores exógenos, «a mortalidade portuguesa rondava, em anos normais, os 21‰ a 25‰, ultrapassando os 30‰ em anos de crise»³⁷⁹ e que em «1862 os falecidos até aos 7 anos atingiam os 45% dos óbitos nacionais».³⁸⁰ Refere também que a mortalidade era elevada entre as mulheres em idade fértil, uma vez que, tal como aconteceu com a rainha D. Maria II, a

*«morte não poupava as puérperas, por mais elevada que fosse a sua estirpe, até porque o parto se tornaria mais perigoso para parturientes burguesas ou aristocratas por serem sedentárias, não possuindo a ginasticidade das populares, e porque, em geral, tinham partos mais frequentes pelo facto de confiarem a amamentação dos filhos a amas-de-leite».*³⁸¹

A longevidade de crianças e mães era um drama para a sociedade e para as famílias e Júlio Dinis, claramente, optou por retratar na personagem do jovem órfão, a esperança no futuro, o amor romântico e os valores burgueses do trabalho e da ascensão social. No romance, a realidade da morte prematura de mulheres e crianças, sua conhecida, como de tantos outros portugueses, parece ser realidade do passado, dando aos jovens o direito a acreditar num futuro diferente. O escritor não cria um espaço de dor, sofrimento e morte – prevalece a esperança. Era médico, mas não o vemos a apresentar situações, dar argumentos ou defender soluções para a elevada mortalidade de crianças e mulheres. Tal como para a tuberculose. A realidade impõe-se-lhe, mas a sua ficção, de feição otimista, cria expectativas de futuro risonho aos dois jovens casais do romance.

O acesso ao livro, ou aos jornais é um outro problema da aldeia – não havendo mais livros para ler, Margarida completa a sua educação relendo os livros que mestre Álvaro trouxe e os que o reitor lhe vai emprestando, depois de verificar que são adequados à educação da jovem. À

³⁷⁸ Cf Maria Antónia Lopes, *Os pobres e a assistência pública*, ob. cit.

³⁷⁹ Maria Antónia Lopes, *As grandes datas da existência: Momentos privados e rituais públicos*, ob. cit., p. 178

³⁸⁰ Idem, p.178

³⁸¹ Ibidem, p. 155

aldeia não chegavam os jornais e revistas que informavam e animavam os cafés e as casas burguesas da cidade e percebemos que também os livros não eram uma prioridade, a não ser para alguns privilegiados, como nos confirma Rui Casção quando afirma:

«[em] casa de José das Dornas, lavrador abastado, a «biblioteca» resumia-se a três repertórios de anos anteriores, [muito difundidos no mundo rural, com informações meteorológicas astrológicas e calendário de atividades agrícolas] uma cartilha de doutrina cristã, uma tábua de pesos, medidas e dinheiros (para equivalência de moedas e cálculo de juros) e, dentro de um «género mais ameno», o Testamento do galo, a Confissão do marujo Vicente e a vida milagrosa de um santo, padroeiro da aldeia».³⁸²

O século XIX tornou-se o século dos professores laicos e do investimento financeiro e social no ensino público, como via para alcançar a educação dos cidadãos e com ela a participação na vida política do reino, a prosperidade e a ascensão social. Como afirma Joaquim Carvalho: «Cresce, na Europa como em Portugal, a ideia de que a mobilidade social dependia do nível cultural adquirido. A leitura torna-se, assim, uma condição de acesso a um nível superior na escala social. Multiplicam-se os leitores; multiplicam-se as ofertas de leitura.»³⁸³

Margarida, a menina triste e melancólica que cuidava do rebanho, sozinha e pensativa, cresceu e, pela leitura e pela reflexão, progressivamente, encarnou a figura da mulher modelo que não encontramos na aldeia – sensata, conselheira, perspicaz, prevenida. Talvez Joana seja a que mais se lhe aproxima: Joana, a mulher que cuida e convive com o médico, que governa a sua casa e zela pelos seus interesses, adivinhando-lhe o pensamento e que ele deixa que conduza as questões domésticas. E podemos comparar a educação de Margarida com a recebida por Clara ou Francisca: Margarida é delicada, um modelo de mulher, enquanto que as duas raparigas não parecem interessadas na leitura e são apresentadas como menos refletidas. Sobre Chica, o narrador mostra-nos que espera encontrar marido conveniente, segundo as pretensões de seus pais.³⁸⁴ Clara parece viver alegre e despreocupada, parece ser pouco sensata, provocando a aflição da irmã, seja por querer ir à desfolhada,³⁸⁵ seja por conversar com Daniel³⁸⁶ à janela. Não procura namorado, encontra-o, simplesmente.

Num contexto político em que é forte o enfoque dado à educação e em que é notório o fraco resultado desse esforço, Júlio Dinis desempenha o seu papel de liberal convicto e de homem que utiliza a escrita para contribuir para a divulgação dos valores burgueses. Na figura do Reitor concentra a do clero moderno e a do homem liberal que defende os valores burgueses do trabalho, da família e da educação, pugna pela defesa do direito à felicidade e assume a defesa dos pobres e desvalidos.

³⁸² Rui Casção, *Em casa: o quotidiano familiar*, in *História da Vida Privada em Portugal, A Época Contemporânea*, coord. de Irene Vaquinhas, dir. de José Mattoso, Círculo de Leitores, 2011, p. 230

³⁸³ J. Carvalho, ob. cit., p.164

³⁸⁴ Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, ed. cit., capítulo XXII, p. 152/159

³⁸⁵ Idem, p.202

³⁸⁶ Ibidem, capítulo XXXI, p.225/231

O papel atribuído à criança na literatura é relevante, seja para o estudo de uma época, seja pelo efeito dessa representação para a formação dos leitores. A literatura, como a historiografia, é fazedora de opinião,³⁸⁷ cria, refaz ou desfaz preconceitos e estereótipos, cria ou reformula valores, cria novos heróis, assim como pode contribuir para a queda de outros. Nunca a literatura, como qualquer outra forma de arte, é neutra. Júlio Dinis foi lido por sucessivas gerações de jovens e, certamente, contribuiu para a construção de uma representação social de rapaz, de rapariga, de escola e de vida quotidiana. Nos romances oitocentistas, com os seus quadros do quotidiano, foram sendo descobertas raízes de mentalidades, usos e costumes, pois que, como escreveu Ana Nascimento Piedade, a «*arte sempre foi capaz de despertar e de revelar a vida que se vive em nós.*»³⁸⁸ Nas últimas décadas, Júlio Dinis tem estado mais afastado das leituras juvenis da escola, tendo permanecido a obra de Eça de Queirós como referência para o estudo da literatura e da sociedade portuguesa do século XIX. Júlio Dinis (1839-1871) e Eça de Queirós (1845-1900), são duas referências na literatura portuguesa da 2ª metade do século XIX, com eles, e pelas suas obras, os leitores assistem ao encontro da arte com a realidade que apresentam e representam.

Hoje, iniciada a 2ª década do século XXI, a sociedade portuguesa apresenta diversidade de realidades individuais, familiares, profissionais e sociais, sendo que a diferenciação de papéis e de funções segundo o género é uma realidade. Às mulheres tem sido proporcionada educação e legislação que defende a igualdade de oportunidades, mas continuam a ser orientadas, e a sentir-se vocacionadas e identificadas com as profissões da assistência ao outro, ocupando-se no cuidar de alguém, aceitando o dar-se aos outros, estando presentes em elevado número, nos serviços domésticos e de limpeza, na assistência e na educação, no ensino, na enfermagem e na medicina. O mesmo acontece na família e na educação dos filhos, tendo a mulher um forte papel na organização e gestão da vida familiar, enquanto que, aos homens, a pressão familiar e social continua a restringir-lhes esse campo de intervenção a nível profissional e familiar, mesmo na área privada e familiar. A censura social exerce-se e a mudança é lenta, embora, pelo menos nos grandes centros urbanos, já muitas mulheres e muitos homens exerçam atividade profissional em áreas tradicionalmente e socialmente consideradas como reservadas ao outro, partilhando em igualdade, por exemplo, a área da assistência e da educação; e cada vez mais os pais e maridos partilham os afetos, as brincadeiras, as compras, as tarefas, as dificuldades e as alegrias familiares e de educação dos filhos. É o paradigma que continua em caminhada de mudança, neste mundo em que a globalização se afirma no nosso quotidiano e, hoje, de forma mais acelerada do que era habitual, substituem-se tradições e costumes, condicionam-se e questionam-se crenças e comportamentos, permitindo a alteração de papéis sociais de homens e mulheres.

³⁸⁷ Cf Fernando Catroga, ob. cit.

³⁸⁸ Ana Nascimento Piedade, *Outra margem, estudos de literatura e cultura portuguesas*, Lisboa, 2008, p. 391

4.3 - A presença da tradição e da modernidade naquela sociedade rural

Em *As Pupilas do Senhor Reitor*, tradição e modernidade cruzam-se, sem ruturas, numa trama em que a coexistência da tradição junto da modernidade, parece permitir a convivência pacífica entre grupos sociais. Cada família segue o seu caminho, desconhecendo o mundo ao seu lado, num microcosmos fechado, num ambiente rural e bucólico,³⁸⁹ longe do bulício da cidade e impenetrável à sua influência. Júlio Dinis escolhe esta sua crónica de aldeia para seu primeiro romance publicado. As razões da sua escolha, não nos dão dadas pelo escritor, que decidiu apresentar em segundo lugar *Uma família Inglesa*, o seu único romance que não tem como cenário a vida rural e que foi o primeiro a ser escrito. Joaquim Carvalho avança uma hipótese quanto às razões do escritor:

*«Dinis, não por acaso, decide apresentar-se ao público português, enquanto romancista, com uma história feita de personagens e acontecimentos simples, num cenário marcadamente rural e socialmente humilde, tutelado por uma tácita aceitação de princípios, valores e regras que em seu todo consubstanciam uma mágica harmonização do catolicismo com o liberalismo e, enfim, do progresso com o mundo português tradicional».*³⁹⁰

Quanto à construção da modernidade e ao progresso, num país marcadamente rural e analfabeto, em 1864, através das palavras de Diana de Aveleda, o autor dá-nos uma imagem interessante do efeito da passagem e da presença do progresso e da modernidade na paisagem bucólica do Buçaco, quando a 1 de agosto, publica no *Jornal do Porto*, uma *carta A Cecília*, escrevendo sobre *Impressões do campo*:

*«(...) Este caminho de ferro povoou-me aquelas solidões majestosas e despoetizou-mas; estou vendo. Temo de encontrar por lá uma família burguesa jantando à sombra dos cedros como jantaria à sombra de qualquer parreiral, com a mesma insensibilidade, com a mesma irreverência, e, o que é pior, dormindo a sesta depois. Tremo de encontrar meninas a jogar as escondidas e a cabra-cega naquela famosa mata, rapazes jogando a bola ou homens sérios a lerem jornais e a tomarem café para auxiliarem a digestão.»*³⁹¹

É o retrato de uma sociedade em mudança, em que vemos a coexistência da tradição e da modernidade, isto é, sem revolução, vai-se realizando a mudança social e cultural e a tão ambicionada mobilidade social, que é transversal a toda a sociedade. No episódio que conduz ao final do romance, vemos que as mães proibiram as meninas de ir à aula e que as proibiram de cumprimentar Margarida na rua. Valeu-lhe o reitor e José das Dornas: a atitude de afronta e

³⁸⁹ Cf Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, ed. cit., p. 104

³⁹⁰ J. Carvalho, ob. cit., p. 162

³⁹¹ Cf *Obras de Júlio Dinis*, vol. II, Porto, s/d, p. 721

afastamento foi de imediato substituída pela de aceitação e respeito. Algumas mulheres aproximaram-se e as crianças voltaram a rodeá-la. É a presença da tradição, com a submissão da aldeia aos seus mais velhos e mais respeitados, demonstrando também que a estrutura social dominante permanece: a palavra, a vontade e ação do lavrador e do padre têm peso social, de acordo com o seu prestígio e o seu peso cultural e económico na aldeia. José das Dornas era o lavrador abastado, o empregador por excelência, e o padre era a autoridade religiosa e moral. Ambos eram respeitados e, como membros da classe dominante, mantêm o seu ascendente sobre o povo, tal como antes faziam a aristocracia e o clero.

Ao longo da intriga, a aldeia e o senhor Padre António não são vistos na igreja, mas a religião católica continua a ser a religião do reino. Não conhecemos o santo padroeiro da aldeia, nem as romarias que habitualmente enchem de alegria estradas e lugares. Não assistimos ao casamento dos jovens, nem à preparação da boda. Como local e pretexto de festa para reunião e convívio entre jovens só temos a esfolhada – a festa noturna de verão, onde são permitidas liberdades que estão proibidas no resto do ano e onde poderão surgir amores e namoros. O enterro de mestre Álvaro não é descrito. Não sabemos se ficou na vala comum, ou se teve direito a um espaço individualizado no cemitério. Também não sabemos onde se localiza o cemitério, nem como se organiza. Júlio Dinis é católico mas, neste romance, mantêm as suas personagens, e a opinião pública representada na aldeia, distantes das polémicas religiosas. No entanto, em *A Morgadinha dos Canaviais*, faz eco das questões religiosas do seu tempo, com a questão dos missionários e do cemitério da aldeia, que é apresentado como um lugar de paz, com roseiras, murta, alfazema³⁹² e algumas árvores aconselhadas por razões higiénicas e asséticas. Como sabemos, grande parte do clero apoiava a existência de cemitérios, pois que a lei não lhes retirava o carácter religioso e sagrado, tendo na década de sessenta sido clarificado que nos cemitérios devia haver espaços separados para católicos e para não católicos, permitindo ao clero a realização dos rituais da morte. Mas, a população resistia³⁹³ e, Júlio Dinis, ao longo de *A Morgadinha dos Canaviais* apresenta-nos a aldeia do Minho dividida quanto às questões da fé, à presença do missionário e ao uso do cemitério.

Em *As Pupilas do Senhor Reitor*, a loja do tendeiro é o local privilegiado para a circulação das novidades e para se espalharem as calúnias. D. Josefa é o tipo físico e humano da beata de aldeia do século XIX, «a mais famigerada vergôntea deste viveiro de aspirantas a santas»,³⁹⁴ que o reitor, no dizer do narrador, tratava com aspereza e a quem Joana tratou por *papa-novenas* e *rata de sacristia*,³⁹⁵ aquando da situação que envolveu Pedro e Daniel, em casa das irmãs Meadas. Considerando a relação da Igreja com o poder e com as mulheres, a religião atravessa a

³⁹² Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*, ed. cit., p. 500

³⁹³ Cf. Fernando Catroga, *Morte romântica e religiosidade cívica*, in *História de Portugal*, Dir. de José Mattoso, 5^o vol. coordenação de Reis Torgal e João Roque, Círculo de Leitores, 1993

³⁹⁴ Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, ed. cit., p. 293

³⁹⁵ Idem, p. 298

obra do romancista, espelhando uma preocupação do seu tempo e a sua estreita relação com a realidade, como vemos através do importante papel desempenhado pelo senhor reitor, um exemplo de clérigo moderno e liberal, que procura ser o referente moral e dos bons costumes na aldeia. Como refere Fernando Catroga, a Igreja exercia poder sobre as mulheres católicas, mais atraídas pela religião que os homens e a «*questão religiosa constituiu um dos pontos nodais em que mais acentuadamente se concentraram as contradições que estiveram na génese da sociedade portuguesa que emergiu da paulatina destruição do Antigo Regime*». ³⁹⁶ Podemos comparar a ação e o estatuto do padre em Júlio Dinis, onde encontramos «*o enaltecimento de um múnus pautado pelo ideal evangélico comprometido na vida das comunidades*», ³⁹⁷ com o padre em Eça de Queirós, cuja obra se integra na literatura de temática anticlerical e que, em *O Crime do Padre Amaro*, publicado em 1875, apresenta uma cena da vida portuguesa e da vida devota, que decorre no ambiente de arraigada religiosidade tradicional. Ao lado do clero, as mulheres estão no centro da intriga e são as vítimas do poder sobre si exercido por clérigos inseridos na comunidade. Estes retratos das práticas, relações, problemas e interesses na sociedade portuguesa permitem concluir, com Maria Lúcia de Brito Moura, que «*Sendo o anticlericalismo uma manifestação essencialmente masculina, as mulheres constituíam a grande reserva da Igreja Católica, esperando-se que, através delas, não só as novas gerações fossem crescendo dentro dos princípios do catolicismo, mas também os cônjuges, afastados da prática religiosa a ela regressassem*». ³⁹⁸

Como sabemos, ao longo do século XIX, o clero nem sempre foi um parceiro do liberalismo e da mudança de mentalidades. Liberais como Garrett e Alexandre Herculano acabaram por defender a sua presença e a sua importância como veículo de valores e braço do poder, mas Vítor Neto ³⁹⁹ afirma que as elites políticas falharam no objetivo de formar um clero liberal e que nos meios rurais a maioria usou o púlpito para difundir ideias contra o liberalismo e o constitucionalismo. A elevada dimensão do analfabetismo nacional e a reduzida dimensão da elite cultural e política, a par da resistência à mudança de muitos outros, acabou por permitir que a harmonia que Júlio Dinis procurava, tardasse em chegar e que os estereótipos e a mentalidade que Eça criticava, fossem permanecendo. Como já vimos, no mundo rural, a permanência de valores, costumes, estereótipos e medos ancestrais coexiste com as aspirações burguesas, com a mudança, certamente mais fácil de alcançar na sociedade urbana, da capital e da cidade do Porto. Joaquim Carvalho considera que «*a obra As Pupilas do Senhor Reitor funciona como um ensaio – senão uma tese – sobre a concretização de um ideal político e cultural, não apenas português*

³⁹⁶ Fernando Catroga, *O laicismo e a questão religiosa em Portugal (1865-1911)*, 1988, p. 218

³⁹⁷ Idem, p. 223

³⁹⁸ Maria Lúcia de Brito Moura, *Sensibilidade religiosa e devoção doméstica: entre o “temor de Deus” e o “amor de Deus”*, in *História da Vida Privada em Portugal, A Época Contemporânea*, coord. de Irene Vaquinhas, dir. de José Mattoso, Círculo de Leitores, 2011, p. 295

³⁹⁹ Vítor Neto, ob. cit. p. 267

mas universalista, de união entre o passado e o presente, entre a tradição e o progresso, entre o cosmopolitismo da cidade e a simplicidade, profundidade e encanto do mundo rural.»⁴⁰⁰

Para além dos debates teóricos entre grupos de políticos e intelectuais, a sociedade burguesa, pondo a família no centro das suas preocupações, defende virtudes morais e religiosas e tem receio dos desvios, considerando-os pecado e perigo social. E muito especialmente nas zonas rurais e do interior. É neste contexto que Júlio Dinis atribui ao padre António a função de pastor de um rebanho em que a moral é ameaçada pela taberna, pelo jogo e pelo vinho - esta é uma realidade social oitocentista, em parte resultante do grande aumento da produção de vinho. Irene Vaquinhas afirma que tanto «*o jogador como o alcoólico encarnavam a antítese do bom pai, do trabalhador disciplinado e honesto e, por extensão, do patriota consciencioso, sendo responsabilizados pela “decadência individual”, pela “miséria e infortúnio” da mulher e filhos e, por comprometerem a descendência e o futuro da espécie»*,⁴⁰¹ considerando, no entanto, a avaliação da situação mais preconceituosa do que objetiva.

Portanto, na sociedade de Oitocentos, tradição e modernidade estão em presença no quotidiano dos portugueses, tal como na aldeia de José das Dornas. A tradição regenera-se, à imagem e semelhança da regeneração política. A modernidade está em construção, reconstruindo-se constantemente, no convívio com a tradição, as aspirações e a realidade social e cultural de cada povoação. Júlio Dinis é o romancista de uma ideia de família e de vida doméstica, em que tradição e modernidade, serenamente, se fundem na construção de uma sociedade nova, em que os próprios protagonistas estão a construir o caminho por onde irão caminhando, em continuidade, mas enfrentando as dificuldades que a probabilidade de doença e vida curta para a mãe podem levar a novo ciclo de crianças órfãs. Este é o drama sempre presente na vida e na obra do escritor, como na sociedade do seu tempo. Júlio Dinis parece querer afastar de si esse drama, afastando-o das suas personagens. Assim, a obra de Júlio Dinis, tal como a de outros autores do século XIX, é importante para o estudo da sociedade oitocentista, sendo um veículo privilegiado para o conhecimento da realidade sociocultural oitocentista, nesta relação privilegiada entre vivências do quotidiano, Literatura, Sociedade e História. E, ontem como hoje, contribuem para a permanência de valores e papéis sociais tradicionais e para a construção da modernidade na sociedade portuguesa – dependendo do olhar com que os leitores os procuram, da forma como os sentem ou como os integram na sua própria identidade pessoal.

Padre António, o reitor, faz do seu magistério sacerdotal uma missão, não só evangelizadora, mas também moralizadora e de assistência social, à semelhança do bom reitor, cantado no seu poema *O bom reitor*,⁴⁰² assinado por Diana de Avelada e publicado no *Jornal do Porto*, em julho de 1864. Ele age para resolver os problemas sociais e educar, critica o pecado do

⁴⁰⁰ J. Carvalho, ob. cit., p. 172

⁴⁰¹ Irene Vaquinhas, *Paixões funestas e prazeres proibidos*, ob. cit., p. 322

⁴⁰² Júlio Dinis, *Obras de Júlio Dinis*, vol II, ed. cit., p. 328/330

jogo, as beatas e o clero retrógrado, conservador e cioso de privilégios, percorre as ruas distribuindo mimos, palavras de consolo e dinheiro, para remédios e comida. E assume o papel de tutor das duas jovens irmãs órfãs, Clara e Margarida. No entanto, se as duas irmãs precisam do seu olhar atento, do seu conselho e da sua proteção, na família de José das Dornas, padre António é o amigo conselheiro do pai e dos dois irmãos, órfãos de mãe, acompanhando de perto Daniel e, de forma mais discreta, o seu irmão mais velho. Júlio Dinis faz a apologia da presença do clero como importante elemento da sociedade portuguesa.

Pedro e Daniel são dois jovens muito diferentes. Pedro é forte mas, o mais novo, Daniel, parece frágil e recebeu o afeto de Joana, com quem gostava de conversar e de quem recebia os doces com que ela procurava compensar a falta da mãe, sob o olhar paternal de João Semana. Mas, a falta da mãe leva a que tanto o reitor, como Joana, os vissem como seus protegidos. E assim, Clara, Margarida, Daniel e Pedro, este num registo menos evidente, são os órfãos que se tornam o alvo dos cuidados e o centro das atenções destes personagens protetores e guardiões da tradição e da moral, dos bons costumes e da família, ao mesmo tempo que cumprem outros importantes papéis sociais na comunidade. Estamos numa comunidade que valoriza as suas crianças e em que, face à morte da mãe, se mantém a regra familiar de a irmã órfã mais velha assumir ser a cuidadora e a protetora da mais nova, abdicando de si mesma e dos seus sonhos e interesses.

Nesta fase da vida política em Portugal, a igreja católica já tinha superado as dificuldades que se seguiram à implantação do regime liberal e o clero estava nas aldeias, junto das populações. E Padre António, o Reitor, ou o padre Pereira, como Júlio Dinis também lhe chama, vai-se revelando o amigo, o confidente e o apoio de José das Dornas nas decisões difíceis na educação dos filhos, cumprindo a função secularmente desempenhada pelo clero. É «*um padre velho e dado, que há muito conseguiu na paróquia transformar em amigos todos os fregueses. Tinha o evangelho no coração*». ⁴⁰³ O Senhor Reitor representa aqui o clero que sinceramente está ao lado das reformas liberais, embora vejamos que aceita, e afirma, tranquilamente que há outros membros do clero que contribuem para o desprestígio da igreja. Quando vê que o pequeno Daniel está enamorado de Margarida, conversa com José das Dornas e diz-lhe: «*E se eu te disser que ele lhe deu um beijo? (...) Então já vêes que não convém fazê-lo padre. Para dar maus exemplos, temos cá, infelizmente, bastantes*». ⁴⁰⁴ Júlio Dinis expressa assim uma realidade, conhecida de todos. Os maus exemplos de membros do clero seriam, alguns anos depois, severamente criticados e retratados por Eça de Queirós, em *O Crime do Padre Amaro*, publicado em 1875.

Assim, percebemos que ambos, reitor e José das Dornas, concordam que há padres que dão maus exemplos de vida. Aconselha então José das Dornas a que Daniel vá para um colégio - mas não para Coimbra pois que «*semente desta em Coimbra, é para dar uns frutos por aí além*».

⁴⁰³ Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, ed. cit., p. 11

⁴⁰⁴ Idem, p. 38

Que vá para «o Porto, onde ele possa estar sob as vistas dos parentes (...)».⁴⁰⁵ Portanto, o reitor participa nas decisões da família Dornas – participa e é-lhe permitido que assuma papel de liderança: se o rapaz não tem robustez para a lavoura, então que vá estudar para padre; se o rapaz quer namorar, então não pode ser padre, mas pode ser médico: «*Põe-mo a cirurgião. Eles hoje saem de lá como de Coimbra, e olha que é uma boa carreira.*»⁴⁰⁶ Verificamos que padre António está bem informado: afirma que a Escola Médico-Cirúrgica do Porto prepara bem os seus alunos, tão bem como a Universidade de Coimbra. Por outro lado, descobrimos aqui que José das Dornas tem familiares no Porto.

Por seu lado, João Semana, o médico da aldeia, sabe que o seu amigo reitor desempenha um importante papel social na aldeia. Ele conhece bem o seu rebanho mas, João Semana também. Médico abnegado, que não se escusa ao trabalho, que a todos socorre, é um homem a quem não conhecemos amizades ou rede social de convívio. Homem pacato, reservado, bom garfo, atento e bem informado sobre as novidades na aldeia pela zelosa e atenta governanta, é com o reitor, e só com ele, que prova o seu bom vinho e conversa sobre a grande cidade e os políticos. Raramente vai ao Porto mas, quando vai, é fiel à gastronomia portuguesa, recusando as modernices culinárias. João Semana aprecia os cozinhados de Joana, a comida bem portuguesa, uma das melhores do mundo, repugnando-lhe ao estômago e também aos ouvidos as «*combinações extravagantes das cozinhas estrangeiras – os galicismos culinários, por exemplo*».⁴⁰⁷ Nas raras vezes em que ia ao Porto, João Semana «*era freguês certo nas mesas do Rainha, as únicas que mantêm, sem mescla de estrangeirices, as velhas tradições nacionais*»⁴⁰⁸ e o narrador acrescenta que, apesar de ir desagradar a alguma leitora elegante, ele também assim gosta: não há melhor que a carne de porco bem assada e o arroz de forno açafroado, a orelheira de porco, ou «*com aquele outro prato clássico (...) que valeu aos Portuenses um epíteto gloriosamente burlesco*»,⁴⁰⁹ ou frango guisado, peru recheado, língua de vaca afogada. Porque, diz-nos, todos estes pratos têm nomes portugueses e o cliente percebe logo de que se trata. Júlio Dinis não perde a oportunidade para distinguir o que é português, para valorizar o que é nacional, face aos estrangeirismos em voga no reino, num tempo de tensão política internacional e de necessidade de reforço da identidade nacional.

Daniel vem fazer concorrência ao velho médico da aldeia? João Semana acolhe-o, sem preocupações quanto ao futuro e à divisão de clientes, mas não se deixa convencer pelos novos ensinamentos da medicina – para ele, na cidade haverá muitas e novas doenças, mas a aldeia não precisa desses conhecimentos. Será uma forma de Júlio Dinis fazer a apologia dos bons ares do campo? Será apenas a tradição a resistir à mudança? O médico da aldeia, João Semana, e o

⁴⁰⁵ Ibidem, p. 39

⁴⁰⁶ Ibidem, p. 39

⁴⁰⁷ Ibidem, p.128

⁴⁰⁸ Idem

⁴⁰⁹ Ibidem

seu amigo reitor, conhecem bem e procuram mitigar a pobreza da aldeia. Estes dois homens asseguram a assistência e a caridade à população, onde a pobreza é geral. É a conta da farmácia que tem de ser paga e o bom reitor paga-a com as esmolas que recebe, é a falta de dinheiro para dar de comer aos doentes e o médico, com simplicidade, ajuda quem dele precisa. Tradicionalmente, os cristãos, cumprindo os preceitos da Igreja Católica, praticam a caridade, dando esmola e assistência aos mais necessitados e, estes dois homens, que conhecem o mundo que está lá fora da aldeia, para além da sua missão de cuidar do corpo e do espírito dos seus fregueses, procuram desempenhar o papel da providência para não deixa morrer quem não tem como sobreviver com o seu trabalho. Sozinhos na sua missão, pelo seu exemplo de vida e de virtude, procuram elevar o nível da educação e da esperança daquela comunidade. Cuidam do velho mestre, pobre, abandonado e doente e apoiam a ação caritativa e assistencial das duas irmãs Meadas. Mas, na aldeia não vemos mais ninguém aproximar-se do mestre, a não ser o senhorio para reclamar a renda do casebre. Também não vemos o abastado lavrador José das Dornas a praticar a caridade. Sendo o Portugal Oitocentista um país rural e cristão, poderíamos esperar que a caridade cristã estivesse mais presente no quotidiano da aldeia, mas sentimo-la muito individualista, com cada um a cuidar de si, sem a presença forte do amor ao próximo e do tradicional espírito de família alargada e de entreajuda. A pobreza extrema só é ajudada pelo reitor e pelo médico, como vemos ao longo das páginas do romance.

A aldeia, personagem coletiva, identificável com o *povo*,⁴¹⁰ como vemos ser defendido por alguns estudiosos da obra de Júlio Dinis, assume-se como defensora da tradição, dos preceitos, do equilíbrio existente, mas não a vemos como coadjuvante do narrador, nem a vemos amar. A aldeia, esta personagem coletiva, não parece amar, parece não ter afeto para dar. Critica, mas não ama. Critica, mas não sente, nem partilha as alegrias das duas famílias em festa. Júlio Dinis viveu os últimos anos da sua vida entre estranhos, procurando o bem estar que a sua cidade natal não lhe podia dar. As suas personagens vivem na sua terra natal mas, a assunção da dureza das condições de trabalho e do sacrifício como inevitáveis no seu quotidiano, parece afastar da vida coletiva a afabilidade e o bem estar que o escritor anseia para si mesmo, como podemos sentir ao ler as suas cartas particulares.

No romance, a infância está quase ausente, mas a velhice adquire protagonismo: ao lado dos jovens pares, surgem figuras de mulheres e homens já idosos: para além do octogenário João Semana, do reitor e do pai temos também mulheres. Isto é, ao lado do drama da morte da mãe e da orfandade, temos Joana, a governanta, saudável e vigorosa. Tal como temos em *Justiça de Sua Majestade*, a nonagenária Roberta, a criada, que tem ainda uma missão para a vida: pedir justiça para a sua menina. E a presença da alegria juvenil é discreta: Pedro caça, toca viola e tem um grupo de amigos; Daniel, no Porto, tinha amigos mas, na aldeia, anda sozinho. O trabalho é a

⁴¹⁰ Cf J. Carvalho, ob. cit., p.6

grande ocupação de todos. Só a esfolhada de verão parece permitir a festa, os abraços, o contacto físico, o encontro e o desencadear de amores e paixões. Ao longo do romance, os amores de Margarida e Daniel são uma presença constante. Esta é uma história de amor. Ele parte. Ela fica. Fica a chorar. Sozinha e com saudades. Júlio Dinis constrói uma história de amor, de estrutura linear, estratégia que permite centrar o romance nos quadros sociais, levando-nos ao encontro da burguesia, dos órfãos, da juventude, da pobreza, da vida rural, num país em que a vida urbana começava a adquirir algum relevo, em Lisboa e no Porto. Conta-nos que Margarida sente mais saudades, do que ele, que parte, porque ele vai conseguir distrair o coração, porque *«esperam-no novos lugares, novas cenas, novas pessoas, sobretudo espera-o o atractivo do desconhecido, que de antemão lhe absorve quase todos os pensamentos»*,⁴¹¹ enquanto que, para Margarida, a que fica, *«lá estão todos os objectos que vê a recordar-lhe as venturas que perdeu (...)»*.⁴¹² Margarida, a menina que foi crescendo sem amor de mãe, levando *«uma existência sem carinhosas afeições, esse tão necessário alimento ao coração das crianças»*, viveu a solidão do campo, enquanto acompanhava o gado e *«é sabido que hábitos de melancolia se adquirem nesta escola»*, pelo que foi *«pouco a pouco, contraindo o carácter triste e sombrio que é o traço indelével que fica de uma infância à qual se sufocaram as naturais expansões e folgedos, em que precisa de transbordar a vida exuberante dela»*.⁴¹³

E Margarida foi-se alimentando daquele amor platónico e impossível, porque Daniel quando vinha de férias nem por ela perguntava, porque Daniel regressaria médico e nem para ela olharia. Passaram-se os anos. Daniel voltou. E Júlio Dinis fez com que o amor vencesse. E o amor venceu com e para Margarida que foi fiel e soube defender a sua ideia de amor e de casamento. E o amor de Clara e Pedro? O seu amor será esse mesmo amor romântico? À luz da mentalidade e dos valores dos nossos dias, esta relação amorosa sobreviveria à mentira que Margarida e o reitor construíram? Na verdade, todos se juntaram para manter o casal unido, mentindo a Pedro e acreditando na sinceridade de Clara. E se Pedro e José das Dornas soubessem o que se tinha passado, como agiriam? O quadro de valores morais de Júlio Dinis e do bom reitor está eivado dos estereótipos sexuais do seu tempo: a mulher virtuosa e muito ponderada que Margarida, a jovem mais letrada da aldeia, representa surge em contraste com as jovens mulheres representadas por Francisca e por Clara.

Três jovens, três destinos. Margarida ascendeu socialmente porque cresceu intelectualmente. Clara, que cantava e trabalhava e não gostava de parar para pensar, conheceu o amor e construiu o seu futuro a partir do encontro, previsível, com um homem com um estatuto social e económico semelhante. Francisca continuou em casa, sozinha, triste, confusa, sem amor e, quem sabe, sem esperança, esquecida, perdida no sonho de seus pais e esquecida pelas

⁴¹¹ Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, ed. cit., p. 41

⁴¹² *Idem*, p. 41

⁴¹³ *Ibidem*, p. 43

mulheres da aldeia que haviam comentado as frequentes visitas de Daniel, exercendo crítica social e zelando pelos costumes, ao mesmo tempo que exibiam o poder regulador da manutenção da moral na aldeia. Também Joana e João Semana comentavam os mexericos e davam as suas sentenças, revelando-se Joana tolerante para com o comportamento do jovem médico, porque «(...) *ele é rapaz. Nada lhe fica mal*» e crítica em relação a Francisca, porque «*Fosse a rapariga seriazinha, e não tivesse aquela cabeça que nós todos sabemos, já nada disso acontecia.*»⁴¹⁴ Manifestando profundo conhecimento da condição feminina na sociedade oitocentista, o narrador Júlio Dinis conclui que «*Em geral, nos tribunais femininos, os delitos da natureza daqueles de que João Semana acusava Daniel, são julgados como Joana acabava de julgar este. Grande magnanimidade para com o homem e severo para com a mulher.*»⁴¹⁵

Sobre o amor romântico e o casamento, encontramos em Margarida os sinais dos tempos de mudança, quando recusa a proposta de Daniel: «(...) *Nunca me sentiria mais desonrada e perdida do que quando aceitasse uma proposta como essa, feita por qualquer outro motivo que não fosse a força do coração.*»⁴¹⁶ Entretanto, Daniel já havia reformulado o retrato da mulher ideal da sua vida: «(...) *se me encontrar com uma destas naturezas superiores para as quais nunca se extingue o resplendor que as rodeia, há-de fixar-se este coração volúvel, e não haverá para elas o risco de que das minhas afeições lhes possam resultar lágrimas.*»⁴¹⁷ Margarida defende o amor segundo os novos valores: «*Qual será maior martírio: sofrer as murmurações, as injúrias, os desprezos até, de milhares de pessoas que afinal de contas nos são indiferentes, ou aceitar a compaixão de quem nos é ... de quem nos devia ser tudo no mundo?*»⁴¹⁸ É a afirmação do primado do amor e do casamento por amor, sobre o casamento por conveniência. É a vitória dos amores infantis e ingénuos de Margarida e Daniel e a derrota da estratégia da família de João da Esquina, pois que sentada na mercearia, Francisca não soube encontrar nem defender o amor, isto é, não foi capaz de vencer a resistência de seus pais ao amor e à modernidade, não amou, nem foi amada. Na aldeia, vemos em João da Esquina e na sua mulher o exemplo da família da sociedade tradicional em que a jovem parece poder escolher, mas acaba por se submeter à escolha dos pais. Mas, na verdade, como afirma Maria Antónia Lopes:

«[no] campo, (...) a atracção pessoal era determinante na escolha dos parceiros, mas os pais intervinham de imediato e, se não houvesse equilíbrio de haveres, não consentiam. O casamento continuava a ser, acima de tudo, uma questão de sobrevivência. Nos meios mais elevados regiam-se ainda mais por critérios financeiros e sociais, embora por meados do

⁴¹⁴ Idem, p. 187

⁴¹⁵ Ibidem, p. 187

⁴¹⁶ Ibidem, p. 275

⁴¹⁷ Ibidem, p. 277

⁴¹⁸ Ibidem, p. 274

século XIX já incomodasse a alguns casar os seus filhos com desconhecidos ou mesmo sem afecto.»⁴¹⁹

Perante os problemas criados pelo filho Daniel, José das Dornas pensa que a solução pode ser enviá-lo para o Brasil. Mais uma vez, o Brasil surge na escrita de Júlio Dinis; como já vimos, o brasileiro rico está presente na sua poesia e no seu conto *Justiça de Sua Majestade*. Afastando-o da aldeia onde provoca agitação entre as raparigas e dentro das famílias, José das Dornas pretende assegurar o seu futuro afirmando que pode enriquecer por lá:

«Tem diabo o rapaz! Já vejo que é impossível deixá-lo ficar aqui na terra. Lá me custa, que sempre é filho; mas não há outro remédio. Que vá para o Brasil. (...) Pode enriquecer por lá, que é terra para isso. Que dúvida? E pelo menos escusa de andar por aqui a desacreditar as raparigas da aldeia. É sestro que não perde, ao que estou vendo. Escuso de me arriscar a mais desgostos.»⁴²⁰

Entretanto, Daniel confessara ao reitor que é perigoso uma mulher confiar nele:

«É por certo arriscado para qualquer mulher confiar de mim o seu amor, menos em um caso, que até aqui se não dera ainda comigo. (...) É se ela conseguir dominar-me; se a meus olhos se conservar sempre à altura, que dê à paixão que me inspirar a natureza de um culto. Há caracteres para os quais é isto necessidade.»⁴²¹

Em *As Pupilas do Senhor Reitor*, tal como em *Justiça de Sua Majestade*, com Clementina, Júlio Dinis preocupa-se com o modelo de mulher que quer apresentar-nos: a mulher amor, a mulher natureza superior, a mulher que saberá ser mãe, educadora, amante, cuidadora, presença indispensável à cabeceira dos doentes. Afirma a presença e a educação da mulher, numa época em que a educação das crianças se assume como um objetivo muito importante na família e para a sociedade. Para a mulher, ser mãe deve ser o objetivo primordial e para isso deve ser um ser organizado, bondoso e delicado e por isso a sociedade deve cuidar da sua educação. Imagem quase comparável à do arquétipo Mariano, sempre disposta a sacrifícios - e lembremos que o Meadas, o pai das duas raparigas, começou por ser carpinteiro, como S. José. O romancista, integrado nas correntes políticas e de pensamento da época, parece querer contribuir para mudar a atitude tradicional da família e da sociedade relativamente à mulher e ao seu papel social e cultural.

O casamento dinisiano surge como um elemento conciliador que resolve instabilidades e diferenças, sejam elas políticas, económicas ou sociais. Para o leitor de folhetins e romances o casamento é certamente o desenlace desejado, criador de harmonia e esperança, como o próprio final do romance anuncia: *«O leitor concordará por certo em que devemos fechar por aqui a narração. As suaves alegrias das núpcias imaginem-nas, pelo que sentiram os felizes que na vida as gozaram já; os outros fantasiem-nas, pelo que tantas vezes sonham, ao pensarem no*

⁴¹⁹ Maria Antónia Lopes, *As grandes datas da existência: Momentos privados e rituais públicos*, ob. cit., p. 164

⁴²⁰ Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, ed. cit., p. 308/309

⁴²¹ Idem, p. 277

futuro.»⁴²² Mas, Júlio Dinis deixa em aberto a concretização de uma felicidade sonhada e em perspectiva e ao leitor a tarefa de imaginar a alegria da festa em casa de José da Dornas e a concretização de uma vida familiar feliz. Dele e do seu engenho, Ramalho Ortigão, em janeiro de 1877, em *As Farpas*, afirma: «A obra de Júlio Dinis pertence à literatura de tricot cultivada com ardor na Inglaterra pelas velhas miss. Apesar das suas qualidades de paisagista, do seu mimo descritivo, da sua feminilidade ingênua e pitoresca, as novelas de Júlio Dinis não têm alcance social, são meras narrativas de salão.»⁴²³

A vida das mulheres, na ficção e na realidade, estava muito confinada à esfera doméstica e à vida privada. Os homens exerciam o poder, e as mulheres passavam da obediência aos pais para a obediência aos maridos. Elisabeth Badinter recorda-nos a importância da doutrina judaica e cristã na formação das mentalidades, na manutenção do poder do homem na sociedade e na família: «Apesar da mensagem de amor e do discurso igualitário de Cristo, a teologia cristã, com fortes raízes judaicas, teve a sua parte de responsabilidade no reforço e justificação da autoridade paterna e marital (...)».⁴²⁴ Para a autora, a «esposa-mãe não era a escrava, mas a companheira, do homem (...) marido e mulher eram iguais e compartilhavam dos mesmos direitos e dos mesmos deveres perante os seus filhos».⁴²⁵

Ao longo de séculos, a sociedade foi centrando nas mulheres a manutenção de tradições e valores sociais, tal como das tradições religiosas, pelo que a diferenciação de papéis sociais e a permanência de estereótipos sociais e sexuais, apesar de constantemente adaptados e reinventados, foram sendo transmitidos por elas próprias dentro da família e nas comunidades locais. Em *As Pupilas do Senhor Reitor* esta realidade social está representada pela censura das mulheres na mercearia e na rua e pela ação de Margarida junto da irmã mais nova, procurando eximi-la ao julgamento da aldeia e cumprindo a sua missão de a levar ao casamento, isto é, à proteção de um marido. Mas, o casamento cumpria também outra função:

«[conferir] à mulher posição e prestígio social, o que tanto é válido para a aristocrata como para a burguesa, para a operária como para a camponesa. O título «senhora de casa» glorifica o seu papel e traduz a sua influência na esfera privada, a qual funciona como compensação à inferioridade jurídica que o direito lhe reserva».⁴²⁶

Na sociedade portuguesa de Oitocentos, como nesta aldeia dinisiana, dia após dia, homens e mulheres vão desempenhando papéis socialmente importantes e necessários ao equilíbrio social e à defesa dos interesses individuais e coletivos e alguns vão provocando a mudança que

⁴²² Ibidem, p. 336

⁴²³ Cf J. Carvalho, ob. cit., p. 55

⁴²⁴ Elisabeth Badinter, ob. cit., p. 29

⁴²⁵ Idem, p. 26

⁴²⁶ Irene Vaquinhas e Maria Alice Pinto Guimarães, *Economia doméstica e governo do lar. Os saberes domésticos e as funções da dona de casa*, in *História da Vida Privada em Portugal, A Época Contemporânea*, coord. de Irene Vaquinhas, dir. de José Mattoso, Círculo de Leitores, 2011, p. 203

permite sonhar com a construção de um futuro diferente, numa sociedade de profundos contrastes e assimetrias entre grupos sociais, entre vida rural e vida urbana, entre homens e mulheres. É lenta a mudança social e de mentalidade, a mudança de modelos, a desconstrução de estereótipos sociais e sexuais, face à manutenção dos costumes, à censura feminina à mulher e à mudança – a mulher educadora, a mulher que preserva a tradição e os valores da família e da comunidade contribui para a manutenção da tradição e a dificuldade de adesão aos novos valores e padrões morais e sociais.

O papel da tradição é fundamental numa sociedade, representando a possibilidade de preservação da memória e a criação de percursos coletivos. Júlio Dinis apresenta um Portugal rural cujas características se vão perpetuando, e muitas delas chegaram ao século XXI, onde persistem preconceitos e estereótipos sociais e sexuais em muitas ruas de aldeias, vilas e cidades, nas formas de viver a religião, de exercer a censura e o controlo social. As mulheres vão conservando diversos e importantes papéis sociais, em casa e na família: são as formas de educar os rapazes e as raparigas, os preconceitos que se transmitem da mãe para a filha e para o filho, a aceitação, ou não, de comportamentos socialmente tidos como mais próprios para os rapazes ou para as raparigas. É a tradicional divisão de tarefas e interesses entre homens e mulheres, segundo a qual a mulher privilegia a afetividade, é considerada expressiva, carinhosa, compreensiva, e o homem é considerado mais racional e eficaz. Como muitos estudos defendem, esta tradicional divisão vai ainda hoje dificultando a muitos homens a mudança de atitude na relação com os filhos, com a casa e a vida familiar, com as mulheres e com a sua ascensão profissional, que implica a sua saída da esfera privada e a partilha do espaço público e da vida pública.

Como afirma Irene Vaquinhas, *«história e literatura não se confundem nem identificam e, embora sejam duas expressões narrativas próximas, a ficção literária traduz a capacidade criativa e o imaginário do seu autor a partir de um dado contexto social e cultural»*,⁴²⁷ pelo que, ao investigador

«compete ler criticamente o romancista com o rigor dos métodos científicos da pesquisa e da análise documental, e utilizar a literatura como um registo ficcionado de aproximação ao conhecimento da realidade sociológica que se oculta por entre o emaranhado das intrigas passionais e da crítica de costumes».⁴²⁸

Este trabalho, cumprindo o seu objetivo essencial, debruçou-se sobre as mulheres portuguesas da 2ª metade do século XIX, através do olhar da literatura, não só sobre o seu quotidiano e a sua rotina, que se foram repetindo, de geração em geração, mas também sobre os valores e os anseios que estavam subjacentes à presença da tradição e à construção da

⁴²⁷ Idem, p. 8

⁴²⁸ Irene Vaquinhas, *História da Vida Privada em Portugal, A Época Contemporânea*, coord. de Irene Vaquinhas, dir. de José Mattoso, Círculo de Leitores, 2011, p. 8

modernidade, naquela sociedade em processo de regeneração económica, técnica, política, social e cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Júlio Dinis conviveu de perto com a colônia inglesa no Porto e com os escritores de língua inglesa. Começou a escrever muito novo e morreu muito novo, tendo a sua carreira literária sido intensa e curta. Reconhecemo-lo como precursor do realismo em Portugal. Na sua produção literária, todos os estudiosos o referem, é evidente a conjugação de elementos românticos e realistas/naturalistas, resultantes do ambiente cultural em que cresceu, dos seus valores e dos valores da época em que viveu. Para além da influência exercida na sua formação humana e literária por autores ingleses e franceses, não podemos deixar de salientar o importante papel do seu percurso no teatro, como ator e como escritor, e a influência, por ele afirmada, da obra e da figura de Alexandre Herculano e de Rodrigo Paganino, de quem herdou características de estilo e preferências de ambientes e temas. Sendo um espírito interventivo, e querendo mudar a realidade que observa, Júlio Dinis serve-se da sua pena e da imprensa para chamar a atenção e para agir sobre a mentalidade vigente. Isto é, como podemos ler em Maria Lúcia Lepecki: «*Como todo texto de intenção realista, como qualquer escrita comprometida, o romance dinisiano organiza, em forma ficcional, os elementos da realidade objectiva, histórica, concreta. Organiza-os mesmo quando centraliza conflitos em indivíduos: em cada pessoa romanesca reflecte-se a exterioridade, o meio, o momento histórico*».⁴²⁹

Na sua obra, manifesta conhecer bem o modo de ser português, nunca deixando de elogiar e defender o que é nacional, através das suas personagens, bem portuguesas, tipicamente portuguesas, descobertas pelo escritor na sua observação do real, no seu quotidiano e nas suas viagens. As suas personagens são portadoras dos seus ideais políticos e sociais, sempre em busca do equilíbrio e da harmonia, portadoras da bondade, dos valores e da dignidade humana que a doutrina liberal defendia, desde a ascensão social, à reabilitação do clero e ao valor do trabalho.

Joaquim Guilherme Gomes Coelho escolheu ser Júlio Dinis, mas não parece ter fugido para dentro deste seu pseudónimo, uma vez que rapidamente foi identificado com o seu trabalho e se tornou fácil encontrá-lo, sob o nome de Júlio Dinis ou do seu nome de batismo, no Porto, em Lisboa ou no Funchal. Sob o uso do pseudónimo, prática tida como comum entre os homens da literatura da sua época, escreveu, participou na vida pública, fez política e pedagogia. Mostrou-se

⁴²⁹ Maria Lúcia Lepecki, ob. cit., p. 83

sempre informado sobre as tertúlias e as questões literárias do seu tempo. Viveu cerca de uma década com a sua doença, as suas viagens, a sua solidão, a sua melancolia e os seus romances.

Começou a escrever muito cedo. A orfandade terá criado nele a necessidade de criar um mundo paralelo no qual se recolhia. Esse mundo era o das letras. Médico, sabia da irrecuperabilidade da sua saúde mas, perante este drama, não deixou de cultivar a proximidade com os amigos. Não casou, cresceu sem mãe, na sua obra apresenta sempre situações de namoro e de noivado, a melancolia dos órfãos ou a saudade de viúvos, mas não apresenta casais já constituídos. Neste seu primeiro romance rural, Júlio Dinis pinta um quadro, escreve uma crónica da aldeia e apresenta costumes, mas também uma moral de progresso, em que a aldeia retém soluções fundamentais: casamento por amor, escola e educação como fatores propiciadores de ascensão social. E assim contribui para a mudança. E assim se torna um escritor pedagogo e político, um defensor da regeneração, da mobilidade e da harmonia social. Assistimos sempre à realização do minucioso estudo psicológico e comportamental da natureza humana, na defesa da bondade e da busca da harmonia e do equilíbrio social.

Temos em *As Pupilas* uma crónica da aldeia, um local, uma identidade, uma comunidade que cuida dos seus mais frágeis mas, com a presença de diferentes tipos sociais e diferentes níveis de religiosidade e onde nem todos se conhecem, pois que se Clara vai à fonte e vai lavar a roupa no rio, Margarida governa a casa e não se vê na rua. O campo, a aldeia, é, em Júlio Dinis, um espaço geográfico, humano, ideológico e cultural. No romance de costumes, ficção e realidade encontram-se. Vemos as mentalidades e as vivências social e cultural da época, a estratificação social, a diferenciação de papéis sociais e a permanência de estereótipos sociais e sexuais das mulheres e dos homens. O papel das mulheres na família e na educação da sociedade oitocentista e a sua contribuição para a permanência das tradições e das vivências ancestrais e para a mudança de mentalidades são constantemente retratados, embora os respeitáveis José das Dornas, padre António e João Semana sejam personagens fundamentais para levar os jovens à construção do futuro. O futuro conta com eles e eles não prescindem da sua participação nessa construção – é a passagem da memória, é a mudança sem ruturas, marcos essenciais na política daquele momento da vida do reino e em todas as esferas da vida social.

No centro da intriga está o bom e velho reitor, o senhor padre António, o padre Pereira, o amigo de José das Dornas, o protetor dos desprotegidos da sorte, o homem sensato e sábio, o moderador de costumes, o clérigo exemplar que tinha o evangelho no coração e era sinceramente liberal. A seu lado, com sabedoria e capacidade de se pensar e pensar o mundo que a rodeava, Margarida, a órfã maltratada pela madrasta, a irmã educadora e protetora, a responsável pela casa e pelos bens de Clara, desempenhou o papel que a sua comunidade lhe atribuiu e procurou construir o seu futuro mas, dentro de casa, cosendo, bordando, lendo, ensinando e preservando a sua individualidade e a sua privacidade.

Júlio Dinis, neste seu romance, não parece querer tecer críticas de cariz político, económico ou literário, mas não se privou de expressar o seu pensamento através de Diana de Aveleda, entrando no debate cultural e literário portuense, no *Jornal do Porto*. Nesta obra, apresenta e defende uma visão otimista da transformação da realidade social de Antigo Regime, com vista à mudança e ao progresso e à intercomunicação entre grupos sociais, após as prolongadas e dolorosas querelas entre miguelistas e liberais. Promove os valores liberais. E, deixando a aldeia de fora da felicidade dos noivos, festejando o desenlace do enredo em casa das noivas, Júlio Dinis poderá estar a apresentar uma opção e estabelecer uma separação entre a comunidade conservadora, tradicionalista, controladora e vigilante e a construção do futuro que ali, em casa, se festejava. Lá para o S. Miguel, no fim de Setembro, depois da época das colheitas e depois de concluídos os trabalhos do ano agrícola, como decidiu o patriarca, José das Dornas, o casamento dos dois pares será o acontecimento que a todos envolverá. A aldeia abençoará os dois casais e assumirá o seu papel social de controlo e de exigência e José das Dornas saberá apresentar a festa que a todos permitirá festejar a sua alegria, como chefe de família e lavrador abastado.

A mudança de mentalidade que o liberalismo, e mais concretamente a Regeneração, procurou, foi tardando, na falta de condições para a realização de uma rutura com a tradição e com a mentalidade vigente. Com o primeiro romance de Júlio Dinis vemos uma sociedade rural e de profundo analfabetismo, isolada e fechada sobre si mesma, apesar da estrada de macadame, e em que a preservação de costumes é defendida pela própria aldeia, que não procura e parece não desejar a mudança. As sociedades rurais tradicionais atribuíam às mulheres um lugar de complementaridade com o homem mas, no romance dinisiano, para além de Margarida, a protagonista, e apesar da ausência da mulher mãe, as mulheres são figuras centrais. Júlio Dinis defende o amor, defende os jovens, a ascensão social, sem ruturas sociais, pelo que, onde falta a igualdade económica, cria a igualdade pelo saber e onde falta a proteção e o amor da mulher mãe, conjuga o saber e a proteção do sacerdote e do médico, personagens fundamentais na vida daquela comunidade. João Semana e padre António representam os valores de uma geração de octogenários, portadores de saber e comprometidos com o progresso e com o bem estar dos seus concidadãos, acompanhando a mudança de mentalidade e evitando ruturas.

A importância da obra de Júlio Dinis, ontem e hoje, para o estudo da permanência de valores e papéis sociais tradicionais e para a construção de pontes para a modernidade na sociedade portuguesa oitocentista, pode associar-se à importância que lhe podemos atribuir, hoje, para preservar a memória coletiva e contribuir para a permanente construção/reconstrução do presente e do futuro. Os folhetins, no século XIX contribuíram para o aumento da leitura entre as mulheres, especialmente nas famílias burguesas, em que se comprava diariamente não um mas vários jornais. À medida que se difundia a importância da escola e de aprender a ler e a escrever, aumentava a literacia e formava-se um público consumidor de informação, de arte e de literatura. Melhorava também a capacidade individual e da sociedade de responder aos desafios

da época: educar as crianças, encontrar o amor e a felicidade e promover o progresso, com o desenvolvimento da técnica e da ciência. Neste contexto, e como afirmava Júlio Dinis, livros como *As Pupilas do Senhor Reitor* podem ser um instrumento para educar e civilizar, embora sem deixar de contribuir para a permanência de estereótipos, funções e papéis sociais e privilégios tradicionais, no masculino e no feminino, que foram sobrevivendo, adaptando-se e reconstruindo-se, na constante busca de equilíbrios e de segurança individual e coletiva, no ambiente de mudança da 2ª metade do século XIX.

Este é um projeto que surgiu no âmbito do Mestrado em Estudos Portugueses Multidisciplinares, num vetor de análise orientado para os estudos na área da cultura portuguesa. Considerando o atual estado de arte, muitas são as questões que, a nível académico, se podem ainda colocar ao autor, a este seu romance, bem como a toda a sua obra, nomeadamente, ao romance *A Morgadinha dos Canaviais*, com o objetivo de, estudando-os, podermos, numa perspetiva histórica e cultural, contribuir para o aprofundamento do conhecimento da sociedade portuguesa no início da 2ª metade do século XIX e para a compreensão da sociedade portuguesa atual.

BIBLIOGRAFIA

FONTES

DINIS, Júlio, *A Morgadinha dos Canaviais*, in *Obras de Júlio Dinis*, vol I, Porto, Edição Lello e Irmão Editores, s/d

DINIS, Júlio, *As Pupilas do Senhor Reitor (Crónica da aldeia)*, Estarreja, Edição MEL, 2008

DINIS, Júlio, *Justiça de Sua Majestade*, in *Obras de Júlio Dinis*, vol II, Porto, Edição Lello e Irmão Editores, s/d

DINIS, Júlio, *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, in *Obras de Júlio Dinis*, vol I, Porto, Edição Lello e Irmão Editores, s/d

DINIS, Júlio, *Poesias/Inéditos e Esparsos*, in *Obras de Júlio Dinis*, vol II, Porto, Lello & Irmão Editores, s/d

DINIS, Júlio, *Uma Família Inglesa*, in *Obras de Júlio Dinis*, vol I, Porto, Edição Lello e Irmão Editores, s/d

BIBLIOGRAFIA GERAL

ALVES, Jorge Fernandes, *Lógicas migratórias no Porto Oitocentista*, Actas do "Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (séc XIX-XX)", Ed. Fragmentos, Algés, 1993, disponível em <http://repositorio-aberto.up.pt>, consulta de 20/12/2012

ALVES, Jorge Fernandes, *Variações sobre o "brasileiro" – Tensões na emigração e no retorno do Brasil*, Revista Portuguesa de História, tomo XXXIII, Universidade de Coimbra, 1999, disponível em <http://repositorio-aberto.up.pt>, consulta de 20/12/2012

ANASTÁCIO, Vanda et al. *Actas Do Colóquio Literatura e História*, Lisboa, 2002, disponível em <http://repositorioaberto.univ-ab.pt>, consulta de 21/07/2011

ARIÈS, Philippe e DUBY, Georges, *História da vida privada, Da revolução à Grande Guerra*, vol. 4, direção de Michelle Perrot, Lisboa, Círculo de Leitores, 1990

BADINTER, Elisabeth, *L'amour en plus – "O amor incerto"*, Lisboa, Relógio D'Água, s/d

BARREIRA, Cecília, *História das nossas avós - Retrato da burguesa de Lisboa*, Lisboa, Ed Colibri, 1994

BARREIRA, Cecília, *A Cultura Portuguesa*, s/data, disponível em <http://www.triplov.org>, consulta de 29/07/2011

BARREIRA, CECÍLIA, *Corte de costura: As Mulheres e o Simbólico*, s/d, disponível em <http://www.triplov.org>, consulta de 28/07/2011

BUESCU, Helena Carvalhão, *A lua, a literatura e o mundo*, Lisboa, Ed. Cosmos, 1995

CABECINHAS, Rosa, *Media, etnocentrismo e estereótipos sociais*, In *As Ciências da Comunicação na Viragem do Século. Actas do I Congresso de Ciências da Comunicação*, Lisboa, 2002

CABECINHAS, Rosa, *Processos cognitivos, cultura e estereótipos sociais*, Actas do II Congresso Ibérico de Ciências da Comunicação, Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2004

CARMO, Hermano e FERREIRA, Manuela Malheiro, *Metodologia da investigação – Guia para Auto-aprendizagem*, Lisboa, Universidade Aberta, 2008

CATROGA, Fernando *Romantismo, literatura e história*, in *História de Portugal: o Liberalismo (1807-1890)*, José Mattoso, dir., vol. 5, Lisboa, Estampa, 1993

CATROGA, Fernando, *O laicismo e a questão religiosa em Portugal (1865-1911)*, in *Análise Social*, vol. XXIV, 1988, p 211-273, disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt>, consulta de 01/08/2012

CATROGA, Fernando, *Memória, História e Historiografia*, Coimbra, Quarteto Editora, 2001

CLEMENTE, Manuel, *Portugal e os portugueses*, Lisboa, ed. Assírio & Alvim, 2008, disponível em <http://www.snpcultura.org>, consulta de 01/08/2012

COELHO, Jacinto Prado, *A originalidade da literatura portuguesa*, Lisboa, Ministério da Educação, 1992

CRUZ, Maria Antonieta, *Os recenseamentos eleitorais como fonte para o estudo das elites no decurso da Monarquia Constitucional: da Regeneração à República*, Revista da Faculdade de Letras, HISTÓRIA, III Série, vol. 10, Porto, 2009, pp. 161-180, disponível em <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/29535/2/cruzrecenseamentos000107886.pdf>, última consulta em 01/11/2012

DEUS, João de, *Cartilha Maternal*, 1877, Prefácio do autor, disponível em <http://www.joaodeus.com>, consulta de 07/10/2011

GONÇALVES, Carla Alexandra, *Metodologia do trabalho científico*, Lisboa, Universidade Aberta, 2010

GRÁCIO, Rui, *Ensino primário e analfabetismo*, in *Dicionário de História de Portugal*, direção de Joel Serrão, Lisboa, Iniciativas Editoriais, vol II, 1971

HENRIQUES, Fernanda, *Concepções Filosóficas e Representações do Feminino*, Colóquio internacional Pessoa e Sociedade: Perspectivas para o Século XXI, Braga, 2005, disponível em <http://home.uevora.pt>, última consulta de 20/09/2011

HENRIQUES, Fernanda, *Elisabeth Badinter: Racionalismo, Igualdade E Feminismo*, Congresso Evocativo Do Primeiro Congresso Feminista Em Portugal, Lisboa, 2005, disponível em <http://home.uevora.pt>, consulta de 20/09/2011

LE GOFF, Jacques, direção de, *O Homem Medieval*, Lisboa, Editorial Presença, 1990

LENOBLE, Robert, *História da ideia de natureza*, Edições 70, Lisboa, 2002

LIMA, Isabel Pires de, *Trajectos: O Porto na memória naturalista – Antologia*, Lisboa, Guimarães Editores, 1989

LOPES, João Teixeira, *Do Porto romântico à cidade do centros comerciais*, 1999, disponível em <http://ler.letras.up.pt>, consulta de 22/07/2012

MARQUES, A. H. de Oliveira, *História de Portugal*, volume II, Lisboa, Palas Editores, 1976

MATERIAIS PARA A HISTÓRIA ELEITORAL E PARLAMENTAR PORTUGUESA, 1820-1926, Roteiro de eleições na monarquia constitucional, Lisboa, BNP, 2006, disponível em <http://purl.pt>, consulta de 15/07/2012

MIRANDA, Patrícia, *A construção social das identidades de género nas crianças: um estudo intensivo em Viseu*, Lisboa, 2008, in <http://www.aps.pt/vicongresso>, consulta de 21/01/2012

NETO, F. *Psicologia Intercultural*, Lisboa, Universidade Aberta, 2002

PEREIRA, Maria da Conceição Meireles, *Os brasileiros notáveis e... os outros*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/53913>, última consulta a 01/11/2012

PEREIRA, Maria de Jesus Antunes Cruz, *As aquisistas nas Termas das Caldas da Rainha*, Universidade Aberta, Lisboa, 2010

PEREIRA, Maria Manuela Meireles, *Jornais, Editores e tipografias do Porto (1866-1898)*, Porto, s/d. disponível em <http://ler.letras.up.pt>, consulta de 09/07/2012

PERROT, Michelle, *Une histoire des femmes est-elle possible?*, Marseille, Rivages, 1984

PIEIDADE, Ana Nascimento, *Outra margem, estudos de literatura e cultura portuguesas*, Lisboa, INCM, 2010

QUEIRÓS, Eça de, *As Farpas*, Setembro de 1871, disponível em <http://purl.pt>, consulta de 10/08/2012

RECTOR, Monica *Mulher objecto e sujeito da Literatura Portuguesa*, Porto, 1999

REIS, Carlos, *Eça de Queirós*, Instituto Camões, 2010, disponível em <http://cvc.instituto-camoes.pt>, última consulta a 28/10/2012

RODRIGUES, João Bartolomeu, *A Educação na Revista O PANORAMA*, tomo I, Vila Real, Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro, 2008, disponível em <http://repositorio.utad.pt>, ultima consulta a 30/10/2012

SANTANA, Maria Helena, *Almeida Garrett*, 2010, disponível em cvc.instituto-camoes.pt

SANTOS, B. Sousa, *Um Discurso sobre as Ciências*, Porto, Edições Afrontamento, 1995, disponível em pt.scribd.com, última consulta a 11/08/2012

SARDICA, José Miguel, *A vida partidária portuguesa nos primeiros anos da Regeneração*, 1997, in *Análise Social*, vol. XXXII (143-144), 1997, (4.º-5.º), 747-777, disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt>, consulta de 15/07/1012

VICENTE, Ana, *Os poderes das mulheres. Os poderes dos homens*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA: JÚLIO DINIS E CONDIÇÃO DAS MULHERES

ABREU, Carmen da Conceição da Silva Matos, *Júlio Dinis, Representações romanescas do corpo psicológico e social: influência e interferência da literatura inglesa*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010, disponível em repositorio-aberto.up.pt, consulta de 22/12/2011

ABREU, Carmen da Conceição da Silva Matos, *O filtro doutrinário e a liberdade criadora. Que tipo de censura nos romances de Júlio Dinis?* s/d, disponível em <http://web.letras.up.pt>, consulta de 22/12/2011

ALVES, Luís Alberto Marques, *O ensino da segunda metade do século XIX*, Porto, 2001, in *Revista da faculdade de letras, História*, III série, vol2, disponível em <http://ler.letras.up.pt>, consulta de 02/01/2012

AMÂNCIO, Lúcia et al. *O longo Caminho das Mulheres: Feminismos 80 anos depois*, D. Quixote, Lisboa, 2007

BARROSO, Ana Sofia Silva *Júlio Dinis: romancista social, médico e professor*, Porto, 2008, disponível em <http://sigarra.up.pt>, consulta de 22/07/2011

CARVALHO, Joaquim Jorge Silva, *Acção, cenas e personagens na narrativa dionisina: As Pupilas do Senhor Escritor*, Coimbra 2010, disponível em <http://estudogeral.sib.uc.pt>, consulta de 02/01/2012

CASCÃO, Rui, *Em casa: o quotidiano familiar*, in *História da Vida Privada em Portugal, A Época Contemporânea*, coord de VAQUINHAS, Irene, direção de MATTOSO, José Círculo de Leitores, 2011

CHAVES, Maria Adelaide Godinho Arala, *Júlio Dinis: um diário em Ovar: 1863-1866*, Porto, Campo das Letras, 1998

CORBIN, Alain e PERROT, Michelle, *História da vida privada, Da revolução à Grande Guerra*, Direcção de Philippe Ariès e Georges Duby, vol 4, Lisboa, Círculo de Leitores, 1990

- CRUZ, Liberto, *Júlio Dinis e o sentido social da sua obra*, Lisboa, 1972, in *Revista Colóquio/Letras*, Ensaio, n.º 7, Maio, p. 31-39
- DUBY, Georges e PERROT, Michelle, *As mulheres e a história*, Lisboa, D. Quixote, 1995
- EGAN, Linda, *Uma leitura de Júlio Dinis, pré-pós-modernista, ou a vingança de uma oitocentista desfasada*, in *Colóquio/Letras*, n.º 134, Out.-Dez., Lisboa, 1994
- FEDELI, Maria Ivone Miranda *A mão que balança o berço, Funções do feminino em Júlio Dinis*, S. Paulo, Brasil, 2007, disponível em www.theses.usp.br, consulta de 07/10/2011
- FRAISSE, Geneviève e PERROT, Michelle, *Introdução: Ordens e Liberdades*, in *História das Mulheres: O Século XIX*, vol. IV, DUBY, Georges, PERROT, Michelle (org.), Porto, Edições Afrontamento, 1994
- JOAQUIM, Teresa e GONZALEZ, Manuela, *Mulheres de uma aldeia*, Ulmeiro, Lisboa, 1985
- JOAQUIM, Teresa, *Menina e Moça: a construção social da feminilidade*, Lisboa, Fim de Século, 1997
- LEITE, Rosa Margarida Pinto, *A narrativa breve de Júlio Dinis*, Universidade de Aveiro, Aveiro, 2010
- LEPECKI, Maria Lúcia, *Romantismo e realismo na obra de Júlio Dinis*, 1979, disponível em <http://cvc.instituto-camoes.pt>, última consulta a 20/08/2012
- LIMA, Isabel Pires de, *Júlio Dinis: o «romance rosa» moderno*, in *Júlio Dinis: Catálogo da Exposição*, Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1989
- LIMA, Isabel Pires de *Júlio Dinis e a antecipação do romance realista*, in *História da Literatura Portuguesa*, vol 4, Direção de Carlos Reis, Lisboa, Ed. Alfa, 2001
- LOPES, Ana Maria Costa, *Imagens da mulher na imprensa feminista de oitocentos. Percurso de modernidade*, Lisboa, Ed. Quimera, 2005
- LOPES, Maria Antónia, *Mulheres, espaço e sociabilidade. A transformação dos papéis femininos em Portugal à luz de fontes literárias (segunda metade do século XVIII)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989
- LOPES, Maria Antónia, *Os pobres e a assistência pública*, in *História de Portugal*, Dir. de José Mattoso, 5º vol., coordenação de Reis Torgal e João Roque, Círculo de Leitores, 1993
- LOPES, Maria Antónia, *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra (1750-1850)*, 2 vols, Viseu, 2000
- LOPES, Maria Antónia, *As grandes datas da existência: Momentos privados e rituais públicos*, in *História da Vida Privada em Portugal, A Época Contemporânea*, coord. de VAQUINHAS Irene, direção de MATTOSO, José, Círculo de Leitores, 2011
- LOPES, Maria Antónia, *Notas para o estudo do papel social da mãe, Representações e Normas no Theatro De Manoel de Figueiredo*, s/d, disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt>, consulta de 08/10/2011

- MARCHON, Maria Livia Diana de Araújo, *A arte de contar em Júlio Dinis: alguns aspectos da sua técnica narrativa*, Coimbra, L. Almedina, 1980
- MATTOSO, José direção de, coordenação de VAQUINHAS, Irene, *História da Vida Privada em Portugal, A Época Contemporânea*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2011
- MOURA, Maria Lúcia de Brito, *Sensibilidade religiosa e devoção doméstica: entre o “temor de Deus” e o “amor de Deus”*, in *História da Vida Privada em Portugal, A Época Contemporânea*, coord de Irene Vaquinhas, direção de José Mattoso,, Círculo de Leitores, 2011
- NAVARRO, Ana Rita Padeira, *Bagatelas literárias ou questões da criação estética dinisiana*, in *Discursos. Estudos da Língua e Cultura Portuguesa 5*, Lisboa, 1993
- NAVARRO, Ana Rita Soveral Padeira, *Da Personagem Romanesca à Personagem Fílmica: As Pupilas do Senhor Reitor*, Lisboa, Universidade Aberta, 1999
- NAVARRO, Ana Rita *Júlio Dinis revisitado: uma homenagem de Egas Moniz*, in *Des(a)fiando Discursos Homenagem a Maria Emília Ricardo Marques*, Lisboa, Universidade Aberta, 2005, disponível em <http://repositorioaberto.univ-ab.pt>, consulta de 07/10/2011
- NEMÉSIO, Vitorino, in *As Pupilas do Senhor Reitor. crónica da aldeia*, de Júlio Dinis, Lisboa, Edição Livraria Bertrand, 1959, disponível em <http://purl.pt>, consulta de 07/10/2011
- NETO, Vitor, *O Estado e a Igreja*, in *História de Portugal*, Direção de José Mattoso, 5º vol, coord. de Reis Torgal e João Roque, Círculo de Leitores, 1993
- PAIS, J. M. *Artes de Amar da Burguesia. A Imagem da Mulher e os Rituais de Galanteria nos Meios Burgueses do Século XIX em Portugal*, Lisboa, ICS, 1986
- PINHEIRO, Magda de Avelar, *Investimentos estrangeiros, política financeira e caminhos-de-ferro em Portugal na segunda metade do século XIX*, in *Análise Social*, vol. XV (58), 1979, p 265-286, disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt>, consulta de 10/07/2012
- REIS, Carlos, direção de, *Júlio Dinis*, in "*História Crítica da Literatura Portuguesa*", vol. VI: Realismo e Naturalismo, Lisboa, Ed. Verbo, 1998, disponível em <http://sigarra.up.pt>, consulta de 22/07/2011
- RIBEIRO, M. Almeida, *O simbolismo da casa em Júlio Dinis*, Lisboa, Difel, 1990
- RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, *A regeneração e o seu significado*, in *História de Portugal*, Dir. de José Mattoso, 5º vol., coordenação de Reis Torgal e João Roque, Círculo de Leitores, 1993
- SÁ, Maria das Graças Moreira, *A Paisagem como corpo: o olhar romântico em Garrett, Júlio Dinis e Eça*, in *Corpo e Paisagem Românticos*, Lisboa, Ed. Colibri, 2004
- SERRÃO, Joel, *Da situação da mulher portuguesa no século XIX*, Livros Horizonte, Lisboa, 1987
- SILVA, Maria Alda Loya Soares, *Para uma leitura de Uma família inglesa de Júlio Dinis: romance de costumes ou livro-instrumento*, Lisboa, E. Presença, 1999

SILVA, Susana Serpa, *Sonhos e ideais de vida. Sonhos privados/sonhos globais*, in *História da Vida Privada em Portugal, A Época Contemporânea*, coord de VAQUINHAS, Irene, direção de MATTOSO, José, Círculo de Leitores, 2011

SILVESTRE, Paulo, *Vivências do feminino no final de oitocentos: representação da mulher em alguns romances e periódicos da época*, Lisboa, 2009, disponível em <https://repositorioaberto.uab.pt>, consulta de 10/10/2011

STERN, Irwin, *Júlio Dinis e o romance português: 1860-1870*, Porto, Lello & Irmão, 1972

STERN, Irwin, *Jane Austen e Júlio Dinis* In: *Revista Colóquio/Letras*, Ensaio, n.º 30, Mar. 1976, p. 61-68, disponível em <http://coloquio.gulbenkian.pt>, consulta de 07/10/2011

TORGAL, Luís Reis, *A Instrução Primária*, in *História de Portugal*, Direção de José Mattoso, 5º vol, coord. de Reis Torgal e João Roque, Círculo de Leitores, 1993

VARGUES, Isabel Nobre e RIBEIRO, Maria Manuela Tavares *Estruturas políticas: parlamentos, eleições, partidos políticos e maçonarias*, in *História de Portugal*, Direção de José Mattoso, 5º vol, coord. de Reis Torgal e João Roque, Círculo de Leitores, 1993

VAQUINHAS, Irene, *O Campesinato*, in *História de Portugal*, Direção de José Mattoso, 5º vol, coord. de Reis Torgal e João Roque, Círculo de Leitores, 1993

VAQUINHAS, Irene, *Senhoras e mulheres na sociedade portuguesa do século XIX*, Lisboa, Ed. Colibri, 2000

VAQUINHAS, Irene, *Linhas de investigação para a história das mulheres nos séculos XIX e XX. Breve esboço*, in *Revista da Faculdade de Letras*, Porto, 2002, disponível em <http://ler.letras.up.pt>

VAQUINHAS, Irene, *As Mulheres Portuguesas Sob o Olhar da História (Séculos XIX-XX)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005

VAQUINHAS, Irene, *Nem Gatas Borracheiras, Nem Bonecas de Luxo. As Mulheres Portuguesas Sob o Olhar da História (Séculos XIX-XX)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005

VAQUINHAS, Irene, coordenação de, *História da Vida Privada em Portugal, A Época Contemporânea*, direção de MATTOSO, José, Círculo de Leitores, 2011

VAQUINHAS, Irene, *Paixões funestas e prazeres proibidos*, in *História da Vida Privada em Portugal, A Época Contemporânea*, coord de VAQUINHAS, Irene, direção de MATTOSO, José Círculo de Leitores, 2011

VAQUINHAS, Irene e GUIMARÃES, Alice Maria Alice Pinto, *Economia doméstica e governo do lar. Os saberes domésticos e as funções da dona de casa*, in *História da Vida Privada em Portugal, A Época Contemporânea*, coord de Irene Vaquinhas, direção de José Mattoso, Círculo de Leitores, 2011

VICENTE, Ana, *As mulheres portuguesas vistas por viajantes estrangeiros (séculos XVIII, XIX e XX)*, Lisboa, Gótica, 2001

VICENTE, Fernanda Monteiro, *O Locus Amoenus na produção narrativa de Júlio Dinis*, Universidade de Aveiro, 2011

WEBGRAFIA

AGÊNCIA ECLÉSIA, <http://www.agencia.ecclesia.pt>, última consulta a 06/11/2012

CP, 150 anos de História, <http://www.cp.pt/cp>, última consulta a 09/07/2012

CRUZ, Liberto, <http://www.circuloleitores.pt>, última consulta a 22/07/2011

FUNDAÇÃO C. GULBENKIAN, Colóquio Letras, www.coloquio.gulbenkian.pt/, última consulta a 02/08/2012

FUNDAÇÃO EÇA DE QUERÓS, <http://www.feq.pt/eca-de-queiroz.html>, última consulta a 02/08/2012

FUNDAÇÃO MUSEU NACIONAL FERROVIÁRIO, <http://www.fmnf.pt/fundacao>, última consulta a 09/07/2012

FUNDAÇÃO PT, Portugal Telecom, <http://fundacao.telecom.pt>, última consulta a 09/07/2012

PORTAL DA HISTÓRIA, <http://www.arqnet.pt/portal/portugal>, última consulta a 09/07/2012

INSTITUTO CAMÕES, <http://cvc.instituto-camoes.pt>, última consulta a 16/08/2012

PORTAL DA LITERATURA, <http://www.portaldaliteratura.com>, última consulta a 22/07/2011

PORTO, Monumento a Júlio Dinis, <http://www.panoramio.com>, última consulta a 22/08/2012

PROJECTO VERCIAL. alfarrabio.di.uminho.pt/vercial, última consulta a 9/07/2012

REFER, *Linha do tempo do caminho de ferro*, <http://www.refer.pt>, última consulta a 08/07/2012

Maria de Jesus Antunes Pereira
Estudante 802593
MEPM 2010-12

ANEXOS

ANEXO 1 - Cronologia: Vida e obra de Júlio Dinis



Júlio Dinis, pseudónimo de Joaquim Guilherme Gomes Coelho (1839-1871)
Fonte: alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/dinis.htm

1839 – Joaquim Guilherme Gomes Coelho nasce no Porto, filho de Ana Potter e Gomes Coelho

1852 – com quinze anos inscreve-se na Escola Politécnica do Porto e aí frequenta as disciplinas de Química, Matemática, Física, Botânica e Zoologia

1853 - está matriculado na Academia Politécnica do Porto

- torna-se amigo do poeta Soares dos Passos

1854 – Júlio Dinis faz a representação da personagem feminina Solisa, de dezanove anos (Júlio Dinis tinha então 15 anos), e seu irmão, José Joaquim Coelho, faz a representação da personagem Zeid-el-Aziz, no texto dramático *Os Hállas*, escrito por Licínio F. C. de Carvalho

1856 – entra na Escola Médico-cirúrgica do Porto (escola que a personagem Daniel de *As Pupilas do Senhor Reitor* também vai frequentar)

1856 – surgem os primeiros sintomas da doença

– aprendeu latim, francês e inglês

– escreve a sua 1ª peça de teatro e seguem-se outros textos dramáticos para o grupo teatral *O Cenáculo*, do Porto, do qual era ator

1857 – escreve o seu primeiro poema, «*Sonho ou realidade?*», publicado na *Grinalda* e segundo João Gaspar Simões, já assinado com o pseudónimo Júlio Dinis

- continua a escrever peças de teatro

1858 - escreve duas comédias e a narrativa *Justiça de Sua Majestade*, que inaugurou o trabalho romanesco do escritor mas só aparece na terceira edição de *Serões da Província*, em 1879, oito anos portanto após o falecimento do autor

1858/59 – Publica poemas em *A Grinalda*, com o pseudónimo JD

1860 – morre o seu amigo Soares dos Passos

- Júlio Dinis abandona *O Cenáculo*

– Escreve a poesia *A. J.* e, segundo Egas Moniz, é a primeira vez que o escritor aparece em público a assinar com o pseudónimo Júlio Dinis

– escreve as suas primeiras ficções, contos, que publica no *Jornal do Porto*

1861 – termina o curso de Medicina (defendendo uma tese intitulada *Da importância dos estudos meteorológicos para a Medicina e especialmente de suas aplicações ao ramo operatório*

- a sua doença agrava-se

- inicia a escrita de *Uma Família Inglesa* que, em 1867, será publicada em folhetim e depois, em 1868, em livro (Segundo João Gaspar Simões, escreve *Uma Família Inglesa* em 1858)

1861 - 1870 – período mais importante da sua produção literária

1862 - conclui o romance *Uma Família Inglesa*, texto que conheceu a primeira redação com o título *Uma Família de Ingleses, Cenas da Vida do Porto*.

1862 – 1863 – publicação de *Os Novelos da Tia Filomena* e *Espólio do Senhor Cipriano*, já sob pseudónimo; neste momento usa simultaneamente os dois pseudónimos: Diana de Aveleda e Júlio Dinis

1863 – inicia a sua vida errante - em Ovar procura melhores ares

- em Ovar descobre a vida aldeã e escreve *As Pupilas do Senhor Reitor*, romance que será publicado em folhetim n' *O Jornal do Porto*, em 1866, com grande sucesso

- concorre ao lugar de professor da Escola Médico- Cirúrgica do Porto, onde chega a lecionar

- terá planeado *A Morgadinha dos Canaviais*

- é deste ano a primeira carta a Custódio Passos, irmão de Soares dos Passos

1864 – no concurso ao lugar de demonstrador da secção médica na Escola Médico- Cirúrgica do Porto escolheu, como tema de dissertação *Fisiologia, Ciência, Arte, Objeto, Método, Filosofia*

1865 - após duas tentativas falhadas, entra como demonstrador para a Escola onde fora estudante; depois é promovido a lente substituto da secção médica e, finalmente, será nomeado secretário e bibliotecário

1866 – de 12 de maio a 11 de julho, publicação de *As Pupilas do Senhor Reitor*, em folhetim, no *Jornal do Porto*

1867 – publicação de *As Pupilas do Senhor Reitor*, o seu primeiro livro.

– como médico, também tem sucesso profissional, sendo nomeado diretor do laboratório da secção médica e promovido de demonstrador da Escola Médica a professor lente substituto da secção médica e secretário da biblioteca da escola

- Participa no júri de Medicina legal e no júri de exames de Farmácia

- a 17 de fevereiro, encontra Camilo Castelo Branco, no Chiado, em Lisboa

1868 – Publicação de *A Morgadinha dos Canaviais*, em folhetim, no *Jornal do Porto*

- Publicação de *Uma Família Inglesa*, cuja ação se inicia no carnaval de 1855

- representação de *As Pupilas do Senhor Reitor*, em Lisboa, em março, no Teatro da Trindade, em adaptação de Ernesto Biester

1869 - Passa uma temporada em Lisboa, partindo de seguida para a Ilha da Madeira, onde se desloca na primavera e no outono, aí ficando até maio de 1870

- no Funchal, começa a escrever *Os Fidalgos da Casa Mourisca*

1870 - no Funchal, conclui *Os Fidalgos da Casa Mourisca*

- em outubro, passa por Lisboa, em viagem para o Funchal

- Publicação de *Serões na Província*

1871 – em maio, regressa do Funchal e fixa-se no Porto, em casa de seu primo Pinto Coelho

- Publicação de *Os Fidalgos da Casa Mourisca*

1871 – Morre no Porto, a 12 de setembro.

1873 – Publicação de *Poesias*

ANEXO 2 - Poesia de Júlio Dinis

HISTÓRIA DE UNS BEIJOS

«Ouvia gabar os beijos,
Dizer deles tanto bem,⁴
Que me nasceram desejos
De provar alguns também.

Que esta fruta não é rara,
Mas nem toda tem valor;
A melhor é muito cara
E a barata é sem-sabor.

Colhi-os dos mais mimosos;
Provei três, mas, por meu mal,
Ao princípio saborosos,
Amargaram-me afinal.

Um colhi eu de uma bela
Que era Rosa, sem ser flor,
Se tinha espinhos como ela,
Dela também tinha a cor.

Vi-a a dormir, e furtei-lhe
Um beijo, que a acordou.
Eu gostei, porém causei-lhe
Tal susto, que desmaiou.

Logo que a vi sem sentidos
Fugi, sem outro lhe dar;
Que beijos, sem ser pedidos,
Não são coisas pra brincar.

(...)

Outra vez, duma morena,
Olhos azuis, cor do céu,
Corpo esbelto, mão pequena,
Um beijo me apeteceu.

Pedi-lho - e então por bom modos,
Pedi-lho do coração.
Zombou dos meus rogos todos
E respondeu-me: que não.

Zombei, como ela zombava,
E um beijo, à força, lhe dei;
Mas... bem dado ainda não estava
E c'um bofetão o paguei.

Custou-me caro o desejo,
Que mui caro ela o vendeu.
Pagar por tal preço um beijo!
Assim não os quero eu.

Este, mais do que o primeiro,
Me deixou fraca impressão;
Quis provar inda um terceiro,
Para não jurar em vão.

Mas não quis fruta roubada
Que mal com ela me dei.
Uma dama delicada
Ofereceu-ma... eu aceitei.

Ai, que boa fruta que era!
Estava mesmo a cobiçar.
Passar a vida quisera
Tal fruta a saborear.

Mas, no meio da colheita...
Da fruta, o dono apar'ceu.
Zelosos olhos me deita:
Se zelava o que era seu!

Vendo o caso mal seguro,
Eu logo ali lhe jurei
Restituir até com juro
A fruta que lhe tirei.

(...)

Oiço ainda gabar os beijos,
Dizer deles muito bem,
Mas findaram-me os desejos,
Já sei o sabor que têm.

1859

Cf *Obras de Júlio Dinis*, vol II,

Porto, s/d, p. 312/314

O DESPERTAR DA VIRGEM

«(...)

Amor! que palavra é esta,
Que ela só me sobressalta
E mil sensações exalta
Desconhecidas pra mim...
Que poder mágico encerra
Para me agitar assim?

É o amor o sentimento
Que me faz arfar o seio?
Este gozo por que anseio
E a que a aspira o coração?
É pois amor este fogo,
Esta vaga inquietação?»

1859

Cf *Obras de Júlio Dinis*, vol II, Porto, s/d,
p. 324/325

DESESPERANÇA

« Meu Deus, que destino!...viver isolado,
Sem ter quem no mundo me possa entender!
Não era esta a vida que tinha sonhado
Nos sonhos passados dum outro viver!»

(...)

«Debalde iludir-me procuro num sonho!
Cruel desengano, cruel que ele é!
Ele aponta o futuro, sombrio e tristonho,
Sem crenças, sem glória, sem vida, sem fé!

A mim só me resta viver isolado!
Sem ter quem no mundo me possa entender!
Ai! sonhos tão belos que outrora hei sonhado!
Delícias passadas dum outro viver.»

s/d

Cf *Obras de Júlio Dinis*, vol II,
Porto, s/d, p. 307/310

MELANCOLIA

«Em paz, deixai-me em paz, meus pensamentos,

Não me faleis nos tempos que lá vão.

De que serve pensar nesses momentos?

Volvidos para sempre eles não estão?

Oh! deixai-me esquecer o curto instante

Em que mãe e irmãos no mundo vi!

Não achais triste e amarga ainda bastante,

A amarga solidão que passo aqui?

Que pretendeis falando do passado?

Que quereis? que exigis ainda de mim?

Lágrimas? Não vos bastam as que hei chorado?

Pra que as saudades me avivais assim?

Eu vejo os outros anelar ansiosos

Prazer, orgias, festas sem cessar;

Eu não, que invejo mais suaves gozos,

Gozos que a morte me impediu de gozar.

E assim me corre a vida! só comigo,

E a memória do tempo que passou,

E sem um coração, um peito amigo

Que a sorte, a sofrer só, me condenou.

O homem primeiro, do Éden desterrado,

Triste, rojava a fronte pelo pó ;

Mas ele tinha ao menos a seu lado

Um ente que o amava e eu... estou só !

Que a solidão não é erma de gente,

'Té no meio da turba a pode haver.

Pois que nos vale a turba, quando um ente

Não vemos, que nos saiba compreender?

Quase tudo que amava, emurchecido

Pelo sopro da morte cair vi.

Como entre ruínas, mausoléu erguido,

À destruição dos meus sobrevivi.

(...)

1859

Obras de Júlio Dinis, vol II,

Porto, s/d, p. 466/468

AS MULHERES

(RECORDAÇÕES DE UM VELHO)

Tenho oitenta anos contados
Dos meus cabelos nevados
Bem poucos me restam já;
Tem-me ido até agora a vida
D'amor pr'amor impelida,
Até quando... Deus dirá.

Tinha dez anos apenas,
E já nas tardes serenas,
Ao declinar do calor,
Me agitava o pensamento
Como agita as flores o vento
Uma idéia só — amor.

Na aldeia em que eu residia
Defronte de mim vivia
Quem tal amor me inspirou.
Uma criança era ainda,
Porém nunca flor tão linda
Os olmedos enfeitou.

Uma manhã, como a visse
Junto de mim, eu lhe disse
Coisas que me lembram mal;
Ela, ao passo que me ouvia,
Baixava os olhos, sorria...
E deu-me um beijo, afinal

E desde então por diante
Fiquei sendo seu amante
E fui amado também.
À sombra dos arvoredos,
Dizíamos mil segredos,
Que nunca entendemos bem.

Tempos assim decorreram,
Felizes tempos que eram!
'Té que pra cidade eu vim.
Chorámos na despedida
Mas supondo-se esquecida,
Ela esqueceu-se de mim.

Outra vida, outros amores
Da cidade entre os fulgores,
Tinha quinze anos, amei.
Era uma virgem trigueira
Olhos negros, prazenteira,
Doido por ela fiquei.

Os livros abandonava,
Horas e horas passava
Com ela, sem o sentir;
Meu tio franzia a testa,
Porém, à hora da sesta,
Costumava ele dormir.

La então pra junto dela,
Chamava-lhe meiga, bela,
E o que é costume chamar.
Ela ouvia-me, corava,
Na costura continuava
E deixava-me falar.

Duma vez, pedi-lhe um beijo,
Ela mostrou algum pejo,
Mas enfim... sempre mo deu;
Atrás deste, outros vieram
E o bem que me eles souberam
Nunca depois me esqueceu.

Mas numa noite de festa,
Para mim noite funesta,
Todo este amor se extinguiu;
Toda esta nossa ternura,
Que eu julguei de tanta dura,
A um capricho sucumbiu.

Todos no baile dançavam,
E às valsas se entregavam
Com furor; faltava eu só.
Como dançar não sabia,
Para um canto me metia,
Triste que fazia dó;

Ora, é coisa bem sabida,
Que a dança cá nesta vida,
Não se dispensa a um rapaz;
Adeus amores, se não dança...
Neste mundo mais alcança
Quem mais cabriolas faz.

Por não dançar, fui deposto
E, como após um Sol-posto,
Se levanta um novo Sol.
O que pra par a tirara
Logo ali me arremessara
Dos esquecidos para o rol.

Fiquei livre; mas em breve
A minha cabeça leve
Me envolveu noutra prisão.
Estava escrito em meu destino
Que havia de errar sem tino
De afeição em afeição.

Tinha vinte anos. Um dia
Pra ver se me distraía
Num teatro me meti;
Mal no palco os olhos prego
Que perdi o meu sossego
Desde logo conheci.

Estremeci de surpresa
Ao contemplar a beleza
Com que brilhava uma atriz!
Perdido fiquei a vê-la!
Nunca vi mulher tão bela!
Nem uns olhos tão gentis!

Cai o pano, as palmas soam
E por toda a parte ecoam
De poetas mil canções.
Tudo isso me revela
Que a muitos os olhos dela
Incendiaram os corações.

Abandono a sala, corro,
Quero vê-la, senão morro,
Quero ver os olhos seus,
Quero dizer-lhe que a adoro
E que em chamas me devoro,
Contar-lhe os tormentos meus.

Entro no palco, perdido,
Doido de todo... varrido,
Vejo-a, lanço-me a seus pés.
Disse amá-la como um louco,
E, como achasse isto pouco
Repeti-lho muita vez.

Ela olhou-me com um sorriso,
Como nem no paraíso
Um sorriso assim se vê ;
— «Se tem um amor como o pinta,
Que o futuro o não desminta.»
Me disse ela. — E tenha fé.

Voltei para casa exaltado
Quase meio embriagado,
Coisas que o amor produz.
Mas dormir de balde tento,
Impede-me o pensamento,
Toda a noite olho não pus.

(...)

Já quarenta anos eu tinha
Quando, por desgraça minha,
Tornei no engodo a cair;
Foi uma rica matrona
Que me meteu nesta fona
Donde me custou a sair.

Viúva de três maridos,
Tinha intentos decididos
De ainda mais outro matar.
Se a pensar nisto me ponho,
Um destino tão medonho
Me faz hoje arrepiar!

Mas enfim o amor é cego
E amava-a, não o nego,
A razão não a sei eu.
Por isso talvez influísse
Pra cair nesta doidice
O que ela tinha de seu.

Fiz-lhe um dia três sonetos,
Falei-lhe nos meus afectos,
Ela ao lê-los me sorriu.
E, respondendo-me em prosa,
Prometeu ser minha esposa
E um beijo me permitiu.

Com ela as tardes passava,
Em sua casa merendava
Chá com leite e pão-de-ló.
Jogava-se à noite o quino
E aturava-lhe o menino
Com paciência de Job.

Nada mais apetecendo,
Assim íamos vivendo
Um com outro em santa paz;
Já se marcava o momento
Para o nosso casamento...
Quando tudo se desfez.

Foi o caso que num dia
Chegou, vindo da Baía,
E lhe lançou o anzol,
Um ricaço brasileiro,
Que cheirando-lhe a dinheiro,
Casou ele e pôs-me ao sol.

Causou-me um vivo desgosto
Ver-me assim, sem mais, deposto
Por este sensaborão...
Mas então? Tinha dinheiro,
Em breve o vi Conselheiro
E pouco depois Barão.

Abandonar os amores
Que se pra os mais só tem flores
Eu por mim poucas lhe vi.
Jurei, mas quis meu fadário,
Que a cruz levasse ao Calvário,
Que remédio obedeci.

Já no inverno das idades
Eu entrava, e as verdades,
Que então a vida nos diz,
Pra mim não se revelavam,
Os cabelos me nevavam
Quando eu outra asneira fiz.

E desta vez o objecto
Do meu sensível afecto
E das minhas afeições
Era uma velha provecta
E que já tinha uma neta
Capaz de inspirar paixões.

Chamei-lhe rola, gazela,
Comparei os olhos dela
Com as estrelas dos céus.
Ela, como bem-criada,
Não só não ficou calada
Mas disse o mesmo dos meus.

Uma noite, à luz da Lua
Eu... beijei-lhe a face sua
A sua enrugada tez.
E ela a modo que gostava,
Mostrou que não estranhava,
Pois nem corada se fez.

Tinha, sim, ela um defeito?
Mas no mundo, amor perfeito
Só em flor, é que se vê.
É que, por mais que eu teimava,
Nunca ela se deixava
De me tratar por você!

Era destas formosuras
Que é melhor ver às escuras
Que na presença de luz.
Quantas mais trevas a cobrem
Mais dotes se lhe descobrem
E mais amor nos seduz.

Já o Verão principiava
E com ele começava
O tempo dos arraiais;
Quis que a uma acompanhasse
E como tal recusasse
Deixou-me pra nunca mais.

Se há caprichos nesta idade,
Como é que havê-los não há-de
Na estação juvenil?
A mulher é caprichosa
Como é fragrante a rosa
E florido o mês de Abril.

Livre, fiquei como a rosa
Livre, como a mariposa
Como a rã pelos pauis;
Fiquei livre como os ventos
Que espalham nuvens aos centos
Pelos espaços azuis.

Já do que tendes ouvido.
Podeis ver como Cupido
Se fez comigo tãful.
E, com um gênio assim feito,
Para viver tinha jeito
Num serralho de Istambul.

E pra que tudo vos conte
Dir-vos-ei que aqui defronte
Descobri esta manhã
Uma velhinha sem dentes
Muito rica e sem parentes !
Vou requestá-la amanhã.

Porém eu cá já estou certo
Que, apesar dos cem bem perto,
Caprichos ela há-de ter.
Mas, embora, paciência,
Da mulher é essa a essência...
O que se lhe há-de fazer?

E mal pra eles iria
Se lhes desse na mania
Seus caprichos desterrar.
Crede, meus alvos cabelos
Um dos seus dotes mais belos
É mesmo esse caprichar.

1859

Cf *Obras de Júlio Dinis*, vol II, Porto,

s/d, p. 478/487

ANEXO 3 – Cronologia: A Regeneração

1852-1868 – Aspetos da vida política e social do reino

A Regeneração 1852-1868 – Aspetos da vida política e social do reino	
1852	Setembro, 1 - Criação do Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria, integrando os serviços de Correios e Postas do Reino. Fontes Pereira de Melo é nomeado ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria.
1853	Janeiro, 2 - Discurso da coroa. Só um deputado, Alberto de Sousa Pinto, se assume em oposição. Fevereiro, 19 - Guimarães é elevada a cidade Outubro - Descoberto um caso de cólera-morbo em Valença. Novembro, 15 - Morte de D. Maria II, de parto, ao dar à luz o seu 11.º filho, com 34 anos de idade. Novembro, 16 - D. Fernando II é jurado Regente perante o Conselho de Estado, na menoridade do filho, D. Pedro V, que contava 16 anos, sendo a maioridade atingida aos 18 anos.
1854	Janeiro, 21 - Criação da comissão central para a Exposição Universal de Paris, presidida pelo marquês de Ficalho. Fevereiro, 26 - Tumultos entre estudantes e populares em Coimbra, durante o Carnaval. Maio/setembro - D. Pedro V faz a sua primeira viagem à Europa, em companhia do seu irmão, o infante D. Luís, futuro rei de Portugal. Junho, 6 - Criação do Curso Administrativo português. Julho, 29 - Instituição do sistema de padrão ouro clássico em Portugal. Agosto, 29 - O jornal <i>O Portuguez</i> convoca uma reunião do <i>Partido Progressista</i> . Setembro, 17 - Alexandre Herculano recusa fazer parte da comissão central do <i>Partido Progressista</i> . Dezembro, 8 - O Papa Pio IX promulga o Dogma da Imaculada Conceição. Dezembro, 14 - Os escravos pertencentes ao Estado são libertados.

1855	<p>Março, 19 - A Escola Regional Agrícola de Viseu é transferida para Coimbra.</p> <p>Março / Abril - Cheias catastróficas no vale do Tejo.</p> <p>Maio / Agosto - Viagem de D. Pedro V a Roma, à Alemanha, à Bélgica e a França, onde visitou a Exposição Universal de Paris.</p> <p>Julho, 16 - Os Bens da Coroa são considerados inalienáveis.</p> <p>Julho, 17 - Reorganização do ensino da Veterinária.</p> <p>Setembro, 16 - D. Pedro V fez 18 anos entrando no exercício do poder real, por meio da celebração do juramento e aclamação numa sessão real extraordinária das Cortes.</p> <p>Setembro, 17 - Reorganização das alfândegas, com criação de uma Direcção-Geral e da Guarda Fiscal.</p> <p>Outubro - A epidemia de cólera-morbo recrudescer em Portugal, atacando sobretudo no Centro, no Sul e na Madeira.</p>
1856	<p>Junho, 12 - Devido ao mau ano agrícola, é autorizada a importação de cereais em grão ou farinha, e mais tarde, em 6 de Agosto, de bolachas e massas para sopa.</p> <p>Junho, 16 - Carta de Lei que autoriza a criação do Banco Mercantil.</p> <p>Julho, 24 - É dada a liberdade aos filhos de escravos nascidos no ultramar, depois de atingirem os 20 anos.</p> <p>Agosto, 8 / 10 - Revolta das subsistências. Devido ao mau ano agrícola realizaram-se manifestações em Lisboa contra o aumento do custo de vida, com tumultos e assaltos a lojas.</p> <p>Agosto, 28 - Criada a Associação Geral do Comércio e Hipotecas.</p> <p>Setembro, 15 - A abertura da Universidade é adiada para 1 de Novembro, devido à persistência da epidemia de cólera-morbo em Coimbra.</p> <p>Setembro, 29 - O número de deputados é aumentado, passando de 156 para 162.</p> <p>Novembro, 3 e 4 - A Frota britânica bombardeia Cantão, cidade do Sul da China.</p> <p>Novembro, 9 - Realizam-se eleições, com a vitória dos <i>progressistas históricos</i>, no Governo, que venceram os <i>progressistas regeneradores</i>, de Rodrigues Sampaio, José Estevão e Fontes Pereira de Melo, entre outros, e o pouco numeroso <i>partido cabralista</i>.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Inauguração da rede oficial de telégrafo elétrico. - Concessão da liberdade a todos os escravos que desembarquem em Portugal continental, Ilhas adjacentes, Índia e Macau.. - Abolição do castigo de varadas no Exército, introduzindo em Portugal em 1764, com os regulamentos do conde de Lippe.

1857	<p>Fevereiro, 9 - Por pedido da imperatriz viúva D. Amélia, a Sociedade Protectora dos Órfãos Desvalidos obteve autorização para algumas irmãs da Congregação de São Vicente de Paulo, conhecidas por irmãs da caridade, virem instalar-se em Lisboa. Mais tarde será a Associação de Nossa Senhora Consoladora dos Aflitos a receber algumas «servas dos pobres» e em Abril a Ordem Terceira de São Francisco, do Porto. A congregação tinha-se tornado famosa durante a Guerra da Crimeia onde tinham administrado os hospitais militares franceses.</p> <p>Fevereiro, 20 - Discursos da oposição, nas duas câmaras, contra o governo. As questões agrícolas ocupam as Cortes, sobretudo o problema do vinho do Douro, e a importação de cereais.</p> <p>Fevereiro, 21 - Assinatura da Concordata com a Santa Sé acerca do Padroado Português no Oriente. O Tratado só será ratificado em 9 de Abril de 1859.</p> <p>Julho / Dezembro - Epidemia de febre amarela em Lisboa, tendo morrido mais de 5.000 pessoas.</p> <p>Julho, 12 a 14 - Exposição Agrícola no Porto.</p> <p>Agosto, 8 - Criação de uma Comissão Central de Estatística.</p> <p>Setembro, 17 - Alexandre Herculano é nomeado vogal da secção de Agricultura do Conselho do Comércio, Agricultura e Manufacturas.</p> <p>Setembro - Abertura da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa.</p> <p>Outubro - São criadas as Sopas Económicas.</p> <p>Dezembro, 7 - O cônsul britânico em Moçambique alertou as autoridades portuguesas para a existência de tráfico de escravos entre Moçambique e a ilha de Reunião, francesa. A barca francesa <i>Charles & George</i> foi capturada nas águas moçambicanas com 110 negros a bordo. O comandante foi preso e condenado a dois anos de trabalhos públicos, tendo recorrido para o tribunal da Relação de Lisboa.</p> <p>Dezembro, 26 - Criação no território de Huíla, no distrito de Moçâmedes, em Angola de uma colónia militar agrícola, por meio de uma carta de Lei. O contingente só será enviado em Setembro do ano seguinte.</p> <p>- É criado o Observatório Astronómico de Lisboa.</p>
1858	<p>Março, 26 - A Câmara dos Deputados é dissolvida.</p> <p>Abril, 6 - Marcação de eleições para 2 de Maio.</p> <p>Abril, 29 - Casamento por procuração, na igreja de Santa Edwiges em Berlim, de D. Pedro V e D. Estefânia, sendo o rei representado pelo duque da Terceira.</p> <p>- Promulgação de um decreto que fixa a extinção da escravatura para 29 de Abril de 1878.</p>

1858	<p>Maio, 2 - Eleições. O <i>partido histórico</i>, que apoia o governo, ganha as eleições. Os cartistas - <i>regeneradores</i> – unem-se aos miguelistas sendo conhecidos por <i>coligados</i>. Alexandre Herculano, eleito por Sintra, recusará ser deputado.</p> <p>Maio, 18 - Ratificação do casamento de D. Pedro V com D. Estefânia de Hohenzollern-Sigmarinen, na igreja de S. Domingos, no dia em que a rainha chegou a Lisboa no navio de guerra <i>Bartolomeu Dias</i>.</p> <p>Junho, 20 - Violento artigo no jornal <i>O Portuguez</i>, órgão do <i>partido histórico</i>, contra as Irmãs da Caridade.</p> <p>Agosto, 13 - A barca francesa <i>Charles & George</i>, apresada nas águas de Moçambique, chega ao Tejo.</p> <p>Setembro, 2 - É proibido às Irmãs da Caridade o ensino literário e religiosos nos estabelecimentos de beneficência.</p> <p>Setembro, 28 - O contingente militar que vai fundar a colónia de Huíla, em Angola, sai de Lisboa, com soldados e famílias. Chega a Moçâmedes em 5 de Dezembro.</p> <p>Outubro, 21 - Ultimato francês exigindo a libertação da barca <i>Charles & George</i> e o pagamento pelo estado português de uma indemnização.</p> <p>Dezembro, 31 - Comício anticlerical presidido por Alexandre Herculano.</p> <p>- Fundação do Museu de História Natural da Escola Politécnica de Lisboa, que sucede ao Museu do Palácio da Ajuda.</p> <p>- Apresentação do projeto de Código Civil.</p>
1859	<p>Janeiro - Morais Soares, diretor do <i>Archivo Rural</i> propõe a criação de um <i>partido dos agrocratas</i>, para o fomento da agricultura.</p> <p>Janeiro, 13 - Portugal paga a indemnização exigida pela França pelo caso da barca <i>Charles et George</i>, oito dias depois de ter sido apresentada a conta.</p> <p>Janeiro, 18 - D. Pedro V não aceita a demissão de Loulé, que só tinha uma maioria de sete votos.</p> <p>Março, 4 - José Estevão e Vicente Ferrer de Neto Paiva apresentam uma moção anticlerical, em que se pede ao governo para se opor com firmeza «<i>às demasias e influencias de qualquer especie de reacção religiosa</i>».</p> <p>Março, 14 - O governo de Loulé pediu a demissão.</p> <p>Março, 16 - O duque da Terceira forma governo, em que acumulará as pastas dos Estrangeiros e da Guerra, e que será composto por Fontes Pereira de Melo no ministério do Reino, Martens Ferrão na Justiça, Casal Ribeiro na Fazenda, António Serpa nas Obras Públicas e Ferreri na Marinha e Colónias; todos políticos <i>regeneradores</i>.</p>

1859	<p>Maio, 3 - A França declara a Guerra à Áustria, após esta ter invadido o Piemonte em 29 de Abril.</p> <p>Junho - Criação do Curso Superior de Letras, que teve o apoio do rei D. Pedro V, que chegou a assistir a algumas aulas. Os primeiros professores foram José Viale, Rebelo da Silva e Lopes de Mendonça, já que Alexandre Herculano e António Feliciano de Castilho recusaram.</p> <p>Julho, 17 - Morte da rainha D. Estefânia, devido a uma angina diftérica, com 22 anos de idade.</p> <p>Agosto, 19 - Organização do Tribunal de Contas.</p> <p>Setembro, 14 - Decreto aprovando o regulamento do Curso Superior de Letras.</p> <p>Outubro, 23 - Nota do governo português pondo termo ao assunto respeitante à barca <i>Charles et Georges</i>.</p> <p>Outubro, 31 - O <i>Diário do Governo</i> passa a designar-se <i>Diário de Lisboa, folha oficial do Governo Portuguez</i>.</p> <p>Novembro, 23 - As câmaras são dissolvidas, sendo convocadas para 26 de Janeiro de 1860. Aprovada uma nova Lei Eleitoral, influenciada por Oliveira Marreca e José Estevão. São criados os círculos uninominais. Aumenta o número de eleitores.</p> <p>Novembro, 28 - Marcação de eleições para 1 de Janeiro de 1860.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Criação da Direcção-Geral de Instrução, no ministério do Reino, por iniciativa de Fontes Pereira de Melo. - Introdução do sistema métrico.
1860	<p>Janeiro, 1 - Eleições. O <i>Partido Regenerador</i>, o partido que apoiava o governo, integrando os <i>cabralistas</i>, ganha as eleições. Os <i>históricos</i> só elegem 15 deputados, sendo eleitos 2 deputados miguelistas. Os deputados foram eleitos por meio de círculos eleitorais uninominais.</p> <p>Janeiro, 26 - Abertura das Cortes.</p> <p>Fevereiro, 6 - A Câmara dos Deputados ratifica a Concordata, o que põe fim ao problema do Padroado português do Oriente.</p> <p>Março, 12 - O ministro da Marinha e Colónias, o general Adriano Maurício Ferreri, morre das consequências de uma congestão cerebral, acontecida durante um debate parlamentar sobre a perda do brigue <i>Mondego</i>.</p> <p>Abril, 19 - Setúbal é elevada a cidade.</p> <p>Abril, 24 - Devido à doença do duque da Terceira, este é substituído nas pastas dos Negócios Estrangeiros, por Casal Ribeiro, e na Guerra, por António Serpa.</p>

1860	<p>Abril, 26 - Morte do duque da Terceira.</p> <p>Maio, 1 - Joaquim António de Aguiar assume a Presidência do ministério, devido à morte do duque da Terceira, sem ocupar nenhuma pasta. António Serpa é substituído na secretaria de estado da Guerra pelo visconde da Senhora da Luz, o general Joaquim António Velez Barreiros.</p> <p>Julho, início - O governo regenerador de Aguiar, enfraquecido desde a morte do duque da Terceira, pede a demissão no seguimento do debate sobre o crédito predial, ou hipotecário.</p> <p>Julho, 4 - O duque de Loulé é incumbido de formar o governo. Ocupando a pasta do reino, escolhe Lobo de Ávila, antigo <i>cartista puro</i>, para a Fazenda e os Negócios Estrangeiros, e membros do <i>partido histórico</i> e antigos <i>cabralistas</i>, para as outras pastas.</p> <p>Agosto, 10 - Tratado com os Países Baixos regularizou a questão de Timor.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Nova tentativa de estabelecimento dos britânicos na baía de Lourenço Marques. - Reforma do ensino secundário, sob a égide de Fontes Pereira de Melo.
1861	<p>Fevereiro, 18 - Parecer da Câmara dos Pares sobre a venda de bens das ordens religiosas.</p> <p>Março, 5 – É emitida uma portaria contra a Congregação das Irmãs da Caridade.</p> <p>Março, 27 - Dissolução da Câmara dos Deputados, com marcação de eleições em 22 de Abril.</p> <p>Abril - Estudantes de Coimbra criam a «Sociedade do Raio», com intenção de se manifestar contra o reitor Basílio Sousa Pinto, sendo formada, entre outros, por Antero de Quental, Alberto Sampaio e José Falcão.</p> <p>Abril, 4 - Desamortização dos bens das freiras e das igrejas, com incorporação dos bens na fazenda nacional.</p> <p>Abril, 22 - Eleições. Vitória dos <i>históricos</i>, apoiantes do governo, mas com cerca de 50 deputados oposicionistas.</p> <p>Maio, 17 - São nomeados 17 novos pares, para permitirem uma maioria <i>histórica</i> na Câmara dos Pares, nomeação extraordinária que D. Pedro V não tinha aceitado realizar em 1856, a pedido de Saldanha.</p> <p>Maio, 24 - Fundação da Associação 1.º de Dezembro de 1640 em reação às crescentes manifestações iberistas.</p> <p>Junho, 22 - Decreto de dissolução das Irmãs da Caridade que, por pressão da França, acaba por não ser aplicado.</p> <p>Julho, 29 - Portugal declara-se neutral nos assuntos internos dos Estados Unidos da América, em plena Guerra Civil.</p>

1861	<p>Agosto, 25 - Assinatura do Tratado de Amizade entre Portugal e a China.</p> <p>Setembro, 29 - D. Pedro V parte para Vila Viçosa acompanhado dos infantes D. Augusto e D. Fernando.</p> <p>Novembro, 6 - Morte do infante D. Fernando.</p> <p>Novembro, 11 - D. Pedro V morre no seguimento de uma viagem ao Alentejo, vítima de febre tifoide.</p> <p>Novembro, 14 - D. Luís desembarca em Belém, regressado de Paris com o seu irmão o infante D. João, ao saber da morte do infante D. Fernando, sem saber que D. Pedro V já tinha morrido, e que era o novo rei de Portugal.</p> <p>Dezembro, 22 - Começo do reinado de D. Luís I, com a ratificação do juramento realizado em 14 de Novembro, por intermédio de uma proclamação publicada no <i>Diário do Governo</i>, e a cerimónia de aclamação realizadas na sala da Câmara dos Deputados.</p> <p>Dezembro, 25 - Tumultos em Lisboa, devido às suspeitas lançadas sobre as causas da morte de D. Pedro V e D. Fernando, assim como da doença dos seus irmãos, D. Augusto e D. João. – tumultos levam à queda do governo</p> <p>Dezembro, 27 - Morte do infante D. João. Dos cinco filhos varões de D. Maria II, que chegaram à adolescência. Só dois, D. Luís e D. Augusto sobrevivem ao Outono de 1860.</p>
1862	<p>Fevereiro, 21 - O duque de Loulé forma novo governo, depois de o anterior se ter demitido devido aos tumultos de Dezembro. Anselmo José Braamcamp substitui Loulé no ministério do Reino, o que provocará a intensificação das medidas contra as congregações religiosas.</p> <p>Março, 11 - É criada uma comissão da câmara dos deputados para dar parecer sobre as Irmãs da Caridade. Toma uma posição transigente, bem diferente da de Vicente Ferrer.</p> <p>Maiο, 1 - Tumultos no Minho.</p> <p>Junho, 9 - Expulsão das Irmãs da Caridade, que embarcam na fragata Orénoque, que o imperador francês mandara a Lisboa para esse efeito. A imperatriz viúva do Brasil abandona várias associações filantrópicas, acompanhada por várias aristocratas. A Maçonaria tentará colmatar a lacuna criando várias obras de assistência social.</p> <p>Julho, 15 – Gaspar Pereira da Silva, publica duas portarias, que preveem a repressão dos clérigos que fizessem do altar uma tribuna política</p> <p>Agosto, 13 - Tratado de Tien-Tsin, entre Portugal e a China, reconhecendo Macau como território inteiramente português. A China ratifica este tratado.</p>

1862	<p>Agosto, 16 - Tumultos populares em Aveiro e Braga, tendo como origem o aumento dos impostos.</p> <p>Setembro, 15 - Revolta de Braga é sufocada. O regimento de Infantaria 6 revolta-se chefiado pelo capitão Guilherme Macedo.</p> <p>Setembro, 27 - Casamento de D. Luís I com a princesa de Sabóia, D. Maria Pia, filha de Vítor Manuel II, futuro rei de Itália, mas na altura ainda rei do Piemonte e Sicília, tendo como procurador o duque de Loulé.</p> <p>Outubro, 6 - O casamento de D. Luís com D. Maria Pia de Sabóia é ratificado na Igreja de São Domingos.</p> <p>Dezembro, 18 - Estudantes de Coimbra, dirigidos pela «Sociedade do Raio», manifestam-se publicamente contra o reitor Basílio Sousa Pinto.</p> <p>Dezembro - Nova fornada de 25 pares pró-governamentais.</p> <ul style="list-style-type: none"> - As congregações religiosas são proibidas em Portugal. - A estátua de D. Pedro IV é inaugurada no Rossio, em Lisboa. <p>Jornal <i>O Português</i>, critica o clero pelo preenchimento de vagas com padres ignorantes, devassos, miguelistas e reacionários</p>
1863	<p>Setembro, 28 - Nascimento de D. Carlos I.</p> <p>Dezembro, 12 - Reforma da Contabilidade pública.</p> <p>Dezembro, 21 - Nova organização do Exército, conhecida pela organização do marquês de Sá.</p> <p>Dezembro, 31 - Primeiro recenseamento nominal simultâneo de toda a população do país: 3.829.618 habitantes.</p>
1864	<p>Abril, 7 - As associações de socorros mútuos são autorizadas.</p> <p>Abril / Maio - «Rolinada»: movimento de rebelião estudantil em Coimbra contra o chefe do Governo, Nuno Severo de Mendonça <i>Rolim</i> de Moura Barreto, duque de Loulé, que leva ao abandono da cidade rumo ao Porto. Os estudantes tinham visto ser-lhes negado o perdão do ato.</p> <p>Setembro, 11 - Eleições. Os <i>históricos</i>, no Governo, vencem elegendo cerca de 100 deputados em 177. Os eleitores são cerca de 350.000 numa população de cerca de 4,2 milhões de habitantes (8,5 %).</p> <p>Setembro, 29 - Forma-se em Inglaterra a 1.^a Internacional, reunindo sindicalistas britânicos, proudhonianos e marxistas alemães, assim como refugiados húngaros, polacos e italianos.</p>

	<p>Dezembro, 28 - É criado o Conselho Geral de Estatística.</p> <p>- Campanhas militares na Zambézia, em Moçambique.</p>
1865	<p>Abril, 17 - Formação de um ministério presidido por Sá da Bandeira, que se manterá em funções até Setembro.</p> <p>Maio, 15 - A Câmara dos Deputados é dissolvido, marcando-se as eleições para 9 e a convocação para 30 de Julho.</p> <p>Junho, 11 - Tratado de comércio com a França.</p> <p>Julho, 9 - Eleições. Uma união de <i>históricos</i> e <i>regeneradores</i>, que se apresentam como <i>progressistas</i> vence as eleições, por pequena margem. Sá da Bandeira apresenta a demissão, sendo contrário à fusão, mas achando que o governo deva ser «apoiado por uma maioria suficiente».</p> <p>Julho, 30 - Reabertura do Parlamento.</p> <p>Setembro - Primeira viagem oficial de D. Luís ao estrangeiro, a Itália.</p> <p>Setembro, 4 - Ministério da Fusão, primeiro dos quatros a que presidirá Joaquim António de Aguiar, que detinha também a pasta do Reino, e que juntou no mesmo gabinete <i>regeneradores</i> e <i>históricos</i>. Fontes Pereira de Melo na Fazenda, Barjona de Freitas na Justiça, Andrade Corvo nas Obras Públicas</p> <p>Setembro, 27 - Início da «Questão Coimbrã» ou «Questão Bom Senso e Bom Gosto». Polémica originada pelas referências depreciativas de Castilho a Antero, Teófilo Braga e outros da mesma geração, em carta posfácio ao editor do <i>Poema da Mocidade</i> de Pinheiro Chagas, datada deste dia.</p> <p>- Organização do partido reformista, que se opõe à «fusão».</p>
1866	<p>Fevereiro, 7 - Na continuação da «Questão Coimbrã», Antero de Quental bate-se em duelo, no Porto, com Ramalho Ortigão que fica ferido.</p> <p>Julho - Uma expedição comandada pelo governador de Tete, Miguel de Gouveia, que tencionava prender o <i>Bonga</i>, António Vicente da Cruz, capitão-mor de Tipoe e Massangano, é massacrada na aringa do Bonga em Massangano. Começam as «<i>Guerras do Bonga</i>», que se prolongarão até 1869, sem resultados.</p> <p>- Desamortização dos bens das câmaras, irmandades, hospitais, misericórdias e outras instituições pias.</p>

1867	É abolida a pena de morte para os crimes civis.
1868	<p>Janeiro, 1 - <i>Janeirinha</i>: Tumultos no Porto e em Lisboa.</p> <p>Janeiro, 4 - Queda do governo da Fusão e constituição de um ministério presidido por António José de Ávila, conde de Ávila, e futuro duque de Ávila e Bolama, governo da direita reformista que subiu ao poder para dar satisfação ao movimento da <i>Janeirinha</i>.</p> <p>Janeiro, 14 - Revogação do imposto do consumo, e dissolução da Câmara dos Deputados.</p> <p>Fevereiro, 13 - Revogada a reforma do ministério da fazenda levada a cabo pelo governo anterior.</p> <p>Março, 22 - Eleições. O governo ganha as eleições.</p> <p>- Santarém é elevada a cidade.</p>

1852 – 1868 - A vida económica do reino

Regeneração 1852 – 1868 - A vida económica do reino	
1852	<p>Dezembro, 13 - O sistema de pesos e medidas é uniformizado.</p> <p>Dezembro, 30 - Fontes Pereira de Melo cria o Instituto Industrial de Lisboa e a Escola Industrial do Porto.</p>
1853	<p>Março, 23 - Medidas de fomento florestal, com distribuição gratuita de sementes, e responsabilização das câmaras municipais pelos projetos de fomento florestal.</p> <p>Novembro, 26 - Nomeação de uma comissão para redigir um Código Florestal, e em que participa Morais Soares.</p>
1854	<p>Fevereiro - São criadas comissões distritais para o estudo da cultura do arroz.</p> <p>Março, 2 - Aprovação do Regulamento das exposições anuais de gado.</p> <p>Agosto, 2 e 7 - A produção cerealífera foi fraca, tendo sido dada autorização de importação de milho estrangeiro até 15 de Setembro.</p> <p>Agosto, 5 - O monopólio do sabão é abolido, pelas Cortes.</p> <p>Setembro, 6 - Promulgada nova regulamentação dos celeiros comuns</p>
1855	<p>Janeiro, 12 - São aprovados os estatutos da Associação Comercial de Lisboa.</p> <p>Fevereiro - Falta de cereais no Porto, o que obriga a baixar o preço de venda do pão.</p> <p>- Exposição Industrial no Porto.</p>
1856	<p>Introdução da debulhadora em Portugal.</p>
1857	<p>Fevereiro, 20 - As questões agrícolas ocupam as Cortes, sobretudo o problema do vinho do Douro, e a importação de cereais.</p> <p>Maió, 26 - Autorizada a liberdade de importação dos cereais.</p> <p>Julho, 12 a 14 - Exposição Agrícola no Porto.</p>

	<p>Setembro, 17 - Alexandre Herculano é nomeado vogal da secção de Agricultura do Conselho do Comércio, Agricultura e Manufacturas.</p>
1858	<p>Setembro, 10 - Autorizada novamente a livre importação de cereais.</p> <p>- A Companhia União Mercantil estabelece as primeiras carreiras regulares, a vapor, de Portugal para Angola.</p> <p>- Fundação do Museu de História Natural da Escola Politécnica de Lisboa, que sucede ao Museu do Palácio da Ajuda.</p>
1859	<p>Janeiro - Morais Soares, director do <i>Archivo Rural</i> propõe a criação de um <i>partido dos agrocaratas</i>, par o fomento da agricultura.</p> <p>Abril, 18 - Proposta de liberalização do comércio dos cereais, proposta por António Serpa.</p> <p>Junho - As vinhas portuguesas são afectadas pelo <i>oidium</i>.</p> <p>Junho, 30 - Decretada a importação livre de milho em Portugal.</p> <p>- Introdução do sistema métrico.</p>
1860	<p>Junho, 10 - Criação da <i>Real Associação Central da Agricultura Portuguesa</i> – A Associação Industrial Portuguesa</p> <p>Junho, 30 - Os morgados e capelas ainda existentes são abolidos.</p> <p>Julho, 30 - Extinção da décima industrial.</p> <p>Agosto, 3 - Assinatura de um tratado de paz e comércio entre Portugal e o Japão, pelo capitão de mar e guerra Isidoro Francisco Guimarães, governador de Macau e embaixador de Portugal na China</p> <p>Dezembro - Exposição agrícola no Porto.</p>
1861	<p>Abril, 4 - Desamortização dos bens das freiras e das igrejas, com incorporação dos bens na fazenda nacional.</p> <p>Agosto, 20 - É autorizada a fundação do Banco União, o quarto banco português.</p> <p>Agosto, 25 - Inauguração pelo rei D. Pedro V da Exposição Industrial Portuguesa, organizada no Palácio da Bolsa do Porto pela Associação Industrial.</p> <p>- Início da construção do Palácio de Cristal, no Porto.</p>

1862	<p>Junho - Morais Soares defende no <i>Arquivo Rural</i> que o latifúndio travava o desenvolvimento agrícola.</p> <p>Setembro - Trabalhadores rurais boicotam o funcionamento de uma máquina de debulhar na Quinta da Cartuxa.</p>
1863	<p>Março, 4 - Novas medidas para disciplinar a cultura do arroz.</p> <p>Maio, 19 - Abolição dos Morgados, com a exceção dos pertencentes à casa de Bragança.</p> <p>Junho - Grandes chuvadas, que provocam a perda de um terço da produção agrícola.</p> <p>Junho, 22 - Lei sobre as sociedades anónimas.</p> <p>Julho, 13 - Reorganização do crédito hipotecário, da responsabilidade do ministro da fazenda Joaquim Tomás Lobo.</p> <p>Outubro, 16 - Exposição agrícola e industrial de Braga, organizada pelo governador civil.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Autorização do 5.º banco português, o Banco Aliança. - Exposição industrial têxtil no Teatro D. Maria II, em Lisboa.
1864	<p>Janeiro - Governo consegue um empréstimo de 5 milhões de libras.</p> <p>Março, 11 - Proposta de lei do governo abolindo o monopólio do Tabaco e a proibição da sua plantação no continente.</p> <p>Maio, 12 - É aprovado o novo regime dos tabacos. O fabrico de tabaco passa a ser livre em Lisboa, Porto, e nas Ilhas adjacentes, sendo proibida a cultura do tabaco em Portugal continental.</p> <p>Maio, 16 - É dada autorização para a fundação do Banco Nacional Ultramarino, que se estabelecerá em Luanda.</p> <p>Junho, 18 - É criada a Companhia da Fábrica de Tabacos de Xabregas, controlada por Francisco Isidoro Viana, tendo como outros acionistas João Henrique Ulrich, João Paulo Cordeiro e José Rodrigues Penalva, entre outros.</p> <p>Outubro, 25 - Os estatutos da Companhia geral do Crédito Predial Português são aprovados.</p>
1865	<p>Junho, 1 - Fundação da Companhia União Fabril, tendo como principais acionistas José Dias Leite Sampaio, visconde da Junqueira, William Gruis e Anselmo Ferreira Pinto Basto, para fabrico e comércio de tabaco, mas também de sabão e sabonetes e velas de estearina, óleo de purgueira e</p>

1865	<p>outros produtos químicos, nas Fontainhas.</p> <p>Junho, 11 - Tratado de comércio com a França.</p> <p>Agosto - O Banco Nacional Ultramarino abre a sucursal de Luanda.</p> <p>Setembro, 15 - Abertura da Exposição Internacional do Porto, no Palácio de Cristal.</p> <p>Dezembro, 7 - Autorizada a livre exportação de vinhos pelo Douro.</p> <p>Dezembro, 23 - Criação de um imposto sobre a produtos vînicos entrados no Porto.</p> <p>- Inauguração do Palácio de Cristal, no Porto.</p>
1866	<p>- Desamortização dos bens das câmaras, irmandades, hospitais, misericórdias e outras instituições pias.</p>
1868	<p>Janeiro, 14 - Revogação do imposto do consumo, e dissolução da Câmara dos Deputados.</p> <p>- Fundação da Companhia das Águas de Lisboa.- Adoção da unificação de pesos e medidas.</p>

1852 – 1868 - As mudanças nos transportes e nas comunicações

A Regeneração	
1852 – 1868 - As mudanças nos transportes e nas comunicações	
1852	Abril, 4 - Primeiras experiências de utilização do telégrafo elétrico em Portugal.
1853	Maio, 10 - Fontes Pereira de Melo, ministro das Obras Públicas, aprova os estatutos da Companhia Central Peninsular dos Caminhos de Ferro em Portugal, que serão publicados no <i>Diário do Governo</i> de 20 de Maio. Junho, 1 - O selo postal é introduzido em Portugal. - O <i>Jornal do Commercio</i> começa a sua publicação.
1854	Julho, 8 - Primeira experiência de caminho de ferro em Portugal, entre Sacavém e Vila Franca de Xira. - Aparecem os jornais <i>O Comércio do Porto</i> e <i>O Conimbricense</i> .
1855	Julho, 17 - Criação do serviço eletro-semafórico. Setembro, 19 - Inauguração da rede telegráfica elétrica. - Assinatura do contrato para lançamento de um cabo submarino ligando Portugal continental aos Açores e Estados Unidos da América.
1856	Outubro, 28 - Inauguração do primeiro troço de linha férrea, fazendo ligação entre Lisboa e o Carregado. - Colocação de três cabos subfluviais (no rio Tejo, Samora e no vau de Alcochete) para passagem das linhas telegráficas para a margem sul e ligação a Elvas.
1857	Julho, 12 - 1ª Convenção Telegráfica entre Portugal e Espanha. Julho, 17 - Primeiro Regulamento do Serviço Telegráfico.

1858	<ul style="list-style-type: none"> - A linha férrea do Norte chega à Ponte de Asseca. - Abertura ao público do primeiro telégrafo, em Lisboa.
1859	<p>Constituição da Companhia Real dos Caminhos de Ferro.</p> <p>Inauguração da ligação telegráfica Valença-Tuy.</p> <p>Primeiros uniformes da Direcção-geral dos Telegráficos.</p> <p>A diligência ou mala-posta, através da nova estrada, fazia carreira Lisboa-Porto em apenas 34 horas.</p>
1860	<p>Novos traçados telegráficos: Mafra-Ericeira; Porto-Braga, Covilhã-Guarda, Borba-Vila Viçosa.</p> <p>A rede telegráfica nacional atinge 2064 quilómetros, ligando 56 estações.</p>
1861	<ul style="list-style-type: none"> - Inauguração da Linha férrea do Barreiro a Vendas Novas e de Pinhal Novo a Setúbal. - Novas linhas telegráficas: Braga-Guimarães; Mirandela-Moncorvo, Atalaia-Aldeia Galega.
1862	<ul style="list-style-type: none"> - Linha Telegráfica: Paço das Necessidades-Lumiar.
1863	<p>Abertura da linha férrea até Badajoz, concluindo-se a linha do Leste, e chegada a Évora da linha do Sul.</p> <p>Linhas telegráficas Viana-Arcos de Valdevez e Peso da Régua-Lamego.</p>
1864	<ul style="list-style-type: none"> - Conclusão da linha férrea do Norte até Gaia, e da do Sul até Beja. - Abertura do caminho de ferro até Vilar Formoso. - Começo da publicação do <i>Diário de Notícias</i>, em Lisboa.
1865	<p>Maio, 1 - Inauguração da estação principal de Caminho de Ferro de Leste e Norte (Lisboa, Stª Apolónia).</p> <ul style="list-style-type: none"> - 1ª linha telegráfica entre Lisboa e Sintra, numa distância de 32 Kms e 4 estações.

1866	<ul style="list-style-type: none"> - Hans Christian Andersen visita Portugal – viaja de malaposta de Madrid a Mérida e chega a Lisboa de comboio - Surge a primeira Caixa de Previdência dos Ferroviários - Caixa de Socorros, criada pela Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses. O capital era constituído pelo produto das multas ao pessoal, e a venda de passes aos trabalhadores da empresa.
1867	<p>Agosto, 13 - Contrato entre o governo português e Frederico Darley Rose para o estabelecimento de uma linha telegráfica submarina entre Falmouth e Peniche.</p>
1868	<p>Fevereiro, 3 - Contracto entre o governo português, Duarte Medlicot e Thomas Rumbal para a construção de uma linha telegráfica submarina ligando Falmouth ao Porto e daí aos Açores e aos Estados Unidos.</p> <p>Maio, 16 - Conclusão dos trabalhos da comissão encarregue da revisão da tradução portuguesa do <i>Commercial Code of Signals</i>.</p> <p>Janeiro, 10 - Início do serviço ferroviário entre Lisboa e Vigo.</p> <p>Abril, 1 - É inaugurado o serviço direto de Lisboa a Madrid, para passageiros de primeira classe</p> <p>Julho, 21 - Convenção telegráfica assinada em Viana de Áustria.</p> <p>Dezembro, 29 - Portugal adota o código internacional de sinais.</p> <p>A sua utilização na telegrafia portuguesa é porem muito anterior a esta data.</p> <p>Dezembro, 31 - Reforma na Direção dos Telégrafos do Reino.</p> <p>- Aparece no Porto o jornal <i>O Primeiro de Janeiro</i>.</p>

Maria de Jesus Antunes Pereira,
 Estudante UAB 802593,
 MEPM 2010-12